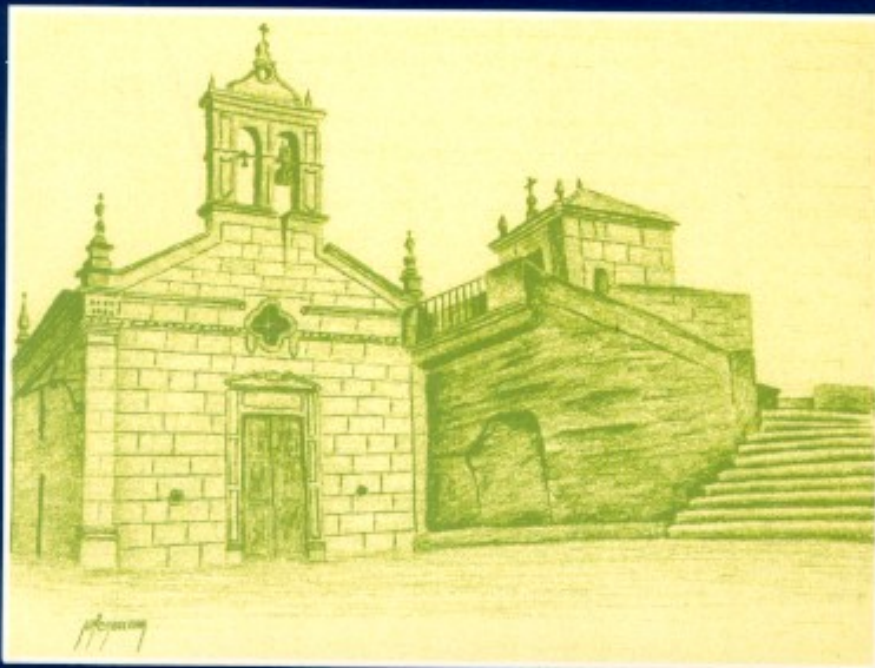


José Alfredo Paulo Faustino

CALVÃO

Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega

(1670 - 1870)



CHAVES • 1998

José Alfredo Paulo Faustino

Um novo país

CALVÃO

**Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega
(1670 - 1870)**

População, Sociedade e Mentalidades

Plano técnico

Título: CALVÃO - Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega

Autor: José Alfredo Paulo Faustino

Coeditor: Margarida

Editor: NÉSTOR - Instituto de Ciências Sociais - U. M.

1ª Edição: 2

Impressão: 1998

Impressão em papel

Deposito de 1ª Edição de 1998

Deposito de 2ª Edição de 1998

Dep. Legal: 12843/98

CHAVES

1998

Impressão: Gráfica e Lit. do Centro de Estudos

12843/98 - 12843/98 - 12843/98

12843/98 - 12843/98 - 12843/98

José Alfredo Paulo Faustino

CALVÃO

Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega
(1870 - 1870)

População, Sociedade e Mentalidades

Ficha técnica:

Título: CALVÃO - Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega

Autor: José Alfredo Paulo Faustino

Colecção: Monografias

Edição: NEPS - Instituto de Ciências Sociais - U. M.

N.º Edição: 3

Impressão: 1000 ex.

Fotografia da capa:

Santuário da N.ª Senhora da Aparecida
(desenho de Alfredo Cabeleira)

Dep. Legal: N.º 128434/98

Montagem, Gravuras e Impressão

EDEN GRÁFICO, S.A. - Rua dos Casimiros, 21
Telefs. 425032 / 425048 — Fax 422617
Apartado 2047 — 3501 VISEU Codex

Aos meus pais

NOTA PRÉVIA

O meu trabalho é global, mas não se trata de uma obra de síntese, nem de uma obra de síntese. Trata-se de uma obra de síntese, mas não de uma obra de síntese.

A historiografia portuguesa tem uma tradição de síntese, mas não de síntese. Trata-se de uma obra de síntese, mas não de uma obra de síntese.

Resumo e síntese é cultura local e não de uma comunidade com o intuito de avaliar o passado e promover o futuro e a melhoria da qualidade de vida da população.

Esta monografia de Calvão tem origem nos elementos culturais que são encontrados na historiografia e que fundamentam a ideia de personalidade de uma povoação rural.

A delimitação geográfica do espaço de investigação, a história do método e do processo de investigação utilizado, o rigor da edição documental utilizada, a profundidade da análise conseguida, assim como a qualidade do texto, são, neste livro, elementos de uma obra que tem como finalidade principal a sua leitura.

Que o leitor e o leitor conhecedor do Prof. Faustino, desfrute e realize os seus estudos e pesquisas.

Dr. António Lopes

Presidente da Câmara Municipal de Chaves

NOTA PRÉVIA

O mundo complexo e global que nos acontece viver, reforça também a problemática local como crepúsculo da totalidade do social.

A historiografia moderna regressa então à monografia de análise mesmo paroquial, investigando a estrutura das suas relações sociais e demonstrando as múltiplas relações do viver.

Renasce o apego à cultura local e elege-se a pequena comunidade como cadinho de análise relacional que promove e projecta a tradição pluridimensional do homem, emergente da vida em sociedade.

Esta monografia de Calvão vem avivar-nos elementos culturais que são raízes encontradas na historicidade e que fundamentam o cerne da personalidade de base dos Calvões destes sítios.

A delimitação precisa do palco da investigação, a justeza da metodologia e do processo de investigação utilizado, o rigor do espólio documental seleccionado, a profundidade da análise conseguida, revelam em qualidade esta paixão feita livro, relicário duma terra nossa que homenageia publicamente o seu autor.

Que o gesto e o esforço comovido do Prof. Faustino, desperte e seduza os demais a ir por aqui.

DR. ALEXANDRE CHAVES

Presidente da Câmara Municipal de Chaves

NOTA PRÉVIA

O mundo começa a globalizar-se nos primeiros anos do século XXI, e a globalização é um fenómeno de carácter social.

A globalização também se refere à integração de todos os países no mundo, através do comércio internacional e da cultura global.

Esta integração é feita através da cultura global e da cultura local, e a cultura local é a cultura de cada país.

Esta integração é feita através da cultura global e da cultura local, e a cultura local é a cultura de cada país.

A globalização é feita através da cultura global e da cultura local, e a cultura local é a cultura de cada país.

Esta integração é feita através da cultura global e da cultura local, e a cultura local é a cultura de cada país.

A globalização é feita através da cultura global e da cultura local, e a cultura local é a cultura de cada país.

Esta integração é feita através da cultura global e da cultura local, e a cultura local é a cultura de cada país.

Este livro é dedicado ao povo de Calvão, que viveu e vive a história da paróquia de Calvão, e a história da paróquia de Calvão.

Este livro é dedicado ao povo de Calvão, que viveu e vive a história da paróquia de Calvão, e a história da paróquia de Calvão.

APRESENTAÇÃO

A publicação da Monografia duma paróquia é sempre algo de importante. Mas é-o muito mais quando se trata duma pequena paróquia transmontana perdida nesse Portugal nordestino em acentuada desertificação demográfica pelo cancro da emigração e pela atracção das cidades.

O mestre José Alfredo Paulo Faustino escreveu uma valiosa obra científica na área da Demografia Histórica, como se conclui pelo aproveitamento sistemático e exaustivo dos seus livros de registo paroquial no Arquivo Distrital de Vila Real e pela alta classificação que lhe atribuiu o júri aquando das provas públicas da sua defesa no mestrado da História das Populações.

A partir de agora o habitante de Calvão ficará devidamente informado não apenas sobre a evolução da sua população e dos seus antepassados pelas estatísticas em geral como ainda da evolução das suas diferentes variáveis demográficas: a nupcialidade, a fecundidade legítima e ilegítima, a mobilidade da população com a sazonalidade dos seus comportamentos e a mortalidade. Tudo ilustrado e documentado com os indispensáveis gráficos, e a cores.

Mais ainda: teve o mérito de não limitar a pesquisa unicamente à sua terra natal, porquanto procurou alargar os horizontes comparando os seus diversos indicadores demográficos com outros de paróquias de áreas geográficas distintas com características demográficas, económicas e sociais muito afins.

Concluiu assim que o íncola de Calvão era um homem do seu tempo, extraordinariamente influenciado pela cultura e religião pós-tridentina, embora com características especiais, como o documentam o persistente celibato definitivo, os elevados intervalos intergenésicos, as baixas taxas de fecundidade legítima e ilegítima, e a suave mortalidade dos casados maiores de 25 anos.

Tudo parece apontar para uma sub-região transmontana. Daí serem excepção as práticas anticonceptivas e abortivas, a homossexualidade e a bestialidade.

Um bom remate da monografia foi o estudo dos testamentos, embora fora do âmbito propriamente demográfico. Neste particular o habitante de Calvão está bem ao ritmo dos bons cristãos deste período com a morte domesticada e com os tradicionais ritos religiosos. Por isso sintonizava a sua vivência com o programa da Reforma Católica: capelas e ermidas, cruzeiros e nichos, missas, rezposos e outras rezas a garantir sufrágios espirituais por si e pelos seus familiares, extensivos a toda a comunidade numa vivência do consolador dogma cristão da comunhão dos santos.

Por último, o mestre José Faustino teve o mérito de não se limitar às balizas cronológicas dos livros do registo paroquial no Arquivo Distrital de Vila Real (1670-1870). Na verdade, soube preceder o seu estudo duma breve mas proveitosa introdução geográfica e histórica a recolher e analisar as raízes históricas de Calvão, quer inventariando os seus vestígios arqueológicos quer estudando sumariamente algumas das fontes escritas mais antigas, como as inquirições. Gostaria de ter visto este ponto mais desenvolvido para gáudio dos seus conterrâneos, mas o autor fez as suas opções dentro do período histórico e da temática que escolhera, e das suas condicionantes de tempo e académicas.

Resta-me felicitar o autor por este valioso e importante livro e também os conterrâneos por poderem fruir do seu dedicado e apaixonado labor de anos.

Braga, 24 de Novembro de 1997

PROF. DOUTOR ANTÓNIO FRANQUELIM S. NEIVA SOARES

AGRADECIMENTOS

A presente edição reproduz, quase integralmente, a dissertação de Mestrado em História das Populações, apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em 31 de Julho de 1997. Do trabalho original foram subtraídos alguns quadros, gráficos e adaptou-se o texto, sem prejuízo de clareza. Na sua elaboração contámos com a ajuda e empenho de várias pessoas, as que desejaríamos evocar nesta página como forma de nos redirmos da nossa dívida de gratidão. Expressamos, nominalmente, os nossos agradecimentos apenas a algumas delas, que reputamos de mais coadjuvantes nesta obra:

À Pro^{fa}. Doutora Norberta Amorim, pela sua permanente disponibilidade, pelos conselhos e incentivos frutuozos e pela sua paciência na orientação do nosso trabalho; ao Prof. Doutor Franquelim Neiva, docente da Universidade do Minho, pelas suas preciosas críticas e orientações, que muito valorizaram esta edição; aos Drs. Alípio Afonso e Carlos Prada, pelas palavras amigas e pelo diálogo fecundo que nos proporcionaram, e à Dr.^a Luísa Reis pelas suas críticas e sugestões, que muito contribuíram para minorar as imperfeições do texto; ao Dr. Silva Gonçalves, Director do Arquivo Distrital de Vila Real, pela simpatia e nobre profissionalismo com que nos recebeu; ao Sr. Firmino Aires, pelo esmero com que realizou o trabalho fotográfico; ao Dr. Alberto Oliveira e ao Dário Scott, pela preciosa colaboração no trabalho informático; ao grupo de pessoas do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade do Minho (Guimarães), o apoio logístico e humano que sempre nos dispensaram; e aos nossos pais, que sempre souberam aguentar as nossas desilusões, tristezas e alegrias, e nos deram forças para levar a bom termo este projecto.

Finalmente, o reconhecimento à directora do N.E.P.S., da Universidade do Minho, Prof.ª Doutora Norberta Amorim, ao Dr. Alexandre Chaves, presidente da Câmara Municipal de Chaves, e ao presidente da Junta de Freguesia de Calvão, Sr. Domingos Rito, pelo empenho e interesse na publicação desta obra.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

«Toda a ciência humana, sem uma base demográfica, não passa de um frágil castelo de cartas; toda História, que não recorre à demografia, priva-se do melhor instrumento de análise.» (1)

Consagrar o presente estudo à população e sociedade da paróquia rural de Calvão, freguesia do concelho de Chaves, terra esquecida e pouco estudada, é-nos particularmente grato e motivador visto trazer a lume informação vital disponível, da nossa paróquia de origem, por forma a conhecer, compreender e explicar a evolução dos comportamentos demográficos e as suas conexões sociais, marcadas pelas suas normas, valores e padrões de vida. Um sonho sempre muito desejado e que nos cativou imenso.

Este trabalho de investigação ocupa-se de uma vertente demográfica, alinhando na tendência das monografias francesas da década de 60 (2), mas não se cinge a ela, apontando para uma dimensão social e das mentalidades, «abrindo perspectivas de análise globalizante das vivências de uma grande massa de homens até hoje sem história» (3). A metodologia por nós utilizada assenta no recurso às fontes paroquiais, registos de nascimentos, casamentos e óbitos, que nos permitiram elaborar «fichas de família» e, seguidamente, acompanhar o percurso vital de cada indivíduo residente na paróquia. A partir do ficheiro

(1) Pierre Chaunu, 1974, *Histoire: Science Social, la durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*. Paris, Seides, p. 291.

(2) J. Dupâquier, 1984, *Pour la démographie historique*, P.U.F., Paris, pp. 35-38.

(3) Norberta Amorim, 1987, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, I.N.C., Lisboa, p. 4.

biográfico de todos os residentes da paróquia, tivemos a oportunidade de cruzar esses dados com os provenientes dos testamentos, para dois períodos, abrindo novas perspectivas de análise multidisciplinares e colocando novos problemas e novas questões.

Conhecíamos já a metodologia de «reconstituição de famílias» de Fleury e de Louis Henry, criada principalmente para o estudo da fecundidade, mas, em Dezembro de 1992, familiarizamo-nos com a metodologia de «reconstituição de paróquias», quando Norberta Amorim nos brindou com a obra «Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico de 1680-1980» e nos desafiou a um estudo de uma paróquia rural. Não obstante, a nossa investigação ganha novo fôlego quando fomos seleccionados, no ano seguinte, para o curso de mestrado em «História das Populações».

Dispensámo-nos no momento de proceder à explicação da metodologia utilizada, porque não o faríamos melhor que a sua autora.

«Reconstituir paróquias significa primeiro organizar os dados dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos em fichas de Famílias e depois cruzar informações de forma a acompanhar, em encadeamento genealógico, a história demográfica de cada residente, tenha ele nascido na paróquia, entrado nela pelo casamento ou simplesmente nela ter falecido. Por outras palavras, reconstituir paróquias é formar, em larga diacronia, uma "base de dados" com fichas biográficas de residentes em que se projecta marcar um início e um fim de observação, com as combinações possíveis entre nascimento ou imigração, por um lado, e falecimento ou emigração, por outro» (¹).

Assim, deslocámo-nos ao Arquivo Distrital de Vila Real, para onde nos virámos temporariamente após termos escolhido a paróquia de estudo. A primeira razão de opção, prende-se com o facto da nossa paróquia não ter lacunas ou hiatos significativos nas séries cronológicas ao longo de duzentos anos, à excepção de uma falha de três anos nos assentos de casamento. A sua integridade é das mais completas da região e os livros encontram-se em razoável estado de

(¹) Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico 1680-1980*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, p. 14.

conservação. Acrescente-se, ainda, como razão de escolha, a dimensão adequada da paróquia a este tipo de monografia (²) e ao tempo de que dispúnhamos.

Com muito empenho e gosto fomos levantando pacientemente os actos de nascimentos, casamentos e óbitos, desde 1670 a 1870, tanto mais que repartíamos esta tarefa com a actividade de docência na Escola Secundária Fernão de Magalhães, em Chaves.

Depois de reconstituída a paróquia e organizada a «base de dados», ficámos na posse do percurso vital de cada indivíduo residente, em encadeamento genealógico, num total de 4420 fregueses. Este ficheiro individual, uma vez aberto, possibilitou-nos, ainda, fazer o cruzamento com informações obtidas dos testamentos, para os períodos considerados, valorizando-se, assim, o património documental disponível.

O primeiro nível de investigação recai sobre as variáveis demográficas, em longa duração, privilegiando-se a análise longitudinal, donde cada acontecimento se estuda em função do anterior, passando-se num segundo momento aos fenómenos sociais e das mentalidades.

Um primeiro capítulo foi reservado à introdução do leitor no contexto histórico e geográfico da paróquia, onde os comportamentos demográficos se desenrolam. Um segundo, destina-se à crítica das fontes sobre as quais assenta a qualidade da nossa pesquisa. Ocupamo-nos, seguidamente, da análise dos comportamentos da fecundidade, nupcialidade, mobilidade e mortalidade, através da intrusão de uma aparelhagem conceptual e de uma análise quantitativa apropriada ao estudo dos fenómenos demográficos, num quadro paroquial, procurando estabelecer ritmos de mudança e suas conexões. Dedicámos o último capítulo ao estudo, através dos testamentos, das mentalidades e da sociedade no seu tempo.

Por questões metodológicas, iniciámos o estudo analítico abordando, em primeiro lugar, a nupcialidade dada a sua interdependência com os demais fenómenos demográficos (³). Por outro lado, desde que, em 1965, John Hajnal

(²) «Le "bon" village, celui qui a les meilleurs chances de retenir l'attention de l'historien démographe, a généralement une population comprise entre 500 e 2000 habitants», in Jacques Dupâquier, *Pour la Démographie Historique*, ob. cit., p. 112.

(³) Norberta Amorim vem de encontro à nossa posição, reforçando-a até, na seguinte passagem: «Admitimos que ao estabelecer uma periodização para a Nupcialidade, dada a relação estreita deste comportamento demográfico com a economia e cultura das populações, essa periodização possa ter algum significado mais geral,

formulou a tese do padrão «*européu*» de casamento, muitos são os estudos que dão importância ao matrimónio na regulação do equilíbrio e sucessão das gerações do Antigo Regime. Assim, observámos, para a nossa paróquia, os comportamentos dos vários indicadores da nupcialidade: a idade média ao primeiro casamento e a sua repartição proporcional por grupos de idade, a viuvez e o ulterior casamento, a origem dos cônjuges e o celibato definitivo.

A capacidade reprodutiva das populações, do Antigo Regime, dependia da influência de vários factores, entre eles, a abundância ou carência de alimentos, as tradições culturais, que afectaram o ritmo normal da fecundidade, com maiores ou menores períodos de aleitamento, reflectidos nos intervalos intergenésicos.

Começámos por distinguir fecundidade legítima da ilegítima. Relativamente à primeira, analisámos as taxas de fecundidade legítima por grupos de idade, os intervalos protogenésico e intergenésicos, a idade média da mãe ao nascimento do último filho, de acordo ou não, com a idade à primonupcialidade, a duração das uniões e a descendência familiar. Para o cálculo destes parâmetros, usando os meios informáticos, foi necessário classificar as famílias legítimas em sete tipos, a fim de extrair com rigor a informação desejada (⁷).

Tivemos dúvidas quanto à integração das concepções pré-nupciais na fecundidade legítima, optando por incluí-las no capítulo da ilegitimidade, uma vez que, apesar de nascerem dentro do casamento, foram concebidas fora dele. Neste abordamos, ainda, a fecundidade ilegítima, a ascendência, origem, estado e idade das mães, e os expostos.

Apesar da importância que tem o fenómeno da mobilidade como variável influente nas sociedades do Antigo Regime (⁸), não pudemos dar-lhe a atenção desejada, pela carência de fontes. Optámos, então, por uma aproximação através das «*entradas*» por ocasião do casamento e da residência do defunto no momento do óbito.

O estudo da mortalidade torna-se problemático e até difícil de fazer. A falta de um registo de mortalidade infantil e a dificuldade de identificação do indivíduo ao óbito são alguns dos problemas que tivemos de contornar. Deste modo encaminhámos a nossa análise para a mortalidade adulta, de crise ou «*normals*», e esperança de vida dos casados maiores de 25 anos de idade. Fizemos também

funcionando como referência para a análise de outros comportamentos demográficos, particularmente da Fecundidade, in *Demografia Histórica. Um programa de docência*, 1995, Universidade do Minho, p. 46.

(⁷) Cf. Norberta Amorim, *Demografia Histórica (...)*, ob. cit., p. 50.

(⁸) Cf. N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico 1680-1980*, ob. cit., p. 171.

uma incursão à mortalidade infanto-juvenil, para o período de 1857 a 1866, para o qual rezam as fontes.

Reservámos um capítulo à repartição dos comportamentos demográficos, nascimentos, casamentos e óbitos, pelos meses do ano, uma vez que nos poderão dar, por um lado, a matriz cultural dos indivíduos da paróquia, e, por outro, a sua ligação à natureza.

Depois de termos desenvolvido a micro-análise dos comportamentos da nupcialidade, fecundidade, mobilidade e mortalidade, dedicámos um capítulo aos aspectos globais da demografia de Calvão, pretendendo observar os movimentos gerais de baptizados, casamentos e óbitos. Querer estabelecer uma relação entre estes actos transformou-se numa tarefa impossível, dado que não contávamos com os registos de mortalidade infantil.

A análise dos testamentos tornou-se-nos particularmente interessante. O testamento é assim a última relação do indivíduo com a vida. A morte e a atitude do homem perante ela não será mais que um reflexo da sua trajectória de vida, circunscrito à paróquia, num determinado contexto temporal. Começámos por analisar, pelos registos de óbito, a atitude de testar, a fim de termos uma visão globalizante do fenómeno. Consagrámos uma segunda parte à apreciação dos documentos testamentários, tendo em vista entrever o quadro cultural e espiritual da sociedade da paróquia.

Em suma, a essência do nosso trabalho centra-se na análise, em longa duração e privilegiando a observação longitudinal, dos comportamentos demográficos e de como estes se equilibram para manter a população em certos níveis, no «*sistema demográfico*» da paróquia. Seguidamente, comparámos os indicadores de cada variável com outros, referentes a paróquias de áreas geográficas distintas, mas de contexto económico, social e cultural semelhantes. Não nos ficámos pela análise demográfica, tentámos ir mais além, procurando novas abordagens e novas perspectivas, sobretudo no campo social e das mentalidades.

em 1891 e 1901, a partir de um levantamento topográfico e cartográfico que se realizou no município de São João del-Rei, Minas Gerais, sob a direção do Sr. João de Deus, então governador do Estado de Minas Gerais, e sob a direção do Sr. João de Deus, então governador do Estado de Minas Gerais, e sob a direção do Sr. João de Deus, então governador do Estado de Minas Gerais...

1 - O presente trabalho foi elaborado com base nos dados cartográficos e topográficos existentes no Arquivo Histórico do Estado de Minas Gerais, sob a direção do Sr. João de Deus, então governador do Estado de Minas Gerais...

CAPÍTULO I

PARTE I

da
PARÓQUIA

Maquadrado Geográfico

PARTE I

Enquadramento Histórico-Geográfico da Paróquia

A paróquia em estudo é hoje constituída pelas aldeias de Castelões (17 e de Carreira, sendo esta a sede da freguesia. A sua área de 14 420 Km² é habitada por cerca de 785 habitantes, constituindo uma densidade populacional de 54,6 habitantes/Km².

CAPÍTULO I

Enquadramento Histórico-Geográfico
da
PARÓQUIA

Mapa Correl. das aldeias de Castelões e Carreira
em relação ao vale e à região envolvente

A sua localização torna particularmente apto para a produção do vinho sagrado, segundo o Pa. José António, administrador da Paróquia de Castelões, que em entrevista ao jornalista da Freguesia de Castelões afirmou: "A produção de vinho é a principal atividade da paróquia".

A sua localização torna particularmente apto para a produção do vinho sagrado, segundo o Pa. José António, administrador da Paróquia de Castelões, que em entrevista ao jornalista da Freguesia de Castelões afirmou: "A produção de vinho é a principal atividade da paróquia".

A paróquia em estudo é hoje constituída pelas aldeias de Castelões ⁽⁹⁾ e de Calvão, sendo esta a sede da freguesia. A sua área de 19,620 Km² é habitada por cerca de 785 indivíduos, resultando uma densidade populacional de 40.0 hab./Km².



Vista Geral das aldeias de Calvão e Castelões
(A primeira no vale e a segunda na encosta)

A sua constituição como paróquia remonta aos finais do século XII ou princípios do século seguinte, segundo o P.e Luís Cardoso, afirmando-se ainda, no Portugal Sacro-Profano, que era freguesia do Arcebispado de Braga e vigararia «da apresentação da Mitra» ⁽¹⁰⁾.

⁽⁹⁾ Outrora a aldeia chamava-se Castelões, tendo evoluído esta designação para Castelões.
⁽¹⁰⁾ Portugal Sacro-Profano, ou catálogo alfabético de todas as Freguesias dos Reinos de Portugal e Algarve: das igrejas com seus Oragos; do título dos Parocos, e annual rendimento de cada huma: dos Padroeiros, que apresentão: juntamente com as léguas de distancia da metropoli do Reino, e da Cidade principal, e cabeça do Bispado, com o numero de fogos, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio, Parte I, Lisboa, 1767, p. 120.

O reitor Bento Peixoto, em 1758, refere-se-lhe do seguinte modo: «*he terra de El Rei, a apresentação do Parocho he da / Serenissima mitra de Bragança*»⁽¹¹⁾. E como reitoria do arcebispado de Braga continuou, tendo passado para a diocese de Vila Real em 1922, quando esta diocese foi criada, à qual ainda pertence hoje. Foi pertença da casa de Bragança⁽¹²⁾ e integrou o antigo concelho de Ervededo, de 1836⁽¹³⁾ até à sua extinção em 1853, passando no ano seguinte, até hoje, a fazer parte do concelho de Chaves.

Quem se deslocar de Chaves, sede do concelho, pela estrada municipal nº 507, que liga esta cidade à vila de Montalegre, terá que desviar, no lugar da Campina, à esquerda pelos traçados municipais 527 e 345, para chegar a Calvão e a Castelões, respectivamente, percorrendo um pouco mais que uma dúzia de quilómetros. Aqui chegados, estaremos a 32 km da vila galega de Verín e a 72 de Vila Real, capital do distrito.

Situada no noroeste do concelho, esta paróquia confina com os termos dos municípios de Montalegre e Boticas. É delimitada por várias freguesias e lugares: a norte e a nascente com as paróquias raianas de Soutelinho e de Ervededo, respectivamente; a sueste com Sanjurge; a sul com Searavelha; a poente com Ardãos, e a noroeste com a aldeia barrosã de Meixide, conforme o mapa nº 2, «*Freguesia de Calvão*».

A paróquia está situada «*em terra nem plana, nem / agreste, he ribeira ...*»⁽¹⁴⁾, nas faldas duma ramificação do Larouco, rodeada pelas serras do Condado e da Panadeira, consideradas os primeiros «*degraus*» do chamado planalto barrosão.

A primeira forma-se no lugar do Condado, a NE, defronte à freguesia de Ervededo, donde lhe advém o nome, tomando, porém, outras designações, como Serra da Olga, Serra do Ferro, etc., à medida que se estende para SW, a caminho de Sapelos, já no concelho de Boticas. É uma massa compacta de pendor suave e arredondado que mantém uma certa linearidade ao longo do seu percurso à cota máxima de 740 metros de altitude, curvando-se à medida que se encaminha para o seu termo.

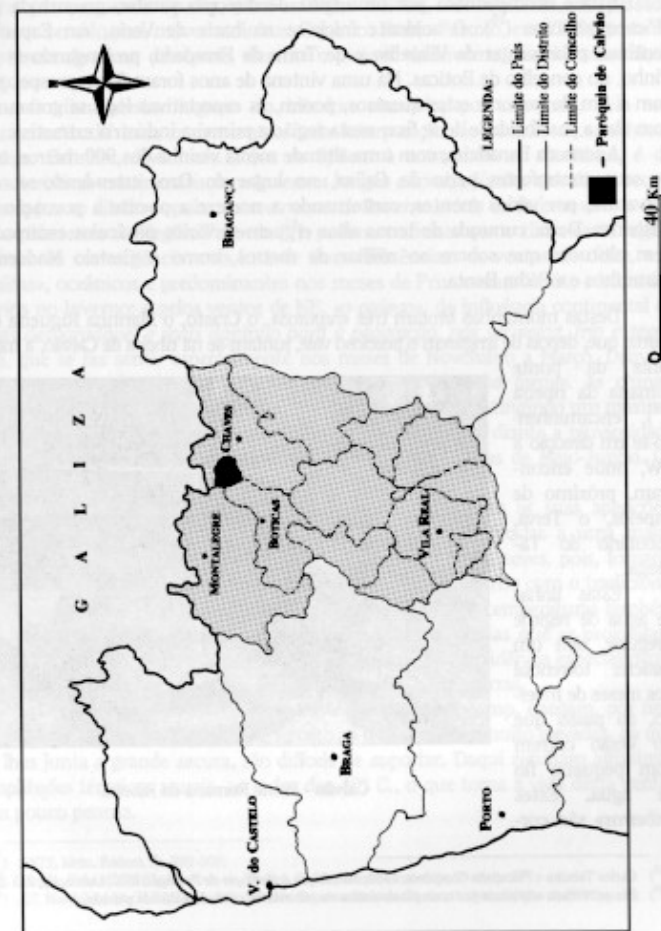
⁽¹¹⁾ Como refere em 1758 o Reitor Bento Peixoto, in *Memórias Paroquiais, ou Dicionário Geográfico*, Vol. VIII, fs. 293-300, ANTT.

⁽¹²⁾ *Tombo dos limites da freguesia de S. Martinho do Couto de Ervededo, ano de 1748*, ADB, 290-11, fl. 29.

⁽¹³⁾ Por decreto de 31 de Novembro de 1836.

⁽¹⁴⁾ ANTT, *Dicionário Geográfico*, ob. cit., fl. 293.

Mapa Localização da Freguesia de Calvão na Região Norte



Esta é acompanhada por uma falha de direcção similar, preenchida por filões quartzosos ⁽¹⁵⁾. O acidente inicia-se na bacia de Verín, em Espanha, continua pelas veigas de Vilarelho e de Torre de Ervededo, prolongando-se até Pinho, no concelho de Boticas. Há uma vintena de anos foram feitas prospecções com o fim de explorar estes quartzos, porém, as expectativas logo se goraram e com elas a possibilidade de se fixar nesta região a primeira indústria extractiva.

A serra da Panadeira, com uma altitude média vizinha dos 900 metros, tem os seus contrafortes perto da Galiza, no lugar do Ozo, estendendo-se, em curvatura, por vários montes, contornando a norte e a poente a povoação de Castelões. Desta cumeada de terras altas erguem-se vários pináculos escarpados com altitudes que sobem ao milhar de metros, como o Castelo Madornas, Fominhos e a Pedra Benta.

Destas montanhas brotam três «regatos», o Crasto, o Marinha Rigueira e o Tairiz, que, depois de irrigarem o precioso vale, juntam-se na ribeira de Calvão, a montante da ponte romana da ribeira ⁽¹⁶⁾, encaminhando-se em direcção a SW, onde encontram, próximo de Sapelos, o Terva, tributário do Tâmega.

Estas linhas de água de regime irregular, têm um carácter torrencial nos meses de Inverno, ao passo que no Verão correm com pequeno fio de água. Estes «ribeiros» são cor-



Calvão - Ponte Romana da Ribeira

⁽¹⁵⁾ Carlos Teixeira e Francisco Gonçalves, 1980, *Introdução à Geologia de Portugal*, INIC, Lisboa, pp. 261-262.

⁽¹⁶⁾ Diz-se romana esta ponte por onde passava uma via secundária, contudo a dúvida persiste.

tados por pequenos açudes, para as regas estivais, não obstante, no passado tenham servido para mover moinhos. O pároco Bento Peixoto, em 1758, atesta da existência de treze, dos quais, durante o período de Inverno, funcionavam doze ⁽¹⁷⁾.

O clima destes lugares do interior, marcado, por um lado, pelo seu afastamento do mar, e, por outro, pela interposição de massas montanhosas (Gerês, Cabreira, Alvão, etc.), que se opõem à entrada de ar marítimo, é de características continentais com Invernos longos e frios, e Verões quentes e secos, a fazer jus ao ditado popular: «*move meses de Inverno e três de Inferno*».

Na senda de Virgílio Taborá ⁽¹⁸⁾, podemos afirmar que o clima desta região é fruto da convergência e da luta de duas influências: os ventos de oeste, «*de Ardãos*», oceânicos e predominantes nos meses de Primavera e Verão, e húmidos e frios no Inverno; e pelos ventos de NE, «*o galego*», de influência continental «*o mais desagradável e mais daninho para a vegetação, por ser veloz, frio e seco*» ⁽¹⁹⁾, que se faz sentir especialmente nos meses de Novembro a Março. Daqui o dizer-se nestas bandas, «*o Inverno começa cedo e acaba tarde*». As chuvas começam a cair com certa abundância a partir de Outubro, atingindo um máximo em Dezembro, e prolongando-se até Março. Da Páscoa em diante a pluviosidade diminui, registando-se uma ligeira subida com as trovoadas de Maio-Junho. Os meses seguintes são meses de fraca precipitação.

É durante a estação do Inverno que as neves fazem as suas aparições, visitando com maior frequência as gentes de Castelões, fixadas a uma maior altitude. Porém, os agricultores não se apoquentam com as neves, pois, tomam-nas como um bom fertilizante para os seus centeios, de acordo com o tradicional rífilo: «*sete neves e um nevão ano de bom pão*». As baixas temperaturas também são responsáveis pela formação de «*finas*» e cortantes geadas que se prolongam dos meados de Santos a meados de Maio, com particular incidência especialmente em Janeiro - «*Janeiro geadeiro*», diz-se vezes a fio, nestas terras.

A contrastar com as temperaturas negativas do Inverno, chegam, por fim, os escaldantes Verões. Em Julho e Agosto as temperaturas muito elevadas, ao que se lhes junta a grande secura, são difíceis de suportar. Daqui resultam altíssimas amplitudes térmicas anuais, ao redor dos 40° C., o que torna a vida desta gentes um pouco penosa.

⁽¹⁷⁾ ANTT, Idem, *Ibidem*, fls. 293-300.

⁽¹⁸⁾ Virgílio Taborá, 1987, *Alto Trás-os-Montes*, Lisboa, *Lárus Horizonte*, 2ª ed., p. 57.

⁽¹⁹⁾ J.T. Montalvão Machado, 1944, *A Cultura do Trigo no Vale de Chaves*, Lisboa, Edição da FNPT, p. 49.

A paisagem vegetal «*depende a um tempo do clima, do relevo e do solo*»⁽²⁰⁾ e, também, a nosso ver, da acção do homem. O revestimento vegetal caracteriza-se, principalmente, por manchas de carvalhos, de folhas caducas, matas de castanheiros mansos e pinhais.

Ao longo das linhas de água e nas bordas dos lameiros, erguem-se os olmos, os amieiros, os freixos e os salgueiros. Nas alturas e nos cumes das encostas, onde a camada de terra vegetal é muito magra, encontramos as plantas arbustivas e subarbustivas, constituindo um traço característico da fisionomia vegetal do chamado monte. Deste fazem parte o tojo, a urze, a giesta das vassouras, a queiroga, o codesso, a arçã e os fetos. No Dicionário Geográfico do P.e Luís Cardoso consta que «*Estas serras referidas são pouoadas de lenhas de torços / agrestes e sem fruto, não tem eruas de uirtude / nem cousa de memoria [...] Nestas Serras costuma pastorear-se gados grossos e meudos*»⁽²¹⁾.

Ao monte devem os agricultores grande parte da sua sobrevivência, quer para apascentamento dos gados, quer para fornecimento de estrumes, tão necessários, outrora, à recomposição dos solos.

Nos vales e nas «*baixas*», cujos solos resultaram essencialmente da decomposição dos granitos, a paisagem agrícola caracteriza-se, tal como no passado, com pequenas «*nuances*», pelas searas de centeio, em sistemas de folhas, e pelas pastagens. Ao lado dos cereais, outras duas culturas tiveram importância: a vinha e o linho. A viticultura de fraca qualidade praticava-se tão-só em Calvão, indo até onde o clima o permitia. O linho, actualmente desaparecido, crescia, por sua vez, nos solos mais férteis, à beira dos ribeiros.

Com o tempo introduziram-se as culturas do milho e da batata⁽²²⁾. O milho temporão, os nabos e a cultura da batata vão alternando com o centeio, ora numa folha ora noutra, ano sim ano não. O afolhamento centeio-batata assenta também numa circunstância assaz feliz, na alternância complementar das épocas das fainas, permitindo que os agricultores possam dividir o seu tempo com grande proveito. É costume, neste sistema de afolhamento, os agricultores

⁽²⁰⁾ Virgílio Taborá, *Ibidem*, p. 71.

⁽²¹⁾ ANTT, *Ibidem*, fl. 296.

⁽²²⁾ Nas Memórias Paroquiais (1758), ainda não há referência alguma à cultura da batata. Todavia na «Memória Agronómica relativa ao concelho de Chaves», da Academia Real das Ciências (1789), *Apost* Montalvão Machado, *Ibidem*, p. 91, ela é, em nosso entender, uma cultura nascente, produzindo-se em pequena quantidade. A título de referência apresentamos a ocupação do espaço arável do concelho, segundo José Inácio da Costa, autor das referidas memórias, em milhares de alqueires: Centeio 600; Castanhas 300; Milho 150; Trigo 100; Batatas 100.

estrumarem as terras antes da plantação da batata, servindo no segundo ano para os centeios. É que a cultura da batata foi, até há pouco, mais lucrativa e, por isso, mais mimada, constituindo, actualmente, ainda a base da produção agrícola da freguesia.

As hortas e o souto de castanheiros completam a paisagem agrícola. Os soutos, no passado, símbolo de fartura e riqueza, estão em decadência, na sequência da perda de importância das castanhas na alimentação e das doenças da tinta e outras que os atacam mortalmente nos nossos dias.

Vem a propósito, e em jeito de síntese, a resposta do pároco Bento Peixoto ao inquérito do P.e Luís Cardoso, da seguinte forma: «*Os frutos que com maior abundância colhem os mo / radores desta pouoação he Senteyo uinho [mas de fraca qualidade] e castanha e milho, alguns mais colhem como he trigo, ceuada / linho mas estes são mais deminutos pella / frialdade dos sitios desta pouoação [...]»*⁽²³⁾. Consequentemente, a altitude em que se situa a paróquia, com cotas que vão dos próximos 600 m, no vale, até aos 950, nas serranias, transformou a pecuária numa actividade igualmente importante, algo subsidiária em Calvão e fundamental na aldeia de Castelões, situada a maior altitude.

Assim, a lavoura e a criação de gado não só se associavam como também se completavam, constituindo, ainda hoje, o modo de vida destas populações.

A cabeça da freguesia tinha bom gado, motivo de competição e vaidade entre os melhores proprietários. O gado bovino era constituído, quase exclusivamente, por vacas que serviam tanto para a criação de bezerras, como para os trabalhos agrícolas. A raça mirandesa, corpulenta e valente era a mais vulgar, preferida à Barrosã, mais pequena, não obstante, produzir como animal de leite, apenas o suficiente para as crias. Esta opção dos lavradores pelas juntas de vacas, contrariando a dos seus vizinhos, é fruto certamente da abundância de prados naturais e outros recursos forraginosos, constituindo uma verdadeira riqueza destas populações. As crias eram vendidas por volta dos 5 meses de idade, nas feiras de Chaves e Boticas.

Presentemente, a contrastar com o pouco interesse que teve no passado, as preferências viraram-se para o gado leiteiro, utilizado para a criação de vitelos e fornecimento de leite à ordenha, donde provém um regular pecúlio à economia doméstica, dado que os tractores vieram substituir os trabalhos do «*yugo*».

⁽²³⁾ ANTT, *Ibidem*, fls. 293-294.

Pelas suas condições naturais, vastos outros espaços são destinados à criação do gado ovino e caprino. Chegaram a existir 10 a 15 rebanhos deste gado, com cerca de 50 cabeças, em média, cada um. Hoje ainda se contam umas dezenas de ovelhas, mais frequentes em Castelões. A lã e a carne é sempre bem vinda à vida doméstica. Este gado lanígero, prestava, até há pouco, um bom serviço à lavoura por meio das canceladas, processo simples e directo de estrumação, que se faziam de Março a Setembro nas terras destinados às próximas culturas. Este sistema ainda não caiu de todo em desuso, especialmente na aldeia de Castelões.

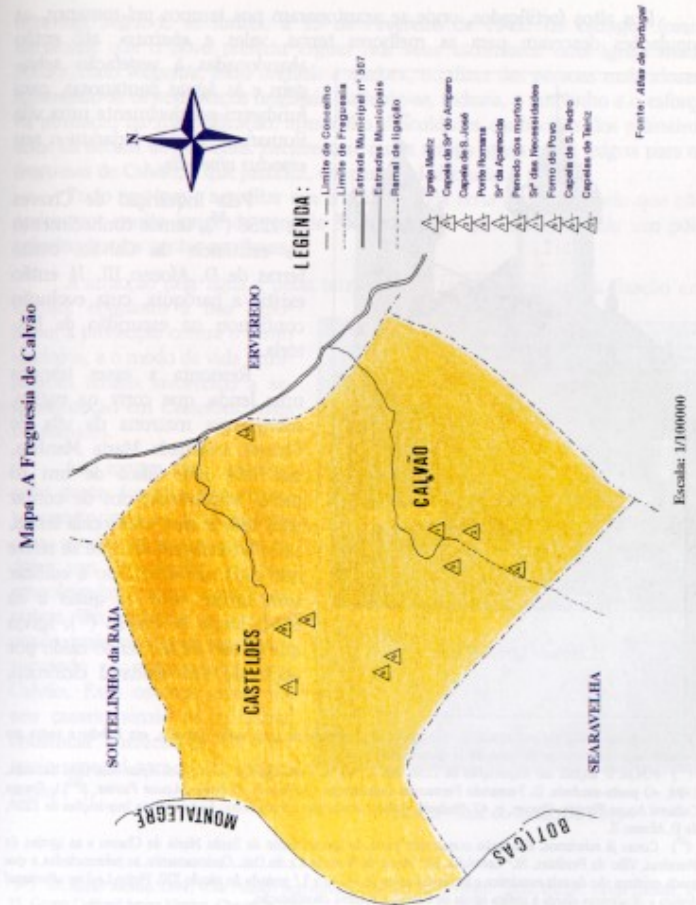
Faz-se, ainda, a criação de suínos, gado muar, coelhos, galinhas e perus, contudo, esta actividade não tem grande peso na economia doméstica.

É bem possível que o povoamento desta região remonte ao tempo castrejo, como fica atestado, quer pela existência de restos destas fortificações, conhecidas por «Cras-tos»⁽²⁴⁾, quer pela perpetuação da toponímia. O próprio topónimo da aldeia de Castelões, tem origem num castro amuralhado, que ainda existe. E, como a lógica pede, os senhores do castelo são os «castelões».



Castelões - Antigo castro amuralhado

⁽²⁴⁾ Encontramos actualmente restos de três castros: Outeiro dos Mouros, Lamarelas e o do Facho.



Dos altos fortificados, onde se acantonaram nos tempos pré-romanos, as populações desceram para as melhores terras, vales e «baixas», até então abandonadas à vegetação selvagem e às águas pantanosas, para fundarem possivelmente uma vila Romana ⁽²⁵⁾ onde forjaram o seu «modus vivendi».



Calvão - Igreja Matriz

Pela inquirição de Chaves de 1258 ⁽²⁶⁾, temos conhecimento da existência de Calvão, como terras de D. Afonso III. Já então existia a paróquia, cuja evolução continuou na escuridão da história.

Remonta a esses tempos uma lenda, que corre na região, sobre uma matrona da vila de Chaves, chamada Maria Mantela, que teve sete filhos de um só parto. Dispensámo-nos de contar aqui toda a mui conhecida lenda, salvo a passagem em que se refere que cada um deles veio a edificar uma igreja, entre as quais a de Santa Maria de Calvão ⁽²⁷⁾. Igreja que já não existe, tendo caído por acção de um vendaval ciclónico,

⁽²⁵⁾ Face aos vestígios encontrados, indicam-se a existência de uma «vila» romana, em Calvão e outra no Outeiro da Torre, a menos de uma légua, para nordeste.

⁽²⁶⁾ P.M.H. 5ª alçada das Inquirições de 1258, vol. I, Pars II., Fasc. IX, p. 1527, 2ª Col. *Apud* José Dias Baptista, 1994, «O poeta-saúde. D. Fernando Fernandes Cogominho (Senhor de Chaves)», *Aquae Flaviae*, nº 11, Grupo Cultural Aquae Flaviae, Chaves, p. 47. Todavia, Calvão ainda não consta como freguesia nas Inquirições de 1220, de D. Afonso II.

⁽²⁷⁾ Como já referimos, eles terão construído parte da Igreja Matriz de Santa Maria de Chaves e as igrejas de Moreiras, Vilar de Perdizes, St.ª Leocádia, St.ª Maria de Émeres e a do Oso. Curiosamente, as referenciadas e que ainda existem são de raiz românica e fundadas antes de fundar a 1.ª metade do século XIII. Pinho Leal no «*Portugal Antigo e Moderno*» alarga à antiga igreja de Calvão a mesma classificação.

ocorrido, segundo as fontes, a 15 de Fevereiro de 1941. Os estragos foram tamanhos que o povo preferiu erguer nos seus escombros uma igreja «*mais bonita, mais elegante, mais arejada e maior*», no dizer das pessoas mais idosas, ignorando-se os seus traços originais. Saliente-se, todavia, o empenho e o esforço da povoação na sua edificação, apesar das dificuldades conhecidas dos primeiros anos da década de quarenta. Esclareça-se que a antiga igreja era já exígua para os fregueses de Calvão, o que justifica, em parte, tal alteração.

Tudo nos leva a acreditar que a antiga igreja seria românica, pelo que não andaremos muito longe da verdade se afirmarmos que ela teria sido um pólo aglutinador das gentes medievais.

A atracção pela água e pelas terras férteis terá influenciado a fixação em Calvão, enquanto a boa exposição, a protecção contra o vento «galego», e o modo de vida semi-pastoril teriam favorecido a sedentarização em Castelões, mais no planalto.

Ao longo dos séculos, estas gentes foram pacientemente construindo as suas habitações, resultando as presentes aldeias, um aglomerado, de casas empoleiradas umas contra as outras, em Castelões, e um povoado mais maciço e alongado, seguindo os arruamentos, em Calvão. Esta ostenta ainda no seu casario sinais de ancestral opulência merecedora de um apoio especial para a sua preservação ⁽²⁸⁾.



Calvão - Rua do fundo do Povo

⁽²⁸⁾ Cf. Alípio Afonso, 1994, «Um Passeio pelo extinto concelho de Ervededo (1232-1853)», *Aquae Flaviae*, nº 12, Grupo Cultural Aquae Flaviae, Chaves, p. 222.

As casas de granito, pegadas umas às outras, são cobertas por um telhado de duas águas. A existência de um forno telheiro, antes de 1703 ⁽²⁶⁾, a menos de uma légua, leva-nos a acreditar que desde tempos muito antigos o uso da telha estivesse generalizado. Por conseguinte, o tipo de casa mais frequente reflecte a ligação deste homem ao meio físico e ao seu modo de vida: um clima assaz rigoroso e uma actividade agro-pastoril. Porquanto, ela abriga os homens, os animais e os produtos da terra.



Calvão - Casa rural ⁽²⁵⁾

Abrindo o portão de madeira, de dois batentes, suficientemente amplo para a serventia dos carros, temos pela frente um «curral» que serve os baixos, as «lojas» ou os estábulos. Defronte está o celeiro, a adega, os palheiros e outros anexos, onde se guardam as alfaías agrícolas. De um lado do pátio, nasce uma escada que nos leva a uma varanda e nos dá serventia para os compartimentos da habitação: a cozinha, com lareira, é o compartimento essencial da casa, e, por isso, sempre muito espaçosa; uma sala, para os dias mais festivos, e alguns quartos. As madeiras de castanho, de carvalho e mesmo a de pinho, são muito utilizadas quer no sobrado, quer nas

⁽²⁵⁾ O portal de entrada é encimado por uma Cruz ladeada por dois pináculos, sinais reveladores da existência de capela particular e do poder económico do seu proprietário. Não conseguimos identificar a família a que pertenceu esta casa.

⁽²⁶⁾ Como é referido numa acta de demarcação dos termos de Calvão e do Couto de Ervededo, este da mitra de Braga. Tombo J, de Ervededo, ADB.

portas, quer, ainda, nas divisórias interiores. Tudo é simples e frugal tal como as suas gentes.

As fachadas têm, na sua maioria, poucas aberturas (portas e janelas) a fim de resguardar as habitações dos ventos do norte e das chuvas do oeste. Por isso, as habitações são pouco iluminadas e a ventilação é imperfeita.

A emigração após 1960 modificou, tal como noutras regiões, estes traços característicos, quer na planta, quer nos materiais utilizados nas casas. Os novos desejos e as novas formas de vida reclamam, hoje, mais higiene e comodidade, sem que necessariamente se desagrade ao enquadramento paisagístico. Ligadas a esta actividade criaram-se três pequenas empresas de construção civil.

Estas casas ladeiam as velhas e estreitas ruas, hoje empedradas. A aldeia de Calvão apresenta um traçado bem formado, como poucas do concelho.

Ambas as aldeias têm, há cerca de quinze anos, água e electricidade dentro das suas casas, ao passo que o saneamento só ainda foi executado em Calvão. Não obstante, a freguesia continua a perder gente - é a lei dos tempos!

Presentemente, a Junta de Freguesia tem-se empenhado na procura da qualidade de vida dos seus habitantes, no campo das infra-estruturas materiais, bem como dinamizando a vida cultural.

A freguesia tem duas associações desportivas e culturais, uma em Calvão e outra em Castelões, ambas fundadas na última década. Estas agremiações, têm



Calvão - Casa reconstruída

sido um pólo de atracção das suas populações, ao promoverem torneios desportivos e actividades culturais.



Calvão - Sede da Junta de Freguesia e da Associação Cultural e Desportiva.

O património artístico-religioso é abundante e variado, ainda que, por vezes, assaz simples, bem revelador da mentalidade religiosa desta comunidade.

No centro da aldeia de Calvão fica a bonita Igreja Matriz, à qual já fizemos referência, impondo-se-nos pela sua grandeza e pelas duas elegantes torres que terminam num telhado pontiagudo, a contrastar com o interior sóbrio.

Ao fundo da povoação de Calvão situa-se a Capela de Nossa Senhora do Amparo, um exemplar simples, do início do século XVII⁽²¹⁾. Esta capela terá sido, a nosso ver, a grande responsável pela precocidade dos enterramentos em campo-santo descoberto, a fazer fé nos assentos de óbito que encontramos a partir de 30 de Novembro de 1835, de forma sistemática, que atestam assim: «*Sepultado no Semitério do Povo*»⁽²²⁾.

⁽²¹⁾ A capela foi registado pelo Padre Francisco de Chaves, a 1 de Março de 1617, como sendo da Sr.^a do Rosário, dando-lhe um bem chamado lameirinho junto ao rio.

⁽²²⁾ Mariana de Moura foi o primeiro defunto a receber sepultura no cemitério, e foi acompanhada por sete clérigos. Era casada com Francisco Jorge.

Seguidamente, encaminhámo-nos para a capela de S. José que se situa num cabeço, na margem esquerda do ribeiro do «*Crastov*», defronte da povoação, através de umas «*poldras*» que unem as duas margens. Esta capela foi mandada erguer pelo P.e Gregório Domingues, em 1752, onde foi sepultado em 22 de Dezembro de 1780, como determinou em seu testamento. Para conservar este mausoléu, «*enquanto o mundo for mundo*», o pároco deixou os rendimentos de um souto e de um lameiro, contíguos à capela, a um filho de Manuel Alves e Mónica Pires, seus sobrinhos.

Seguimos, para ocidente até ao Santuário da Senhora da Aparecida, onde o povo levantou em 1833 uma capela enxertada num rochedo, sacralizando o



Calvão - Santuário da Sr.ª da Aparecida

aparecimento da Virgem a três pastorinhos, segundo a tradição popular. Ao lado da pequena capela fica a Igreja do Santuário, que data de 1842, ao que se seguiu a construção de vários «*nichos*», bem reveladores da crescente devoção. A área envolvente, muito arborizada, está dotada de infra-estruturas de apoio ao lazer domingueiro. Assim, para além de um local de devoção é também um sítio paradisíaco, airoso e acolhedor que merece bem uma visita demorada, à volta, se

possível, de uma boa merenda!

Retrocedendo, e já a caminho de Castelões, encontramos as Capelas de Tairiz ou do Senhor do Bom Caminho, construídas totalmente em pedra, próximas de uma estrada medieval que ligava o Barroso a Chaves.

Já em Castelões descobrimos a pequena Igreja de S. Pedro, encastrada nas casas do fundo do povo. É um exemplar bem conservado, com uma só nave e encimado por uma torre sineira do tipo galaico-transmontana. No seu exíguo interior, observa-se, ao fundo, uma pia baptismal, em forma de cálice, profusamente decorada, e que parece remontar a tempos imemoriais.

A menos de dois quilómetros, para poente, fica a N.^a Sr.^a das Necessidades, também conhecida por Senhora dos Engarinhos. Advém-lhe esta designação do

facto de ter «ao pé dela um penedo grande / que sempre continuamente conserva em si a / água milagrosa que tem especial virtude / para os meninos engarinhados»⁽²³⁾. Além de constituir um local de devoção é também um esplêndido miradoiro, a cerca de 850 metros de altitude, permitindo-nos espreiar a vista à vontade.

Também revelador da mentalidade religiosa é a panóplia de cruzeiros e alminhas que encontramos ao longo dos caminhos, nas encruzilhadas ou nos largos.

⁽²³⁾ ANTT, Idem, *Ibidem*, fls 296-297.



Castelões - Sr.^a das Necessidades

Os cruzeiros construídos de pedra tosca ou trabalhada, encimados pela cruz, com inscrições ou sem elas, testemunho da perene conversão e redenção dos homens, «*guião do amor e da misericórdia*», no dizer de Camilo, são muitos deles fruto de um voto, ou representam a memória de quem partiu repentinamente. Sobriamente construídos, na sua maioria, vão resistindo ao desvario dos homens e da natureza.

Dentre todos destacamos o cruzeiro centenário de Castelões, colocado no centro da aldeia, tendo de um lado Cristo Crucificado e do outro a Senhora da Piedade. É coberto por um telhado de quatro águas, assente em quatro colunas, do qual suspendem lampiões de azeite alimentados pela fé popular.

Calcorreando os velhos caminhos, encontramos também painéis de feitura popular, às vezes encimados por uma cruz, destinados a pedir ao viandante uma oração pelas almas do Purgatório, assim: «*vós que ides passando lembrai-vos das que estão penando*» e, por isso, conhecidas por «*Alminhas*».

Como já referimos, esta região é pródiga em vestígios «*castrejos*». Em



Calvão - Outeiro dos Mouros

Calvão e Castelões persistem ainda marcas desse passado: o chamado Outeiro dos Mouros, os castros das Lamarellhas e do Castro.

Localizados nos cabeços de um monte, deixam-nos observar o traçado de antigas habitações, pedras soltas emparelhadas e pequenas covas cavadas em diversos rochedos. Acreditamos que, porventura, algumas das pedras destas fortificações, tivessem ajudado a construir as casas das actuais povoações. Também temos

conhecimento de que, próximo do lugar das casas de Castelões, se encontram em

vários rochedos, manifestações de arte rupestre, entre os quais um sol com raios. Segundo o Sr. Baptista Martins, antigo vereador da Câmara de Chaves, foi encontrado, neste lugar, um «*ludus*» com fossetes, que foi ofertado ao museu de Chaves⁽³⁴⁾. No lugar designado por fominhos, encontram-se dois esteios pertencentes a uma anta. É o único monumento funerário dos tempos pré-históricos conhecido na região.

A ponte romana da Ribeira, talvez medieval, onde correm já irmanados os três ribeiros da freguesia, é de grande simplicidade, com um só arco redondo. Encontra-se, ainda, em bom estado, não obstante as grossas e robustas pedras do tabuleiro terem sido gaspeadas devido ao desgaste provocado pelas rodas dos carros de animais, ao longo de centenas de anos. O aparecimento de um cilindro granítico, possivelmente miliário⁽³⁵⁾, fundamenta a ideia de que passaria por aqui uma via romana secundária. Saliente-se que foi por esta ponte que passaram os espanhóis em 1762 e os franceses em 1809. Ela fazia a única ligação da aldeia a Chaves e por isso muito movimentada. Todavia, o novo traçado em asfalto relegou-a para o descanso.

A poente do santuário da Sr.^a da Aparecida, abre-se nos um mundo fantástico e sem fim: um planalto revestido de vegetação arbustiva e multicolor, donde emergem uma série de morros arredondados, de gra-



Calvão - Penedo dos Mortos

⁽³⁴⁾ Cf. «Arte Rupestre em Sanjurgu», *Aquae Flaviae*, nº 13, Grupo Cultural Aquae Flaviae, Chaves, 1995, p.170.
⁽³⁵⁾ António Rodrigues Colmeiro, 1987, *Aquae Flaviae - I, Fontes Epigráficas*, Publicação da Câmara Municipal de Chaves, p. 544.

nito, que dão à paisagem um cunho muito especial. Alguns destes «penedos» têm as suas «estórias», que constituem a memória e o imaginário destas populações, como os penedos da Lousada e dos Mortos.

Conta-se que um rancho de «segadores» se abrigou de uma forte trovoadá, debaixo deste segundo penedo. Contudo, alguns destes, incomodados com as blasfémias e injúrias contra Deus proferidas pelos outros, acabaram por abandonar o lugar e, ainda mal tinham saído, logo a queda de um raio imolou aqueles seus companheiros. Castigo de Deus(!), depressa se espalhou pelos quatro cantos da região.

Quando levantávamos os registos de óbito do ano de 1840, demo-nos conta de estarmos perante uma prova irrefutável de tão nefasto acontecimento. Foram seis as vítimas, cinco homens e uma mulher, solteiros e naturais de Gralhas e Serraquinhos, no Barroso. Certamente integrados num dos ranchos de ceifeiros que, das terras mais frias demandavam terras mais quentes da «*ribeira*», onde as searas amarelecem mais cedo, fazendo as ceifas à medida que faziam o retorno.

Em Castelões subsiste ainda um forno comum, resquícios do comunitarismo, onde coziavam fornadas com mais de uma dúzia de pães, e que, servia também de abrigo a pobres e a viandantes.

Terminamos por aqui a nossa visita, mas muito fica por dizer acerca do património, da cultura e do ser das populações da paróquia. Prometemos, no entanto, um dia voltar a ver estas gentes laboriosas.



Castelões - Forno do Povo

Este capítulo tem como objetivo principal analisar a evolução da população de Castelo Branco, considerando os fatores demográficos e estatísticos disponíveis. O estudo é baseado em fontes históricas, incluindo censos e registos paroquiais, que permitem traçar o perfil populacional da cidade ao longo dos séculos. A análise foca-se no período compreendido entre 1750 e 1950, destacando as principais alterações e tendências demográficas.



Foto: Arquivo Municipal de Castelo Branco. Fotografia do povoado de Castelo Branco, tomada em 1910.

2. Fontes sobre a População de Castelo Branco

Para a análise da evolução da população de Castelo Branco, foram utilizados os dados disponíveis nos arquivos paroquiais, com base nos livros de registos que se encontram, apesar das dificuldades que existem para determinar com exactidão a população de Castelo Branco. A primeira fonte estatística é o Censo de 1750, realizado pelo Padre António Carvalho da Costa (17), sendo que este censo registava 1.127 habitantes em Castelo Branco. A segunda fonte é o Censo de 1801, realizado pelo Padre António Carvalho da Costa (18), registando 2.127 habitantes em Castelo Branco. A terceira fonte é o Censo de 1850, realizado pelo Padre António Carvalho da Costa (19), registando 3.127 habitantes em Castelo Branco.

CAPÍTULO II

A Evolução da População

Através das Estatísticas Disponíveis

(17) Censo de 1750, realizado pelo Padre António Carvalho da Costa, registando 1.127 habitantes em Castelo Branco. (18) Censo de 1801, realizado pelo Padre António Carvalho da Costa, registando 2.127 habitantes em Castelo Branco. (19) Censo de 1850, realizado pelo Padre António Carvalho da Costa, registando 3.127 habitantes em Castelo Branco.

1. Notícias sobre a População de Calvão

Passamos à análise da evolução da população da paróquia, para o período do Antigo Regime, com base nas fontes disponíveis que encontramos, apesar das dificuldades que tivemos para determinados momentos. A primeira destas fontes, a *Corografia Portuguesa* do Padre António Carvalho da Costa⁽³⁶⁾, ainda que com algumas imprecisões⁽³⁷⁾, indica que «Santa Maria tem Calvão com cento e nove vizinhos, (...) Castellaõs com dezoito», pelo que a Paróquia teria, no dealbar do século XVIII, cento e vinte e sete fogos e a sua população andaria, a nosso ver, um pouco acima das 400 habitantes, à razão de 3,5 pessoas por casa.

Umhas décadas mais tarde, D. Luís Caetano de Lima⁽³⁸⁾, em 1736, organiza esta informação por províncias e comarcas, com base nos dados de António Carvalho da Costa, noticiando, para Santa Maria de Calvão, 151 fogos e 590 almas. Mas, à luz dos dados da anterior fonte, estes valores parecem-nos algo empolados.

Na década de sessenta de Setecentos, o P.e Luís Cardoso, sob o pseudónimo de Paulo Dias de Niza, publica o *Portugal Sacro-Profano*⁽³⁹⁾, onde se lavrou da seguinte forma: «Calvão freguesia no Arcebispado de Braga, tem por Orago N. Senhora da Assumpção, o Parocho he Vigário da apresentação da Mitra, rende cento e sessenta mil reis (...) tem noventa e dois Vizinhos». Não obstante, se consultarmos a fonte que terá servido de base à obra mencionada, a

⁽³⁶⁾ *Corographia Portuguesa e descripção topographica do famoso reino de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas e logares que contém: varios illustres; genealogia das famílias nobres; fundações de conventos; catalogos dos bispos; antiguidades; maravilhas da natureza, edificios e outras curiosas observações*. Na officina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1706, Tomo I, p. 508.

⁽³⁷⁾ Incluiu nas terras de St.ª Maria de Calvão os lugares de Searvelha e Agrela. Se a primeira foi um Curato da Reitoria de Calvão a segunda fazia parte da paróquia de Ervededo.

⁽³⁸⁾ *Na Geographia Histórica de todos os Estados soberanos da Europa, com as mudanças que houve nos seus domínios, especialmente pelos tractados de Utrech, Rastad, Baden, da Barreira do Quadrupla Aliança, de Hannover, e de Sevilha; e com as Genealogias das Casas reinantes, e outras muy principaes*. Tomo II, Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph António da Sylva, 1736, «Appendix III. Lista dos Fogos, e Almas que há nas terras de Portugal, communicadas ao Author, para se incorporar nesta Geographia, no anno de 1742, pelo Marquez de Abrantes, Censor e Director da Academia Real, e julgada por elle a mais exacta», p. 554.

⁽³⁹⁾ *Portugal Sacro-Profano, ou catalogo alfabético de todas as Freguesias dos Reinos de Portugal e Algarve: das Igrejas com seus Oragos; do título dos Parocos, e annual rendimento de cada huma: dos Padroeiros, que apresentação: juntamente com as leguas de distancia da metropoli do Reino, e da Cidade principal, e cabeça do Bispado, com o numero de fogos*, ob. cit. p. 120.

«Resposta aos Interrogatórios das Notícias do mesmo Lugar e Seus destritos»⁽⁴⁰⁾, lê-se assim, Calvão «tem nouenta e dois fogos he pessoas grandes, e pequenas tem trezentas e quarenta», enquanto que a povoação de Castelões, da mesma paróquia, «tem trinta e Coatro fogos e Cento e Sesenta pessoas». Significam estes valores, em primeiro lugar, que no Portugal Sacro-Profano foram esquecidos os fregueses de Castelões, e, em segundo lugar, que o número de fogos da paróquia era nos meados do século de XVIII de 126, que albergariam à volta de meio milhar de residentes⁽⁴¹⁾. Pelo que, *grosso modo*, teríamos um *rácio* superior a 4 pessoas por fogo.

Se compararmos estes valores com os indicados pelo P.e António Carvalho da Costa, para o início do século, detecta-se, para as primeiras seis décadas de Setecentos, uma atimia do número de fogos, na aldeia de Calvão, e de um forte crescimento no lugar de Castelões, saltando de 18 para 67 fogos.

Quatro décadas depois, Columbano Pinto Ribeiro de Castro, em 1796⁽⁴²⁾, regista para Calvão, nessa época, 139 fogos e 414 pessoas, evidenciando-se, assim, um certo crescimento em número de fogos, e, ao invés, um grande afrouxamento populacional, redundando, por conseguinte, em 3 pessoas por fogo.

No início do segundo quartel de Oitocentos são publicados novos dados, que se nos afiguram mais esclarecedores, por concelhos e paróquias, segundo uma recolha efectuada pelos párocos, até ao ano de 1828⁽⁴³⁾, que apontam para a freguesia 157 fogos e 500 residentes, resultando um *rácio* de 3,2 pessoas por fogo. Da leitura destes valores ressalta um crescimento em fogos e almas em relação aos fins de Setecentos, pesem, no entanto, as dificuldades das primeiras décadas do século XIX.

⁽⁴⁰⁾ Em resposta a um inquérito ordenado no tempo de Sebastião José de Carvalho e Melo. A totalidade das respostas foram organizados e completados com base em inquéritos dados anteriores, sob uma primeira orientação do P.e Luís Cardoso. Deste trabalho resultaram 41 volumes manuscritos, aos quais se acrescentam dois volumes de suplemento e um de índice, hoje conhecidas por Memórias Paroquiais. Cf. João Pedro Ferro, 1995, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 16-17. A memória paroquial de Calvão, escrita pelo P.e Bento Peixoto de Almeida, em 16 de Março de 1758, integra Vol. VIII, fls. 293-300.

⁽⁴¹⁾ Tudo nos leva a crer que o número de efectivos será superior ao mencionado, dado que não estarão incluídos os menores de confissão, ou seja, com idade inferior a sete anos de idade.

⁽⁴²⁾ Veja-se José Maria Amado Mendes, 1981, *Três-os-Montes nos finais do Século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, INIC, Coimbra.

⁽⁴³⁾ Bento Pereira do Carmo, 1834, *Mapa nº 1, Contendo os Concelhos, Paróchias, e numero de Individuos de cada uma, segundo os recenseamentos envidados á comissão de Estatística, pelos respectivos Parochos, até ao anno de 1828; distribuidos segundo a nova Divisão do território do Reino de Portugal, em oito Provincias, e quarenta Comarcas, determinado pelo Decreto Nº 65 de 28 de Junho de 1833*, Lisboa Imprensa Nac., pp. 1-42.

2. Recenseamentos Gerais da População

Se tomarmos os dados dos censos portugueses, desde 1 de Janeiro de 1864, data do primeiro recenseamento geral da população, até 15 de Abril de 1991, constatamos que durante este período, de 127 anos, a população residente da paróquia diminui de 923 indivíduos para um valor próximo da metade, 465, o mínimo registado em toda a observação. Mas a evolução da população da freguesia teve períodos de diferentes ritmos de crescimento, como nos mostram os quadros e gráficos apensos.

Assim, o número de efectivos da paróquia cresceu até 1890, seguindo-se um período de três décadas de abatimento, do qual terá saído somente após a década de 1930. Mais tarde a emigração após os anos 60 esvaziou os lares da freguesia à semelhança do que acontecera no interior do país.

Se nos atermos à leitura do gráfico «Evolução das taxas de crescimento», notamos, entre as datas extremas, uma perda de 458 residentes, o equivalente a uma taxa de 0,54%. Porém, esta evolução não foi uniforme ao longo do período

QUADRO 1
Evolução da população da freguesia de Calvão
e ritmos de crescimento anual médio

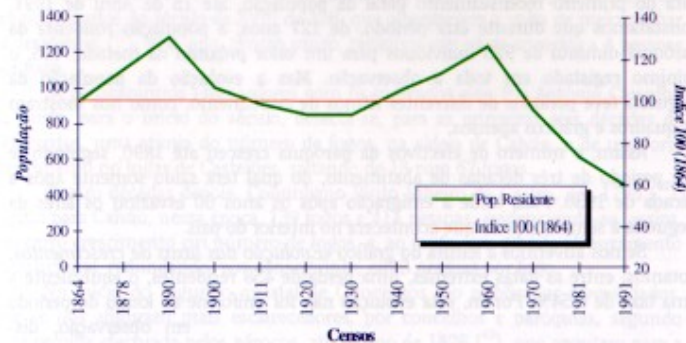
Censos	População residente	Índice (base 1864)	Taxa de crescimento
1864	923	100	-
1878	1102	119	1,27
1890	1284	139	1,28
1900	1001	108	-2,45
1911	913	99	-0,83
1920	856	93	-0,71
1930	852	92	-0,05
1940	983	107	1,44
1950	1092	118	1,06
1960	1240	134	1,28
1970	890	96	-3,26
1981	624	68	-3,18
1991	465	50	-2,90

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

em observação, distinguindo-se claramente as seguintes tendências: um período de crescimento positivo até ao censo de 1890, com um ritmo de crescimento anual médio próximo dos 1,28 %, cortado por uma forte quebra de -2,45%, na última década do século XIX, que abre caminho a um crescimento negativo nas 3 décadas seguintes, ainda que menos marcantes, oscilando entre uma

taxa de crescimento anual médio de -0,83%, na primeira década, e de -0,05 % na terceira de Novecentos.

Gráfico 1
Evolução da População da Paróquia de Calvão
(1864 - 1991)



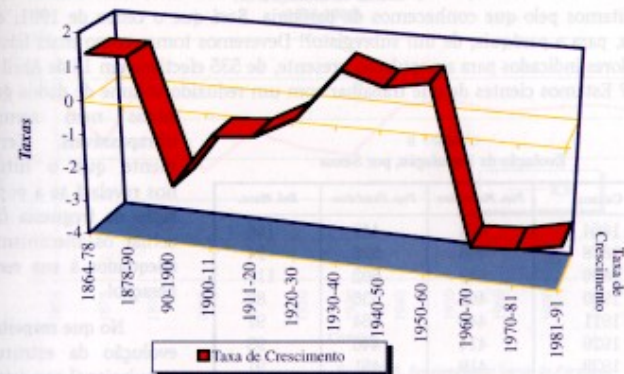
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Na verdade, a população cai de 1284 efectivos, em 1890, para 1001, em 1900, equivalendo a uma perda de 22,1% e de 33,7% residentes, em relação ao censo de 1930, em que se registam somente 852 efectivos. Este abatimento parece ter resultado do surgimento de um surto emigratório, sobretudo, para o Brasil, por um lado, e, por outro, do incremento da mortalidade epidémica dos finais da segunda década do nosso século, momento da gripe pneumónica. Conviria, no entanto, aprofundar esta quebra populacional da última década do século XIX.

Após os anos difíceis da «guerra»⁽⁴⁴⁾, seguem-se quase três décadas de crescimento positivo com taxas de crescimento anual médio que oscilam entre 1,44 e 1,28 %.

(44) Referimo-nos à «Guerra Civil Espanhola» e à «Segunda Guerra Mundial».

Gráfico 2
Evolução das Taxas de Crescimento
(1864 - 1991)



Fonte: Com base nos Recenseamentos Gerais da População, INE.

Os anos 50, porém, traçam o rumo da evolução, «atado» pela emigração para a Europa: a população da paróquia irá evoluir para uma atimia, situando-se na década seguinte a moda desse definhir, com uma taxa de crescimento anual médio negativo, acima das três unidades. Com efeito, a paróquia perde, tão-só, durante a década de sessenta, 28,3% da sua população.

Ainda segundo os dados, nos anos 70, a sangria não só não foi sustida como teria sido até avivada, se tivermos em conta o fenómeno compensatório de retorno de África. A este quadro temos ainda de adicionar a mobilidade espacial provocada pelas migrações internas que acentuam a perda populacional a favor da sede do concelho, ou de outras cidades mais distantes, onde se situam as unidades industriais, ofertas de serviços ou, ainda, estabelecimentos de ensino superior, movimento bem reflectido na actual paisagem, pelo avanço das florestas e das pastagens em detrimento das áreas de cultivo.

Se admitirmos uma taxa de crescimento anual de -2,90 %, até ao fim do século, a população da freguesia no dobrar do milénio situar-se-á abaixo das três centenas de efectivos, o que, apesar do que fica dito, francamente não acreditamos pelo que conhecemos da paróquia. Será que o censo de 1991, enferma, para a paróquia, de um subregisto?! Deveremos tomar como mais fiáveis os valores indicados para a população presente, de 535 efectivos em 15 de Abril de 1991? Estamos cientes de que trabalhar com um reduzido volume de dados gera

QUADRO II
Evolução da População, por Sexos

Censos	Pop. Masculino	Pop. Feminino	Rel. Masc.
1864	474	449	106
1878	496	526	94
1890	682	602	113
1900	465	536	87
1911	448	464	97
1920	414	446	93
1930	419	461	91
1940	499	484	103
1950	558	534	105
1960	625	615	102
1970	450	440	102
1981	317	307	103
1991	234	231	101

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

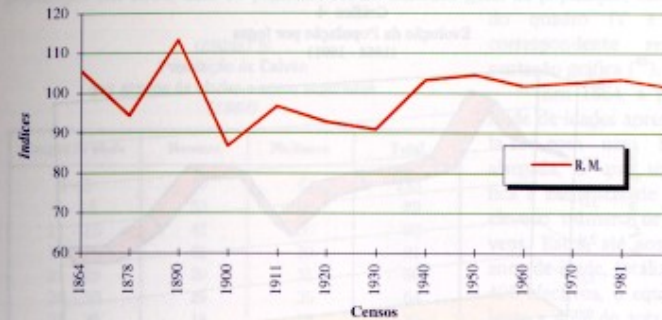
dos índices, até ao censo de 1890; a segunda, que se alonga até 1930, é marcada por uma forte quebra nas relações de masculinidade, fruto da emigração para o Brasil; a terceira, caracteriza-se por uma certa estagnação do fenómeno, com ligeira superioridade do sexo masculino.

Agrupámos, em seguida, a população residente, fornecida pelos recenseamentos gerais da população, pelo número de fogos arrolados para a paróquia. Este agregado doméstico, correspondendo ou não a uma família, é a célula mais estável dentro do quadro paroquial, uma vez que a população varia mais rapidamente do que o número de fogos.

riscos nem sempre ultrapassáveis. Certamente que o futuro nos revelará se a população da freguesia fará actuar os mecanismos adequados à sua recuperação!

No que respeita à evolução da estrutura populacional por sexos, de 1864 a 1991, segundo o quadro e respectiva representação gráfica, assiste-se claramente à definição de três tendências: uma, primeira, assinalada pela volubilidade

Gráfico 3
Evolução das Relações de Masculinidade
Na freguesia de Calvão
(1864-1991)



Fonte: INE, Recenseamento Gerais da População

É o que acontece, por exemplo quando a freguesia é açoitada por uma crise de mortalidade, ou pela emigração, que determinam uma redução do número de efectivos, mas não tanto da quantidade de fogos.

Segundo os dados do quadro «Evolução da população por fogos», verifica-se uma tendência estável até 1930, com um volume que oscila

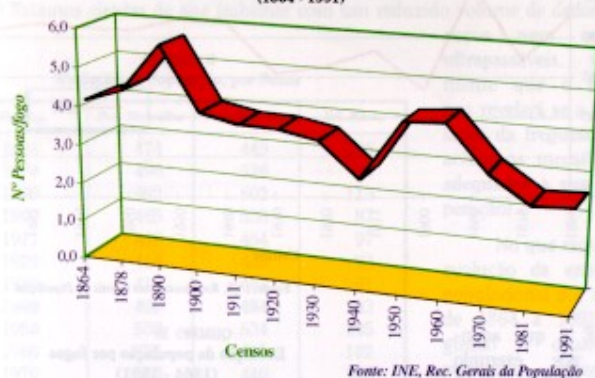
QUADRO III
Evolução da população por fogos
(1864 - 1991)

Censos	Pop. residente	Fogos	Pessoas/fogo
1864	923	227	4,1
1878	1102	250	4,4
1890	1284	228	5,6
1900	1001	251	4,0
1911	913	241	3,8
1920	856	228	3,8
1930	852	239	3,6
1940	983	363	2,7
1950	1092	258	4,2
1960	1240	288	4,3
1970	890	281	3,2
1981	624	201	2,5
1991	465	184	2,5

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

entre 227 e os 251 fogos. A meio do nosso século, evidencia-se uma tendência de subida, para descer, após 1960, progressivamente até aos nossos dias.

Gráfico 4
Evolução da População por fogos
(1864 - 1991)



Se atendermos ao *rácio*, número de pessoas por fogo, o fenómeno evoluiu, em linhas gerais, com ritmos bem diferenciados:

- uma subida rápida até 1890, momento em que a dimensão média do fogo atinge o seu zénite;
- segue-se uma quebra acentuada até 1900, em contínuo declínio, mas mais pronunciada entre 1930 e 1940, verificando-se paralelamente um aumento das unidades domésticas;
- nos censos de 1950 e 1960, aumenta de novo o tamanho dos agregados domésticos, caracterizando-se os seguintes por um marcado «*encolhimento*».

3. Estrutura da População por Sexo e Grupos de Idade

Começamos o nosso estudo pela observação da estrutura etária da população em 1864, data do primeiro recenseamento geral da população, através do quadro IV e da correspondente representação gráfica ⁽⁴⁵⁾.

QUADRO IV
População de Calvão
por grupos de idades e sexos separados
(1864)

Grupos de idade	Homens	Mulheres	Total
0 - 5	70	63	133
6 - 10	53	36	89
11 - 15	42	50	92
16 - 20	52	39	91
21 - 25	29	31	60
26 - 30	29	35	64
31 - 35	18	18	36
36 - 40	37	34	71
41 - 45	32	39	71
46 - 50	21	31	52
51 - 55	16	18	34
56 - 60	22	23	45
61 - 65	9	3	12
66 - 70	4	6	10
71 - 75	3	4	7
76 - 80	3	3	6
81 e +	1	2	3

Fonte: INE, Rec. G. da População de 1864

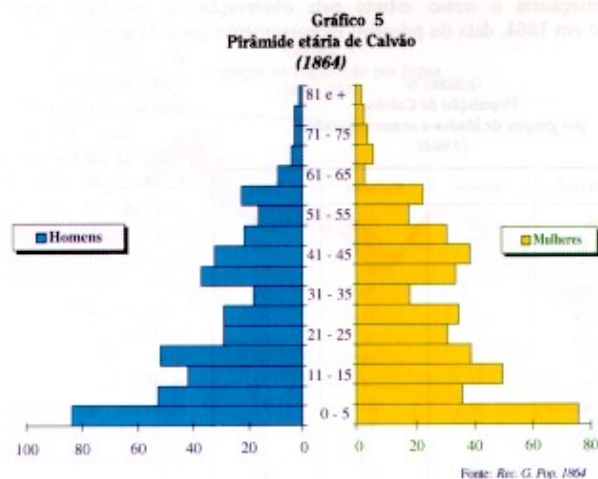
Em 1864, a pirâmide de idades apresenta-se com uma base alargada, o que significa a existência de um elevado número de jovens. Estes, até aos 20 anos de idade, totalizam 405 efectivos, o equivalente a 46,2 do total da população. No que diz respeito ao topo da pirâmide, com 61 e mais anos de idade, o volume é reduzido, com 4,3% de idosos.

O potencial de activos, nos níveis etários compreendidos entre os 21 e os 60 anos, capitaliza cerca de metade dos recenseados,

com 49,5 % dos indivíduos. A emigração, que afecta essencialmente o sexo masculino, terá sido responsável pela deformação nos grupos de idade situados entre os 21 e os 35 anos. Estamos, portanto, perante um perfil de estrutura demográfica que deixa adivinhar uma elevada natalidade, mas também elevadas

⁽⁴⁵⁾ Na elaboração da pirâmide de idades foi necessário proporcionar o primeiro grupo etário, do zero aos 5 anos, uma vez que integra 6 anos, enquanto que os demais compreendem somente cinco.

taxas de mortalidade, em todos os níveis etários, uma vigorosa proporção de jovens e baixos índices de idosos.



Os dados do censo de 1991, agrupados no quadro seguinte, permitem-nos, com a ajuda da sua representação gráfica, fazer uma leitura das estruturas populacionais, segundo o sexo e os grupos etários.

A paróquia tem uma pirâmide de idades com uma base muito reduzida e com um topo fortemente empolado. Na verdade, trata-se de uma pirâmide bastante deformada nos grupos de idades da população activa, sobretudo até aos 45 anos de idade, como reflexo da forte emigração dos anos 60.

É bem elucidativo, do que afirmámos, o facto de que os efectivos com 85 e mais anos serem em número mais elevado que as crianças arroladas até aos cinco anos de idade, com 13 contra 6 casos, respectivamente. É também significativo que se conte tão-só um bebé com idade inferior a 1 ano. Assim, não admira que a escola primária tenha funcionado, nos últimos anos, com um número inferior à dezena de alunos.

A leitura da pirâmide de idades, do ano de 1991, alerta-nos, ainda, para a turques do envelhecimento, que aperta a sociedade da paróquia, não só no topo como também na base da estrutura populacional, ou seja, a proporção de jovens até aos 20 anos queda-se pelos 19,1%

(20,1% para os rapazes e 18,2 para as raparigas), 10 pontos percentuais abaixo dos apurados para o concelho; paralelamente, presenciamos um aumento da população com 60 e mais anos de idade, elevando-se acima dos 36%, 31 para os homens e 41% para as mulheres, excedendo, em 17%, os valores encontrados para o concelho de Chaves. Deste modo, ocorre um esvaziamento das faixas, inferior e intermédia, sendo, esta última, composta pela população activa e reprodutiva da paróquia, com graves consequências na criação de riqueza e na reprodução das estruturas demográficas da freguesia.

Este retrato populacional resulta da convergência de vários factores, tais como, a forte saída após os anos 60, como já se referiu, o retorno da emigração nos anos 70 e seguintes, o recuo da mortalidade e o declínio da fecundidade.

Se aferirmos a estrutura da população da paróquia com a do concelho, apuramos que a segunda nos aparece mais cheia nos grupos da base e intermédios, e mais vazia no topo. Assim, a totalidade do concelho apresenta uma estrutura etária assente em 29,3% de jovens, 51% de adultos e 21,7 de idosos, contra 19,1%, 40,0% e 36,1%, respectivamente, levando a concluir que Calvão é, actualmente, uma das freguesias mais envelhecidas do concelho de Chaves.

QUADRO V
População de Calvão
por grupos de idades e sexos separados
(1991)

Grupos de idade	Homens	Mulheres	Total
0-4	3	3	6
5-9	10	5	15
10-14	17	14	31
15-19	17	20	37
20-24	15	6	21
25-29	16	9	25
30-34	13	3	16
35-39	11	8	19
40-44	7	13	20
44-49	18	16	34
50-54	15	22	37
55-59	19	17	36
60-64	20	22	42
65-69	25	19	44
70-74	14	22	36
75-79	12	21	33
80-84	1	6	7
85 ou +	1	5	6

Fonte: INE, Recenseamentos G. da População de 1991

Gráfico 6
Pirâmide etária de Calvão de 1991

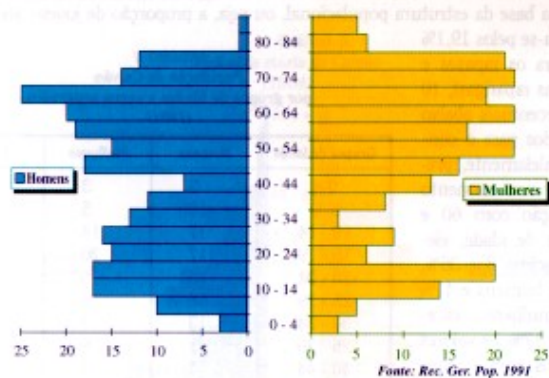
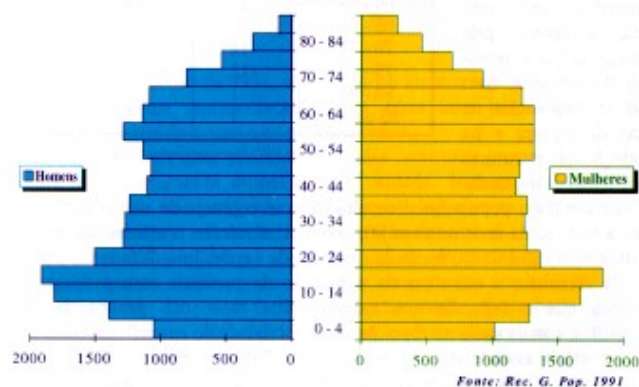
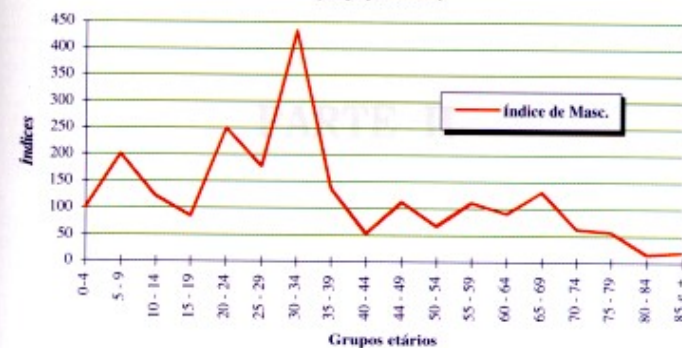


Gráfico 7
Pirâmide etária
do concelho de Chaves de 1991



Passemos agora à análise dos índices de masculinidade, por grupos de idade, segundo o censo de 1991, tendo por base a respectiva representação gráfica. É interessante verificar que a sociedade da freguesia de Calvão é predominantemente masculina, até aos 40 anos de idade, evidenciando, a partir daí, até ao septuagésimo aniversário, um equilíbrio entre os sexos. Nas idades seguintes, as mulheres sobrepõem-se aos homens, registando-se, por conseguinte, um abatimento do índice de masculinidade.

Gráfico 8
Índices de masculinidade
na freguesia de Calvão em 1991
(por grupos etários)



Um aspecto essencial, a reter desta análise, tem a ver com um maior número de rapazes que de raparigas, nas idades mais jovens, à excepção do grupo etário dos 15 aos 19 anos de idade, e nos escalões mais baixos da população activa. Contrariamente ao que perfilhávamos, a emigração recente parece esvaziar mais o sexo feminino que o masculino!

Let $f(x) = \sin(x)$ and $g(x) = \cos(x)$. The functions f and g are both periodic with period 2π . The function f is an odd function, and the function g is an even function. The functions f and g are both differentiable, and their derivatives are $f'(x) = \cos(x)$ and $g'(x) = -\sin(x)$.



The functions f and g are both periodic with period 2π . The function f is an odd function, and the function g is an even function. The functions f and g are both differentiable, and their derivatives are $f'(x) = \cos(x)$ and $g'(x) = -\sin(x)$.

The functions f and g are both periodic with period 2π . The function f is an odd function, and the function g is an even function. The functions f and g are both differentiable, and their derivatives are $f'(x) = \cos(x)$ and $g'(x) = -\sin(x)$.

CAPÍTULO I

PARTE II

Metodología

PARTE II

1. As Fontes Demográficas

1.1. - De São Paulo. São Paulo, 1763. In: *Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. 1, p. 100.

CAPÍTULO I

Fontes Demográficas

e Metodologia

O presente estudo sobre a evolução demográfica da população de Cabo Verde baseia-se nos trabalhos realizados por vários autores, em especial de Michel Lévy e Louis Henry, e nos dados estatísticos disponíveis e mais completos para o período em estudo.

Os resultados da análise estatística foram apresentados, em primeiro lugar, de acordo com fontes e, em segundo lugar, de acordo com as regiões, por forma a facilitar a interpretação dos dados e a estabelecer ligações e relações necessárias.

1.1. - De Lisboa

Após o Conselho de Trento houve a necessidade de obrigar-se a fazer as regras de paróquias, censamentos e outras, nas várias paróquias (1). Na Constituição Nacional do Arcebispado de Braga, de ano de 1620, ordenava-se que em cada igreja de Arcebispado se fizesse livro, ao qual se chamava Livro de Registo, em quatro partes e primeira para baptizados, e segunda, que seria

(1) *Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. 1, p. 100.

(2) *Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. 1, p. 100.

(3) *Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. 1, p. 100.

1. As Fontes Demográficas

* (...) A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, (...). Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem⁽⁴⁶⁾.

(Lucien Febvre)

O presente estudo sobre a evolução demográfica da paróquia de Calvão assenta num trabalho sobre os registos paroquiais, as quais, no dizer de Michel Fleury e Louis Henry «são a fonte mais segura, mais contínua e mais completa para o período pré-estatístico»⁽⁴⁷⁾.

Os resultados da nossa análise dependem, em primeiro lugar, do estado dessas fontes e, em segundo, do cuidado e esmero dos seus redactores, porquanto achámos por bem fazer uma análise crítica das nossas fontes, atendendo a três vertentes: livros, párocos e visitasões.

1.1. - Os Livros

Após o Concílio de Trento foi-se generalizando a obrigatoriedade do uso de registos de nascimentos, casamentos e óbitos, nas várias paróquias⁽⁴⁸⁾. As Constituições Sinodais do Arcebispo de Braga, do ano de 1639, ordenavam que em cada igreja do Arcebispado «se faça hum livro, se o não ouver (...) e se repartirá em quatro partes: a primeira para Baptizados: a segunda, que será

⁽⁴⁶⁾ Lucien Febvre, 1977, *Combates pela História II*, ed. Presença, Biblioteca das Ciências Humanas, Lisboa, p. 213.

⁽⁴⁷⁾ Ap. N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, ob. cit., p. 13.

⁽⁴⁸⁾ As Constituições do Arcebispado de Braga, de 1538, do Cardeal D. Henrique, obrigavam à existência, nas paróquias, de livros de registo para os nascimentos e óbitos.

menor que as outras, para os *Chrismados*: a terceira para Casados: a derradeira para Defuntos»⁽⁴⁹⁾. A existência dos livros ficava ao cuidado dos clérigos responsáveis pelas igrejas, devendo ter «*quatro maos de papel pelo menos, bem encadernado, em taboas cubertas de couro, com brochas; e será numerado, e encerrado pelo nosso Provisor, Vigarios ou Visitadores*»⁽⁵⁰⁾.

As mesmas Constituições ditavam cuidadosamente as normas e previam penas para os Reitores e Curas menos empenhados:

«*nenhua cousa escreverá no dito livro por breves, nem por algarismos, senão por partes, e diçoes inteiras, e letras extensas: e nenhua outra cousa escreverá no dito livro, senão o conteúdo nesta Constituição. E o Reytor, ou Cura, que o sobredito não cumprir, pagará por cada vez trezentos reis para a Sé, e Meirinho. E sob a mesma pena terá sempre o dito livro a bom recado, debaixo de sua chave, e o mostrará na Visitaçõ a Nós, ou aos Visitadores*»⁽⁵¹⁾.

Uma vez terminado o livro, recolher-se-á «*em hua caixa fechada, que averá na dita Igreja, e logo se fará outro livro da mesma forma e pelo modo que fica dito*»⁽⁵²⁾.

Os primeiros livros, de que temos conhecimento para Calvão, são anteriores a estas Constituições, remontando pelo menos a 1622. Mas só a partir de 1680 se apresentam de forma sistemática.

Todos estes livros paroquiais encontram-se no Arquivo Distrital de Vila Real.

A) Livros de Baptismo

Nos livros de baptismos eram lavrados os assentos das crianças nascidas na paróquia, obedecendo ao formulário seguinte:

«*Foaõ, filho legitimo de foaõ, e de foã, fregueses desta Igreja N. moradores em tal lugar, ou tal rua, ou tal casal, nasceu aos tantos dias de tal mez, e de tal anno, e foi baptizado nesta Igreja N. por mim foaõ, ou por foaõ, aos tantos dias, e c. foaõ seus padrinhos foaõ, morador em tal lugar, rua ou casal; ou filho de foaõ, morador, e c. e foã moradora, e c. ou foã, mulher, ou filha de foã, morador, e, c.»*⁽⁵³⁾.

⁽⁴⁹⁾ *Constituições Synodales do Arcebispado de Braga, ordenadas pelo Arcebispo D. Sebastião de Matos de Noronha no ano de 1639*, impressas na oficina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1697. Constituição VIII, Título II, fl. 23.

⁽⁵⁰⁾ *Ibidem*.

⁽⁵¹⁾ *Constituições (...)*, Tit. II, fls. 24 e 25.

⁽⁵²⁾ *Constituições (...)*, Tit. II, fl. 25.

⁽⁵³⁾ *Constituições (...)*, Tit. II, fls. 23 e 24.

Acrescentando posteriormente que tudo deveria ficar bem especificado por forma a que fossem bem identificados no futuro.

Na circunstância da criança ser baptizada em casa, por necessidade, deveria constar o nome de quem a baptizou e se teve ou não padrinhos, uma vez que o parentesco espiritual resultante deste sacramento impediria o ulterior casamento entre o afilhado(a) e o padrinho ou madrinha.

No caso das crianças que «*naõ forem avidos de legitimo matrimonio, não se nomeará no assento mais que a mãy. E se forem engeitados, a que se saiba pay, nem mãy farse-ha disso declaração*»⁽⁵⁴⁾.

As normas especificadas só na generalidade foram observadas com primor, havendo esquecimentos de algumas. A fim de ficarmos com uma melhor compreensão da qualidade dos registos, passemos à análise dos respectivos livros.

Os registos iniciam-se em 4 de Janeiro de 1680 e foram analisados até 10 de Julho de 1870, não se encontrando qualquer lacuna a assinalar. Todos os livros destinados aos assentos de baptismos estão em razoável estado de conservação, ainda que uns melhores que outros. Todos eles apresentam termo de abertura e encerramento, excepto o livro VI a que falta o termo de encerramento, porque a respectiva folha se perdeu. Os livros I e IV, possuem algumas folhas com os bordos corroidos, impedindo a legibilidade da sua numeração.

Refira-se, ainda, a existência de várias folhas danificadas nos livros I, IV e VI, não obstante, contudo a sua leitura.

As capas em pergaminho acondicionam as folhas brancas de papel grosso, à excepção do livro VI que é constituído por 149 folhas de papel azul, sem linhas e timbrado com um selo de 5 reis, e tem capas de papelão grosso.

No início, os assentos são simples, referindo para além da data de nascimento, o nome da criança baptizada, a filiação legítima ou não, assim como, o nome dos padrinhos e a data de baptismo. Por vezes, por pressa ou descuido, o pároco omite alguns destes elementos.

Numa segunda fase, os assentos são mais volumosos, escritos com mais clareza e contêm mais informação, como a profissão dos pais da criança. A partir de 1847, indica-se ao lado do corpo do assento do baptizando se «*morreu*», sem referir quando.

⁽⁵⁴⁾ *Constituições (...)*, Tit. II, fl. 24.

Os formulários dos assentos voltam a aumentar de tamanho a partir de 1860, à medida que ganham uma melhor arumação. São numerados anualmente e separados por um traço.

As lacunas mais relevantes prendem-se com os registos que não foram lavrados no seu momento e por isso estão fora do seu lugar. Assim, no livro I, apesar de se iniciar em 19 de Maio de 1830, há na folha 1 verso, um registo de 15-08-1827, de uma criança que tinha sido baptizada em casa. Também nas folhas 57 verso e 58 encontramos 4 registos fora do seu lugar, que deveriam ter sido feitos quatro meses antes. No livro VI há três destes registos de 20-09-1792, de 12-05-1795 e de 15-08-1793.

B) Livros de Casamentos

A Constituição XX, no seu título V, sobre o casamento, ordenava aos Reitores e Curas que *«tenhão muito cuidado de fazer assento em hum livro dos que casaram nas suas Freguesias»* ⁽⁵⁵⁾, devendo declarar os nomes, sobrenomes e até alcunhas dos noivos, dos seus pais e mães, e a sua proveniência, na condição de serem de outra paróquia. Além da boa identificação, deveria ser mencionada correctamente a data e lavrado o nome de três testemunhas, pelo menos, *«dos mais honrados, que estiverão presentes»* ⁽⁵⁶⁾, tudo escrito como já referimos por extenso e sem abreviaturas. A partir do ano de 1860 os assentos de casamento aparecem melhor arrumados, separados por um traço e numerados ano a ano.

O primeiro assento de casamento data de 10 de Fevereiro de 1670 e o último de 26 de Junho de 1865. Esta série de casamentos apresenta um hiato de cerca de três anos, referente ao período de 20 de Fevereiro de 1734, momento em que finda o livro XVIII, até 13 de Fevereiro de 1737, data em que se inicia o livro VIII. A que se deverá esta lacuna? Teriam andado as folhas soltas? No caso de ter havido livro de assentos, como explicar que se inicie um novo livro decorridos tão-só três anos?

Constata-se que dos 4 livros que trabalhamos, somente o primeiro, do século XVII, não possui termos de abertura e de encerramento. Apresenta-se,

⁽⁵⁵⁾ Constituição (...), Tit. II, fl. 161.
⁽⁵⁶⁾ *Ibidem*.

ainda, com folhas soltas e danificadas, sem contudo impedir a leitura dos registos. Encontra-se bastante danificado e tem capas de pergaminho, já corroidas, e integra no seu interior, à semelhança do livro XVIII, folhas em branco.

As folhas são de papel grosso branco e as capas em pergaminho, à excepção do livro VII, que tem cem meias folhas azuis, sem linhas, com um selo de 5 reis e capas em cartão duro.

C) Livros de Óbitos

Os assentos de óbito, apresentam grande riqueza documental. Para além da identificação do defunto, dia, mês e ano do óbito, indicam *«onde se enterraraõ, e quem foraõ seus testamenteiros, e se deixeraõ obrigaõ de Missas perpetuas»* ⁽⁵⁷⁾. Preciosas informações para quem pretende estudar os *«bens d' Alma»*. Normas posteriores obrigaram à existência de um livro próprio para as *«últimas vontades»*, como abordaremos mais adiante.

Na generalidade, todos os livros de óbito se encontram razoavelmente conservados, compostos por folhas brancas, numeradas e rubricadas, mantendo as capas em pergaminho.

O livro XVIII não apresenta termo de abertura e o livro XIII não tem termo de encerramento. Este apresenta, ainda, os bordos corroidos da maior parte das folhas, deixando-nos sem identificação do número do fólio.

O livro XIX é um documento misto, onde foram lavrados separadamente os assentos de óbito e de testamento.

O presente estudo compreende todos os registos de óbito de 17 de Fevereiro de 1684 a 22 de Novembro de 1866. Até 1700, são simples e alguns foram complementados com o legado pio. A partir de 1850, os párocos passam a registar também a mortalidade infantil. Três anos mais tarde, dão-lhe melhor arumação, separado-os por uma linha e numerado-os ano a ano.

⁽⁵⁷⁾ Constituição (...), Tit. II, fl. 24.

D) Livro de Testamentos

Fazendo fé nos registos de óbito, na paróquia teria havido três livros de testamentos, até 1866, ano em que findou a nossa observação.

O primeiro livro de testamentos foi utilizado, pelo menos, a partir de 1725, tendo-se tirado proveito apenas das primeiras 71 folhas, até ao ano de 1745, momento em que é substituído pelo livro misto, que, felizmente, chegou até nós, ao passo que o primeiro não foi encontrado. Um terceiro livro serviu entre 1784 a 1849, momento em que terá findado, voltando-se a utilizar de novo o livro misto por um período de dez anos, entre 1850 e 1859.

O documento misto que explorámos encontra-se em razoável estado de conservação, mantendo as capas em pergaminho e é composto por 192 folhas brancas, grossas e sem linhas, todas numeradas e rubricadas. Apresenta, como já se referiu, termo de abertura e de encerramento, pelo Vigário Geral, João Sampaio, datado de 18 de Setembro de 1745.

Pelo termo de abertura ficamos a saber que *«Serve este livro para se fazerem os assentos das pessoas que morrem na freguesia de Santa Maria de Calvão (...) como também para trasladar testamentos (...)»*.

As primeiras 54 folhas foram utilizadas, como já se disse, pelos párocos para lavrarem os assentos de óbito, de 1745 a 1784. A responsabilidade do livro deixar de servir, após 1784, é fruto de uma visitação de 16 de Setembro desse ano, que dá o livro por findo, nas páginas 54 verso, para os assentos de óbito, e 172 verso, para os testamentos, assim:

«como de andarem os assentos diversos em hum só livro resulta confusão p^a o futuro em razão do que se tem mandado que andem separados por determinações posteriores à Constituição, p^a evitar esta confusão se continue e faça maior, dou este livro, e o R. do Par.^o avize o labriar^o para que pônha prompto um livro de tres, ou quatro maons de bom papel para daqui por diante se escrevam os testamentos (8) depois de numerado e rubricado por mim ou por comissão m^a».

Segue-se a assinatura, quase ilegível do Visitador Dr. José Bernardo. Infelizmente o livro de testamentos que o Visitador mandou disponibilizar não chegou até nós, mas deveria ter findado por volta de 1849, momento em que o presente livro volta a ser de novo utilizado, como já referimos.

(8) Na lenda 54v, refere-se *«se fazerem os assentos das pessoas que morressem»*.

Uma segunda parte do livro, iniciada na folha 60 até 172 verso, foi utilizada para trasladar ou transcrever os testamentos, durante o referido período. As folhas 55 a 59 verso estão em branco; e as folhas, que vão da página 173 à 191 verso, contêm 26 transcrições de testamentos de um período de dez anos, 1849-59. Na folha 192 (frente e verso) e sobre o termo de encerramento encontra-se, isoladamente, uma cópia de um testamento cerrado (o único que encontramos), datado de 26 de Maio de 1873, e que por isso cai fora do nosso estudo.

Em síntese, podemos distinguir duas fases nos registos paroquiais: uma primeira, até fins do século XVIII, em que os livros aparecem sem termos de abertura ou encerramento, com folhas corroidas pelo tempo e com os bordos danificados, tornando-se difícil o reconhecimento da paginação; e uma segunda, em que os livros se apresentam em razoável estado de conservação, com termos de abertura e encerramento e devidamente numerados e rubricados.

Da análise das datas de início e fim de utilização dos respectivos livros ficamos a ideia de que poderemos estar perante um subregisto de assentos de acto, preocupação que gostaríamos de poder partilhar:

- a) não foi registado nenhum baptismo entre 18 de Novembro de 1708 a 6 de Maio de 1709;
- b) também não foi lavrado assento algum de baptizado entre meados de Julho a meados de Setembro de 1745;
- c) entre 13 de Janeiro de 1709 e 14 de Julho não encontramos nenhum casamento;
- d) a lacuna nos livros de casamentos entre 20 de Fevereiro de 1734 e 13 de Fevereiro de 1737, já tinha sido detectada por nós de início;
- e) não existe casamento algum registado entre 27 de Abril e 2 de Setembro de 1801.

Por conseguinte, daqui resulta a nossa inquietação: se não houve, na verdade, acto algum a registar, ou se os párocos fizeram os assentos noutro lugar, ou então, se se terão esquecido de o fazer no lugar devido, ou se terá sido o *«fabiheiro»*, que não foi suficientemente ligeiro em repor um livro novo?

Maior continuidade verificámos nos registos de óbito, assim quando um livro finda outro se inicia, sem se verificarem os espaços temporais que notámos nos anteriores.

1.2. - As «Visitações»

«Sob a mesma pena [trezentos reis] terá sempre o dito livro a bom recado, debaixo de sua chave, e o mostrará na Visitação a Nós, ou aos Visitadores»⁽⁶⁰⁾

Para nossa satisfação, verificamos que as «Visitações» foram um vector importante, como zelador da qualidade e rigor dos registos paroquiais, das quais dependem, em boa medida os frutos do nosso trabalho. Eram realizadas por um delegado do bispo, e tinham por missão fiscalizar toda a vida religiosa da comunidade, daí que era corrente dizer-se entre os párocos «Deus no livre da fome, peste e guerra e bispo mau na terra».

A paróquia de Calvão, após 1713, pertenceu à circunscrição de Chaves, da 1ª parte, «*visitas do Arcebispo jure ordinario*» da arquidiocese de Braga⁽⁶⁰⁾. Durante o período que estudámos de 1670-1870, as «visitações», como se pode acompanhar pelo quadro, distribuem-se da forma seguinte:

a) do início da observação até meados do século XVIII têm uma maior frequência, variando entre 5 e 9, por década. A sua incidência é maior nas primeiras décadas de Setecentos, a fim de darem conhecimento/cumprimento às normas da Constituição do Arcebispado;

b) dos meados do século XVIII até à Revolução Liberal, as «visitas» passam a ser bienais ou mesmo trienais;

c) após 1831 as visitas, segundo os moldes antigos, são extintas;

d) com a Regeneração Liberal vieram também da Igreja as novas orientações regulamentadoras dos actos de fiscalização, passando o pároco a levar os livros ao Arcipreste ou seu representante, a fim de serem «*vistos e aprovados*».

Das 101 «visitações» resultaram 31 recomendações e 7 advertências com uma penalização. Uma boa parte das advertências e das recomendações situam-se durante o período coincidente com «a vigência do prelado D. Rodrigo Moura Teles»⁽⁶¹⁾, que lhe impôs uma orientação de maior rigor e exigência.

⁽⁶⁰⁾ Constituições (...), Tit. II, f. 25.

⁽⁶⁰⁾ Cf. Franquelim Neiva Soares, 1981, *Visitações e Inquéritos Paroquiais da Comarca da Torre de Moncorvo de 1775-1845*, ed. autor, Braga, pp. XVIII-XXI.

⁽⁶¹⁾ N. Amorim, 1983, *S. Pedro de Poiares e a sua População de 1561 a 1830*, Brigantia, nº 3, vol. II, p. 284.

QUADRO VI
As «Visitações» entre 1670 e 1870

Décadas	Século XVII	Século XVIII	Século XIX
1ª		1700 b) 1701 1703 1705 1708	1802 1804 1806 1808 b)
2ª		1710 1713 1714 b) 1715 b) 1716 1717 a), b) 1718 b) 1719	1810 1812 1815 1819
3ª		1720 1721 1722 b) 1723 a) 1724 a), d) 1726 b), c) 1728 1729 a)	1822
4ª		1730 1731 1732 1735 1736 1737 1738	1831
5ª		1741 1742 1744 1745 b) 1746 b) 1747 b)	1845

(Continua)

(Cont. do Quadro VI)

Décadas	Século XVII	Século XVIII	Século XIX
6ª		1750 1751 1754 1757	1853 b), c), e) 1855 e) 1856 e) 1858 e) 1859 e)
7ª		1760 b) 1761 b) 1763 1765 b) 1767 b)	1860 e) 1861 b), e) 1862 b), c), e) 1864 e) 1865 e) 1866 e) 1867 e) 1868 e) 1869 e)
8ª	1673 1674 b) 1676 1677 a) 1678 a)	1771 1773 b) 1777	1870 e)
9ª	1683 b) 1685 1686 1687 1688	1780 b) 1782 b) 1784 1786 1788	
10ª	1690 1691 a) 1692 1694 1696 1697 1698	1791 1793 1795 b) 1799	

- a) Advertências.
 b) Recomendações do Visitador.
 c) Duas visitas nesse ano.
 d) Advertência com penalização.
 e) Os livros foram «revisos e aprovados» pelo Arcipreste.

Com efeito, o Visitador Maciel faz constar em acto de visitação de 1 Novembro de 1691, no livro de baptismos «o cura fique advertido que quando baptizar p.º fazer logo os assentos sob a pena de se lhe dar em culpa». Esta reprimenda ao cura André Alvares vem, por um lado, por cobro a que os assentos fiquem fora do devido lugar, embora não definitivamente, e, por outro, a que não deixem de ser lavrados. A recomendação parece-nos que foi cumprida, uma vez que não vemos segunda do género, apesar do mesmo cura ter continuado a redigir os assentos até 1708.

Em visitação de 29 de Julho de 1714, o Visitador P.e Cruz, recomenda que o «Rvdº Pároco faça assinar os padrinhos sabendo ler, e não sabendo duas testemunhas», norma que o pároco Francisco da Cruz suspendera, ao lavar os assentos de baptismos, quando, em 6 de Julho de 1712, iniciara a sua actividade de redacção.

A recomendação foi cumprida pelo pároco. No entanto, na visitação de 30 de Outubro de 1722, roga-se ao mesmo pároco que «na forma da Constituição, além do padrinho para assinar mais duas test^{es}».

Recomendações semelhantes são frequentes nos livros de baptismos e casamentos, o que nos revela que tais observâncias nem sempre respeitadas eram particularmente importantes para a Igreja. Deste modo, na visitação de 2 de Agosto de 1746 o Visitador deixava escrito: «mande assinar os padrinhos e duas testemunhas».

Particularmente importante, para o nosso trabalho de reconstituição de famílias, foram as determinações respeitantes à boa identificação dos parentes do baptizado, de acordo com as ordens do Visitador Azevedo, que em 24-10-1747, manda que «em todos os assento que fizer in futurum escrevã os nomes dos avos paternos e maternos nos termos dos baptizados e sendo nascido de illigítimo somente os maternos». Posteriormente, não tendo sido cumprida a determinação na íntegra, o Visitador Rodrigues, em acto de visitação de 15 de Agosto de 1765, recomenda que «o Rvdº pároco declare nos assentos o nome naturalidade dos avos maternos e paternos». Até final não encontramos mais recomendações do género, embora delas houvesse necessidade.

Outras indicações importantes quanto à arrumação e substância, a ter em conta na feitura dos assentos, e que a serem cumpridas teriam facilitado em muito a nossa leitura, são as determinações resultantes das visitas de 1723 e 1724. Assim, refere-se, na recomendação deixada em 23 de Dezembro de 1723, pelo Visitador Sousa, da forma seguinte: «o pároco deveria ensinar o cura a pena e obrigação que deve ter na observância de escrever sem breves e entrelinhas os

acentos de baptismo de cujo efeito merecia a pena da mesma pastoral. Apesar do pároco Francisco da Cruz já ter deixado de fazer os assentos, em 27 de Abril de 1724, o seu pouco zelo, é, ainda, alvo da *visitação* de 28 de Outubro desse mesmo ano, quando já o pároco encomendado Caetano Gonçalves redigia os respectivos assentos, assim: «*sendo ja admoestado que nos assento observe a Const. e q. não usasse nelles de breves, não mostra nos 14 que fez emmenda, porque em nenhu dis aonde baptizou, e sendo as madrinhas solteiras, não dis de q.m sam filhas, e sendo casadas em m.tos não dis de q.m sam m.ers usando em m.tos de breves (...)*». Resultando daqui as únicas penas que conhecemos ao longo dos cerca de duzentos anos que observámos, na forma seguinte: «*Por cujas omissoins devia ser asperam.te condemnado, fique advertido de observar a Const. e entre de 3 dias venha per.te mim pagar treze mil reis em q. o condeno*».

Também o pároco encomendado não foge à pena por ter omitido em oito assentos, o que já referimos, em supra, e por isso «*venha p.te mim pagar oito centos reis em que o conderno, e o alivio da mais penas*».

Estas penalizações situam-se no período em que as orientações eram mais severas e mais rígidas, não correspondendo, de facto, a um momento especial de desorganização e desleixo da redacção paroquial.

Outra admoestação importante a ter em conta, para a melhor ordenação e apresentação dos assentos, deve-se à falta de cuidado em «*deixar de fazer os assentos nas margens e não escreva nelas*», como recomenda o visitador Gonçalves, em 7 de Agosto de 1767. O mesmo se reitera na *visitação* de 23 de Outubro de 1782, efectuada pelo Visitador Borges. Mas só no final da nossa observação é que estas recomendações foram cumpridos.

No tocante aos livros de casamentos, a postura mantém-se semelhante, embora mais suave e sem condenações.

Na *visitação* de 20 de Novembro 1674, a primeira da nossa observação, recomenda-se que se «*diga nos assentos se receberão em sua presença, e tambem declare os nomes dos pais e maes dos contrahentes*», norma que, se fosse bem cumprida, seria muito importante para a reconstituição de famílias, facilitando-nos a correcta identificação dos casais. Na *visitação* de 27 de Julho de 1677 o Visitador Lago, insiste na observância: «*e fique advertido o P. Coadjutor, diga nos assentos se receberão em minha presença ou informe de fulano Vigário desta Igreja e ainda diga e da mayor p.te da frg.ª sempre he de nomear ao menos duas Las por seus nomes na forma que que dispoem o Rytual Romano*», como recordando que a cerimónia era um sacramento que deveria ser aberta à

comunidade, e como prova da sua celebração manda que pelo menos duas testemunhas assinassem os termos perante o pároco.

A *visitação* de 22 de Setembro de 1700 reitera o pedido na boa identificação dos nubentes, fazendo constar «*pelos nomes próprios e dos apellidos*». Idêntica preocupação, na correcta identificação dos nubentes, manifesta o Visitador Rodrigues, em acto de *visitação* de 2 de Novembro de 1780, deixando lavrado a determinação seguinte: «*princípie os assentos pelos nomes dos contrahentes*».

Outras determinações são meramente formais e com menos importância para nós, como a *visitação* de 29 de Outubro de 1726, em que o visitador Sousa deixa escrito que «*quando dis na forma do direito, dis melhor dizendo na forma da Igreja do Concílio Tridentino e da Constituição*».

Merecem mais atenção as recomendações sobre as «*bênçãos*», pelo que o Visitador Rego, em 2 de Janeiro de 1726, manda «*para se declarar onde assiste o matrimonio e se ministra as bênçãos*». Mas o impedimento de não dar as «*bênçãos*» em «*tempus feriarum*», definido pelo Concílio de Trento, leva a que «*acabado o tempo de proibição das bênçãos devem chamarsse os contrahentes p. se lhe darem*»⁽⁶²⁾, como se refere em *visitação* de 26 de Junho de 1808.

As recomendações, no tocante aos registos de óbito, são dirigidas numa primeira fase para o cumprimento do «*legado pio*», sendo prova bastante o aviso deixado, em *visitação* de 23 de Outubro de 1715, pelo Visitador Moura, na forma seguinte: «*Visto em visitaçom, o R.d.º Paracho escreva as formas dos testamentos e todos os legados pios para a todo tempo constar, no caso que se perda o testamento ou peressa por culpa dos erdeiros*».

As *visitações* de 2 de Janeiro de 1726 e de 29 de Agosto, do mesmo ano reforçam aquela orientação, do seguinte modo: «*o reverendo pároco (...) diga quem ficou herdeiro, tanto nos ab intestados e nos com testamento*», reiterando a mesma postura o Visitador Sousa, que refere: «*não declarou nos assentos os herdeiros dos ab intestados (...) que se lhe mandou*», recomendando-lhe que o fizesse.

Também a preocupação com a boa identificação dos falecidos se manifesta na *visitação* de 3 de Agosto de 1761, que aconselha que o pároco declare se os defuntos são solteiros, e, neste caso, que indique o nome dos pais; se fossem casados ou viúvos o nome do cônjuge ou dos seus familiares, «*sob a pena de culpa*». Mas tal determinação nem sempre foi cumprida, dificultando, por conseguinte, o nosso trabalho de identificação do óbito. Todavia, um século

⁽⁶²⁾ Refere-se ao tempo do Advento e da Quaresma.

depois, em Janeiro de 1861, o Vigário Geral de Chaves, ainda mandava que «o *Rv.do Parocho declare nos termos de óbito se os Pais e Avós são naturais dessa freguesia ou de freguesias diferentes*».

A análise das recomendações feitas pelos visitantes, ao longo do período de observação, leva-nos a avaliar positivamente a qualidade das nossas fontes, ainda que, possam existir algumas falhas, que julgamos que a metodologia de reconstituição de famílias ajudará, na sua maioria, a suprir.

1. 3. - Os Párocos

Os redactores são os principais responsáveis pela boa qualidade dos registos, não só pela maneira como tratam os livros, mas também na forma como acatam as determinações dos visitantes.

Para o primeiro período conhecemos vários redactores dos assentos paroquiais, como se mostra no quadro «*Párocos de Calvão entre 1679 e 1870*», não primando todos pelo cuidado e zelo desejados, tal como já observáramos nas visitas.

Apesar disso, não se nos afigura que tivesse havido tão grandes lacunas na redacção dos respectivos assentos que não permitam a irremediável recuperação da informação.

Assim sendo, as penas atribuídas aos párocos Francisco da Cruz e Caetano Gonçalves não são sinónimo da má qualidade dos registos, achámos até que o Visitador foi particularmente severo com o segundo, tendo em conta outros redactores que conhecemos.

O reitor João Rodrigues de Oliveira, permanecendo durante muito tempo na paróquia, ajudado por coadjutores, imprimiu uma nova dinâmica de correcção e clareza na redacção dos respectivos assentos. Coincide com a sua longa vigência uma advertência e três recomendações, uma das quais ao seu cura, André Álvares, que se esquecia de «*fazer logo os assentos*».

Segue-se um período de certa instabilidade, mas bem fiscalizado pelo visitantes, coincidente com o tempo em que o pároco Francisco da Cruz (1712-1724), que alternou com mais cinco padres, na redacção dos assentos, acabou por ser alvo de várias recomendações, de três advertências e de uma penalização. Diga-se, no entanto, que houve uma certa preocupação em que os assentos aparecessem arrumados e com margens, se bem que de difícil leitura.

QUADRO VII
Párocos de Calvão
(1670 - 1870)

Início de Observação	Párocos	Fim da Observação	Óbito
01-01-1680	João Rodrigues Oliveira a)	22-04-1712	14-06-1712
17-02-1681	Bento Fernandes d)	17-02-1681	
10-05-1670	André Álvares c)	16-02-1708	03-10-1720
30-12-1696	Gregório Domingues c)	26-12-1735	21-12-1780 ?
02-12-1693	Francisco Fernandes d)	26-01-1694	
04-03-1705	João Martins c)	19-07-1717	29-03-1720
22-06-1712	Francisco Cruz c)	27-04-1724	
12-06-1718	Simão Martins e)	30-03-1719	09-08-1724
27-04-1718	Marcelo Teixeira Carvalho d)	15-06-1718	
21-09-1719	Giraldo Alves c)	06-08-1721	
28-05-1724	Caetano Gonçalves d), c)	22-06-1731	
22-03-1726	António Álvares c)	01-06-1741	27-01-1744
27-07-1727	Miguel Alves c) f)	04-06-1735	
27-10-1737	João Fernandes d)	24-12-1741	
19-06-1742	Bento Peixoto Almeida c)	29-07-1758	
11-10-1758	Francisco Alves Chaves d), a), (1)	19-03-1791	07-09-1791
27-04-1768	Manuel Alves Guerra a)	08-02-1785	
10-09-1791	João Gonç. Coelho c)	15-09-1791	
19-10-1791	Manuel Ant. Mendes b)	20-03-1792	
15-05-1792	Ant. Ribeiro Alvarenga a)	02-07-1797	

(Continua)

(Cont. do Quadro VII)

Início de Observação	Párocos	Fim da Observação	Óbito
07-08-1793	Jacinto de Moura Queirós f)	03-05-1801	
06-12-1795	Domingos Fernandes Ribeiro f)	17-04-1796	
01-02-1797	Francisco Silva d)	23-08-1797	
29-10-1797	António J. Alves Rua a)	03-08-1823	
26-12-1803	António Conç. Amaro d)	26-12-1803	
05-09-1804	António Rodrigues Araújo f)	05-06-1849	06-11-1856
28-11-1805	Manuel Martins d)	28-11-1805	
01-05-1815	Manuel Alves Chaves c)	02-03-1834	04-08-1836
28-07-1823	António Barroso Coelho a)	09-09-1849	05-10-1851
05-03-1834	João António Pereira d)	24-05-1834	
04-06-1834	Ant. José Alves Rua c)	07-11-1847	
20-10-1849	José Ant. Barros d)	08-08-1852	
06-08-1852	José Lopes Freitas a)		

(1) É mencionado como Reitor num testamento do ano de 1773, sem dia e mês.

- a) Reitor.
- b) Reitor encomendado.
- c) Coadjutor.
- d) Encomendado.
- e) Clérigo de menores.
- f) Cura.

Menos sorte teve o pároco Caetano Gonçalves que, apesar de evidenciar um certo apurmo na redacção e apresentação dos assentos, foi severamente penalizado, na mesma visitação, quando tinha feito somente oito registos.

Até finais do século conhecemos vários redactores, em que são frequentes a falta de uma boa identificação das pessoas, o esquecimento de alguns elementos, a juntar a uma letra pouco legível de alguns deles, o que foram alguns escolhos que tivemos de contornar.

A chegada de um reitor encomendado, Manuel Alves Mendes, em 19 de Outubro, de 1791, pouco alterou a situação existente, dando contudo uma melhor apresentação aos registos, no que foi seguido pelo reitor António Ribeiro Alvarenga, nos anos seguintes.

Em 25 de Outubro de 1797, encontrámos o primeiro assento lavrado pelo reitor António Alves Rua, que até 1823 demonstrou sempre um cuidado especial na redacção dos respectivos registos.

O novo reitor António Barroso Coelho, lamentavelmente, não lhe seguiu o exemplo, escrevendo com menos atenção e cuidado. Alternou na redacção com os «coadjutores», Manuel Alves Chaves, João Pereira e António José Alves Rua. Este último, homónimo do reitor António José Alves Rua, prima também pela boa apresentação e qualidade dos seus registos.

Finaliza a nossa observação quando se mantinha, como reitor, José Lopes Freitas, que melhorou o nível de precisão e de clareza, coincidente com um novo formulário e uma nova arrumação do assento.

Se é certo que o nosso trabalho depende, em boa parte, da qualidade das nossas fontes, bem poderemos dizer que o valor dos registos nos impulsionam a um estudo da população e da sociedade rural de Calvão. Uma vez os «caboucos» lançados, esperamos ter a perseverança e audácia suficientes para levar a bom termo o trabalho encetado.

2. A Metodologia

Em 1956, Louis Henry e Michel Fleury criaram um método de micro-análise como instrumento de observação demográfica das sociedades do Antigo Regime, substituindo a análise transversal, aplicada ao estudo das estruturas da população num momento dado (censos), pela análise longitudinal sobre os actos vitais que decorrem no tempo. Esta metodologia terá possibilitado, segundo Dupâquier, que a Demografia tivesse passado da idade da fotografia à idade do cinema⁽⁶³⁾.

O método consiste no levantamento de fichas de acto de baptismo, matrimónio e óbito de todos os indivíduos da paróquia, de cor rosa para os primeiros, branca para os segundos e verde para os últimos. No passo seguinte, uma vez que o casamento é o fundamento da família conjugal nas sociedades do passado, trasladam-se os dados das fichas de acto, classificando-os numa «*ficha de família*»⁽⁶⁴⁾. Procedendo-se, posteriormente, aos cálculos estatísticos que essas informações permitam.

Não obstante, «*El método de reconstitución de las familias, que forma la entradã de la demografía histórica, há sido concebido para el estudio de la fecundidade, no para el de la mortalidade (...). Así, las monografías parroquiales han renovado nuestro conocimiento de las actitudes y de los mecanismos reproductores de la especie, pero han añadido bien poco a lo que ya se sabia acerca de su extinción. (...) Las investigaciones individuales componen un rompecabeças de imposible ensamblamiento. Las monografías no han franqueado el acceso a la síntesis. Los arbores impiden ver el bosque*»⁽⁶⁵⁾. Também Dupâquier chama a atenção para as limitações do método de «*reconstituição de famílias*»⁽⁶⁶⁾, inventado para o estudo da fecundidade legítima e com inúmeros frutos em Demografia Histórica, na História da Família e na História Social, carecendo, todavia, de ser repensado para o estudo da mortalidade, da nupcialidade e dos movimentos

⁽⁶³⁾ Jacques Dupâquier, 1988, «los orígenes de la demografía histórica: su situación en Francia», in V. Pérez Moreda e David Reher (eds), *Demografía histórica en España*, Ed. El Arquero, Madrid, p. 32.

⁽⁶⁴⁾ *Ibidem*, pp. 26-27.

⁽⁶⁵⁾ Jordi Nadal, 1980, «Prologo», in Vicente Pérez Moreda, *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo XXI, p. 8.

⁽⁶⁶⁾ «L'ambition des historiens démograpes ne peut se limiter à l'étude de la fécondité légitime. Ce qu'il importe savoir, c'est comment ce facteur s'articule avec les autres paramètres du régime démographique: nupcialité, mortalité, migrations. Ces facteurs interfèrent entre eux pour constituer un système socio-démographique dont le bilan se traduit par la croissance, la stagnation ou le déclin de la population», in *Pour la démographie historique*, ob. cit., p. 118.

migratórios, sem os quais não se poderá compreender o jogo das variáveis demográficas numa sociedade do Antigo Regime.

A metodologia de «*reconstituição de paróquias*»⁽⁶⁷⁾, utilizada no nosso trabalho, superou estas insuficiências⁽⁶⁸⁾, apresentado-se como um novo passo na organização da informação e da valorização do património histórico, permitindo-nos uma maior aproximação aos fenómenos demográficos e possibilitando o cruzamento com as informações nominais provenientes dos testamentos.

Este método «*significa hoje formar uma base de dados em que, em encadeamento genealógico, é acompanhado o percurso demográfico de cada indivíduo residente na área em estudo*»⁽⁶⁹⁾, e, segundo a sua autora, processa-se em três fases distintas, cada uma com etapas próprias: «*A primeira fase corresponde à reconstituição de famílias e supõe um trabalho aturado de crítica e cruzamento de fontes. A segunda fase é inteiramente automática e consiste em, a partir do cruzamento entre as fichas de família, organizar, em fichas individuais, a informação sobre os actos vitais dos naturais da área em estudo, com os respectivos elos genealógicos. A última fase é um trabalho sistemático sobre essas fichas individuais para inclusão dos imigrantes, apuramentos finais e marcação manual de início e fim de observação nos casos pertinentes*»⁽⁷⁰⁾.

Começamos por organizar, num caderno alfabetado, os agregados conjugais a partir do levantamento dos actos de baptismo, anotando, no lado esquerdo das fichas, os dados relativos aos progenitores e, no lado direito o(s) nascimento(s) arrolado(s). Nestas fichas inserimos as informações relativas aos actos de baptismo, casamento e óbito, distinguidas pela utilização de canetas de cores diferentes: azul para os dados provenientes dos assentos de baptismo, verde para as informações extraídas dos registos de casamento, e vermelha para as notas do óbito. Com o cruzamento dos dados relativos aos casamentos e aos óbitos com os dados das fichas, apresenta-se-nos a família reconstituída.

⁽⁶⁷⁾ Metodologia desenvolvida por Norberta Amorim desde há mais de duas décadas.

⁽⁶⁸⁾ Para o estudo comparado entre duas metodologias, veja-se Ana Sílvia Volpi Scott, 1995, «Reconstituição de Famílias e Reconstituição de Paróquias», in *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para a História das Populações*, Actas do III congresso da ADEH, vol. 1, Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento, pp. 89-100.

⁽⁶⁹⁾ Norberta Amorim, *Demografia Histórica. Um programa de docência*, ob. cit., p. 11.

⁽⁷⁰⁾ N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul Do Pico (...)*, ob. cit., p. 23.

No caso dos filhos ilegítimos e enjeitados, procedemos à elaboração de uma ficha de acto, anotando todos os dados, por forma a identificar a mesma mulher em sucessivas maternidades. Em seguida, transcrevemos os dados obtidos para as fichas normais de famílias.

Perante casais sem descendência conhecida, abrimos uma ficha no ficheiro de famílias com os dados que lhe são adstritos.

Desta forma, este processo metodológico apresenta-se-nos rápido, seguro e rentável, permitindo-nos, como já referimos, cruzar as informações nominais com outras provenientes de outros documentos, como a dos testamentos, possibilitando-nos abordagens multidisciplinares.

Copiámos, então, os dados organizados para um ficheiro electrónico do Fox-Pro, seguindo-se uma fase inteiramente automática, já anteriormente aludida, feita através do programa **Reconst**, que, a partir do cruzamento das fichas do ficheiro de famílias, organiza os dados em fichas de indivíduo, para todos os naturais da paróquia.

Procedemos depois à inserção, no ficheiro de Indivíduos, dos residentes não naturais, digitando toda a informação disponível. Nova etapa, que consiste em apurar a informação, revendo as datas dos óbitos ainda não identificados e discernindo sobre os casos duvidosos.

A etapa seguinte prende-se com marcar o início e fim de observação do indivíduo no quadro da paróquia. Numa paróquia rural do passado, em geral, estas coincidem com o nascimento e com o óbito do indivíduo, mas nem sempre ocorreu assim, uma vez que alguns efectivos «entraram» pelo casamento, pelo nascimento de um filho e outros só foram detectados ao óbito. O fim da observação levanta-nos mais problemas, não só pela inexistência de documentos de «saída» ou do registo de óbito infantil, mas também pela má identificação ao óbito, motivada pelas normas utilizadas nos registos portugueses. Nestes casos, «quando não dispomos de registos sistemático de mortalidade infantil (...), pode não ter significado a tentativa de marcar um fim de observação em todos os casos»⁽⁷¹⁾, o que se tomou em consideração.

Temos, assim, organizado o ficheiro, com a trajectória vital de cada residente, aberto a informações nominativas provenientes dos testamentos.

A última etapa tem a ver com a marcação dos inícios e fins de observação, mas agora nas fichas de família, com a sua classificação, segundo uma tipologia.

⁽⁷¹⁾ N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul Do Pico (...)*, ob. cit., p. 34.

No tocante à primeira tarefa, quando não tínhamos a data de casamento ou a data de óbito do primeiro cônjuge falecido, o início ou o fim de observação foram marcados com base na primeira e na última datas que nos indicam a residência da família na paróquia.

Na classificação das famílias, para o seu tratamento informático, socorremo-nos da tipologia usada no N.E.P.S. (Núcleo de Estudos de População e Sociedade), e desenvolvida por Norberta Amorim⁽⁷²⁾, que não nos dispensamos de transcrever:

«**Tipo 1** - Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 2 - Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de nascimento da mulher.

Tipo 3 - Famílias das quais conhecemos a data de casamentos, a data de nascimento da mulher e desconhecemos a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 4 - Famílias das quais conhecemos a data de casamento, e desconhecemos a data de nascimento da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 5 - Famílias das quais conhecemos o nascimento de todos os filhos, a data de nascimento da mulher, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento.

Tipo 6 - Famílias das quais conhecemos o nascimento dos filhos, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento, e a data de nascimento da mulher.

Tipo 7 - Todas as famílias que não se enquadram nas classes anteriores e todas aquelas nas quais se detecte sub-registo de baptizados.

Chegados ao fim, constatamos que a metodologia se revela extremamente proveitosa, na medida em que nos dota de instrumentos de trabalho indispensáveis a uma execução rigorosa das tarefas seguintes.

⁽⁷²⁾ *Ibidem*, p. 35.

debe e de... (faded text)

debe e de... (faded text)

debe e de... (faded text)

debe e de... (faded text)

debe e de... (faded text)

debe e de... (faded text)

debe e de... (faded text)

debe e de... (faded text)

debe e de... (faded text)

El matrimonio é un acto social, por principio, voluntario, que pode ser considerado como un contrato jurídico, e tamén un sacramento para os católicos, e que baixo algunhas condicións pode ser considerado como un contrato social e «intermediario» cognitivo. De acordo con isto, Santo Tomás de Aquino dá ao casamento a grande definición de parentesco que permite ao que se refire ao matrimonio (1). En 4, un vínculo, unha realidade psicolóxica, o fundamento de toda vida familiar que sempre convivia é a nupcialidade.

A nupcialidade ado a súa natureza microbiológica que convivia en funcións de a diversidade e diversidade psicolóxica, natural, de intereses e de valores interfectivos e de valores.

Por ende a súa natureza microbiológica sempre está relacionada con un valor psicológico e un valor psicológico, e de valores psicológicos, e de valores psicológicos.

CAPÍTULO II A Nupcialidade

Devese, en primeiro lugar, un tratado de Nupcial, desde a Wright e Code, a súa existencia e a súa natureza, a diversidade de valores psicológicos de nupcialidade, e de valores psicológicos de nupcialidade, e de valores psicológicos de nupcialidade, e de valores psicológicos de nupcialidade.

Apart ditas, é un aspecto a importancia de nupcialidade, desde de espírito, na súa natureza de Nupcialidade, e de valores psicológicos de nupcialidade, e de valores psicológicos de nupcialidade, e de valores psicológicos de nupcialidade.

(1) Cf. San Tomé de Aquino, 1265, Summa Theologiae, I-II, q. 44, a. 1, ad 2.

(2) Cf. A. de Saint Thomas, 1265, Summa Theologiae, I-II, q. 44, a. 1, ad 2.

(3) Cf. A. de Saint Thomas, 1265, Summa Theologiae, I-II, q. 44, a. 1, ad 2.

(4) Cf. A. de Saint Thomas, 1265, Summa Theologiae, I-II, q. 44, a. 1, ad 2.

(1) Cf. San Tomé de Aquino, 1265, Summa Theologiae, I-II, q. 44, a. 1, ad 2.

O casamento é um acto social, por princípio, voluntário, que pode ser considerado como um contrato jurídico, e também um sacramento para os católicos, a que Santo Agostinho atribuiu três bens: «*proles*» (descendência), «*fides*» (fidelidade) e «*Sacramentum*» (sagrado). Do mesmo modo, Santo Tomás de Aquino via no casamento o gerador de «*laços de parentesco que permitirão ao filho integrar-se na sociedade*»⁽⁷³⁾. Ele é, sem dúvida, numa sociedade pós-tridentina, o fundamento de uma célula familiar cuja função essencial é a reprodução.

A nupcialidade não é uma variável microdemográfica cujo aumento ou diminuição afecte directamente a dinâmica populacional, contudo, ela intervém nessa dinâmica indirectamente através da natalidade⁽⁷⁴⁾.

Foi devido a esta situação que a Demografia Histórica terá relegado para um plano secundário o estudo deste comportamento demográfico, conferindo à mortalidade um papel determinante na dinâmica das sociedades tradicionais.

Deve-se, em primeiro lugar, aos trabalhos de Hajnal, depois a Wrigley e Coale, e, mais recentemente, a Dupâquier, entre outros, a demonstração do papel fundamental da nupcialidade como fenómeno auto-regulador das populações do Antigo Regime. Desenvolve-se, assim, a formulação de um modelo homeostático de um sistema demográfico do Antigo Regime, em que a nupcialidade assume o papel de variável reguladora, relacionada com a criação de novos agregados domésticos⁽⁷⁵⁾.

Apesar disso, e sem negarmos a importância da nupcialidade, somos da opinião, na mesma linha de Norberta Amorim de que «*tanto a mortalidade como a mobilidade podem ter, no período, efeitos mais imediatos e decisivos*»⁽⁷⁶⁾ no equilíbrio das populações do Antigo Regime.

⁽⁷³⁾ Cf. Jean-Louis Flandrin, 1991, *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Editorial Estampa, pp. 187-188.

⁽⁷⁴⁾ Cf. J. Manuel Nazareth, 1988, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, p. 291.

⁽⁷⁵⁾ Cf. Robert Rowland, 1988, «Sistemas matrimoniais en la Península Ibérica (Siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional», in V. P. Moreda e D. S. Reher, (eds), *Demografía histórica en España*, ed. Akero, Madrid, pp. 72-137.

⁽⁷⁶⁾ Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, ob. cit., p. 89. Veja-se também Vicente Pérez de Moreda, 1980, *Las crisis de mortalidade en la España interior. Siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo XXI, pp. 60-61. «La crisis demográfica, en las poblaciones antiguas, era la principal forma de manifestarse el mecanismo del cambio demográfico».

Assim, e tendo em conta que as primeiras núpcias marcam normalmente o início do ciclo reprodutivo, inclinamo-nos por começar o nosso estudo pela análise da idade média ao primeiro casamento, tendo presente que a idade da mulher ao contrair matrimónio, pesa muito mais, sob o ponto de vista demográfico, que a do homem, uma vez que o umbral da sua vida reprodutiva se situa abaixo dos 50 anos de idade. Pelo que, uma mulher que case tardiamente vê a sua capacidade reprodutiva substancialmente diminuída, constituindo, assim, «a verdadeira arma contraceptiva» no dizer de Pierre Chaunu⁽⁷⁷⁾. Assim sendo, não ficará a fecundidade prisioneira dos hábitos sociais e culturais das populações do passado?

1. A Idade Média Ao Primeiro Casamento

Na verdade a idade média ao primeiro casamento é um dos principais parâmetros a ter em conta no estudo da nupcialidade, sendo até um factor fundamental no sistema demográfico da Europa Ocidental, que John Hajnal desenvolveu⁽⁷⁸⁾.

A fim de estabelecermos uma primeira periodização, começámos o estudo deste importante indicador da nupcialidade por décadas (análise transversal), desde 1730 a 1859⁽⁷⁹⁾. A primeira data prende-se com o facto do início da observação dos registos de nascimentos se colocar em 1680 e não haver, durante o século XVIII, indicação de idade dos nubentes na data do seu casamento, nos respectivos assentos de matrimónio.

Convencionou-se, também, que o celibato definitivo era atingido passados os 50 anos de idade. Desta feita, poderemos observar de forma adequada todos os indivíduos nascidos dentro da observação em risco de contrair matrimónio de 1730 a 1865.

⁽⁷⁷⁾ Apud François Lebrun, «Atitudes diante do Amor e do Casamento em Sociedades Tradicionais», in *População e Sociedade*, org. por Maria Luíza Marcilio, Ed. Vozes, Petrópolis (Brasil), p. 180.

⁽⁷⁸⁾ «European Marriage Patterns in Perspectives», 1965, in *Population in History. Essays in Historical Demography*, edited by D. V. Glass and D. E. C. Eversley, London, Edward Arnold, pp. 101-143.

⁽⁷⁹⁾ Norberta Amorim, *Guimarães de 1580-1819* (...), ob. cit., p. 75, refere «se, estudar a idade ao primeiro casamento por períodos de tempo, são os primeiros 50 anos de observação que são eliminados, mas os cálculos podem desenvolver-se até finais». Por conseguinte, dado que a nossa observação se inicia em 1680 e acatando esta recomendação, começámos a nossa periodização em 1730. Advéra, assim, a possibilidade de melhor podermos analisar o miolo do século XIX, onde se inserem os últimos 50 anos.

Saliente-se que, na análise da idade média ao primeiro casamento, foram considerados todos os indivíduos com data de nascimento conhecida e com idade ao casamento compreendida entre 12 e 50 anos.

Com base nestes pressupostos calculámos as idades de acesso à primonupcialidade, para ambos os sexos, do qual resultou o quadro «Idade ao primeiro casamento, por períodos decenais»⁽⁸⁰⁾.

Refira-se, desde já, que o volume de nubentes do sexo feminino é sempre superior aos do sexo masculino, à excepção do registado na última década do século XVIII.

De uma breve análise dos resultados obtidos podemos constatar, como nota dominante, a grande dificuldade de acesso ao matrimónio, quer por parte do sexo masculino, quer do feminino, registando-se uma idade média global de acesso ao primeiro casamento de 28,9 e 28,2, respectivamente. A persistência de um matrimónio tardio questiona-nos, desde já, sobre os factores que condicionaram o acesso à formação de

QUADRO VIII
Idade média ao primeiro casamento
(períodos decenais).

Períodos	Idade da Mulher		Idade do Homem	
	Nº Abs.	Idade Média	Nº Abs.	Idade Média
1730-39	11	27,8	8	24,9
1740-49	19	29,5	9	25,1
1750-59	23	32,0	16	30,4
1760-69	21	31,9	14	29,4
1770-79	25	28,3	20	29,9
1780-89	25	27,6	12	30,8
1790-99	20	25,4	16	28,4
1800-09	38	24,6	32	27,6
1810-19	24	24,8	21	26,5
1820-29	18	23,9	17	30,1
1830-39	34	25,1	32	30,8
1840-49	39	27,0	35	26,3
1850-59	41	25,3	38	28,4

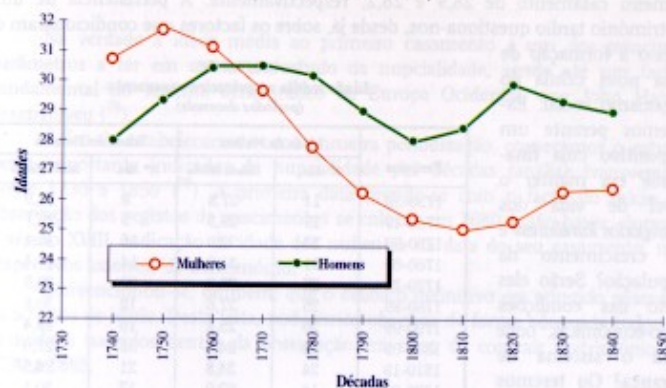
⁽⁸⁰⁾ Os cálculos apresentados são resultado da adição às idades exactas de mais meio ano, tal como recomenda Louis Henry, 1988, in *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Gradiva, pp. 76-78.

diferencial e mortalidade? Esperamos que uma análise mais atenta do fenómeno da nupcialidade nos abra horizontes mais amplos.

Assim, atentando no gráfico resultante do quadro «*Idade média ao primeiro casamento - médias móveis de 3 períodos decenais*», distinguimos claramente, que:

a) a idade média de acesso das mulheres, nascidas na paróquia de Calvão, à primonupcialidade mantém-se acima da idade média dos homens, em cerca de três anos, até meados do século XVIII;

Gráfico 9
Idade Média ao Primeiro Casamento
Análise Transversal de 1730 a 1859
(médias móveis de 3 décadas)



b) é a partir da década de 70 que se opera uma importante e profunda alteração: os homens passam a contrair o seu primeiro casamento mais tardiamente que as mulheres.

Por conseguinte, até ao terceiro quartel do século XVIII, constata-se claramente um menor atraso do homem que da mulher, ao primeiro casamento; comportamento que contrasta com a maior parte dos modelos demográficos

nostros conhecidos, mas que se enquadram nos últimos resultados obtidos pelo N.E.P.S. da Universidade do Minho ⁽⁸¹⁾.

c) a idade média das mulheres por ocasião do seu primeiro casamento, apesar de começar a descer acentuadamente após 1740, mantém-se sempre alta até finais do século XVIII, momento em que desce abaixo dos 26 anos ⁽⁸²⁾. Representará esta dinâmica de aceleração da nupcialidade, uma resposta ao abatimento populacional dos meados do século de Setecentos?

d) idêntica tendência é acompanhada pela dos homens, à distância de cerca de três anos, voltando a subir nas primeiras décadas do século XIX. Ainda assim, as idades de acesso ao primeiro matrimónio, em Calvão, continuam a ser muito elevadas, apesar deste pendor de descida;

e) no início do século XIX verifica-se uma inflexão das idades médias ao primeiro casamento, para ambos os sexos, embora, mais acentuada nas mulheres, fixando-se para estas próxima dos 25 anos ⁽⁸³⁾, enquanto que a idade dos seus companheiros oscila à volta dos 27 anos.

Convém referir, para melhor compreendemos a tendência deste comportamento, que durante o período mencionado, a morte penalizou fortemente estas gentes, especialmente em 1800 e 1810 ⁽⁸⁴⁾, o qual terá sido a grande responsável, a nosso ver, pela vigorosidade do fenómeno de nupcialidade entre 1800 e 1819, à semelhança do verificado noutros estudos ⁽⁸⁵⁾.

f) com o início do segundo quartel do século XIX, a idade média de acesso ao matrimónio sobe de novo, para ambos os sexos, acima dos 26 anos, para as mulheres e dos 29, para os homens.

Poderemos concluir, em jeito de síntese, que os jovens nascidos na paróquia atrasam o seu primeiro matrimónio para os últimos anos da sua

⁽⁸¹⁾ Norberta Amorim notou o mesmo comportamento para Guimarães, como fica demonstrado pela passagem seguinte: «Na zona rural, só depois de 1730, os homens parecem casar, de forma definitiva, a uma idade mais elevada, mas a diferença ainda é menor de seis meses». *Guimarães de 1580 - 1819 (...)*, ob. cit., p. 106.

⁽⁸²⁾ Se compararmos estes valores com os encontrados por Norberta Amorim para as paróquias transmontanas, Póiares, Cardanha e Rebordões, para o séc XVIII, podemos afirmar que as idades médias ao 1º casamento, para um e para outro sexo são mais elevadas em Calvão que nas paróquias nordestinas estudadas. Cf. *S. Pedro de Póiares e sua População*, ob. cit., pp. 544-547.

⁽⁸³⁾ Esta tendência de baixa também se verifica em S. Pedro de Póiares. Cf. Norberta Amorim, *Idem*, p. 545.

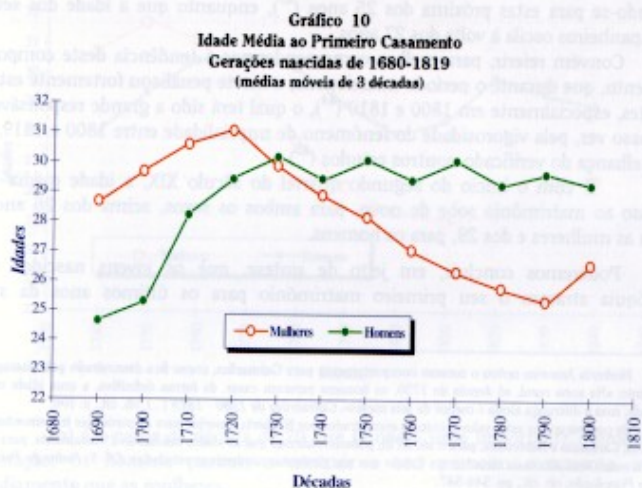
⁽⁸⁴⁾ Em Calvão, durante este período, registaram-se duas crises de mortalidade adulta: uma em 1800, fruto quicá de uma epidemia; e outra, em 1809, provocada pela invasões francesas, seguidas, por ventura do tifo exantemático e disenterias. Fica, no entanto, a dúvida!

⁽⁸⁵⁾ Cf. Norberta Amorim, *S. Pedro de Póiares (...)*, ob. cit., pp. 197-200.

vintena, característico do chamado «modelo de casamento ocidental»⁽⁸⁶⁾. Tal costume de contrair casamento tardiamente trouxe necessariamente importantes implicações para a fecundidade, ao eliminar a primeira quinquena de anos da capacidade reprodutiva, responsável, por sua vez, por uma diminuição da vida dos agregados domésticos, como adiante abordaremos.

Numa observação longitudinal do fenómeno, que normaliza mais as observações, retirando o efeito da conjuntura, procurámos observar o comportamento das gerações nascidas em cada dez anos, entre 1680 e 1819. Como se verifica a partir de uma breve análise do gráfico «Idade média ao primeiro casamento - médias móveis de 3 décadas, por gerações», constatamos que:

a) as médias etárias de casamento feminino se situam sempre acima dos 25 anos, salvo nas gerações nascidas na década de 1780;



⁽⁸⁶⁾ Cf. Robert Rowland, *Ibidem*, pp. 72-137.

b) até à geração nascida na década de 1730, a idade da mulher no momento de contrair matrimónio foi superior à dos homens. Aqui se nos coloca a questão do porquê da maior dificuldade de acesso ao «mercado matrimonial» da parte do sexo feminino. O que justifica esta dificuldade? Uma emigração diferencial? Uma mortalidade infantil mais penalizadora do sexo masculino? Ou o sistema de herança?

c) em contraponto, as gerações dos homens, nascidos entre 1680 e 1730, foram adiando paulatinamente o seu casamento, até uma idade próxima dos 29 anos, com ligeiras oscilações;

d) se nos fixarmos, agora, nas gerações de mulheres, nascidas entre 1730 e finais do século XVIII, detectamos uma descida progressiva e ininterrupta da idade média do seu primeiro matrimónio, passando dos 31 para os 25 anos de idade, em menos de meio século! Teria sido esta baixa fruto de uma conjuntura económica favorável, marcada pela introdução das culturas do milho e da batata? Ou por uma quebra na emigração diferencial? Ou, ainda, pelos picos de mortalidade de 1800 e 1810?

e) e, como justificar a subida das médias de idade de casamento feminino para as gerações nascidas nas últimas décadas observadas?

Afigura-se-nos que a persistência de uma idade média tardia na altura do matrimónio, para ambos os sexos, se encontrava relacionada com a estrutura dos agregados domésticos, e estes, por sua vez, com as condições sociais e económicas. Casar significa, em princípio, estabelecer uma novo lar sobre o qual se organiza toda a vida económica e também social, podendo ou não ser uma célula reprodutora. Por isso, conviria assegurar primeiramente a subsistência desse agregado, esperando herdar dos seus pais a terra necessária à exploração agrícola, ou, quando não, ganhar e poupar o suficiente a fim de fugir à miséria. Contudo, necessitamos de analisar outros indicadores para uma melhor compreensão do fenómeno. Uma segunda questão que se nos coloca é conhecer como esta sociedade rural controlava a vida sexual dos seus jovens num período tão extenso, desde a puberdade ao casamento?

2. Repartição por Grupos de Idades ao Primeiro Casamento

Vejamos como se repartiram, entre 1730 e 1859, a proporção de casos por grupo de idades à primonupcialidade, para ambos os sexos, pelos três períodos indicados ⁽⁸⁷⁾.

Pelo quadro e pelas correspondentes representações gráficas podemos constatar, *grosso modo*, que a maioria das mulheres de Calvão fez as suas primeiras núpcias entre os vinte e os 25 anos, à excepção do primeiro período, em que se atrasaram para as idades entre 30 e os 34 anos; diferentemente os rapazes preferiram casar nas idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos, baixando até para as idades dos 20 aos 25 anos, no último período.

QUADRO IX
Distribuição Proporcional por Grupos de Idades
ao Primeiro Casamento
(por períodos)

Grupos de Idades	Mulheres			Homens		
	1730-1779	1780-1829	1830-1859	1730-1779	1780-1829	1830-1859
15-19	3	12	12	5	2	1
20-24	20	36	34	24	24	38
25-29	24	34	27	31	38	28
30-34	26	9	15	21	20	17
35-39	15	6	8	13	10	8
40-44	9	2	4	5	5	5
45-49	2	0	0	1	0	4
Total	100	100	100	100	100	100

Casos há de raparigas que apressam as suas primeiras núpcias para o primeiro grupo de idades, nos segundo e terceiro períodos, ao contrário dos homens, que não se precipitaram, para o enlace, antes de cumprirem os 20 anos de idade.

Verifica-se, também, que, 26% das noivas adiaram o seu casamento para além dos 35 anos, no primeiro período. Este valor cairá para cerca de 8% no

⁽⁸⁷⁾ Julgámos que, incluído do período 1780-1829, nos permite notar a renitência do comportamento da idade média do casamento feminino em baixar para grupos mais jovens.

período imediato, recuperando, contudo, no último, com 12%. Isto diz bem das dificuldades de acesso ao mercado matrimonial, por parte do sexo feminino, especialmente durante o século XVIII.

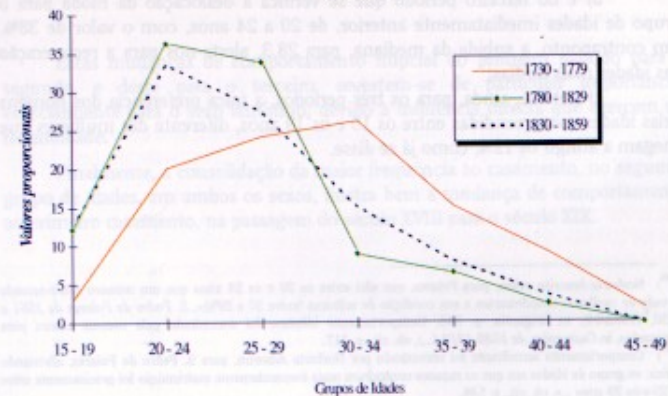
Também um número significativo de homens adiaram a sua primonupcialidade para idades superiores aos 35 anos, oscilando entre um mínimo de 15%, no segundo período, e um máximo de 19%, no século XVIII.

Para uma melhor compreensão do fenómeno fizemos acompanhar a nossa reflexão dos gráficos «Distribuição proporcional por grupos de idades, ao primeiro casamento», para ambos os sexos, cuja leitura nos permite destacar que:

a) o grupo modal da idade média da primonupcialidade feminina, para o período de 1730 a 1779, se situa no grupo de idades dos 30 aos 34 anos, demasiadamente tardia, portanto. A mediana de idades é de 33,5 anos, o que confirma a nossa ideia de um primeiro enlace seródio;

b) durante o segundo período e para o mesmo sexo, a distribuição assume-se como bimodal, com um máximo no grupo de idades de 20 a 24 anos,

Gráfico 11
Distribuição proporcional por grupos de idades
ao primeiro Casamento
(Mulheres)



seguida de um repique de valor secundário no agrupamento imediatamente seguinte;

c) no terceiro período, de 1830 a 1859, a tendência consolida-se, alcançando a maior frequência no grupo de idades dos 20 aos 24 anos, com 34%, seguindo, deste modo, o comportamento verificado nas paróquias já estudadas de Trás-os-Montes ⁽⁸⁸⁾.

A distribuição evolui, à medida que entramos para o século XIX, perdendo nas idades extremas, muito especialmente nas últimas, como já referimos, e avolumando-se nas idades mais centrais. Esta tendência verifica-se também no comportamento masculino, concentrando os casamentos, entre os 20 e os 34 anos, com valores proporcionais superiores a 80% da distribuição.

Se nos fixarmos, agora, atentamente no quadro «*Distribuição proporcional por grupo de idades ao primeiro casamento*», no que diz respeito ao comportamento masculino, observamos que:

a) durante os primeiros cem anos não se evidencia um comportamento com grandes diferenças, reforçando-se tão-só o peso das idades, dos 25 aos 29, com 31% e 38%, para o primeiro e segundo períodos, respectivamente ⁽⁸⁵⁾. Os valores da mediana, de 27,5 e 26,3, para estes períodos, confirmam a regularidade da distribuição;

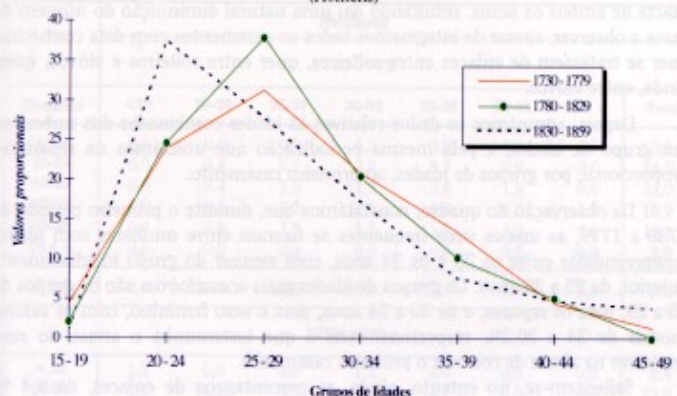
b) é no terceiro período que se verifica a deslocação da moda para o grupo de idades imediatamente anterior, de 20 a 24 anos, com o valor de 38%. Em contraponto, a subida da mediana, para 28,3, alerta-nos para a recuperação das idades mais tardias;

c) nota-se, ainda, para os três períodos, a fraca preferência dos homens pelas idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, diferente das mulheres que chegam a atingir os 12%, como já se disse.

⁽⁸⁵⁾ Norberta Amorim refere, para Póvoa do Varzim, que «foi entre os 20 e os 24 anos que um número relativamente elevado de mulheres abandonaram a sua condição de solteiras (entre 30 e 39%)», *S. Pedro de Póvoa de 1561 a 1830*, (1983/84), in Brigantia, p. 546. Comportamento idêntico foi encontrado pela mesma autora para Guimarães, in *Guimarães de 1580-1819 (...)*, ob. cit., p. 117.

⁽⁸⁶⁾ Comportamento semelhante foi encontrado por Norberta Amorim, para S. Pedro de Póvoa, afirmando assim: «o grupo de idades em que os rapazes contrairam mais frequentemente matrimónio foi precisamente entre os 25 e os 29 anos ...», ob. cit., p. 546.

Gráfico 12
Distribuição proporcional por grupos de idades
ao primeiro Casamento
(Homens)



Estas mudanças de comportamento nupcial do primeiro período para o segundo, e deste para o terceiro, revestem-se de particular importância, especialmente para o sexo feminino, devido à influência directa que exercem na fecundidade.

Finalmente, a consolidação da maior frequência ao casamento, no segundo grupo de idades, em ambos os sexos, ilustra bem a mudança de comportamento ao primeiro casamento, na passagem do século XVIII para o século XIX.

3. Idade Combinada dos Cônjuges

O volume de dados a submeter a análise neste indicador está sujeito à idade exacta de ambos os sexos, resultando daí uma natural diminuição do número de casos a observar, apesar de integrarmos todos os casamentos com data conhecida, quer se tratassem de enlaces entre solteiros, quer entre solteiros e viúvos, quer, ainda, entre viúvos.

Depois, agrupámos os dados relativos às idades combinadas dos nubentes, por grupo de idades, e pela mesma periodização que utilizámos na repartição proporcional, por grupos de idades, ao primeiro casamento.

Da observação do quadro, constatámos que, durante o primeiro período de 1730 a 1779, as uniões mais frequentes se fizeram entre mulheres com idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos, com rapazes do grupo imediatamente anterior, de 25 a 29 anos. Os grupos de idades mais «casadoiros» são os grupos de 25 a 29, para os rapazes, e de 30 a 34 anos, para o sexo feminino, com os valores modais de 34 e 30,2%, respectivamente, o que testemunha o atraso do sexo feminino na altura de contrair o primeiro casamento.

Salientem-se, no entanto, ainda, as percentagens de enlaces, de 9,4 %, obtidas pelas raparigas, com idades compreendidas entre 20 e os 24 anos, com homens do mesmo grupo de idades, e de valor igual ao do grupo imediatamente seguinte.

No segundo período, de 1780-1829, notámos que as raparigas, do grupo de idades de 20-24 anos, casaram com jovens de idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos com um valor de 18,8%. Sublinhe-se, também, que uma percentagem substancial, de 14,1%, de homens, entre os 30 e os 34 anos, preferem raparigas do grupo de idades imediatamente inferior, de 25 a 29 anos.

No último período, de 1830 a 1859, as raparigas do segundo grupo de idades (20-24) desposaram rapazes do mesmo grupo etário, num total de 19,1%, seguido pelo grupo imediato de idades, de 25 a 29 anos, em ambos os sexos, com 12,2%. Comportamento bem revelador da mudança de tendência operada na primeira metade do século XIX.

QUADRO X
Idade Combinada dos Cônjuges
Grupos de Idades
(em percentagens)

Homens	Mulheres							Total
	1730-1779							
	<19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45 e +	
< 19	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	1,9	3,8
20-24	0,0	9,4	5,7	3,8	5,7	0,0	0,0	24,5
25-29	0,0	9,4	7,5	11,3	3,8	1,9	0,0	34,0
30-34	0,0	0,0	7,5	7,5	1,9	0,0	1,9	18,9
35-39	0,0	3,8	1,9	5,7	1,9	1,9	0,0	15,1
40 e +	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	0,0	3,8
Total	0,0	22,6	22,6	30,2	13,2	7,5	3,8	100
1780-1829								
< 19	1,2	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	2,4
20-24	7,1	5,9	3,5	2,4	4,7	0,0	0,0	23,5
25-29	4,7	18,8	8,2	2,4	1,2	2,4	0,0	37,6
30-34	0,0	5,9	14,1	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0
35-39	0,0	3,5	4,7	1,2	0,0	1,2	0,0	10,6
40 e +	0,0	1,2	4,7	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9
Total	13,0	35,3	35,3	7,1	5,9	3,5	0,0	100
1830-1859								
< 19	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1
20-24	5,6	19,1	3,4	4,5	1,1	0,0	0,0	33,7
25-29	2,2	11,2	12,4	2,2	0,0	1,1	0,0	29,2
30-34	1,1	2,2	7,9	5,6	2,2	0,0	0,0	19,1
35-39	0,0	1,1	2,2	4,5	0,0	1,1	0,0	9,0
40-44	1,1	0,0	0,0	0,0	2,2	1,1	0,0	5,6
45 e +	0,0	1,1	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2
Total	11,2	34,8	28,1	16,9	5,6	3,4	0,0	100

Na intenção de aprofundarmos este indicador, construímos um outro quadro referente à «*Posição relativa dos nubentes, por grupos de idades*», para três grupos: homens mais velhos, homens e mulheres com idades iguais e mulheres mais velhas.

QUADRO XI
Posição Relativa dos Nubentes
por grupo de idades
(em percentagens)

Posição relativa dos Nubentes	Períodos		
	1730-1779	1780-1829	1830-1859
<i>Homens mais velhos</i>	28,3	66,3	45,6
<i>Homens e Mulheres da mesma Idade</i>	30,2	15,1	38,9
<i>Mulheres mais velhas</i>	41,5	18,6	15,1
Totais	100	100	100

Verificámos, *grosso modo*, que os homens nos dois últimos períodos casaram com raparigas mais novas, ou, quando muito, com raparigas do mesmo grupo etário. Situação bem diferente à verificada no primeiro período, em que tão-só 28,3% dos esposos tinham idade superior às noivas. Em contraponto, 41,5% de mulheres, no primeiro período, casaram com noivos mais novos. A reforçar esta tendência registámos, durante este período, 30,2% de casos que casaram no mesmo grupo de idades.

Passando ao período de 1780-1829, a situação inverte-se: verifica-se, por um lado, um esvaziamento do grupo que casa com a mesma idade, absorvendo apenas 15,1, contra as percentagens de 30,2, no anterior, e 38,9 no seguinte; por outro lado, 66,3% dos homens casaram com esposas mais novas, ao passo que só 18,6% das noivas desposaram cônjuges mais novos.

No último período, de 1830 a 1859, 45,6% de homens desposaram raparigas mais novas, 38,9% com a mesma idade, e apenas 15,1% tomaram por esposa uma rapariga mais velha, contra os 41,5% registados no primeiro período.

Por conseguinte, é bem possível que se verifique uma ruptura de comportamentos nos finais de Setecentos, como já vimos referindo, mas que não deixa de ser, pelo menos de momento, uma questão aliciente a que estaremos atentos.

4. Origem dos Cônjuges

Se agruparmos os dados da naturalidade dos noivos, por períodos e pelas freguesias de origem, para ambos sexos, resultaram os quadros «*Origem dos noivo(a)s de fora da paróquia*», que apresentamos nas páginas seguintes.

QUADRO XII
Origem dos nubentes
(em percentagens)

Origem dos Nubentes	Períodos							
	1670 - 1729		1730 - 1779		1780 - 1829		1830 - 1865	
	H.	M.	H.	M.	H.	M.	H.	M.
da Paróquia	66	95	65,3	89,3	73	88,5	85,2	90,4
de «Fora»	34	5	34,7	10,7	27	11,5	14,8	9,6
Totais	100	100	100	100	100	100	100	100

De acordo com os dados do quadro «*Origem dos nubentes*», por sexos e períodos, para os noivos nascidos ou não na paróquia, constatámos a existência de uma endogamia geográfica muito intensa, ao longo de toda a observação. Escolhe-se, em geral, o cônjuge dentro da paróquia, se bem que tal preferência tenha variado ao longo dos duzentos anos estudados. Da sua análise verificámos, em primeiro lugar, que houve sempre um maior número de contraentes naturais da paróquia, de ambos os sexos, com as noivas a suplantarem, em termos globais, em cerca de 20%, os seus consortes.

Estabeleceu-se, assim, uma corrente de noivos que procuraram parceiro na paróquia, se bem que na sua grande maioria eram homens.

Nas mulheres estes valores oscilaram entre um mínimo de 5%, no primeiro período, e um máximo de 11%, no terceiro, enquanto os homens o fizeram em 34,5 e 14,8 %, respectivamente. Todavia, uma análise por períodos possibilita-nos conhecer melhor a evolução deste comportamento.

Calvão - Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870)

QUADRO XIII
Naturalidade dos Noivos

Distrito	Concelhos	Freguesias	1670-1729	1730-1779	1780-1829	1830-1865	Totais
		Calvão:					
		Calvão	98	63	106	117	384
		Castelãos	34	35	37	39	145
		Total	132	98	143	156	529
V I L A	Chaves	Bustelo *	4	2	7	1	14
		Chaves	3	1	1	1	6
		Ervededo *	6	8	8	2	24
		Sanjunge *	1	4	2		7
		S. Pedro Ag.	5	2		2	9
		Searavelha *	5	1	5	7	18
		Soutelinho *	6	3	3	1	13
		Soutelo *	6	5	2		13
		Valdanta	3	1	2		6
		Outras (11)	9	8	6	3	26
	Boticas	(Três)	1	3	1	1	6
		Montalegre					
		Meixide *	3	3	2	1	9
		Outras (10)	3	3	3	4	13
	Outros	Várias (5)	5		1	1	7
BRAGA		Várias (5)	3	2	3	2	10
Outros do País		Várias (5)	3	2	1		6
GALIZA		∴	2	4	6	1	13
Totais de Fora		∴	66	52	53	27	200

* Paróquia vizinha.

A Nupcialidade

QUADRO XIV
Naturalidade das Noivas

Distrito	Concelho	Freguesias	1670-1729	1730-1779	1780-1829	1830-1865	Totais	
		Calvão:						
		Calvão	140	88	130	127	485	
		Castelãos	50	46	43	35	174	
		Total	190	134	173	162	659	
V I L A	Chaves	Bustelo *		3	1	1	5	
		Chaves	2		2	1	5	
		Ervededo *	2	1	3	1	7	
		Sanjunge *		2			2	
		Searavelha *	1		1	1	3	
		Soutelinho *		1	1	1	3	
		Soutelo *		1		1	2	
		Outras (6)		5	1	1	7	
		Boticas	(Duas)			1	1	2
		Montalegre						
		Meixide *	1	2	2	1	6	
		S. Vic. do Rio			2	2	4	
		Solveira			1	3	4	
		Outras (6)	1		3	3	7	
Outros do País		Várias (a)	1		2	2	5	
GALIZA		∴	2	1	3	2	8	
Totais de Fora		∴	10	16	23	21	70	

(a) 4 são de origem não identificada.

* Paróquia vizinha.

Assim, durante os dois períodos do século XVIII, manifesta-se uma entrada de cerca de 34 % de cônjuges masculinos, evidenciando um certo desequilíbrio «no mercado matrimonial» da paróquia ⁽⁹⁰⁾. Tal situação fica bem ilustrada com a fraca percentagem de mulheres que entraram na freguesia, através do casamento, durante os períodos homólogos. Para compreender melhor o fenómeno, nestes períodos, seria interessante conhecermos a relação de masculinidade, nas idades «casadoiras».

Para o século XIX perspectiva-se uma menor abertura desta comunidade rural, aos noivos de «fora», bem assinalada com o valor atingido no último período, de 1830 a 1865, ao mesmo tempo que se manifesta uma maior precocidade, recorde-se, da idade ao primeiro casamento. Em contraponto, a entrada de mulheres não revela um comportamento análogo, mantendo-se um fluxo de chegada próximo dos 10%, à excepção do primeiro período, que se ficou pelos reduzidos 5 %.

Nesta linha, nota-se uma nítida tendência dos indivíduos para casarem na terra da esposa, como já referimos, comportamento que não nos é estranho, pois também em Rebordãos, Cardanha e S. Pedro de Poiares, paróquias transmontanas, se manifestou o mesmo uso ⁽⁹¹⁾. Este costume impôs que fosse o sexo masculino a demandar a nossa paróquia à procura de noivas, quer em valores absolutos quer em termos relativos.

Se nos fixarmos na proveniência dos nubentes, de «Fora da paróquia», por sexos, a partir dos quadros ⁽⁹²⁾ e dos mapas n.ºs 4 e 5 «Origem do(a)s noivo(a)s», verificámos que os homens procedem de um maior número de paróquias nacionais, contrariamente à origem das noivas que é menos diversificada ⁽⁹³⁾.

Da Galiza veio um número assaz importante de contraentes: 6,5% de varões e 11,4% de raparigas, valores divergentes da tendência observada. Pois, neste caso foram as mulheres quem mais «peregrinou». Como explicar esta demanda de galegos à paróquia? Quem seriam estes nubentes? Ter-se-iam fixado definitivamente na freguesia? Seriam judeus, como muitas vezes se equaciona o problema? Questões que se nos colocam, para as quais não encontramos uma

⁽⁹⁰⁾ Há, no entanto, a considerar que a cerimónia do casamento se realiza na paróquia onde a noiva reside.

⁽⁹¹⁾ Cf. Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiares e a Sua População de 1561 a 1830*, ob. cit., p. 557. A mesma tendência é encontrada noutras paróquias do Minho, como em Alvão S. Pedro, estudada por Fernando Miranda, ob. cit., p. 99.

⁽⁹²⁾ Vejam-se os quadros «origem do(a)s noivo(a)s», que se seguem.

⁽⁹³⁾ Arrolámos 49 paróquias para eles e somente 28 para as noivas nascidas fora da paróquia.

explicação dentro do quadro da paróquia. Alguns destes, pouco tempo estiveram sob a nossa observação, tendo-se mudado para outras «bandas». Pelo que, a nosso ver, a questão deve ser equacionada num âmbito mais vasto.

Foi das paróquia vizinhas, e num raio de 10 Km, que chegaram o maior número de nubentes. Circunstâncias várias teriam aproximado os rapazes, das terras limítrofes, das raparigas de Calvão, tais como as tarefas agro-pastoris e as romarias da região. Certamente que seria a distância a marcar o destino dessa convivência. Os enlaces «mistos», realizados entre homens nascidos nas freguesias limítrofes com mulheres nascidas na paróquia, perfazem cerca de 55% da cifra total dos noivos «de fora». De todas as paróquias, devemos salientar a freguesia de Ervededo, donde procederam 12% dos cônjuges «estrangeiros», mormente nos três primeiros períodos, seguida pela pequena aldeia de Searavelha, com 9%.

Alargando a nossa observação ao concelho, verificamos que dois terços dos noivos «de fora» eram dele oriundos, mantendo um fluxo de regularidade, até ao primeiro quartel do século XIX, momento em que se regista uma ligeira quebra.

De Montalegre, um dos concelhos confinantes, afluíram 10% dos contraentes «estranhos», ao contrário do de Boticas, que mal se fez notar na paróquia.

De terras além do distrito, entraram em Calvão 8% dos noivos de «fora», tendo o Minho participado com 5%, dos homens. Em Lisboa, Miranda, Oliveira de Azeméis, Porto e Amarante nasceram os restantes.

Se nos debruçarmos sobre a proveniência das noivas, ela segue com certas «nuances» a situação anterior, como mostra o mapa «Origem das noivas nascidas fora da paróquia».

Como já referimos, foi diminuto o número de raparigas de «fora» que a Calvão vieram casar. A observação do quadro, em anexo, «Naturalidade das noivas» permite-nos assim afirmar que, ao longo dos dois séculos, tão-só 9,6% das noivas eram de «fora» da paróquia, apenas um terço do valor encontrado para os homens.

Segundo os mesmos dados, notamos que cerca de 56% destas mulheres são originárias das freguesias vizinhas, não ultrapassando um raio de 10 Km. Saliente-se que é das terras limítrofes de Ervededo que procedeu uma percentagem mais elevada de raparigas (10%), à semelhança do verificado para os homens. Em segundo lugar vem a freguesia de Meixide, do actual concelho de Montalegre, com 8,6%. Esta situação abre caminho à tendência, dos finais do século XVIII e XIX, das mulheres do Barroso procurarem a paróquia para desposarem os rapazes de Calvão, registando no período 1780-1829, a

percentagem de 26,6 e de 57%, no período seguinte, da totalidade das noivas não nascidas na freguesia, suplantando o concelho de Chaves, que, até então, tinha sido sempre majoritário ⁽²⁴⁾.

Da Galiza vieram 8 jovens mulheres, duas delas como mães solteiras, como confirmaremos adiante.

Na elaboração do quadro e do mapa tivemos dificuldade em encontrar a naturalidade de 4 mulheres, que figuram como sendo do resto do país.

Em síntese, pela análise apurada, para ambos sexos, o estabelecimento de laços matrimoniais está dependente essencialmente do espaço geográfico, privilegiando-se as paróquias mais próximas, quer dentro do concelho, quer fora dele. Apenas esta «comunidade de vizinhança» não é observada em relação às freguesias mais chegadas do actual concelho de Boticas: Ardãos e Sapelos.

5. Estado Civil Anterior dos Contraentes

Ao trabalharmos este indicador tivemos em conta que há casos, felizmente poucos, cujo estado civil anterior dos noivos se desconhece; lacuna esta que nem sempre foi resolvida com o trabalho de reconstituição de famílias, uma vez que alguns dos nubentes, nesta situação, ou eram «*estranhos*» à paróquia ou não tinham celebrado o seu matrimónio nela.

Como podemos verificar, os dados são bem elucidativos: é na condição de solteiros que se apresentam ao matrimónio 87,1% dos noivos e 94,6% das noivas; somente 12,9% dos homens e 5,4% das mulheres tiveram acesso a um recasamento; e, ainda, de acordo com o quadro podemos concluir que os homens viúvos têm mais possibilidades de reorganizar um novo lar do que as mulheres viúvas.

Deste modo, a fraca expressão de 9,1%, encontrada para o recasamento de viúvos, em Calvão, é bastante mais baixa que a achada por Norberta Amorim, nas três paróquias transmontanas, acima dos 19%, para o século XVIII ⁽²⁵⁾. Não obstante, situa-se muito próxima dos valores registados na zona rural de

⁽²⁴⁾ Acreditamos que para esta situação muito tenha contribuído a romaria da Senhora da Aparecida que, como sugere uma lápide da primitiva capela, vem de 1833.

⁽²⁵⁾ Cf. N. Amorim, *S. Pedro de Poiares e a sua população de 1561 a 1830*, ob. cit., p. 543.

Guimarães, de 11,7%, e de 11,4%, nas três paróquias do Sul do Pico, estudadas, também, pela mesma investigadora ⁽²⁶⁾.

QUADRO XV
Estado Civil Anterior dos Nubentes

Períodos	Estado Civil							
	Solteiros		Viúvos		Solteiras		Viúvas	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
1670-1729	172	86,0	28	14,0	198	99,0	2	1,0
1730-1779	123	82,0	27	18,0	142	94,7	8	5,3
1780-1829	172	88,2	23	11,8	175	89,7	20	10,3
1830-1865	167	91,3	16	8,7	174	95,1	9	4,9
Totais	634	87,1	94	12,9	689	94,6	39	5,4

Fazendo-se uma análise por períodos, constata-se, no primeiro (1670-1729), uma percentagem mais elevada de nubentes solteiros, especialmente do sexo feminino, com 99%. Recorde-se que durante o período de Setecentos, a idade média ao primeiro casamento foi elevada, para ambos os sexos, ainda que superior no sexo feminino. Pelo que, até finais do século XVIII, as mulheres casavam mais «*serodiantemente*» e maioritariamente com noivos mais novos, como já referimos. Por isso, somos levados a equacionar este fenómeno num quadro mais amplo, onde se conjugam variáveis de ordem demográfica como as de ordem sócio-económica e cultural.

No período seguinte, notámos uma leve quebra de noivos na condição de solteiros, mais avultada no sexo masculino, com a percentagem a descer para 82%. Facto que permitiu que a percentagem de homens viúvos se elevasse a 18%, a maior de toda a observação, em termos relativos, e a segunda em valores absolutos.

O terceiro período coincide com os finais do século XVIII e princípios do seguinte, entrecortado por duas crises de mortalidade, a de 1800 e de 1809, ao longo do qual as viúvas tiveram um comportamento divergente do esperado, que

⁽²⁶⁾ Cf. N. Amorim, *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico 1680-1980*, ob. cit., pp. 98-99.

convém salientar. As invasões francesas, como sabemos, atingiram essencialmente os efectivos adultos do sexo masculino, provocando, inevitavelmente, uma atimia da relação de masculinidade, sobretudo na faixa de população reprodutiva. Apesar disso, surgiram condições que possibilitaram que um número substancial de mulheres viúvas, num total de 20, tivessem de novo acesso a um segundo casamento. O que terá servido de lastro a esta conduta? Alteração do código de valores morais? Um atenuar dos preconceitos? Ou a força de um razoável património herdado aquando da viuvez? Quem foram os novos cônjuges? Solteiros ou viúvos? Ricos, remediados ou pobres?

O último período, por um lado, exprime uma certa regularidade do comportamento feminino, aproximando-se dos valores médios globais, e, por outro, confirma a tendência de baixa dos homens viúvos voltarem a casar, quer em número de casos quer em valores percentuais.

Para se entender melhor o fenómeno elaborámos um novo quadro «*Contraentes segundo o estado civil combinado*», cujos valores comprovam as tendências anteriores: grande volume de casamentos entre solteiros e a magreza de casos na situação de viúvos.

Por conseguinte, podemos notar, *grasso modo*, a notoriedade de casamentos entre solteiros, com uma média global de 83%, valor superior ao encontrado por Norberta Amorim para as três paróquias transmontanas, de 74%⁽⁹⁷⁾, e muito semelhante ao da zona rural de Guimarães, com 80%⁽⁹⁸⁾.

Saliente-se, também, que as percentagens de casamentos entre solteiros, na paróquia de Calvão, são sempre superiores a 80% da totalidade, com excepção do terceiro período de 1780 a 1829, cujo valor se fica a 1,1% dessa tendência.

Não convém, contudo, desprezar os valores dos recasamentos de viúvos com raparigas solteiras que absorvem cerca de 11,5% da globalidade, com um máximo de 14,7% no período de 1730 a 1779, e um mínimo de 7,7%, no segundo quartel do século XIX.

Comparando estes dados com os encontrados para Poiães (14%), Cardanha (18%) e Rebordãos (17%)⁽⁹⁹⁾, concluímos que as frequências deste comportamento em Calvão se quedam a 3,5% abaixo da mais próxima.

⁽⁹⁷⁾ Cf. Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiães (...)*, ob. cit., p. 543.

⁽⁹⁸⁾ Cf. Norberta Amorim, *Guimarães de 1580-1819 (...)*, ob. cit., p. 131.

⁽⁹⁹⁾ Cf. Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiães e sua População (...)*, ob. cit., p. 543.

QUADRO XVI
Contraentes segundo o estado civil combinado

Períodos	Estado Civil	Solteiros		Viúvos		Totais	
		Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
1670-1729	Solteiros	171	85,5	27	13,5	198	99,0
	Viúvas	1	0,5	1	0,5	2	1,0
TOTALS		172	86,0	28	14,0	200	100
1730-1779	Solteiros	120	80,0	22	14,7	142	94,7
	Viúvas	3	2,0	5	3,3	8	5,3
TOTALS		123	82,0	27	18,0	150	100
1780-1829	Solteiros	154	78,9	21	10,8	175	89,7
	Viúvas	18	9,3	2	1,0	20	10,3
TOTALS		173	88,2	23	11,8	196	100
1830-1865	Solteiros	160	87,1	14	7,7	174	95,0
	Viúvas	7	3,8	2	1,1	9	5,0
TOTALS		167	91,2	16	8,8	183	100

Já pouco significativo é o recasamento de mulheres viúvas com rapazes solteiros, cuja frequência média global se fica pelos 3,9%, bem inferior aos 6% registados por Norberta Amorim nas três paróquias transmontanas⁽¹⁰⁰⁾. Já, pelo contrário, são de salientar os 18 casos de viúvos que casaram durante este período, de 1780 a 1829, valor muito próximo do arrolado para viúvos/solteiras. Pelo que, nunca tanto, como neste momento, precisaríamos dos índices de masculinidade, a fim de se saber das facilidades que tiveram as viúvas em se recasarem.

Por sua vez, o casamento entre viúvos teve fraca expressão ao longo dos duzentos anos observados, constituindo mesmo um acontecimento raro na paróquia, ocorrendo apenas dez vezes.

Em síntese, podemos dizer que o processo reprodutivo, em Calvão, assenta fundamentalmente em agregados constituídos por nubentes que só conheceram o estado de solteiros, relegando para um plano muito distante os que foram fruto

⁽¹⁰⁰⁾ *Mem. Bibidem.*

de outras combinações. Aliás, a importância deste segundo tipo de casamentos, que para Alain Bideau ⁽¹⁰¹⁾, não representa um papel relevante na renovação das estruturas demográficas das paróquias, sendo aqui, em Calvão, deveras evidente.

Todavia, o comportamento nupcial da paróquia, salvo as diferenças já realçadas, segue na generalidade, os padrões da região definidos por Norberta Amorim, assim: «maior frequência de casamentos entre solteiros, depois entre viúvos e solteiras e só depois entre nubentes igualmente viúvos» ⁽¹⁰²⁾.

Se nos fixarmos no fenómeno do recasamento em função da idade ao óbito do cônjuge, através do quadro «Frequência do casamento segundo a idade à viuvez» ⁽¹⁰³⁾, podemos concluir que:

a) a morte penaliza mais o sexo feminino, deixando, por isso, mais viúvos que viúvas, mormente no primeiro período;

QUADRO XVII
Frequência do casamento segundo a idade à viuvez

C. Idades	Homens						Mulheres					
	1670-1779			1780-1865			1670-1779			1780-1865		
	Env.	Rec.	%	Env.	Rec.	%	Env.	Rec.	%	Env.	Rec.	%
20-29	1	1	100,0	1	-	-	2	-	-	3	1	33,3
30-39	5	3	60,0	3	3	100,0	4	1	25,0	7	3	42,9
40-49	9	4	44,4	9	1	11,1	6	-	-	8	3	37,5
50-59	11	2	18,2	10	-	-	12	-	-	9	-	-
60-69	14	1	7,2	13	-	-	10	-	-	4	-	-
70 e +	10	-	-	5	-	-	6	-	-	7	-	-
Totais	50	11	22	41	4	9,8	40	1	2,5	38	7	18,4

⁽¹⁰¹⁾ «o recasamento permite recuperar uma parte, e somente uma, dos nascimentos perdidos (...), Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais, in *População e Sociedade*, org. por Maria Luíza Marçílio, p. 55.

⁽¹⁰²⁾ *Guimarães 1580-1819 (...)*, ob. cit., p. 131.

⁽¹⁰³⁾ O fraco volume de dados apurados resulta de se considerar somente os casos em que conhecemos a data de nascimento dos indivíduos e a data de óbito do cônjuge, e, ainda a data de recasamento. Queixamo-nos, também, do desconhecimento da permanência ou não do(a) viúvo(a) na paróquia, podendo na segunda condição, escapar-se-nos da observação. Porquanto, o agrupamento dos dados pelos dois períodos, é, em boa medida, um certo atrevimento, que só o fizemos no intuito de procurar as permanências/rupturas do comportamento, dentro da paróquia.

b) notámos um magro número de casos de recasamentos registados, sobretudo para o sexo feminino.

Com efeito, as viúvas sentiam mais dificuldades em se recasarem que os homens, como já aludimos, estando sujeitas a uma série de preconceitos de ordem moral e religiosa. As viúvas, segundo S. Paulo, deviam cuidar dos seus filhos ⁽¹⁰⁴⁾.

Ora acontece que o comportamento das mulheres viúvas durante o segundo período se alterou. Pergunta-se: estará esta mudança relacionada com uma suavização de costumes? Ou com factores de ordem sócio-económica? Sabemos apenas que 4 das 7 mulheres que enviuvaram, no segundo período, perderam o seu cônjuge aquando das invasões francesas, voltando a casar antes de decorridos 4 anos. Teriam elas um património tão sedutor que lhe teria permitido a atracção de pretendentes, em época de tão grandes dificuldades?

As razões dos homens recasarem com maior facilidade prende-se com as dificuldades conhecidas que eles tinham em «governar a casa e tratar dos seus filhos». A nova esposa ajudá-lo-ia, certamente, a criar os filhos, se os houvesse, e a administrar a casa, enquanto ele se dedicava às fainas agrícolas, base do sustento do agregado doméstico.

Ainda, segundo o quadro, concluímos que é no decorrer da faixa dos trinta anos de idade que o fenómeno teve maior expressão, seguida do grupo imediatamente seguinte, 40-49, para ambos os sexos e para os dois períodos.

São raros os recasamentos após os cinquenta anos de idade, registando-se unicamente três casos de homens, no primeiro período.

É também, durante o primeiro período, que se regista um maior número de recasamentos de homens, com idade conhecida, num total de 11 casos, perfazendo 22%, enquanto que no período seguinte, tal comportamento, se queda apenas pelos 9,8%.

Ao invés, o comportamento das mulheres viúvas regista uma maior percentagem no segundo período, como antes dissemos, da ordem dos 18,4% de casos, ficando-se pelos singelos 2,5%, no primeiro período.

atrevimento, que só o fizemos no intuito de procurar as permanências/rupturas do comportamento, dentro da paróquia.

⁽¹⁰⁴⁾ «Hora as viúvas, as que são verdadeiramente viúvas. Se a viúva tiver filhos ou netos, que ela lhes ensine, antes de tudo, o respeito filial para com a própria família e a retribuir aos pais os cuidados que deles recebem, porque isto é agradável aos olhos de Deus. Aquela que, pelo contrário, só pensa nos prazeres, embora viva, está morta». S. Paulo, 1ª carta a Timóteo, 5, 3-6.

Oitocentos é mais favorável às viúvas. Todavia, a magreza dos dados não nos permite alvitrar a hipótese de grandes mudanças nas estruturas sócio-demográficas.

Considerando, agora, o intervalo entre a data de óbito do cônjuge e o ulterior casamento, com data conhecida, o volume de dados dilata-se, um pouco pobremente.

QUADRO XVIII
Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento
(Valores Absolutos)

Duração	1670 -1779		1780 -1865	
	H	M	H	M
Menos de 3 meses	2	-	-	-
Menos de 6 meses	2	-	2	-
Menos de 1 ano	2	-	-	2
Menos de 2 anos	5	1	3	3
Menos de 3 anos	1	-	-	1
Menos de 4 anos	3	-	1	2
Menos de 5 anos	3	-	1	-
5 ou mais anos	8	1	8	6
Total de Observações	26	2	15	14

São os homens, que, segundo o quadro, recasam com maior facilidade e também com maior brevidade, particularmente para o primeiro período, uma vez que no segundo, o desequilíbrio entre os sexos quase se anula.

Se nos fixarmos no intervalo de tempo entre a viuvez e o recasamento, somos levados a concluir que é a partir do segundo ano, após a perda do cônjuge, que se verificaram a maioria dos recasamentos, para ambos os sexos.

Durante o primeiro período, 15 em 26 viúvos, o equivalente a 57,7%, recasaram depois de ter decorrido esse tempo, aumentando, quando passamos ao segundo período, para 66%. Tendência semelhante se verifica, durante o período de 1780-1865, para as viúvas: 9, em 14, casaram findos dois anos após o falecimento do seu marido; ao passo que durante o primeiro somente o fizeram dois.

Comparando este comportamento, não obstante a fraca frequência do fenómeno, verificámos que em Poiares «cerca de 70% dos homens casaram antes de completados três anos de viuvez, tendo no primeiro ano se consorciado 40%»⁽¹⁰⁵⁾, e de cerca de quatro anos para as mulheres, em Guimarães, na zona rural, com um intervalo médio entre a viuvez e o recasamento de dois anos e três meses

⁽¹⁰⁵⁾ Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiares (...)*, ob. cit., p. 555.

⁽¹⁰⁵⁾, e de cerca de quatro anos para as mulheres, em Guimarães, na zona rural, com um intervalo médio entre a viuvez e o recasamento de dois anos e três meses para os homens e de três anos e meio para as mulheres⁽¹⁰⁶⁾, no que evidenciaram maior apressuramento que os naturais da nossa paróquia.

6. Celibato Definitivo

Para analisarmos o fenómeno do celibato definitivo, isto é, aos 50 ou mais anos, precisamos de seguir a trajectória de vida do indivíduo desde o seu nascimento até ao momento da sua morte, conhecendo a sua idade e o seu estado civil. Só a partir da reconstituição da paróquia é possível dominar tal pressupostos, tarefa nem sempre fácil de realizar e não isenta de escolhos incontornáveis: a inexistência de registo de mortalidade infantil, a falta de fontes para o estudo da emigração e o não registo da idade no momento do óbito, são alguns desses obstáculos.

Assim, com base nos dados que obtivemos, construímos o quadro «Celibato definitivo, por sexos», para dois períodos e considerando todos os indivíduos que possuíam 50 ou mais anos à data do óbito⁽¹⁰⁷⁾.

QUADRO XIX
Celibato definitivo, por sexos
(Observação Transversal)

Períodos	Homens			Mulheres		
	Totais	Solteiros	%	Totais	Solteiros	%
1730-1799	70	17	24,3	127	56	44,1
1800-1865	128	12	9,4	122	19	15,6
Totais	198	29	14,6	249	78	31,3

Numa primeira análise dos dados verificamos que 23,3% dos indivíduos da paróquia ficaram definitivamente solteiros. Porém, este comportamento não foi

⁽¹⁰⁵⁾ Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiares (...)*, ob. cit., p. 555.

⁽¹⁰⁶⁾ Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de três Paróquias do sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 103.

⁽¹⁰⁷⁾ Cf. *idem*, *ibidem*, ob. cit., p. 104.

Ainda, de acordo com os dados do quadro, verificamos que a taxa de celibato feminino é mais elevada que a do masculino, em ambos os períodos, mais saliente, no entanto, de 1730 a 1799. Neste último período, a proporção de mulheres, definitivamente solteiras, atingiu o valor de 44,1%, enquanto o celibato masculino se quedou pelos 24,3%. Estas taxas testemunham a existência de fortes dificuldades de acesso ao casamento, por um lado, e, de uma fraca intensidade da nupcialidade, por outro.

Se tivermos em conta que, para este período, a idade média à primonupcialidade do sexo feminino teimava em não descer abaixo dos 27 anos e que a do sexo masculino se situava, ainda, acima dos 28 anos de idade, somos levados a concluir da existência de fortes contrariedades à constituição de novos agregados domésticos.

Para as gerações que faleceram durante o período de Oitocentos, constatamos uma maior facilidade no acesso ao matrimónio, tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino, com 9,4% e 15,6%, respectivamente.

Uma abordagem por grupos de gerações nascidas entre 1680 e 1775, por intervalos sensivelmente de 30 anos, permitir-nos-á reforçar a nossa posição. Para este tipo de análise excluimos as gerações nascidas nos últimos 90 anos da observação, dado que a percentagem de óbitos acima desta idade é insignificante, por um lado, e por outro, porque pretendemos garantir o controlo sob o óbito de todo o indivíduo da paróquia.

Segundo os dados do quadro «*Celibato definitivo, por sexos, observação longitudinal*», confirma-se a tendência de 26,7% dos efectivos, nascidos entre 1680 e 1775, em morrerem solteiros para além dos 50 anos de idade.

QUADRO XX
Celibato definitivo, por sexos
(Observação Longitudinal)

Períodos	Homens			Mulheres		
	Totais	Solteiros	%	Totais	Solteiras	%
1680-1709	36	13	36,1	71	32	45,0
1710-1739	49	5	10,2	69	25	36,2
1740-1775	50	5	10,0	55	8	14,5
Totais	135	23	17,0	195	65	33,3

Notámos, ainda, que foram as gerações nascidas, entre 1680 e 1709, as mais excluídas do casamento, com uma taxa robusta, de 42,1%. As gerações

Segundo os dados do quadro «*Celibato definitivo, por sexos, observação longitudinal*», confirma-se a tendência de 26,7% dos efectivos, nascidos entre 1680 e 1775, em morrerem solteiros para além dos 50 anos de idade.

Notámos, ainda, que foram as gerações nascidas, entre 1680 e 1709, as mais excluídas do casamento, com uma taxa robusta, de 42,1%. As gerações seguintes tiveram menores dificuldades em fundarem uma nova célula familiar, mormente as nascidas entre 1740 e 1775, ficando-se os solteiros pelos 12,4%.

Verificamos, para toda a observação, que as mulheres foram mais afectadas do que os homens, perdendo 33,5% do seu potencial reprodutivo, contra 17,0% do sexo masculino. Salienta-se, ainda, a existência de um celibato definitivo muito forte das gerações nascidas entre 1680 e 1709, e de 1710 a 1739, com 45,0 e 36,2%, respectivamente. Como justificar a existência de um celibato feminino sempre mais elevado que o masculino?

A proporção de homens solteiros, de 36,1%, encontrados para as gerações nascidas entre 1680 e 1709, precisamente, quando o «mercado» lhes era favorável, leva-nos a pensar que não seria somente o desequilíbrio demográfico a afectar o acesso ao casamento, mas também factores de ordem sócio-económica e até culturais.

É de notar, ainda, uma alteração de comportamento, para as gerações nascidas entre 1740 e 1775, verificando-se uma redução das taxas de celibato definitivo tanto para o sexo masculino como para o feminino. Como interpretar esta mudança do fenómeno?

Esta redução do celibato definitivo esteve correlacionada com a redução da idade média ao primeiro casamento, tanto para os homens como para as mulheres. Nesta sequência, tudo nos leva a acreditar que o potencial reprodutivo da paróquia aumentará na passagem do século XVIII para o século XIX.

Se compararmos estes valores com os obtidos por Norberta Amorim para as paróquias transmontanas⁽¹⁰⁸⁾, e para a zona rural de Guimarães⁽¹⁰⁹⁾, deparamos com taxas de celibato, para os períodos em causa, bem inferiores às de Calvão, para ambos os sexos. «*Em Poiares, o celibato definitivo entre os homens oscilou de 10 a 13% e entre as mulheres de 14 a 16% para as gerações nascidas de 1650 a 1760*»⁽¹¹⁰⁾, enquanto em Guimarães, zona rural, as taxas teriam oscilado entre os 7%, no século XVIII, e 5% no início do seguinte, para os homens, e para as mulheres rondaria os

⁽¹⁰⁸⁾ S. Pedro de Poiares (...), ob. cit., pp. 217-218.

⁽¹⁰⁹⁾ Guimarães 1580-1819 (...), ob. cit., pp. 357-358.

⁽¹¹⁰⁾ Mem. *Ibidem*, p. 357.

Como explicar estas taxas de celibatários, na paróquia, mormente para os séculos XVII e XVIII? Nas dificuldades de acesso à propriedade que assegurasse os meios de sobrevivência a um novo agregado familiar? Numa tradição económica-cultural que pautava a tendência à preservação do património familiar? No desequilíbrio demográfico resultante de uma maior mobilidade do sexo masculino?

O celibato definitivo apresenta-se, assim, como um dos fortes condicionantes da evolução demográfica da paróquia de Calvão, nomeadamente nos períodos de Seiscentos e Setecentos.

Como refere Roland Pressat, «a fecundidade humana está regida ao mesmo tempo por factores biológicos e por factores psicosociais»¹¹². A sua importância terá, em dizer de Duplquier¹¹³, levado os pais da Demografia Histórica a inventar o método de reconstituição de famílias. Com efeito, a conjugação de uma série de mecanismos, conscientes ou não, dos comportamentos individuais ou colectivos, nas sociedades do Antigo Regime, assistem-se por forma a regular a capacidade reprodutiva, dita geralmente de *totalidade*, variando consideravelmente segundo as populações¹¹⁴. Para além disso, há que ponderar-se para esta variabilidade do fenómeno, nas sociedades novas do passado, não terão, também, contribuído factores de ordem económica, cultural e até política.

CAPÍTULO III

A

Fecundidade Legítima

Com o propósito de melhor compreendermos a evolução da capacidade reprodutiva dos casais da paróquia de Calvão, entre 1670-1865, decidimos não de *ignora* indicadores que nos permitiriam analisar os seus ritmos, as motivações, as discontinuidades e as permanências.

Como explicar estas taxas de natalidade, na paróquia, essencialmente para os séculos XVII e XVIII? Nas dificuldades de acesso à propriedade que caracterizam os séculos de subordinação a um novo agregado familiar? Nesta tradição socioeconómica-cultural que postula a tendência à preservação do património familiar? No equilíbrio demográfico resultante de uma menor mobilidade de uma população?

O cenário demográfico apresenta-se assim, mais um dos fortes condicionantes da evolução demográfica da paróquia de Calvão, notadamente nos períodos de Idade Média e Setecentos.

CAPÍTULO III

A Fecundidade Legítima

Como refere Roland Pressat, «a fecundidade humana está regida ao mesmo tempo por factores biológicos e por factores psicossociais»⁽¹¹²⁾. A sua importância terá, no dizer de Dupâquier⁽¹¹³⁾, levado os pais da Demografia Histórica a inventar o método de reconstituição de famílias. Com efeito, a conjugação de uma série de mecanismos, conscientes ou não, dos comportamentos individuais ou colectivos, nas sociedades do Antigo Regime, ajustam-se por forma a regular a capacidade reprodutiva, dita grosseiramente de «natural», variando consideravelmente segundo as populações⁽¹¹⁴⁾. Para além disso, há que perguntar se para essa variabilidade do fenómeno, nas sociedades rurais do passado, não terão, também, contribuído factores de ordem económica, cultural e até política.

Para estas diferenças de fecundidade, em ausência de um «birth controls», segundo Roland Pressat, terão concorrido os matrimónios mais ou menos tardios, ou mais ou menos frequentes; a variação da duração do período de lactância; a saúde da população e eventualmente a frequência e gravidade das afecções venéreas⁽¹¹⁵⁾; e, também, acreditamos nós, a abundância ou carência de bens alimentares.

Com o propósito de melhor compreendermos a evolução da capacidade reprodutiva dos casais da paróquia de Calvão, entre 1670-1865, deitámos mão de alguns indicadores que nos permitiram analisar os seus ritmos, as rupturas, as descontinuidades e as permanências.

⁽¹¹²⁾ *Introducción a la Demografía*, 1985, Editorial Ariel, Barcelona, p. 91.

⁽¹¹³⁾ Cf. «Los orígenes de la demografía histórica: su situación en Francia», in V. P. Morea e D.S-Reher, (eds), *Demografía Histórica en España*, ob. cit., p. 38.

⁽¹¹⁴⁾ Cf. Alain Bideau, «Mecanismos Autoreguladores de Poblaciones Tradicionais», Universidade de Lyon - França, in Maria Luíza Marçílio, *População e Sociedade - evolução das sociedades pré-industriais*, ob. cit., pp. 56-63.

⁽¹¹⁵⁾ Roland Pressat, *Introducción a la Demografía*, ob. cit., p. 93.

1. Taxas de Fecundidade Legítima

Para determinar a taxa de fecundidade legítima, que representa o número médio de filhos por cada ano de vida conjugal (por mil mulheres), calculado, como é costume, por 5 anos de vida da mulher, sentimos necessidade de estabelecer, primeiramente, uma periodização que, por um lado, nos perspectivasse alterações comportamentais dos ritmos reprodutivos, que se foram estabelecendo no quadro desta paróquia rural, e, por outro, que nos permitisse encontrar uma repartição equilibrada do volume de observações.

QUADRO XXI
Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades
e
descendência teórica

Períodos	Nº Obs.	Grupos de Idades							D.T. a)
		< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1670-1799	156	167	284	399	345	331	198	6	7,82
1800-1865	126	388	379	390	345	296	165	22	7,99
1670-1865	282	330	335	395	345	317	185	12	7,95

a) Descendência teórica.

Depois de várias tentativas, e dada a semelhança de comportamentos, decidimo-nos por uma periodização, cujo «eixo temporal» separa o século XIX dos anteriores, que aplicamos aos três principais indicadores: taxas de fecundidade legítima por grupos de idades, descendência teórica e idade das mães, ao nascimento do último filho, em famílias de tipo 1⁽¹¹⁶⁾, ou seja, famílias das quais conhecemos a data de nascimento da mãe, a data do casamento e o fim da convivência do casal. No cálculo das taxas de fecundidade legítima só foram consideradas as famílias cuja união durou cinco ou mais anos⁽¹¹⁷⁾.

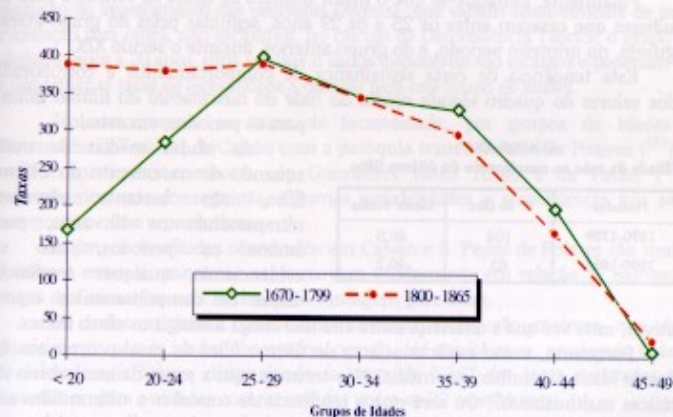
O primeiro indicador escolhido foi a taxa de fecundidade legítima por grupos etários, para idades ao casamento compreendidas entre os 15 e os 49 anos.

⁽¹¹⁶⁾ Cf. N. Amorim, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico, 1680-1980*, ob. cit., p. 117.

⁽¹¹⁷⁾ *Ibidem*, p. 117.

Apesar das diferenças que se constata através do quadro e da correspondente representação gráfica, a evolução do comportamento da fecundidade legítima, segue um modelo que diríamos único, em forma de «chapéu»: com uma fecundidade crescente até atingir um máximo no grupo de idades entre os 25 e os 29 anos; a partir deste cúmulo, a fecundidade declina até atingir valores próximos de zero, nas últimas idades observadas.

Gráfico 13
Taxas de Fecundidade Legítima por Grupos de Idades
Todas as Idades
(Mil Mulheres)



A partir da leitura do gráfico, constatamos que entre as gerações casadas nos dois períodos, de 1670-1799 e de 1800 a 1865, não parece haver grandes vacilações de comportamentos, excepto para as mulheres que viveram casadas antes do 25 anos, para as quais se verifica uma fecundidade mais forte no século XIX que no período anterior, como se a «menarca» se iniciasse mais cedo. Sinal de uma melhor alimentação, favorecida com a introdução do feijão, do milho e da batata?

Com efeito, da observação do quadro e do gráfico respectivo, constatámos que as primeiras concepções se foram antecipando, quando passamos ao segundo período, arrolando-se para o primeiro grupo de idades (antes dos 20 anos) a segunda taxa de fecundidade mais alta de todas as idades observadas, indiciando, assim, uma «*maturidade reprodutiva*» mais precoce.

Para as mulheres que viveram casadas entre os 25 e os 34 anos, as taxas de fecundidade são muito semelhantes, em ambos os períodos. Depois desta idade, a fecundidade reduz-se sensivelmente, salientando-se uma ligeira diferença entre o primeiro e o segundo período, com uma ligeira vantagem para o primeiro, para as idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos de idade.

Finalmente, destaque-se que o maior número de filhos se verificou para as mulheres que casaram entre os 25 e os 29 anos, seguidas pelas do grupo etário seguinte, no primeiro período, e do grupo anterior, durante o século XIX.

Esta tendência de certa semelhança de comportamentos é corroborada pelos valores do quadro «*Idade média da mãe ao nascimento do último filho*», para os períodos, em estudo.

QUADRO XXII
Idade da mãe ao nascimento do último filho

Períodos	Nº de Obs.	Idade Média
1670-1799	104	40,6
1800-1865	63	40,2

As idades médias da mãe, aquando do nascimento do último filho, são bastante elevadas, ultrapassando os 40 anos, para ambos os períodos, não se evidenciando qualquer tendência dispar de comportamentos reprodutivos, uma vez que a diferença entre eles não chega a atingir os cinco meses.

Porquanto, como explicar o facto do último filho do casal ocorrer aos 40 anos de idade da mulher, em média? Não teremos aqui a prova da inexistência de práticas malthusianas?! Ou será que a tendência de conceber o último filho em idades «*serôdías*» se poderá explicar, em parte, pelo facto das mulheres celebrarem o seu primomatrimónio tardiamente, prolongando, deste modo, o seu potencial reprodutivo até idades mais avançadas?

Se compararmos a idade da mãe, por ocasião do nascimento do último filho, por nós calculada, para Calvão, com os dados obtidos noutras paróquias, notamos que é ligeiramente superior às encontradas por Norberta Amorim, para Poaires (1680-

1849), e mais acentuada em relação a Cardanha e Rebordãos⁽¹¹⁸⁾. Porém, comparando com as idades registadas em Guimarães, zona rural, de 1620-1814⁽¹¹⁹⁾, descobrimos já uma certa paridade. Cabe perguntar o porquê deste afastamento em relação às paróquias de Trás-os-Montes?

Se usarmos outro indicador, Descendência Teórica (dos 20 aos 49 anos), ou seja, o número médio de filhos que essas gerações femininas teriam se vissem em unidade conjugal dos 20 aos 49 anos⁽¹²⁰⁾, encontraremos uma similitude entre os valores observados, nos dois períodos: 7,82 no primeiro e 7,99 filhos, no segundo período.

A fim de eliminarmos as possíveis influências aleatórias e de atendermos à evolução do aparecimento das primeiras «*regras*», que variam sensivelmente de uma população para outra, não incluímos, no cálculo da Descendência Teórica, o grupo de idades inferior a 20 anos, uma vez que o dados disponíveis são escassos e poderiam vir a desvirtuar as taxas de fecundidade a calcular para este grupo de idades.

Se compararmos as taxas de fecundidade, por grupos de Idades e Descendência Teórica, de Calvão com a paróquia transmontana de Poaires⁽¹²¹⁾, e com as paróquias minhotas, de Guimarães (zona rural) e da Facha⁽¹²²⁾, encontramos, por conseguinte, algumas variabilidades e semelhanças nos seus comportamentos reprodutivos.

Assim, os resultados observados em Calvão e S. Pedro de Poaires são muito próximos entre si, enquanto se demarcam nitidamente em relação às paróquias rurais de Guimarães e da Facha, com vantagem para estas.

De todas as taxas conhecidas, as disparidades são maiores nos dois primeiros grupos de idades observados, ou seja, até aos 24 anos, averbando Calvão os valores mais baixos, distanciando-se cerca de 0,167 das taxas registadas em Guimarães, para as idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos.

⁽¹¹⁸⁾ Cf. Norberta Amorim, *S. Pedro de Poaires (...)*, ob. cit., p. 576.

⁽¹¹⁹⁾ Cf. Norberta Amorim, *Guimarães de 1580-1819 (...)*, ob. cit., p. 174.

⁽¹²⁰⁾ Cf. Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 125.

⁽¹²¹⁾ Poaires é das três paróquias do nordeste transmontano, estudadas por Norberta Amorim, a que tem dados para uma maior espessura temporal.

⁽¹²²⁾ Paróquia minhotoa estudada por Maria Arminda Machado, 1995, *S. Miguel da Facha, 1710-1989*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Policopiada, pp. 57-59.

QUADRO XXIII
Taxas de Fecundidade Legítima, em várias paróquias
(mil mulheres)
Antigo Regime

Paróquias	Grupo de Idades							D.T. a)
	< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
Calvão (1670-1865)	330	335	395	345	317	185	12	7,95
Poiares (1650-1823)	279	394	396	352	292	139	13	7,93
Guimarães (1740-1814)	348	502	426	397	335	179	24	9,32
Facha (1710 - 1849)	-	466	413	389	301	187	16	8,86

a) calculada atendendo às idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos

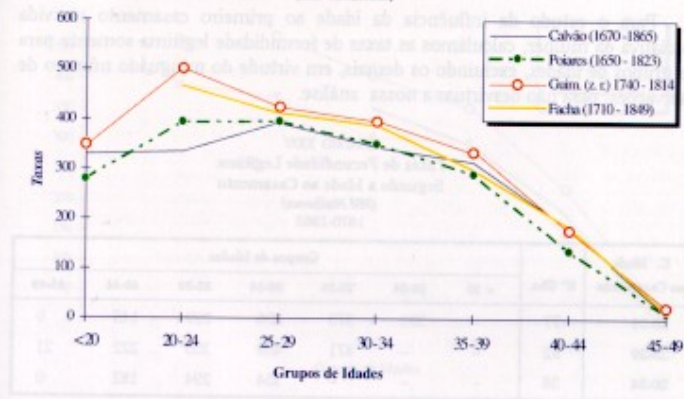
Também as taxas de Descendência Teórica são análogas nas paróquias transmontanas de Calvão e Poiares e mais baixas quando comparadas com as taxas de Guimarães, sinal que os comportamentos demográficos entre as primeiras são muito idênticos.

Resta saber como se conjugaram os diferentes parâmetros fisiológicos, bem como as atitudes sociais e culturais, para favorecerem uma fecundidade mais forte, nas paróquias minhotas do que em Trás-os-Montes. Dever-se-á a um conjunto de factores, que condicionam a amenorreia «*post-partum*», tais como a amamentação dos recém-nascidos? Ou, será que os diferentes níveis de fecundidade são os reflexos do tipo e qualidade das subsistências, geradoras duma fecundidade mais débil nas paróquias de Trás-os-Montes?

Todavia, um estudo feito por Norberta Amorim da sociedade de Poiares, onde encontrou cerca de 10% de pobres, enquanto que um outro para a Senhora de Oliveira, em Guimarães, desvenda uma percentagem próxima de 40, indica-nos que houve uma privação mais generalizada de bens alimentares na área de Guimarães ⁽¹²³⁾. Trás-os-Montes apresenta, assim, um tecido social mais homogêneo com uma diminuição das famílias mais pobres.

⁽¹²³⁾ Cf. Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, ob. cit., p. 157.

Gráfico 14
Taxas de fecundidade legítima
em várias paróquias
(mil mulheres)



Outra vertente a privilegiar, para melhor compreendermos esta variabilidade do fenómeno, seria a mortalidade infantil, se a tivéssemos para Calvão. Infelizmente só encontramos fontes para um período muito reduzido, entre 1857 e 1865. Pois, em regime de fecundidade natural, se os níveis de mortalidade, no primeiro ano de vida, fossem baixos, levaria a que as mulheres amantassem os seus filhos por um período maior, retardando, assim, a sua ovulação, e, por conseguinte, prolongaria os intervalos intergenésicos ⁽¹²⁴⁾. Deste modo, somos levados a pensar que a mortalidade tenha sido mais suave com as crianças da nossa paróquia.

Finalmente, interrogamo-nos sobre se a diferença de clima não terá igualmente influenciado os comportamentos reprodutivos?

⁽¹²⁴⁾ Cf. Alain Bideau, «Mecanismos Autoreguladores de Populações Tradicionais», Universidade de Lyon - França, in Maria Luíza Marcellio, *População e Sociedade - evolução das sociedades pré-industriais*, ob. cit., p. 57.

2. Influência da Idade ao Casamento nas Taxas de Fecundidade Legítima

Para o estudo da influência da idade ao primeiro casamento na vida procriativa da mulher, calculámos as taxas de fecundidade legítima somente para três grupos de idades, excluindo os demais, em virtude do minguado número de observações, para não desvirtuar a nossa análise.

QUADRO XXIV
Taxas de Fecundidade Legítima
Segundo a Idade ao Casamento
(Mil Mulheres)
1670-1865

G. Idade ao Casamento	Nº Obs.	Grupos de Idades						
		< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
20-24	77	-	390	373	306	299	145	0
25-29	82	-	-	471	408	355	222	21
30-34	38	-	-	-	354	294	182	0

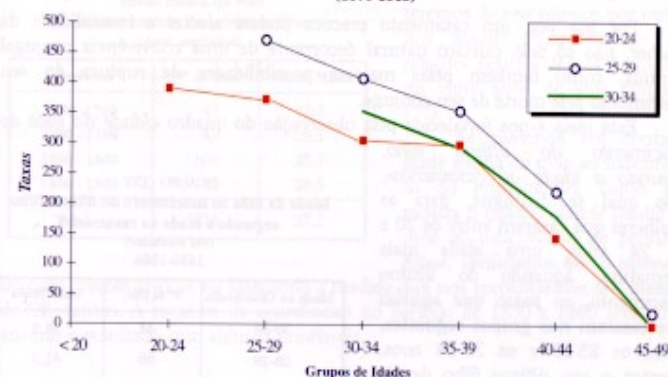
Como se verifica pelo quadro «Taxas de fecundidade legítima, segundo a idade ao casamento», assim como da respectiva representação gráfica:

a) a mulher tem uma fecundidade mais forte no grupo de idades em que casou; é, todavia, um comportamento esperado, segundo Norberta Amorim, «na medida em que o intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho é um intervalo naturalmente mais curto do que os intervalos entre os nascimentos [seguintes] (...)»⁽¹²⁵⁾;

b) observa-se um abrandamento das taxas de fecundidade, à medida que a mulher avança para final do seu ciclo reprodutivo; e, somente as mulheres que casaram, entre os 25 e os 29 anos, prolongaram a sua actividade fecunda até ao grupo de idades 45-49 anos;

⁽¹²⁵⁾ Cf. *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 131.

Gráfico 15
Taxas de Fecundidade Legítima Segundo a Idade ao Casamento
(mil mulheres)
(1670-1865)



c) por um lado, se as mulheres que casaram no grupo de idades mais jovem, são aquelas que registaram menores índices de fecundidade, pelo outro, sublinhe-se que, também, não são as que casaram «serodiantemente» (30-34) as que evidenciam as taxas mais elevadas; não se constatando, neste caso, que um casamento tardio seja responsável pela elevação das taxas de fecundidade, em idades mais avançadas, pese no entanto o reduzido número de observações;

d) por conseguinte, coube às mulheres que celebraram o seu casamento numa idade intermédia, entre os 25 e os 29 anos de idade, certamente porque o seu organismo terá ganho maior «maturidade reprodutiva», uma fecundidade mais elevada, ao longo de todo o seu ciclo procriativo;

Assim, as mulheres que casaram entre os 20 e os 24 anos de idade, sem terem índices de fecundidade muito expressivos, nos primeiros anos de vida conjugal, acusam uma inflexão do seu ritmo reprodutivo entre os cinco e os dez anos seguintes, recuperando-o, posteriormente, entre os 35 e os 39 anos de idade. Este comportamento segue a tendência já descrita por Norberta Amorim, para este grupo de idades, do seguinte modo: «(...) em período de fecundidade não

controlada, quando se aproxima uma década de vida conjugal fecunda, o organismo feminino abrande naturalmente o seu ritmo reprodutivo no grupo de idades seguinte com recuperação nas posteriores (...)»⁽¹²⁶⁾.

Por sua vez, um casamento precoce poderá afectar a fecundidade da mulher, não só pelo cansaço natural decorrente de uma convivência conjugal fecunda, como também pelas maiores possibilidades de ruptura do seu matrimónio pela morte de seu cônjuge.

Esta ideia é-nos fortalecida pela observação do quadro «Idade da mãe ao nascimento do último filho, segundo a idade ao casamento», pelo qual se distingue, para as mulheres que casaram entre os 20 e os 24 anos, uma idade mais prematura, aquando do último nascimento, ao passo que aquelas que casaram nos grupos seguintes, entre os 25-29 e os 30-34 anos, tiveram o seu último filho depois dos 40 anos, e em idades médias muito aproximadas. Portanto, não nos parece que, para estes dois grupos, a idade ao casamento seja uma forte condicionante no nascimento do último filho. Nesta linha, já Norberta de Amorim nos tinha alertado, assim: «quando do estudo de Antigo Regime sobre S. Pedro de Poiares e depois de Guimarães já considerei que a idade média ao nascimento do último filho não parecia depender “de forma significativa” da Idade ao casamento»⁽¹²⁷⁾.

Saliente-se, no entanto, que foi no grupo de idades 25-29, que o potencial reprodutivo foi mais expressivo e a idade à última progénie foi mais madura, de 41,3 anos, contra os 38,8 anos observados para o grupo de mulheres que casaram entre os 20 e os 24 anos de idade.

⁽¹²⁶⁾ Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico (...)*, ob. cit., p. 132.

⁽¹²⁷⁾ *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 134.

Se admitirmos, por um lado, que o problema da esterilidade afectara mais

as mulheres que casaram entre os 20 e os 24 anos, então também teremos de reconhecer, por outro, um maior «espaçamento» das relações sexuais depois de quinze ou vinte anos de vida conjugal⁽¹²⁸⁾.

Se tivermos em conta a idade média da mãe ao nascimento do primogénito, como nos mostra o quadro «Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho», verificamos que o intervalo

do ciclo reprodutivo se vai alargando à medida que nos aproximamos dos meados de Oitocentos. A escassez de ocorrências no período de 1850 a 1865 leva-nos a encarar o resultado com alguma prudência.

3. Espaçamento dos Nascimentos

Ao estudarmos o fenómeno do «espaçamento entre os nascimentos», tivemos a intenção de observar o evoluir do comportamento reprodutivo de todas as mulheres, com data de casamento conhecida, «cuja vivência conjugal foi acompanhada durante o período considerado pertinente para a observação»⁽¹²⁹⁾, por isso, para além das fichas de famílias de tipo 1, utilizamos, também as de tipo 2, 3 e 4, famílias das quais conhecemos a data de casamento, aumentando, assim, o volume de observações, para os períodos em apreciação, garantindo, desta feita, maior consistência à nossa reflexão.

Não obstante, na análise dos comportamentos por grupos de idades, continuaremos a considerar somente as famílias fecundas das quais conhecemos a data de nascimento da mulher, ou seja, famílias de tipo 1 e 3.

QUADRO XXVI
Idade média da Mãe
ao nascimento do primeiro filho
(por períodos)

Períodos	Nº de Obs.	Idade Média
1700 - 1749	43	27,2
1750 - 1799	83	29,1
1800 - 1849	103	25,7
1850 - 1865	5	28,8
Total	234	27,2

⁽¹²⁸⁾ Cf. Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 134.

⁽¹²⁹⁾ *Ibidem*, p. 137.

A importância dos intervalos, entre os nascimentos como factor influente sobre os níveis de fecundidade, é-nos dada por Jacques Dupâquier, com base no estudo realizado sobre a fecundidade diferencial do Vexin Francês, para o século XVIII ⁽¹³⁰⁾.

3.1. Intervalo Protogenésico

No exame que fizemos do intervalo protogenésico considerámos, unicamente, os nascimentos distanciados do casamento oito ou mais meses, eliminando os casos de concepção pré-nupcial, cujo estudo se fará noutro momento.

Do apuramento dos dados resultou o quadro «Intervalo protogenésico», que expressa as observações anotadas, para os períodos considerados, nos diferentes grupos de idades, por meses, até perfazer 3 anos de casamento.

Através de uma primeira análise do quadro, notamos claramente uma volubilidade de comportamentos, segundo os períodos e os diferentes grupos etários em apreciação, que podemos sintetizar, assim:

a) um maior número de concepções das mulheres que casaram nos grupos etários dos 20 aos 24 e dos 25 aos 29 anos de idade, para o segundo e primeiro períodos, respectivamente;

b) um avolumar dos nascimentos entre os 8 e os 12 meses de casamento;

c) uma maior frequência de nascimentos, para todas as idades e em ambos os períodos, no decurso do nono mês, alargado ao décimo, no segundo período, com o mesmo número de observações.

Por grupos etários, segundo os mesmos dados, as mulheres que casaram com menos de 20 anos, «escolheram» o nono mês para «dar à luz», no primeiro período, enquanto que no segundo, recaiu, com igual preferência nos nono, décimo e décimo primeiro meses.

No grupo etário dos 20 aos 24 anos, as diferenças mantêm-se, a favor do segundo período, incidindo o maior valor de progénies nos nono e décimo meses, com 6 casos, para o primeiro, e 11, para o segundo período.

⁽¹³⁰⁾ Cf. «Demografia Histórica e História Social», in Luiza Marcilio, *População e Sociedade - evolução das sociedades pré-industriais*, ob. cit., pp. 25-46.

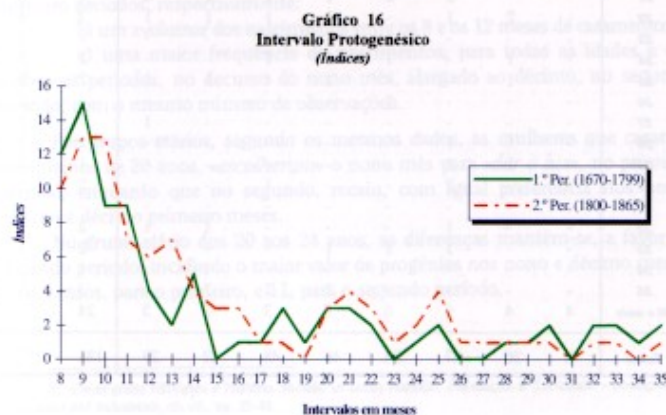
QUADRO XXVII
Intervalo Protogenésico
Por períodos (1670-1799 e 1800-1865)
(Observações)

Intervalo (meses)	Grupos de Idades								Todas as Idades	
	< 20		20 - 24		25 - 29		30 e mais			
	1.º Per.	2.º Per.	1.º Per.	2.º Per.	1.º Per.	2.º Per.	1.º Per.	2.º Per.	1.º Per.	2.º Per.
8	-	1	2	10	7	4	7	1	16	16
9	1	3	2	11	10	5	7	2	20	21
10	-	3	6	6	3	7	3	5	12	21
11	-	3	2	-	5	4	5	4	12	11
12	-	2	5	3	-	2	-	2	5	9
13	-	-	-	4	3	5	-	2	3	11
14	-	1	2	2	2	3	2	1	6	7
15	-	-	-	4	-	1	-	-	-	5
16	-	2	1	1	-	1	-	1	1	5
17	-	-	-	1	1	-	-	1	1	2
18	-	-	1	-	1	1	2	-	4	1
19	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
20	1	1	1	-	-	3	2	-	4	4
21	-	-	2	2	1	1	1	3	4	6
22	-	2	1	-	1	1	1	1	3	4
23	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
24	-	1	-	1	1	1	-	-	1	3
25	-	1	-	-	1	4	1	1	2	6
26	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
27	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
28	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1
29	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1
30	-	-	2	-	-	1	-	-	2	1
31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
32	-	-	1	-	-	-	1	1	2	1
33	-	-	1	1	1	-	-	-	2	1
34	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
35	-	-	-	-	1	1	2	-	3	1
36 e mais	4	4	6	6	7	3	7	3	24	16
Totais	6	26	37	54	46	48	42	29	131	157

A situação inverte-se para as mulheres que casaram entre os 25 e os 29 anos de idade, tendo 10 «optado» por ter o primeiro filho no nono mês, durante o primeiro período, e 7 no décimo, no segundo período de 1800 a 1865. O mesmo sucede para grupo de idades acima dos trinta anos, com 7, nos oitavo e nono meses, no período de Setecentos, e, somente com 5 nascimentos, no décimo mês, em Oitocentos.

Estes resultados reforçam a ideia, já adiantada, aquando do estudo dos anteriores indicadores de fecundidade, de uma maior maturidade reprodutiva nas idades tardias, durante o séculos XVII e XVIII, e de uma antecipação da «menarca» durante o século XIX. Questionamo-nos se tal não terá a ver com uma melhor alimentação, para o último século?

Se passarmos à leitura do gráfico «Intervalo protogenésico, por índices, para todas as idades», notamos que as curvas evoluem de forma sensivelmente semelhante, avolumando-se entre os oito e os onze meses, com picos no nono, para o primeiro, e no nono e décimo, para o segundo período. A partir do primeiro ano de matrimónio verifica-se uma queda das frequências para percentagens próximas das três unidades, até ao vigésimo sexto mês, a partir do



Uma outra forma de abordar os comportamentos reprodutivos, é-nos dada pelo quadro «Intervalo protogenésico inferior a um ano», que nos permite comparar as percentagens de progénies num intervalo que medeia os oito e os onze meses, com as observadas aos doze e mais meses, após o casamento, para os diferentes grupos de idades e entre os dois períodos considerados.

Com efeito, durante o primeiro período, detectam-se mais dificuldades, em «dar à luz» o primeiro filho, nas mulheres que casaram em idades mais jovens, entre os oito e os onze meses, ao invés das que casaram entre os 25 e os 29 anos; ao passo, diferentemente das que casaram durante o século XIX, as quais terão demonstrado melhores condições procriativas, entre os 20-24 anos. Tal constatação permite-nos questionar, mais uma vez, se na alteração deste comportamento não terá pesado uma possível maior precocidade da «menarca», motivado por uma melhor alimentação?

Os comportamentos são mais extremados nas mulheres que casaram em idades abaixo dos 20 anos, logo seguidas pelo grupo imediato, durante o primeiro período; ao invés, para o segundo, os desvios são maiores nas idades superiores aos 25 anos.

Se tomarmos todas as idades verificamos que é depois de perfazer um ano, após a celebração do casamento, que a maioria dos casais vêem nascer o seu primeiro filho, tanto no primeiro período como no segundo.

QUADRO XXVIII
Intervalo protogenésico inferior a um ano
(percentagens)

Intervalo em meses	Grupos de Idades								Todas as Idades	
	< 20		20 - 24		25 - 29		30 e mais			
	1.º Per.	2.º Per.	1.º Per.	2.º Per.	1.º Per.	2.º Per.	1.º Per.	2.º Per.	1.º Per.	2.º Per.
8 - 11	16,7	38,5	32,4	50	54,4	41,7	52,4	41,4	45,8	43,9
12 e +	83,3	61,5	67,6	50	45,6	58,3	47,6	58,6	54,2	56,1

No intuito de aprofundarmos a análise deste comportamento, calculámos o intervalo protogenésico médio, para os períodos contemplados, segundo as idades ao casamento. Assim, para o primeiro período, notámos intervalos de tempo sempre superiores aos do segundo, traduzindo este comportamento uma maior dificuldade das mulheres em procriar, nos séculos XVII e XVIII.

sempre superiores aos do segundo, traduzindo este comportamento uma maior dificuldade das mulheres em procriar, nos séculos XVII e XVIII.

Por grupos de idades, detectámos uma maior dificuldade em conceber o primeiro filho nas mulheres que casaram com idades abaixo dos 20 e no grupo de idades acima dos 30 anos, com vantagem para os primeiros. Ao passo que o organismo feminino patenteia maior maturidade procriativa nas idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos de idade.

Comparando os intervalos protogenésicos médios, para todas as mulheres com idade conhecida, como consta no quadro «Intervalo protogenésico médio», com os intervalos protogenésicos calculados para todas as mulheres somente com data de casamento identificada (quadro seguinte), e partindo do princípio que a maioria dos casos que adicionámos seriam mulheres de fora da paróquia, somos levados a admitir que, por elas aguardarem mais tempo pelo nascimento do seu primeiro filho, teriam vindo casar à paróquia em idades mais jovens, nomeadamente no período dos séculos XVII e XVIII. Com efeito, observando a distribuição dos intervalos protogenésicos pelos grupos de idade ao casamento, notámos que se registou um maior espaçamento temporal nas idades abaixo dos 25 anos; e, por isso, pensámos que elas terão sido as grandes responsáveis pelo acréscimo do intervalo protogenésico médio de 21,2 para 26,5 meses; enquanto

QUADRO XXIX
Intervalo protogenésico médio

Períodos	Nº Obs.	Grupos de Idades				Todas as Idades
		< 20	20-24	25-29	30 e mais	
1670-1799	131	38,7	22,5	18,1	20,9	21,2
1800-1865	157	23,2	17,2	17,0	17,3	18,2

no segundo período, não será de rejeitar a hipótese de que as noivas estranhas à paróquia seriam um pouco mais maduras, uma vez que o intervalo protogenésico médio baixa de 18,2, para 17,6 meses.

Certamente que não andaremos muito longe da verdade se atribuirmos estas mulheres «estrangeiras», a grande responsabilidade pela dilatação da amplitude entre os intervalos calculados, para os primeiro e segundo períodos, respectivamente, de 3 para 9 meses.

primeiro filho, quando estamos perante mulheres das quais conhecemos a data de nascimento, de 19,6⁽¹³¹⁾ contra os 22,4 meses.

Se compararmos o intervalo protogenésico médio, calculado para Calvão, com os obtidos para outras paróquias rurais conhecidas, tais como, Cardanha, Poiães, Guimarães, S. Pedro de Alvito, poderemos afirmar que as mulheres da nossa paróquia aguardavam, cerca de três meses mais que as outras, pelo seu filho primogénito⁽¹³²⁾.

Se admitirmos que o intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho é normalmente mais curto que o verificado entre dois nascimentos, uma vez que a mulher não fica sujeita a um «tempo morto», mais ou menos longo, não estaremos perante a chave que explicará a baixa fecundidade apurada em Calvão?

QUADRO XXX
Intervalo protogenésico
(todas as mulheres, com data de casamento conhecida)

Períodos	Nº Obs.	Intervalos
1670-1799	216	26,5
1800-1865	181	17,6
1670-1865	397	22,4

3.2. Intervalos Intergenésicos Médios

Naturalmente que o intervalo entre a celebração do matrimónio e o primeiro nascimento é certamente mais curto que os seguintes, uma vez que a existência de uma anterior progénie provoca uma amenorria «post-partum»; um tempo morto cuja extensão depende, além dos factores fisiológicos, dos hábitos culturais de cada comunidade, podendo ser somente de um ou dois meses, na ausência de aleitamento, ou, de dez ou mais meses, em caso de amamentação⁽¹³³⁾.

Com base nestes pressupostos de ordem cultural e fisiológica, Wrigley⁽¹³⁴⁾, no entanto, considera que existem parâmetros ainda não totalmente explicados, tentando demonstrar que a duração, entre dois nascimentos, poderia oscilar, no

⁽¹³¹⁾ Intervalo intergenésico médio, calculado para todas as idades e para toda a observação.

⁽¹³²⁾ Cf. Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico (...)*, ob. cit., pp. 192-193; Veja-se também Fernando Miranda, ob. cit., pp. 122-123.

⁽¹³³⁾ Cf. Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Fico (...)*, ob. cit., pp. 140-141.

⁽¹³⁴⁾ História Y Población. *Introducción a la Demografía Histórica*, 1985. Ed. Crítica, Barcelona, pp. 93-94.

Com base nestes pressupostos de ordem cultural e fisiológica, Wrigley⁽¹³⁴⁾, no entanto, considera que existem parâmetros ainda não totalmente explicados, tentando demonstrar que a duração, entre dois nascimentos, poderia oscilar, no Antigo Regime, para mulheres casadas dos 20 aos 30 anos de idade, entre um mínimo de 16,5 e um limite máximo de 31,5 meses; acrescentando ainda, que estes limites são demasiado baixos para qualquer população.

Também Jacques Dupâquier e Lachiver⁽¹³⁵⁾ desenvolveram um modelo de análise cujo ponto de partida são os intervalos entre nascimentos. É neles que Dupâquier acha que se encontra a pedra de toque da chamada «fecundidade natural», cujo estudo, segundo ele, urge aprofundar⁽¹³⁶⁾. Na verdade, mecanismos fisiológicos associam-se com factores de ordem cultural, social e até económica, marcando os ritmos de reprodução dos casais.

A fim de estudarmos este comportamento de fecundidade, para Calvão, procurámos primeiramente dissecar somente o primeiro intervalo, de acordo com os dados apresentados no quadro «Primeiro intervalo intergenésico médio, por grupos de idades».

QUADRO XXXI
Primeiro intervalo intergenésico médio
(em meses)

Períodos	Nº Obs.	Grupos de Idades				Todas as Idades
		< 20	20-24	25-29	30 e mais	
1670-1799	125	32,8 (4)	26,1 (41)	23,2 (45)	37,1 (35)	28,3
1800-1865	177	35,2 (31)	25,8 (60)	24,2 (56)	25,5 (30)	26,9
1670-1865	302	34,9 (35)	25,9 (101)	23,7 (101)	31,8 (65)	27,5

Segundo os dados, observamos que os valores encontrados, para todas as idades, durante o primeiro período, apontam para espaçamentos mais elevados, que os do segundo. Esta tendência alarga-se a todos os grupos de idades, à excepção das mulheres que casaram antes de atingirem os 20 anos de idade.

⁽¹³⁴⁾ História Y Población. *Introducción a la Demografía Histórica*, 1985, Ed. Crítica, Barcelona, pp. 93-94.

⁽¹³⁵⁾ Ap. Michel W. Flinn, *El Sistema Demográfico Europeo, 1500-1820*, ob. cit., pp. 54-73.

⁽¹³⁶⁾ Cf. Jacques Dupâquier, *Por la Démographie Historique*, ob. cit., pp. 166-168.

apressaram em «dar à luz» de novo. Recorde-se que foi neste grupo de idades que encontramos taxas mais elevadas de fecundidade para todo o ciclo reprodutivo.

Se compararmos os nossos resultados com os obtidos por Norberta Amorim para Poiares e Guimarães, detectamos, em termos globais, uma maior afinidade com a paróquia transmontana, que em relação a Guimarães, zona rural⁽¹³⁷⁾.

Calvão, evidencia uma maior oscilação de valores registados nos diferentes grupos de idades, face às duas paróquias que nos servem de comparação, com uma variação entre esses valores de cerca de 11 meses, enquanto Guimarães (zona rural), se queda pelos 5,7, e a paróquia de Poiares pelos 2,2 meses.

Com efeito, as mulheres casadas antes do 20 anos e acima

dos trinta, retardaram a segunda progénie, ao passo que outras, que celebraram o seu casamento na faixa dos 20 aos 30 anos, tiveram intervalos mais curtos que as mulheres das paróquias citadas, em idades homólogas, com relevância para as idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos.

Que mecanismos fisiológicos poderão explicar esta variabilidade do fenómeno, em Calvão? Será que o esclarecimento se encontrará nos hábitos sociais e culturais da paróquia?

Para termos uma perspectiva mais global do fenómeno, privilegiamos o cálculo do intervalo intergenésico médio para os primeiros sete intervalos, a fim de evitarmos variações perturbadoras da nossa análise, dado que, a partir do oitavo parto, se regista uma astenia do número de famílias observadas. Para quem trabalha, como nós, com observações reduzidas, este intervalo apresenta-se com

QUADRO XXXII
Primeiro intervalo intergenésico médio
(diversas paróquias)
Antigo Regime

Paróquias	Grupos de Idades				Todas as Idades
	< 20	20-24	25-29	30 ou mais	
Poiares	27,3	26,8	27,8	29,0	27,5
Guimarães	25,1	24,6	26,0	30,3	25,9
Calvão	34,9	25,9	23,7	31,8	27,5

⁽¹³⁷⁾ Cf. Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., pp. 140-142.

de evitarmos variações perturbadoras da nossa análise, dado que, a partir do oitavo parto, se regista uma astenia do número de famílias observadas. Para quem trabalha, como nós, com observações reduzidas, este intervalo apresenta-se com grandes vantagens para análises comparativas⁽¹³⁸⁾. No estudo deste parâmetro consideramos somente as famílias de **tipo 1**, independentemente da idade ao casamento, com dois ou mais filhos, para a periodização já anteriormente utilizada.

Assim, quando passamos ao quadro em análise *Intervalo intergenésico médio*, torna-se possível distinguir um ritmo mais lento de progénies, durante o primeiro período, que no seguinte, à excepção dos últimos nascimentos apreciados. Reparando na média final, de ambos os períodos, a nossa ideia sai reforçada, registando-se um intervalo médio de 29,6 meses, no primeiro período, contra os 28,3 meses do segundo.

Somos, assim, levados a concluir que, durante o século XIX, se terão verificado melhores condições procriativas do que no período precedente.

A explicação poderá ser encontrada possivelmente na dieta alimentar, ou, ainda, num agravamento da mortalidade infantil⁽¹³⁹⁾. Infelizmente não podemos confirmar as nossas suspeitas, por falta de um registo sistemático de mortalidade infantil.

Se passarmos a uma análise, por intervalos, detectamos uma maior variação dos espaçamentos, para o período anterior a 1800, e uma maior regularidade durante o período seguinte. Observamos, ainda, um maior espaçamento nos terceiro e quarto intervalos intergenésicos, após a inflexão no segundo, e uma ligeira redução nos seguintes. Como justificar esta última quebra? Dever-se-á a flutuações aleatórias, devido à diminuição das ocorrências? Ou ao maior peso reprodutivo das mulheres que casaram entre os 25 e os 29 anos?

Comparando os espaçamentos dos intervalos, para os períodos considerados, e para os primeiros cinco partos, obteremos uma panorâmica mais exacta dos ritmos reprodutivos dos casais da paróquia e uma primeira constatação, desde logo, podemos extrair: a de que a duração entre o primeiro e o segundo nascimentos é mais dilatada que o intervalo que medeia o matrimónio e a primeira progénie.

Na verdade, o valor do intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho é mais reduzido que os intervalos posteriores entre dois nascimentos. Porém, a

⁽¹³⁸⁾ *Idem*, pp. 144-145.

⁽¹³⁹⁾ Cf. Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 145.

Já para o século XIX, apontam-se intervalos intergenésicos médios mais

reduzidos, e também uma idade ao casamento mais remota, condições que terão dado, certamente, uma maior capacidade reprodutiva aos casais da freguesia, desde que a duração das uniões permita um maior número de concepções terminadas em nascimentos, como veremos mais adiante.

Se compararmos, agora, os intervalos intergenésicos médios com os das paróquias rurais, de

QUADRO XXXIII
Intervalos intergenésicos médios

Intervalos	Períodos			
	1680-1799		1800-1865	
	Nº obs	Meses	Nº obs	Meses
1-2	184	29,4	108	27,3
2-3	159	28,1	87	25,3
3-4	140	31,8	72	29,8
4-5	110	31,7	62	30,8
5-6	93	28,4	45	29,4
6-7	67	29,5	31	29,4
7-8	39	26,1	23	29,8
Total	792	29,6	428	28,3

Guimarães e Poiares, vemos que existe uma notória semelhança em relação à freguesia nordestina, para onde foi registado «2 anos e seis meses» no período de 1650 a 1740, e «2 anos e 5 meses» para o período de 1741 a 1823⁽¹⁴⁰⁾. Guimarães, zona rural, regista compassos de tempo ligeiramente inferiores, rondando os 29 meses, para toda a observação⁽¹⁴¹⁾. Reforça-se, assim a ideia de que os casais transmontanos tiveram uma fecundidade mais débil que as famílias do Baixo Minho.

4. - Duração das Uniões

A duração da convivência conjugal é um dos mais importantes factores a privilegiar no estudo da fecundidade, uma vez que é dentro do matrimónio que a sociedade do Antigo Regime assegura, quase exclusivamente, a sua continuidade. Para o estudo desta variável considerámos todos os casais com início e fim de união, ou seja, famílias de **tipo 1** e **tipo 2**, independente da idade da mulher ao

⁽¹⁴⁰⁾ Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiares (...)*, ob. cit., p. 574.

⁽¹⁴¹⁾ Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico (...)*, ob. cit., pp. 199-201.

Para o estudo desta variável considerámos todos os casais com início e fim de união, ou seja, famílias de tipo 1 e tipo 2, independente da idade da mulher ao casamento e de se tratar ou não do primeiro ou do segundo casamentos ⁽¹⁴²⁾, para os dois períodos apreciados, a fim de integrarmos, todas as famílias com uma longa vida em comum.

QUADRO XXXIV
Duração das Uniões

Intervalos (anos)	1670-1799			1800-1865		
	N.º Obs.	%	% Cumulativa decrescente	N. Obs.	%	% Cumulativa decrescente
0 - 4	23	8,5	100	27	17,6	100
5 - 9	23	8,5	91,5	18	11,8	82,4
10 - 14	28	10,3	83,1	15	9,8	70,6
15 - 19	23	8,5	72,8	20	13,1	60,8
20 - 24	21	7,7	64,3	14	9,2	47,7
25 - 29	45	16,5	56,6	14	9,2	38,6
30 - 34	36	13,2	40,1	17	11,1	29,4
35 - 39	23	8,5	26,8	5	3,3	18,3
40 - 44	23	8,5	18,4	12	7,8	15,0
45 - 49	19	7,0	9,9	8	5,2	7,2
50 - 54	6	2,2	2,9	2	1,3	2,0
55 - 69	2	0,7	0,7	1	0,7	0,7
Totais	272	100	-	153	100	-
Média em anos	25,2	-	-	20,5	-	-

Como se verifica pelo quadro, a duração média dos casamentos foi de 25,2 e de 20,5 anos, para o primeiro e segundo períodos, respectivamente, resultando uma média global de 23,3 anos para toda observação.

Se compararmos com as durações médias das uniões, encontradas por Norberta Amorim, para Póiares e Sul do Pico, respectivamente, de 27,3 e 32,5 anos, para períodos similares, o número de anos de convivência conjugal é menor

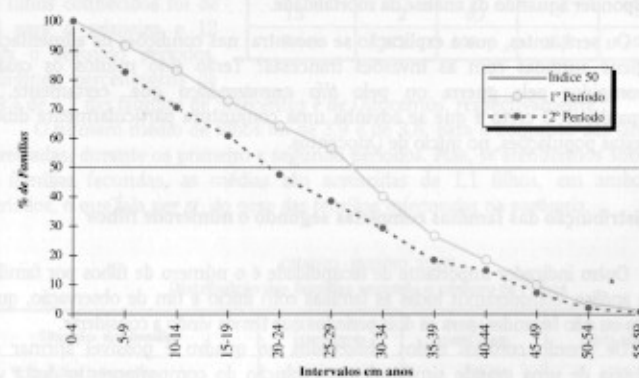
⁽¹⁴²⁾ Cf. Norberta Amorim, *Evolução demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., pp. 148-149.

médias dos casamentos oscilaram entre 22,2 e 23,3 anos ⁽¹⁴³⁾, notamos uma maior aproximação dos comportamentos. Não obstante, estes valores informam-nos que a mortalidade não poupou os cônjuges de Calvão, encurtando-lhes a vida em comum.

Se atendermos à distribuição percentual, para ambos os períodos, por intervalos de 5 anos, constatamos que as uniões foram mais frágeis nos primeiros anos do segundo período, enquanto que no período precedente, de 1670 a 1799, as percentagens mais elevadas de interrupção se verificam acima dos 25 anos de casamento, o que terá permitido, pelo menos, uma convivência conjugal durante o ciclo fecundo da mulher, facto que não se tinha verificado no anterior. Terá sido esta tendência responsável pela baixa fecundidade verificada também no século XIX?

A fim de melhor compreendermos a evolução do fenómeno, elaborámos um gráfico, com base nas frequências relativas acumuladas, descendentes, por intervalos quinquenais, que representa os anos vividos pelas distintas percentagens

Gráfico 17
Anos vividos pelos casais de Calvão
(em percentagens)



⁽¹⁴³⁾ Apud N. Amorim, *Evolução demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., pp. 148-149.

um gráfico, com base nas frequências relativas acumuladas, descendentes, por intervalos quinquenais, que representa os anos vividos pelas distintas percentagens de famílias. Com efeito, o quadro acima bem como a sua respectiva representação gráfica evidenciam a distribuição percentual acumulada das uniões por intervalos quinquenais, corroborando a ideia, já expressa, de que os matrimónios foram mais estáveis no período de Setecentos do que no de Oitocentos. Assim, 91,5 % dos casais, do primeiro período, e 82,4%, do segundo, poderiam esperar uma convivência conjugal de pelo menos 5 anos; uma percentagem de 56,6 e 38,6 de casais, do primeiro e do segundo períodos, respectivamente, poderiam aspirar a celebrar as «*bodas de prata*»; enquanto que só 5,2 % dos casais, no primeiro, e 2,0% no segundo período, chegaram às «*bodas de ouro*». Nenhum casal sobreviveu para além dos 60 anos de vida em comum.

Deste modo, verificamos que os casais formados durante o segundo período evidenciam um menor número de anos vividos em comum, para percentagens idênticas de famílias, pese, no entanto, o abaixamento da idade média ao primeiro casamento do sexo feminino.

A ruptura mais precoce, de convivência conjugal, na faixa temporal do século XIX, lança-nos o desafio de estudarmos a sobrevivência feminina, por acidentes de parto, em idades de maior fecundabilidade, ao que pretendemos corresponder aquando da análise da mortalidade.

Ou será, antes, que a explicação se encontra nas condições de alimentação e higiene surgidas com as invasões francesas? Terão sido muitos os casais interrompidos pela guerra ou pelo *tifo exantemático* que, certamente, a acompanhou? O certo é que se advinha uma conjuntura particularmente difícil para estas populações, no início de Oitocentos.

5. Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos

Outro indicador importante de fecundidade é o número de filhos por família. Nesta análise, considerámos todas as famílias com início e fim de observação, quer fossem ou não fecundas, para os dois períodos que temos vindo a considerar.

De acordo com os dados observados no quadro é possível afirmar da existência de uma grande similitude na evolução do comportamento desta variável, ao longo dos dois períodos, não se vislumbrando indícios de controlo voluntário de natalidade.

Observando a distribuição de frequências, podemos notar um abaixamento das percentagens de famílias na passagem do sétimo para o oitavo filho, para o período de 1670-1699, e do sexto para o sétimo, de 1800 a 1865, o que denota proles assaz numerosas.

Se excluirmos as famílias infecundas, 44,1 % dos casais do primeiro período e 37,8% do segundo «*brotaram*» 6 filhos, enquanto que 52,1 das famílias tiveram cinco; porém, só 6,6 e 8,4 % «*deram à luz*» 10 filhos, para antes e depois de 1800. O número máximo de filhos conhecidos foi de 13 para o primeiro e 12 para o segundo períodos, atingindo percentagens de

0,9 e de 1,7 das famílias de Setecentos e de Oitocentos, respectivamente.

O número médio de filhos foi de 3,9 e de 3,8, para o conjunto das famílias apreciadas, durante os primeiro e segundo períodos. Mas, se atendermos somente às famílias fecundas, as médias são acrescidas de 1,1 filhos, em ambos os períodos, o que fala *per se* do peso das famílias infecundas na paróquia.

QUADRO XXXV
Distribuição das famílias completas
segundo o número de filhos

Nº de Filhos	Períodos			
	1670-1799		1800-1865	
	Nº obs.	%	Nº obs.	%
0	61	22,4	34	22,2
1	27	9,9	11	7,2
2	25	9,2	21	13,7
3	19	7,0	15	9,8
4	30	11,1	10	6,5
5	17	6,3	17	11,1
6	26	9,6	14	9,2
7	28	10,3	8	5,2
8	21	7,7	6	3,9
9	4	1,5	7	4,6
10	5	1,8	7	4,6
11	5	1,8	1	0,7
12	2	0,7	2	1,3
13	2	0,7	-	-
Totais	272	100	153	100

QUADRO - RESUMO XXXVI
Distribuição das famílias segundo o número de Filhos

Situação das famílias	1º Período (1670-1799)	2º Período (1800-1865)	Toda Observação (1670-1865)
% Famílias infecundas	22,4	22,2	22,3
Média de filhos por família	3,9	3,8	3,83
Média de filhos por família fecunda	5,0	4,9	4,94

Em termos comparativos, o número médio de filhos, por família fecunda, em Calvão, foi de 5, igualando o valor encontrado por Norberta Amorim, para Poiães⁽¹⁴⁴⁾; sendo, contudo, superiores aos obtidos por Fernando Miranda, em Alvito S. Pedro, de 3,6⁽¹⁴⁵⁾, para o período do Antigo Regime; mas todos eles ficaram aquém do número médio de filhos achados, tanto para a zona rural de Guimarães, com 6, como para o do Sul do Pico, com 5,5 filhos em média por família⁽¹⁴⁶⁾.

QUADRO XXXVII
Comparação entre o número médio de filhos por famílias completas segundo a idade ao casamento da mulher (Idades da mulheres) Antigo Regime

Paróquias	Grupos de Idades					Todas as Idades
	< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	
Guimarães (z. rural)	8,9	7,9	6,0	3,9	1,8	6,0
Alvito S. Pedro	7,6	5,5	4,3	3,4	2,3	3,6
Poiães	8,0	7,0	5,0	2,9	1,6	5,0
Calvão	4,7	5,6	5,8	3,3	1,4	5,0

Numa sociedade rural do Antigo Regime, só circunstâncias excepcionais poderiam levar os casais a não desejarem descendência. Não obstante, cerca de 22% de famílias observadas em idade de procriar não tiveram filho algum conhecido.

Para o estudo deste indicador considerámos somente as famílias completas sem filhos segundo a idade ao casamento, resultando uma magreza de valores, e, por isso, fomos levados a reunir todas as observações num único período, de 1670 a 1865, com o fim de dar uma maior representatividade à reflexão.

De acordo com os dados do quadro «Ausência de filhos segundo a idade ao casamento», torna-se possível distinguir, desde logo, a relação existente entre a idade ao casamento, do sexo feminino, e os riscos de infecundidade dos casais.

⁽¹⁴⁴⁾ S. Pedro de Poiães e Sua População (...), ob. cit., p. 190.

⁽¹⁴⁵⁾ Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro (...), ob. cit., pp. 131-134.

⁽¹⁴⁶⁾ Norberta Amorim, Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico (...), ob. cit., pp. 196-197. Veja-se também Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...), ob. cit., p. 148.

Na verdade, a esterilidade eleva-se nas mulheres que casaram na faixa acima de 30 anos de idade e diminui no grupo de mulheres que casaram com idades inferiores a 20 anos, contrariando a tendência encontrada por Norberta Amorim para outras paróquias, onde nota «que as mulheres casadas antes dos 20 anos parecem enfrentar mais frequentemente o problema da esterilidade do que as casadas no grupo de idades seguinte, embora não se possa descartar a eventualidade de influências aleatórias»⁽¹⁴⁷⁾.

Por sua vez, a fraca esterilidade encontrada nas mulheres que celebraram o seu casamento entre os 25 e os 29, leva-nos a pensar que só nesta faixa etária se atingiria maturidade fisiológica capaz de assegurar uma boa saúde reprodutiva em todo o ciclo procriativo, porquanto é nestas idades que se apontam maiores índices de fecundidade.

Para melhor visualizarmos o efeito da correlação da idade ao casamento com a descendência de cada família, elaborámos vários quadros «Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos», nos diversos grupos etários ao casamento da mulher, para ambos os períodos, pese, no entanto, o número reduzido de observações.

Os dados testemunham, em primeiro lugar, que as mulheres que casaram, entre os 20 e os 35 anos de idade, apresentam uma descendência média superior no decorrer do primeiro período do que no seguinte.

Se considerarmos as mulheres que viveram casadas antes de completarem os 20 anos de idade, notamos que tiveram uma média mais proeminente de filhos durante o período de Oitocentos, com 5,4 filhos, contra os 4,7 filhos do primeiro período. Convém sublinhar, em jeito de síntese, que todas estas famílias se ficaram por um número reduzido de filhos.

⁽¹⁴⁷⁾ Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...), ob. cit., p. 135.

QUADRO XXXIX
Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos

<i>Mulheres casadas antes do 20 anos de idade</i>																
Nº de filhos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Totais	Média
1º Per. (1670-1799)	1	2	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	1	-	7	4,7
2º Per. (1800-1865)	-	-	3	3	3	1	1	-	1	1	2	-	1	-	16	5,4
<i>Mulheres casadas dos 20 aos 24 anos de idade</i>																
Nº de filhos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Totais	Média
1º Per. (1670-1799)	5	3	2	2	1	3	3	11	7	2	1	-	-	1	42	5,6
2º Per. (1800-1865)	3	3	4	5	2	4	3	3	1	2	3	1	1	-	35	4,9
<i>Mulheres casadas dos 25 aos 29 anos de idade</i>																
Nº de filhos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Totais	Média
1º Per. (1670-1799)	3	2	1	3	7	3	10	6	8	1	-	2	1	1	48	5,8
2º Per. (1800-1865)	3	1	3	3	2	8	6	4	1	4	-	-	-	-	35	4,9
<i>Mulheres casadas dos 30 aos 35 anos de idade</i>																
Nº de filhos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Totais	Média
1º Per. (1670-1799)	1	5	5	5	3	5	3	2	1	1	-	-	-	-	26	3,3
2º Per. (1800-1865)	4	-	4	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	12	2,2
<i>Mulheres casadas dos 35 aos 39 anos de idade</i>																
Nº de filhos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Totais	Média
1º Per. (1670-1799)	8	2	6	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	1,4
2º Per. (1800-1865)	3	2	5	2	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	15	2,4

Particularizando, notamos que as mulheres que casaram entre os 20 e os 24 e os 25 e os 29 anos tiveram uma prole mais extensa que os demais grupos, mormente neste último grupo de idades. Quando comparamos a evolução por períodos, a média é mais elevada no primeiro que no segundo. O número modal de filhos é de 7 e 5 para a faixa etária dos 20 aos 24 anos; de 6 e 5 para o grupo de 25 a 29 anos de idade, correspondente aos primeiro e segundo períodos.

Para as mulheres casadas entre os 30 e os 39 anos torna-se possível distinguir um menor número de famílias com uma dimensão maior, designadamente para o segundo grupo, em que o número máximo se coloca abaixo dos 5 filhos. É certo que o número de anos de vida fecunda não teria permitido maior número de concepções conducentes a um nascimento, mas, deixando-nos a dúvida, apesar disso, se não terá havido possíveis formas insipientes de controlo reprodutivo?

CAPÍTULO IV

A Illegitimidade

Estadística portuguesa em 1870, com o intuito de estabelecer a base para a elaboração de um código de estatística, foi o trabalho de José Augusto de Aguiar, que em 1870 publicou o livro "Estatística Portuguesa em 1870", onde se encontram os dados estatísticos de Portugal para esse ano.

Este trabalho foi elaborado com base nos dados estatísticos de Portugal para o ano de 1870, e foi publicado em Lisboa, em 1870, pelo autor José Augusto de Aguiar. Este trabalho é considerado uma das obras fundamentais da estatística portuguesa, pois fornece uma visão detalhada da situação econômica e social do país naquela época.

Municípios com 25 ou 27 anos de idade															
Idade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Total	Média
1ª Idade (1870-1875)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
2ª Idade (1875-1880)	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Municípios com 28 ou 29 anos de idade															
Idade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Total	Média
1ª Idade (1870-1875)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
2ª Idade (1875-1880)	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Municípios com 30 ou 31 anos de idade															
Idade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Total	Média
1ª Idade (1870-1875)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
2ª Idade (1875-1880)	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16

1. Características da Legitimidade

Legitimidade refere-se ao reconhecimento ou aceitação das autoridades ou instituições, geralmente por parte do Estado, que lhes confere o direito de exercer a autoridade legalmente.

A legitimidade de um Estado deriva da vontade popular, expressa através do sufrágio universal, e é reconhecida por todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica, religiosa ou social.

CAPÍTULO IV

A

Ilegitimidade

A ilegitimidade ocorre quando o poder é exercido sem o devido fundamento legal ou moral, ou quando o titular do poder não possui a autoridade necessária para exercer as funções do cargo.

Em situações de ilegitimidade, o titular do poder não pode exercer a autoridade legalmente, e o exercício do poder é considerado nulo e ineficaz.

A ilegitimidade pode ser decorrente de vícios na forma de aquisição do poder, ou de vícios na substância do poder.

QUADRO IV
Ilegitimidade decorrente de vícios na forma de aquisição do poder

Idade	1ª Idade	2ª Idade
1870-1875	10	100
1875-1880	20	100

Fonte: José Augusto de Aguiar, "Estatística Portuguesa em 1870", Lisboa, 1870, p. 144.

1. Concepções Pré-Nupciais

Distinguimos seguidamente as concepções que terminaram em nascimentos antes dos oito meses de casamento, a que se convencionou designar de pré-nupciais, que agrupámos por dois períodos, pese, no entanto, a penúria de dados.

Na elaboração do quadro «Intervalos protogenésicos inferiores a oito meses», considerámos todas as famílias fecundas com data de casamento conhecida, independentemente da idade da mulher. As percentagens obtidas resultam do quociente da divisão do número de primeiros nascimentos ocorridos durante os zero e os sete meses (completos) de casamento pelo

QUADRO XL
Intervalos protogenésicos inferiores a oito meses

Períodos	Nº Obs.	%	Intervalo Médio (meses)
1670-1799	19	8,4	3,5
1800-1865	35	16,0	3,4

número total de primeiros nascimentos legítimos, multiplicados por 100 ⁽¹⁴⁸⁾.

De acordo com os dados apresentados no respectivo quadro, verificamos que a percentagem de concepções pré-nupciais quase duplica quando passamos dos séculos XVII-XVIII para o século XIX. Esta mudança indiciar-nos-á uma maior tolerância, da sociedade da paróquia, em relação à convivência íntima entre os noivos?

Se tomarmos o intervalo médio em meses, detectamos uma certa paridade, ainda que para o primeiro período, a noiva tenha que esperar mais uns dias para que o sedutor «repare» o seu acto com o casamento.

Se considerarmos somente as concepções pré-nupciais iguais ou

QUADRO XLI
Intervalos Protogenésicos
(igual ou inferior a 3 meses)

Períodos	Nº Obs.	% (a)
1670-1799	11	57,9
1800-1865	20	57,0

a) Percentagem obtida em relação ao total de nascimentos até aos 8 meses de casamento.

⁽¹⁴⁸⁾ Veja-se Louis Henry, 1988, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, p. 149.

inferiores a três meses, notamos que mais de metade dos nascimentos, cerca de 57%, ocorrem neste intervalo de tempo; os noivos encobriam, assim, por bastante delonga, o fruto do seu ousado amor, quer da família, quer da sociedade, a fim de escapar ao estigma que só seria apagado com o matrimónio, e não totalmente.

No estudo deste comportamento, devemos ter em conta, como refere Norberta Amorim, que *«não se pode afastar a hipótese de alguma influência de*

QUADRO XLII
Concepções Pré-Nupciais
Segundo a Idade ao Casamento da Mulher

Gr. Idades	Períodos			
	1680-1799		1800-1865	
	Nº Obs.	%	Nº Obs.	%
< 20	-	-	5	16,7
20 - 24	7	15,5	9	13,8
25 - 29	4	8	10	16,9
30 - 34	1	3,7	3	17,6
35 - 39	1	7,1	2	11,8
Total	13	9,4	29	15,0

maiores demoras nos processos de licenciamento, no caso de consanguinidade entre os noivos» (149). Com o intuito de visualizarmos o efeito da idade ao casamento, elaborámos o quadro «*Concepções pré-nupciais, segundo a idade ao casamento da mulher*», o qual testemunha:

a) que as mulheres casadas entre os 20 e os 29 anos de idade vão mais frequentemente grávidas para o casamento

que as demais, mormente no primeiro período;

b) que as mulheres casadas no século XIX apresentam proporções mais altas de concepções pré-nupciais que as do período anterior, com excepção do grupo etário dos 20 aos 24 anos.

Idade	1680-1799	1800-1865
< 20	0	5
20 - 24	7	9
25 - 29	4	10
30 - 34	1	3
35 - 39	1	2
Total	13	29

(149) *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 159

2. Filiação Natural

Segundo François Lebrun, *«é no casamento que normalmente as crianças devem ser concebidas e nascem»*, mas o problema reside em que, muitas vezes, circunstâncias várias influíram para que tal não acontecesse. É na expressão deste fenómeno que muitos investigadores pretendem ver reflectida a influência da religiosidade e de ascetismo que impregnaram as sociedades do Antigo Regime (150).

Max Weber vai mais longe, vendo neste fenómeno *«uma das chaves da nossa demografia de tipo antigo, programada para o equilíbrio»* (151), onde se conjugam, certamente, os comportamentos das variáveis demográficas, a moralidade religiosa, os factores económicos e as relações sociais.

Resta-nos saber, agora, qual foi a nervosidade da fecundidade extra-matrimonial na paróquia, para um vasto período de quase dois séculos. Com efeito, fizemos o levantamento de todos os assentos paroquiais, onde estava explicitamente lavrada a filiação ilegítima, quer seja de mãe solteira, casada ou viúva. Tivemos, ainda, o cuidado de separar os filhos naturais das crianças enjeitadas, visto que estas poderão ser ou não ilegítimas.

Fazer a análise da filiação natural identificada, com um volume tão reduzido de dados é sempre um risco que não nos permite tirar conclusões de todo sustentáveis. Por isso, encaminhámos a nossa análise numa perspectiva de constatações e de apresentação de indicadores. Finalmente, para consolidar a nossa investigação, procuramos modelos de comparação, dentro e fora da região, o que nos permitiu avaliar melhor o fenómeno.

Com base nos dados arrolados construímos um quadro com o número de baptismos legítimos, de filhos naturais e enjeitados, por décadas, do qual resultou o quadro «*Evolução da ilegitimidade*» e a equivalente representação gráfica. Apesar das diferenças que se constatarem, ressalta, de uma primeira leitura, que a percentagem média da filiação ilegítima da paróquia, de 1680 a 1869, é de 8,7%, avolumando-se significativamente nas últimas décadas da observação, resultante de uma distribuição cujo limite inferior se situa na década de 1690-99, com 2,6%,

(150) Cf. José Pérez Garcia, 1979, *Um modelo de Sociedade Rural do Antigo Regimen en la Galicia Costera*, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 111-113.

(151) Apud Alain Bideau, «mecanismos auto-reguladores das Populações Tradicionais», Universidade de Lyon - França, in Maria Luíza Marçilo, *População e Sociedade- Evolução das Sociedades Pré-industriais*, ob. cit., p. 52.

e cujo superior se situa na década de 1760-69, com 15,8%, com repiques modais, de 14,5% e de 14,6%, nas penúltima e última década da observação, respectivamente.

Se nos fixarmos somente nas frequências absolutas do quadro, é possível distinguir claramente, desde logo, a tendência de crescimento do fenómeno à medida que nos aproximamos do final da observação, registando-se, por isso, os valores extremos da série, nas duas primeiras décadas, com 4 baptizados ilegítimos apenas, e na última década, com 54 registos.

Se analisarmos com maior detalhe a evolução da filiação natural identificada, ao longo das 19 décadas, verificamos que ela se eleva especialmente em três períodos, a destacar:

a) de 1700 a 1719, pouco significativa, atingindo somente 5,3 %, o equivalente a 17 casos;

b) um expressivo aumento em meados do século XVIII, com repiques nas décadas de 60 e 70, alcançando a média de 11,2%, entre 1740 e 1779, coincidente com a vertente mais funda de uma atimia do total de baptizados, iniciada em 1730 e que se prolongou até ao início dos anos oitenta;

c) após 1840 e até final da nossa observação, regista um aumento gradual quer em valores absolutos, quer em valores relativos, alcançando o valor médio de 14,5%, de 1850 a 1869; reflexo, quiçá, de uma maior suavização dos valores religiosos no confronto com as novas ideias liberais? Sendo assim, como explicar a tendência altista ocorrida nos meados do século XVIII?

Ressaltam, ainda, as tendências de crescimento, só timidamente acompanhadas pelo número de filhos naturais, nos segundo e terceiro períodos, e no quinto período, de 1850-69, em que os valores percentuais são sustentados pelo forte aumento dos valores absolutos de ilegitimidade identificada.

Se reexaminarmos o fenómeno da fecundidade ilegítima, por períodos, verificamos que as tendências se podem caracterizar da seguinte forma:

a) de 1680 até finais do século XVII, a proporção de concepções ilegítimas foi muito singela, quer em valores absolutos, quer em valores percentuais;

b) durante o século XVIII, notam-se dois comportamentos distintos: na primeira metade, com uma ilegitimidade de 5,3%, registando somente uma tímida subida percentual de 2,5 em relação ao período anterior; um significativo incremento da frequência absoluta de casos, nos segundos cinquenta anos, coincidente com uma fase de abatimento do total de baptismos. Esta situação origina uma subida percentual da ilegitimidade, de 5,3%, do período precedente, para um valor sustentado de 9,8%, crescendo 4,5 pontos percentuais;

QUADRO XLIII
Evolução da ilegitimidade por décadas

Períodos	Total Baptizados	Total ilegítimos	% de ilegít.	Enjeitados
1680-89	135	4	3,0	1
1690-99	155	4	2,6	0
Total (1680-1699)	290	8	2,8	1
1700-09	162	7	4,3	2
1710-19	157	10	6,4	1
1720-29	166	6	3,6	0
1730-39	138	6	4,3	0
1740-49	125	11	8,8	1
Total (1700-1749)	748	40	5,3	4
1750-59	89	7	7,9	2
1760-69	101	16	15,8	1
1770-79	139	17	12,2	0
1780-89	166	13	7,8	0
1790-99	139	9	6,5	0
Total (1750-1799)	634	62	9,8	3
1800-09	163	5	3,1	1
1810-19	214	11	5,1	1
1820-29	244	22	9,0	1
1830-39	211	22	10,4	0
1840-49	305	30	9,8	0
Total (1800-1849)	1137	90	7,9	3
1850-59	366	53	14,5	1
1860-70	370	54	14,6	2
Total (1850-1869)	736	107	14,5	3
Totais	3545	307	8,7	14

c) distintos são, também, os valores que se nos apresentam para o século XIX: os primeiros 50 anos são assinalados por uma abatimento da taxa relativa da filiação natural, resultante de uma quebra do número de baptismos ilegítimos, mormente nas primeiras duas décadas, ensaiando, nas seguintes, um crescimento contínuo da ilegitimidade, que se prolongará até final da observação; enquanto que

durante o segundo período do século, de 1850 a 1869, se consolida a respectiva tendência de alta, quer em número de casos arrolados, quer em valores percentuais.

Dado que o celibato definitivo diminui durante a primeira metade de Oitocentos, estar-se-á, porventura, perante padrões sócio-culturais e religiosos mais tolerantes, como atrás se disse? Ou, antes, dever-se-á este aumento proporcional, a dificuldades económicas mais ou menos temporárias? E será que esta tendência se confirma para além da nossa observação, ou será meramente conjuntural?

Como já aludimos, torna-se problemático interpretar estas variações do fenómeno da ilegitimidade ao longo dos tempos. Se podemos afirmar com segurança, à luz dos dados trabalhados, que o amor ilegítimo existe estruturalmente na paróquia, já o mesmo não se pode dizer quanto aos factores que provocam a sua variação. Ficamos apenas pela indicação de que estes condicionalismos deverão ser encontrados num quadro cujas coordenadas sejam pautadas, para além da moral religiosa, pelos recursos económicos, pelas teias sociais e pela emigração diferencial e consequente desequilíbrio do mercado matrimonial atinente ao celibato feminino definitivo. Todavia, nenhum indicador é de desprezar, na tentativa de encontrar a sua explicação tão complexa e difícil.

3. Os Enjeitados

Tomando, ainda, em consideração o quadro XLIII que temos vindo a apreciar, descobrimos a fraca expressão do abandono de recém-nascidos, diríamos que ele constitui um acontecimento excepcional e raro, na vida da paróquia, pois, ao longo das dezanove décadas que estudámos, apenas registamos catorze casos. No entanto, refiram-se as décadas dos meados do século XVIII, por aí se concentrarem quatro casos de abandono, coincidentes com um período de subida da filiação natural identificada, contrastante com a tendência de baixa do número de baptizados legítimos. Conviria aprofundar esta situação cruzando a informação com o comportamento de outras variáveis micro-demográficas, por um lado, o que se fará noutro momento, e, por outro, com os dados de natureza económica, tais como a evolução da produção e de preços dos cereais.

Pouco ficámos a saber da origem destas crianças enjeitadas, por isso, não podemos garantir se elas foram abandonadas pelos residentes da paróquia ou

pelos vizinhos das paróquias contíguas. Admitimos também que estes enjeitados tanto poderiam ser fruto de um amor extraconjugal e ilícito, como filhos legítimos de famílias que pontualmente estavam em dificuldades.

Dos catorze casos mencionados, todas as crianças foram baptizadas "*sob condição*", o que nos permite levantar a suspeita de haver um baptismo anterior, pelo menos em alguns casos ⁽¹⁵²⁾.

Dos assentos lavrados, também não conseguimos extrair resposta às questões: "*quem abandonou?*", "*porquê?*" e "*qual é a sua origem?*". Raras vezes referem onde foram encontrados, mas indicam sempre quem os encontrou, vindo esta pessoa a estar presente na cerimónia do baptismo, quer apadrinhando a criança, quer servindo apenas de testemunha. Só num caso se identificam as pessoas que cometeram o acto de abandonar o recém-nascido, lavrado na seguinte forma: "*foi exposto por duas mulheres, uma de Vilar de Perdizes e outra da Girona [Galiza]*". Talvez se faça menção por estas serem de fora da paróquia!

Não nos deixamos de interrogar por que razão os valores dos enjeitados não acompanham o aumento da ilegitimidade e dos baptismos em geral, especialmente após 1840. Será que encontramos a resposta na abertura da roda, em 1836, na então vila de Torre de Ervededo? A questão não será de todo descabida, se atendermos a uma passagem que encontramos num registo de entrada desta roda, que nos refere que uma criança chamada Teresa, com dois meses de idade, natural de Calvão, foi exposta a 27 de Setembro de 1840, pelo seu pai "*pela razão de ser pobre e sua mãe estar demente ao que a câmara anuiu porque o requerente provou por atestado do seu pároco e regedor da sua paróquia a sua pobreza e demência de sua mulher*". Mas também é frequente encontrarem-se, nos livros de entrada desta roda, crianças cuja origem conhecida é próxima da paróquia em estudo ⁽¹⁵³⁾. Mais, numa exploração feita por nós nos livros de entrada da Roda de Chaves, de 1796 a 1811, não encontramos criança alguma originária da paróquia, mas somente das paróquias vizinhas.

Será necessário, contudo, um trabalho mais aturado nos livros da "*roda*" de Ervededo, de Chaves e até de Boticas, para melhor se compreender o impacto social destas instituições neste fenómeno, cujos manuscritos se encontram nos arquivos da Biblioteca Municipal de Chaves.

⁽¹⁵²⁾ Como acontecia nas situações em que o nascituro corria «perigo de morte», sendo a parteira ou outro católico a fazê-lo.

⁽¹⁵³⁾ Cf. Alípio Afonso, 1993, «A Roda de Ervededo de 1836 a 1849», in *Separata da Revista Aquece Flaviense*, nº 9, Grupo Cultural Aquece Flaviense, pp. 242-247.

4. Filiação Natural Identificada de «Fora» da Paróquia

Seguidamente, procurámos saber qual era a expressão da corrente de mulheres «*estrangeiras*» que vieram ter ou simplesmente baptizar seus filhos nesta freguesia. Comportamento frequente em todas as demais paróquias, para fugir, pelo menos no momento, ao ferrete negativo, fruto de uma relação extra-conjugal. Curiosamente, grande parte destas mães, que baptizaram os seus filhos em Calvão, são de origem Galega, embora a paróquia, ainda diste mais de 10 quilómetros da linha fronteira, havendo até outras paróquias de primeiro. Por agora, convém esclarecer que abordaremos, de momento, o assunto sob a perspectiva da origem da criança e não da residência habitual da sua mãe, tema que aliás trataremos mais adiante.

Da análise comparativa do quadro «*Origem da filiação natural identificada*», ressaltam três períodos significativos de alta do fenómeno de filhos naturais de «fora», que convém distinguir:

a) um primeiro período de 1700 a 1709, com três casos num total de 7 filhos ilegítimos, atingindo o valor percentual de 42,9;

b) um segundo período, mais longo, de 1740 a 1789, a percentagem vai-se elevando gradativamente, até culminar na década de 1770-79, com 10 casos

QUADRO XLIV
Origem da Filiação Natural Identificada
(Por décadas)

Períodos	Totalidade	da Paróquia	de «Fora»	% de «fora»
1680-89	4	3	1	25,0
1690-99	4	4	0	0,0
1700-09	7	4	3	42,9
1710-19	10	10	0	0,0
1720-29	6	5	1	16,7
1730-39	6	5	1	16,7
1740-49	11	7	4	36,4
1750-59	7	4	3	49,9
1760-69	16	10	6	37,5
1770-79	17	7	10	58,8
1780-89	13	7	6	46,2
1790-99	9	8	1	11,1
1800-09	5	3	2	40,0
1810-19	11	11	0	0,0
1820-29	22	19	3	13,6
1830-39	22	19	3	13,6
1840-49	30	27	3	10,0
1850-59	53	46	7	13,2
1860-69	54	45	9	16,7
Total	307	244	63	20,5

em 17 filhos naturais, tendência que acompanha a fase ascendente da ilegitimidade;

c) para a década de 1800-1809, registamos um repique, que apesar de pouco significativo, nos merece atenção pela aproximação que faz da filiação natural identificada, dentro da paróquia. Por outro lado, marca a inversão dos dois comportamentos dentro e fora da paróquia, de acordo com os dados do quadro, até meados do século: o primeiro ensaia a sua fase de alta, enquanto que o segundo se mantém em baixa até à década de 50;

d) por último, assinalamos uma alta vertiginosa da ilegitimidade, no período de 1850 a 1869, nos filhos da paróquia, não obstante, em termos percentuais a filiação natural de «fora» quebrar para 14,1%.

Em termos globais, como facilmente se pode observar, a proporção da ilegitimidade de «fora», assume na paróquia um valor substancial de 20%, resultante de 44 mães estranhas à paróquia, o equivalente a 22,9% de todas as mães com filhos ilegítimos.

Sublinhe-se que estas 44 mães baptizaram 63 crianças, resultando uma *ratio* de 1,4 filhos ilegítimos, evidenciando um comportamento recorrente. Indiciará esta atitude uma ligação destas à paróquia? E, se a houve, de que tipo seria? Familiar ou amorosa?

5. Comparação da Ilegitimidade com outras Paróquias

Se compararmos os valores da filiação ilegítima atingidos, na paróquia de Calvão, com os resultados obtidos noutras paróquias rurais portuguesas de Trás-os-Montes e do Minho, verificamos que eles estão muito próximos das percentagens registadas nas paróquias transmontanas da região de Bragança, Cardanha, Poiães e Rebordãos, mas ficam-se muito aquém das minhotas de Guimarães, zona rural, e de Alvito S. Pedro⁽¹⁵⁴⁾.

Contudo, quando comparada com os valores atingidos na Europa⁽¹⁵⁵⁾, a situação é bem diferente, apresentando resultado sempre superiores, porquanto,

⁽¹⁵⁴⁾ Veja-se N. Amorim, *S. Pedro de Poiães (...)*, ob. cit., pp. 384-390; N. Amorim, *Guimarães 1580-1819 (...)*, ob. cit., pp. 231-238; Fernando Miranda, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro (...)*, ob. cit., pp. 136-151.

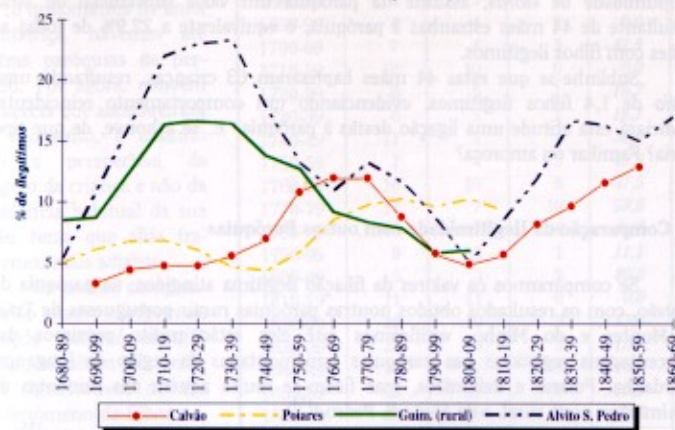
⁽¹⁵⁵⁾ Veja-se Michael W. Flinn, *El Sistema Demográfico Europeo, 1500-1820*, ob. cit., pp. 118-121, e o quadro nº 5, pp. 165-168.

«antes de 1790 apenas em Espanha se encontraram percentagens de filiação ilegítima a atingir os 5%. No período de 1780-1820 a percentagem aumenta em todos os países mas só na Alemanha ultrapassa os 10%»⁽¹⁵⁶⁾. O mesmo sucedeu no sul da ilha do Pico, onde os níveis de ilegitimidade foram mais baixos do que nas referidas paróquias do continente⁽¹⁵⁷⁾.

Cotejando os nossos dados com os das paróquias que se encontram representados no gráfico, constatamos o seguinte:

1) que o fenómeno não é uniforme, variando com as épocas e a região onde se insere a paróquia;

Gráfico 18
Filiação ilegítima em diversas paróquias
(médias móveis de três períodos)



2) que, no tocante à evolução do fenómeno, se regista uma tendência de subida até ao início do século XVIII, no Minho, e até meados do mesmo século,

⁽¹⁵⁶⁾ Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, ob. cit., p. 239.

⁽¹⁵⁷⁾ Cf. Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 162.

nas paróquias transmontanas, após o que se observa uma quebra em todas, até final da centúria; no período seguinte, séc. XIX, a tendência é de subida em todas as paróquias, para as quais temos dados;

3) que Calvão se aproxima mais de Poiães que das paróquias minhotas, não obstante a tendência divergente após os meados do século XVIII;

4) que as paróquias transmontanas começam por registar resultados muito baixos, quedando-se à volta dos 3%, avolumando-se o fenómeno à medida que o tempo decorre, não atingindo os 10% até à segunda metade do século XVIII;

5) que comportamento distinto têm as paróquias do Minho, iniciando-se com valores muito superiores, para, no segundo quartel do século XVIII, descerem até finais do século;

6) que a zona rural de Guimarães, onde «parece ter havido uma forte retracção de ilegítimos»⁽¹⁵⁸⁾, chega a registar valores inferiores às paróquias transmontanas, no decurso da segunda metade de Setecentos, enquanto, Alvito S. Pedro manteve uma filiação ilegítima sempre superior a esta freguesia;

7) que não podemos, contudo, deixar de nos questionar sobre a subida rápida da filiação natural nas últimas décadas da série, na paróquia de Calvão, assunto que mereceria melhor atenção, caso houvesse mais dados disponíveis no quadro da nossa região transmontana.

De todo o exposto podemos concluir que a ilegitimidade encontrada é superior à verificada por toda a Europa. No tocante ao Norte do nosso país, constatamos, pelo menos, duas realidades bem diferenciadas: a minhota, com altas taxas de filiação natural, como no Baixo Minho, «mais de 12 % dos nascidos podia não ser em família legítima, chegando a atingir-se pontualmente percentagens superiores a 30%»⁽¹⁵⁹⁾; e a transmontana, com taxas menos fortes, ainda que estas possam subir no séc. XIX. Com efeito passámos de uma filiação ilegítima, quase insignificante e próxima da europeia, nos finais do século XVII e princípios do século seguinte, para uma realidade bem diferente, nos meados de Oitocentos, alcançando valores concordantes com algumas paróquias minhotas. Não será que esta diferenciação tem origem na diversidade sócio-económica entre estas duas realidades?

⁽¹⁵⁸⁾ Norberta Amorim, *Guimarães de 1580-1819 (...)*, ob. cit., p. 231.

⁽¹⁵⁹⁾ N. Amorim, 1995, «História da família em Portugal: uma história em marcha», in *Ler História*, nº 29, p. 10.

6. Naturalidade das Mães dos Filhos Ilegítimos

Seguidamente fizemos a distinção entre as mães dos filhos naturais da paróquia e as de fora que aqui vieram tê-los ou simplesmente baptizá-los.

Estamos cónscios que a abordagem deste problema só poderá ser feita por aproximação, devido à mobilidade destas mulheres, que se puderam esconder os seus amores «*ilegítimos*», o mesmo não poderiam fazer em relação à sua gravidez, dando à luz os seus filhos em lugares mais ou menos distantes.

QUADRO XLV
Naturalidade das Mães dos filhos ilegítimos

Origem Geográfica	Períodos					Totais	
	1680-99	1700-49	1750-99	1800-49	1850-69	NºAbs	%
Paróquia	7	25	25	69	22	148	77,1
Galiza	-	6	3	1	4	14	7,3
Outras Origens	1	2	11	10	6	30	15,6
Totais	8	33	39	80	32	192	100

Como podemos verificar, a grande maioria das mães são da paróquia: 148 casos, contra 44 mães de «*fora*», equivalentes a 77,1 e a 22,9%, respectivamente.

É durante a segunda metade do século XVIII que se verifica a maior expressão de mães «*forasteiras*» a demandarem a paróquia, para baptizarem os seus filhos bastardos, num total de 14 casos, equivalentes a 35,9%, do volume de todas as mães contadas nesse período, duplicando a percentagem global de toda a observação. Para os períodos adjacentes, de 1700 a 1749, e de 1800 a 1849, a proporção diminuiu para percentagens que rondam os 24,2% e 13,8 %, respectivamente. No primeiro período citado, contam-se 6 mães, de origem galega, enquanto que, no segundo período, o valor sobe para 9 mães. Este aumento substancial do número de mães registadas neste período da primeira metade do século XIX, eleva-se a 41,7% da totalidade observada. Como explicar este crescimento do fenómeno? Pelo aumento da idade do homem ao casamento? Pela conjuntura particularmente difícil dos princípios de Oitocentos? Pela laxidão dos costumes, quíça algo liberalizantes, como já referimos?

6.1. Naturalidade das Mães de «*Fora*» da Paróquia

Se nos fixarmos seguidamente nas quarenta e quatro mães «*estranhas*» à paróquia, resulta o seguinte quadro, por períodos, e o equivalente mapa nº 3 «*Origem das mães solteiras de fora da paróquia*».

Da Galiza veio o maior número de mães, num total de 14, equivalente a 31,8%, designadamente durante a primeira metade do século XVIII.

Registe-se que, destas, 5 ficaram a viver na aldeia de Calvão, tendo duas casado, e três falecido solteiras; outras, porventura, também desenraizadas da sua terra natal, terão ficado tão-só temporariamente.

Das aldeias vizinhas, do actual concelho de Chaves, situadas num raio inferior a 15 Km, consta a naturalidade de 15 mães, fluxo que se verificou até meados do século XIX, não se registando qualquer caso no último período de observação. Dessas 15 mães, três acabaram por casar na paróquia.

Em contraponto, é também durante este último século, que cresce o número de mulheres provenientes do concelho de Montalegre, com 5, num total de 8 mães. Mas é no último período que se regista um maior número de mães originárias de lugares mais afastados, como ocorre com três mulheres vindas dos actuais concelhos de Vieira do Minho e Fafe, que distam, mais de 80 Km, da nossa paróquia.

Calvão - Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870)

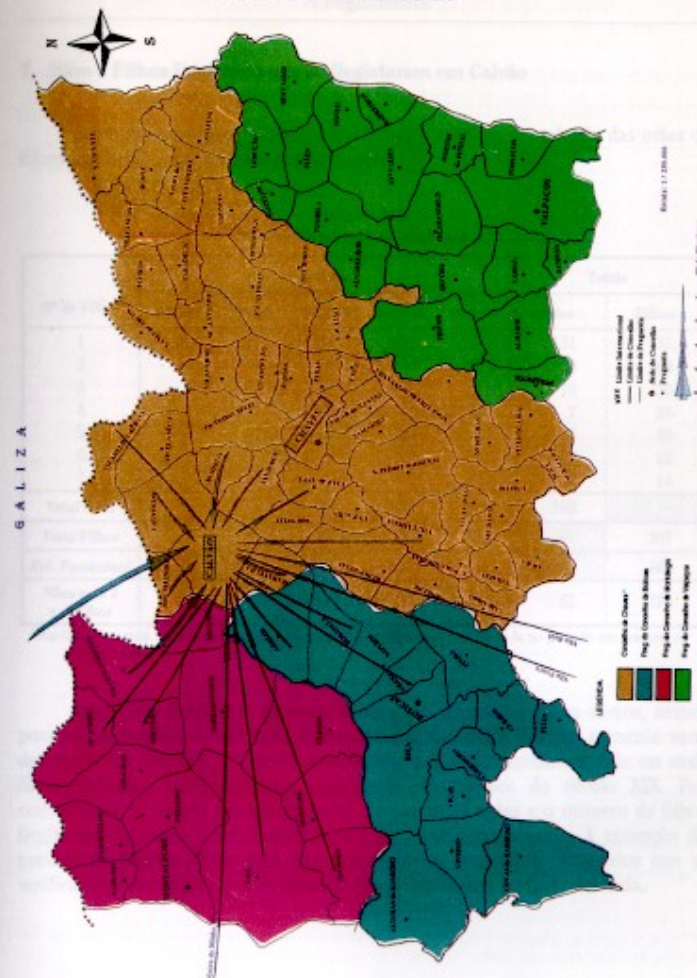
QUADRO XLVI
Naturalidade das Mães de «Foras»

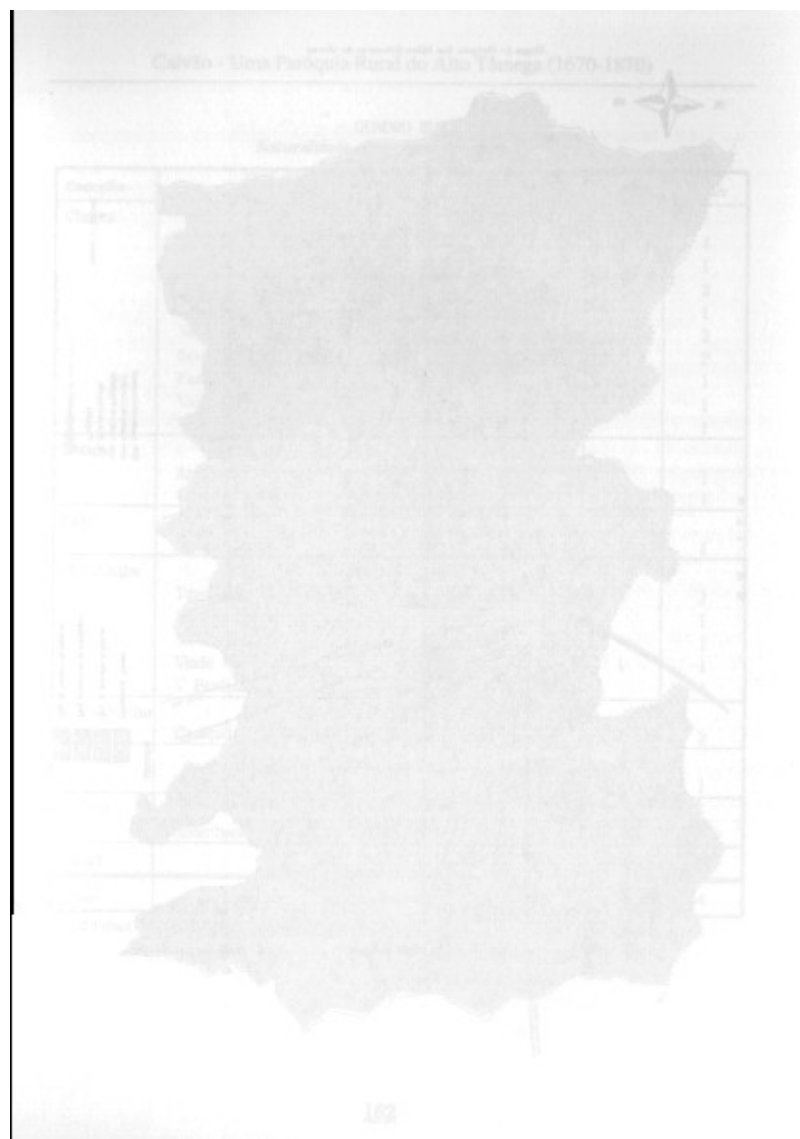
Concelho	Lugar	1680-99	1700-49	1750-99	1800-50	1850-70	Totais
Chaves	Bustelo		1 (c)	3 (c)			4
	Cambedo				1		1
	Couto		1		1		2
	Sanjurge			1			1
	Searavelha				2		2
	Soutelinho			2			2
	Pastoria				1		1
	Valdanta				1		1
	V. Tâmega			1 (c)			1
Boticas	Arlãos			1			1
	Granja			1			1
Fafe	Moreira					1	1
Montalegre	Travassos					1	1
	Solveira				1 (c)		1
	St.º André	1					1
	Viade					1	1
	V. Pertizes			2	2		4
Vieira Minho	Cançada					2	2
V. Pouca	Bragado				1		1
V. Real	Abambres					1	1
Caliza			6 (c)	3 (c)	1	4	14
Totais		1	8	14	11	10	44

© Indica que uma casou na paróquia.

partido do século XIX, elevando a 41,7% da totalidade abrangida. Como explicar esta concentração e o fenómeno? Falei aos meus de idade do homem ao casamento? Pela complexidade particularmente difícil dos princípios de Calvão? Pela facilidade das viagens, que são libertadoras, para o matrimónio?

Mapa 3 - Origem das Mães Solteiras de «foras»





7. Mães e Filhos Ilegítimos que se Registraram em Calvão

Achámos conveniente tentar caracterizar o nível de reprodução das mães de filhos ilegítimos, através do seguinte quadro:

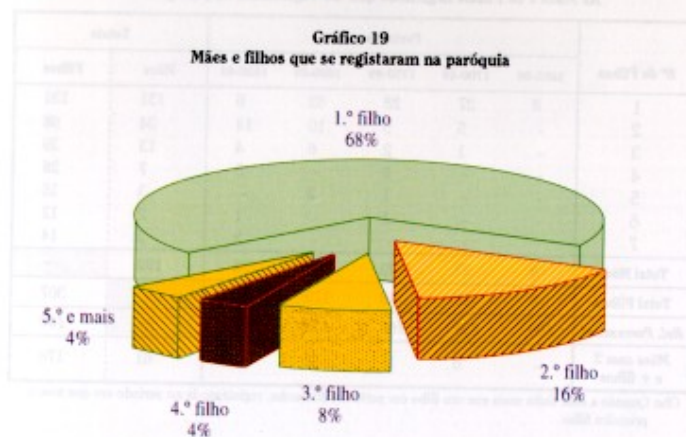
QUADRO XLVII
As Mães e os Filhos ilegítimos que se registraram na paróquia.

Nº de Filhos	Períodos					Totais	
	1680-99	1700-49	1750-99	1800-49	1850-69	Mães	Filhos
1	8	27	28	62	6	131	131
2	-	5	5	10	14	34	68
3	-	1	2	6	4	13	39
4	-	-	2	-	5	7	28
5	-	-	1	2	-	3	15
6	-	-	1	-	1	2	12
7	-	-	-	-	2	2	14
Total Mães	8	33	39	80	32	192	-
Total Filhos	8	40	63	110	86	-	307
Rel. Percentual	100	121	162	138	269	-	160
Mães com 2 e + filhos	-	6	11	18	26	61	176

Obs: Quando a mãe tinha mais que um filho em períodos diferentes, registámo-la no período em que teve o primeiro filho.

Apesar das limitações da nossa observação de campo, torna-se-nos, assim, possível, distinguir, desde logo, que a maioria das mães tiveram somente uma descendência ilegítima, e que 61, equivalente a 31,7%, baptizaram dois ou mais filhos naturais, fenómeno que engrossou nos meados do século XIX. Por conseguinte, a relação percentual entre o número de mães e o número de filhos ilegítimos, aumenta sucessivamente, até ao final da observação, à excepção do período de 1800 a 1849. Pelo que é no terceiro quartel de Oitocentos que se verifica um *ratio* mais elevado, com 2,7 filhos ilegítimos, por mãe arrolada.

Para uma melhor observação do indicador, o número de mães que tiveram uma reprodução ilegítima recorrente, elaborámos a representação gráfica (sectograma), «*Mães e filhos ilegítimos que se registaram na paróquia*». Constatando, claramente, que cerca de 68% registaram somente um filho natural. Todavia, mais de 32% de mães repetiram ou «*caíram*» pela segunda vez na experiência. Desta feita, notámos que aproximadamente 16% de mães baptizaram três ou mais filhos, fora do casamento, num total de 35% de filhos naturais.



A existência de mães que tiveram mais de dois filhos naturais, podendo mesmo atingir 6 ou 7, parece-nos indicar que parte destas mulheres teria uma convivência sexual regular durante a sua vida procriativa, levando-nos a suspeitar da existência de um «*amor ilegítimo*» estrutural ⁽¹⁶⁰⁾ e de uma possível concubinação extra-matrimonial, ora encoberta, ora aceite?

⁽¹⁶⁰⁾ Cf. J. Bougeois-Pichat, 1970, refere que a probabilidade de uma sexual ser fecunda, é de 8 em 100, in *A Demografia*, Liv. Bertrand, pp. 54-59.

Inquietam-nos, por isso, as razões que estariam na origem deste comportamento. Seria que as dificuldades económicas foram mais fortes que a moral do altar? Como foram a família e a paróquia permeáveis a estes comportamentos? Qual seria o tributo pago por essas mães, por este ferrete?

Não andaremos muito longe da verdade se dissermos que nada, ou quase nada, escaparia ao controlo apertado destas comunidades paroquiais, sempre prontas a denunciar as «*máculas*» e os amores clandestinos. Exemplo disso era o que acontecia a meados da Quaresma, na chamada «*Serrada da Velha*», em que os rapazes se dispunham durante uma noite, a apontar as «*mazelas*» das raparigas «*casadoiras*».

8. Estado Civil das Mães dos Filhos Ilegítimos

Parece não haver dúvidas de que a esmagadora maioria das mães de filhos ilegítimos eram solteiras, perfazendo 182 dos 192 casos registados.

QUADRO XLVIII
Estado civil das mães dos filhos naturais

Estado Civil da Mãe	Períodos					Totais	
	1680-99	1700-49	1750-99	1800-49	1850-69	Nº Abs.	%
Solteira	8	30	38	77	29	182	94,8
Viúva	-	3	1	3	3	10	5,2
Totais	8	33	39	80	32	192	100

As 10 restantes foram mães viúvas, em maior número no século XIX, o que pode ser um indicador mais, a nosso ver, de uma menor rigidez da moral, como antes referimos.

Apenas uma mulher concebeu um filho ilegítimo na situação civil de solteira e outro após a morte de seu marido.

9. Idade da Mãe dos filhos Ilegítimos

Para sabermos a idade da mãe ao nascimento do primeiro filho natural, precisávamos forçosamente de encontrar a sua data de nascimento, o que só nos foi possível fazer para 114 das 192 mães conhecidas. A análise deste comportamento é somente um mero indicador, uma vez que depende do primeiro registo por nós encontrado, podendo ter-se dado a eventualidade dos primogénitos terem sido baptizados noutra paróquia, ou enjeitados, o que levaria necessariamente a um abaixamento da idade média da mãe, ao nascimento do primonato ilegítimo.

De seguida, construimos um quadro «*Idade da mãe ao nascimento do primeiro filho natural*» por grupos de idades/periodos de observação. Não considerámos o período anterior a 1700, dado que não encontramos a idade das mães que baptizaram os seus filhos ilegítimos nesse período, pois os seus nascimentos ocorreram, por certo, antes do início da nossa observação.

QUADRO II
Idades da mãe ao nascimento do primeiro filho natural
(repartição por grupos de idades)

Períodos	Grupos de idades					Totais
	< 19	20- 24	25 - 29	30- 34	35 e mais	
1700-49	1	4	-	4	1	10
1750-99	1	8	4	4	5	22
1800-49	1	19	14	9	1	44
1850-70	5	17	9	2	5	38
Totais	8	48	27	19	12	114

Segundo os dados do quadro, distinguimos, claramente, que as idades mais frequentes das mães, à data do nascimento do seu primeiro filho ilegítimo, se situam entre os 20 e os 24 anos de idade, com 48 casos, seguidas sucessivamente pelas idades dos grupos subsequentes; mas, se é este o grupo modal, a mediana e a média situam-se, embora à justa, no grupo de idades seguinte, com 25,2 e 26,1 anos, respectivamente, originando uma distribuição enviesada à direita, demonstrativo duma fecundidade ilegítima mais elevada nas idades mais «*amadurecidas*».

Para tal terá contribuído, por um lado, a «*astenia*» do número de casos encontrados para as mães com menos de 20 anos, somente 8, e, por outro, a força dos grupos de mulheres que conceberam após os 30 anos de idade, correspondendo a 27,2% do total de mães registadas.

QUADRO I
Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho natural
do primonato legítimo e idade ao primeiro casamento
(por períodos)

Períodos	Idade média ao nasc. do 1. ^o filho natural	Idade média da mulher ao 1. ^o Casamento	Idade média da mulher ao 1. ^o filho legítimo
1700-49	27,0	27,6	27,8
1750-99	28,1	29,1	29,2
1800-49	25,7	26,1	26,3
1850-70	25,2	25,6	26,1
Totais	26,1	27,1	27,2

Se tomarmos, agora, em consideração o quadro «*Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho natural*», por períodos, à medida que caminhamos para o final da observação, detectámos um abaixamento da idade da mãe ao nascimento do primonato ilegítimo, à excepção da verificada na segunda metade de Setecentos, que se eleva a 28,1 anos de idade.

Comparando estes valores com as idades médias encontradas para a filiação legítima, eles descrevem uma trajectória semelhante, mas situando-se sempre ligeiramente abaixo, evidenciando, assim, uma maior prematuridade à procriação, à medida que nos aproximámos do termo da observação, no casamento e fora dele.

Resta perguntar, como se correlacionará a idade média ao nascimento do primeiro filho ilegítimo com a idade média à primonupcialidade feminina? Se cotejarmos a evolução destes comportamentos, detectamos um paralelismo na generalidade das paróquias estudadas, entre os dois fenómenos. Curiosamente, em Calvão, onde a idade feminina ao primeiro casamento é mais tardia, a idade média de procriação ilegítima antecipa-se para idades mais prematuras. O que nos poderá explicar este comportamento? Uma maior inquietação dos jovens e um menor respeito pela virgindade? Uma maior pressão dos excluídos do casamento? Carências económicas das famílias com raparigas solteiras?

10. Ulterior Casamento das Mães de Filhos Ilegítimos

Uma análise posterior do casamento das mães solteiras, poder-nos-á encaminhar para uma melhor compreensão do fenómeno, sobe o ponto de vista das estratégias familiares, no que respeita à criação de um novo agregado doméstico.

Ao elaborarmos este estudo, considerámos apenas as mães naturais da paróquia, dada a impossibilidade de seguir o ciclo de vida das progenitoras ditas de «fora».

QUADRO LI
Casamento posterior das mães de filhos ilegítimos

Períodos	1680-99	1700-49	1750-99	1800-49	1850-70	Totais
Total de Mães	7	25	25	69	22	148
Casaram	4	5	12	23	8	52
% de Casamentos	57,1	20,0	48,0	33,3	36,4	35,1

Deste modo, encontrámos uma percentagem de 35,1 % de mães solteiras⁽¹⁶¹⁾ que vieram a casar posteriormente a um parto ilegítimo. Este valor é, ainda, inferior ao real, dado que algumas destas mães terão fugido à nossa observação, podendo vir a casar noutra paróquia. Porém, a sua fraca expressão deixa antever, em nosso entender, um certo estigma da sociedade em relação à mãe solteira.

Registe-se, ainda que, apesar da moda dos valores relativos se situar no primeiro período observado, é todavia, na primeira metade de Oitocentos que se verifica um maior volume de casamentos, num total de 23 casos, não obstante a baixa registada em termos relativos, de 33,3%.

Outro indicador importante, que nos ajuda a clarificar o nosso estudo, é o tempo que medeia o nascimento do primeiro filho natural e o ulterior casamento da mãe.

Aos 52 casos que reunimos para a paróquia, juntámos os três de mães solteiras de «fora», nossos conhecidos, que acabaram por ficar na paróquia. Pese o

⁽¹⁶¹⁾ As mães viúvas que registamos não voltaram a casar.

reduzido volume de efectivos e das frágeis conclusões que podemos extrair, não resistimos à sua apresentação.

O espaço de tempo que medeia o baptismo do primeiro filho natural conhecido e o ulterior casamento da mãe, encontra-se distribuído entre valores extremos de 22 dias e cerca de 18 anos e meio, resultando um tempo médio próximo de 4 anos e meio.

QUADRO LII
Tempo que medeia o nascimento do 1º filho e o ulterior casamento

Intervalo de tempo	Casamentos	% acumulada
até 6 meses	8	14,5
de 6 meses a 2 anos	15	41,8
de 2 a 5 anos	14	67,3
mais que 5 anos	18	100,0
Total	55	-

Verificamos, que só uma pequena percentagem, de cerca de 14,5%, se registaram nos seis meses posteriores ao nascimento do primeiro filho ilegítimo, tempo suficiente para se fazer um casamento de «reparação», ou para que as possíveis

«dispensas» matrimoniais cheguem à paróquia. Acreditamos que estes casamentos se fariam com o pai do filho natural, como foi certamente o caso, já antes referido, de uma cerimónia celebrada passados 22 dias.

As nossas reservas avolumam-se em relação aos casamentos posteriores aos dois anos, tempo razoável, julgamos, para estas mães poderem ter encontrado um outro «amor», gorado que foi o primeiro «engano». Certamente que, durante este tempo, algumas mães viram falecer os seus filhos, o que terá aliviado a sua situação, permitindo-lhes mais facilmente encontrar outro noivo. Noutros casos, impedimentos vários poderão ter estado na origem do protelamento sucessivo do casamento por vários meses ou até anos.

Casos houve de casamentos passados alguns anos ao nascimento do primeiro filho natural. Como o que se realizou passados cerca 18 anos e meio, e após o baptismo de 7 filhos ilegítimos. E não foi caso único na paróquia. Encontrámos outros, como o de Ana Ferreira, nascida a 11 de Agosto de 1833, em Castelões, quarta filha de Manuel Ferreira, filho ilegítimo de Domingas Ferreira, natural da Pastoria, e de sua mulher, Hilária Bernarda, ela também filha ilegítima de Maria Bernarda, de Castelões. Teve o seu primeiro filho ilegítimo a 10 de Abril de 1852, com a idade de dezanove anos, ao qual se seguiram mais três raparigas e um rapaz, tendo vindo a casar, em 19 de Outubro de 1861, quando tinha já 28 anos de idade, com Joaquim Alves do Castelo, lavrador, três anos mais velho,

QUADRO LIII
Casamento dos filhos ilegítimos das mães da paróquia

Períodos	Nº total de filhos	Nº de filhos que casaram			%
		Masculinos	Femininos	Totais	
1680 -1699	7	2	-	2	28,6
1700 -1749	30	1	-	1	0,3
1750 -1799	36	2	7	9	25,0
1800 -1850	98	6	7	13	13,3
1850 -1869	73	-	-	-	-
Totais	244	11	14	25	17,4

nascendo deste enlace mais duas filhas. Estaremos, porventura, perante situações de mancebia, mais ou menos pública, medianamente tolerada pela comunidade religiosa? Ou, por outro lado, tratar-se-á da procura de um amparo na velhice?

Outra questão importante é saber se estes filhos terão as mesmas possibilidades dos filhos legítimos de chegarem à criação de um «agregado doméstico». Se assim não for, o que arredaria estes «zorros»⁽¹⁶²⁾ do acesso a uma vida conjugal? Um estigma social ou a falta de um património capaz de alimentar uma família?

11. Ascendentes das Mães de Filhos Ilegítimos

Para darmos mais segurança ao nosso trabalho, construímos um quadro, onde registamos, por períodos, o estado civil da filiação materna, tanto casada como solteira. Para tal aproximação só contamos com as mães cuja filiação é nossa conhecida, à data do seu nascimento, excluindo-se, por isso, todos os outros casos de identificação não registada, ou de filiação não conhecida. Toma-se sempre difícil caracterizar um fenómeno quando uma percentagem de indivíduos escapa à nossa observação, como no presente estudo, em que as mães ascendentes «não identificadas» se avolumam nos primeiros períodos em análise.

(162) Nesta região chamam zorros aos filhos ilegítimos.

Por conseguinte, por questões de rigor metodológico, só apurámos a filiação ascendente de 110 mães solteiras, como consta no quadro seguinte.

QUADRO LIV
Ascendentes das Mães dos filhos ilegítimos registados

Estado Civil das Mães Ascendente	Períodos					Totais	
	1680-99	1700-49	1750-99	1800-49	1850-70	Nº Abs.	%
Solteiras	-	2	3	8	1	14	12,7
Casadas	4	15	22	53	2	96	87,3
Totais	4	17	25	61	3	110	100

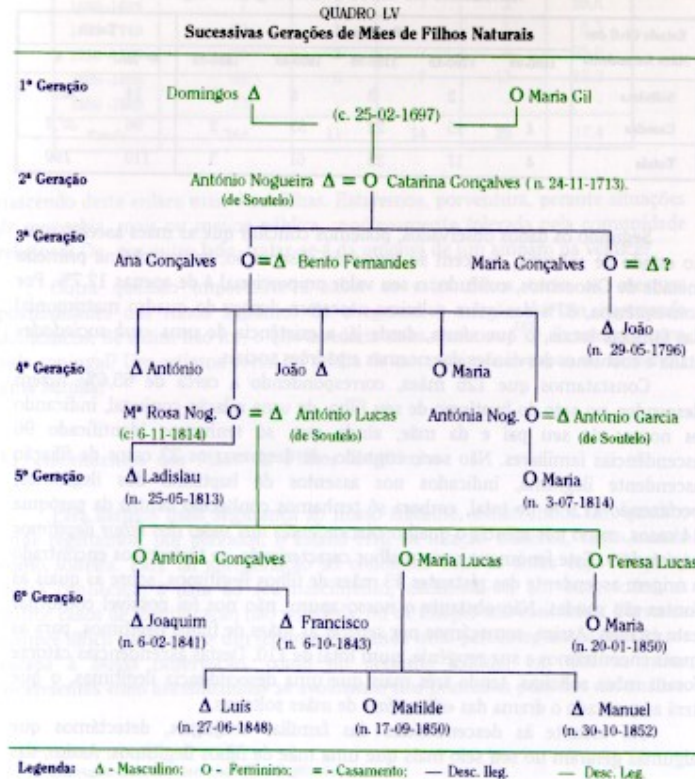
Segundo os dados observados, podemos concluir que as mães ascendentes, no estado de solteiras, crescem ao longo da observação, mormente na primeira metade de Oitocentos, contudo, o seu valor proporcional é de apenas 12,7%. Por consequência, 87% das mães solteiras nasceram dentro do quadro matrimonial das famílias locais, o que afasta, desde já, a existência de uma «sub-sociedade» atada a costumes desviantes das normas e padrões sociais.

Constatamos que 126 mães, correspondendo a cerca de 65,6%, dizem descender, no acto do baptismo de seu filho, de uma relação conjugal, indicando os nomes de seu pai e da mãe, ainda que, só tenhamos identificado 96 ascendências familiares. Não será, contudo, de desprezar os 23 casos de filiação ascendente ilegítima, indicados nos assentos de baptismo dos ilegítimos, perfazendo 11,9 % do total, embora só tenhamos conhecido dentro da paróquia 14 casos, como nos mostra o quadro «Ascendentes das mães dos filhos ilegítimos registados». Este fenómeno seria melhor caracterizado, se tivéssemos encontrado a origem ascendente das restantes 43 mães de filhos ilegítimos, sobre as quais as fontes são mudas. Não obstante o nosso apuro, não nos foi possível contornar este escolho. Assim, começámos por separar as mães de filhos ilegítimos, para as quais encontramos a sua progénie, num total de 110. Destas ascendências catorze foram mães solteiras, tendo três mais que uma descendência ilegítimas, o que terá aumentado o drama das «dinastias» de mães solteiras.

No tocante às descendências das famílias conjugais, detectámos que algumas geraram no seu seio mais que uma mãe de filhos ilegítimos. Assim, das

96 famílias identificadas, 61 geraram apenas uma só mãe de filho(s) ilegítimo(s), a par de 15 famílias que «produziram» duas mães e uma outra criou três.

Vejamos, agora, a trajectória seguida por várias gerações de uma família, como nos mostra o quadro seguinte:



Catarina Gonçalves, nasceu a 24 de Novembro de 1713, filha segunda de um casal de origem galega, que se fixou na aldeia de Calvão. Casou, com a idade de 30 anos, com António Nogueira de Soutelo, órfão de pai e mãe desde o seus cinco anos. A sua irmã Maria também já tinha falecido, 8 anos antes, com a idade de 32, ainda solteira.

Da sua vida conjugal nasceram duas filhas e ambas conceberam filhos naturais. Maria, a mais velha, casou possivelmente fora da paróquia, uma vez que não registámos o seu casamento. Mais tarde encontrámo-la a baptizar um filho ilegítimo, mas indicando o estado civil de viúva.

Ao passo que Ana Gonçalves teve a sua primeira filha com a idade de 23 anos, à qual se seguiram mais quatro, todos naturais. Casou com um galego chamado Bento Fernandes. Desta relação conjugal nasceu, ainda, Josefa Maria, que também casou na Galiza.

Dos cinco filhos ilegítimos de Ana Gonçalves, dois rapazes, o António e o João, e três raparigas, só identificámos a trajectória de Maria Rosa e de Antónia, por gerarem também filhos naturais.

Esta, Antónia Nogueira, depois de dar à luz ilegitimamente a sua filha Maria, em 3 de Julho de 1814, viria a casar, passados apenas 52 dias, com António Garcia, do lugar de Soutelo, não devendo ter ficado na paróquia, uma vez que lhe perdemos as «peugadas».

Maria Rosa foi mãe solteira, dando à luz o seu filho Ladislau em 25 de Maio de 1813. Casou, passado um ano e meio, com António Lucas, natural de Soutelo.

Desta família nasceram três filhas e todas elas foram mães solteiras. Maria, a mais velha, teve outros tantos filhos ilegítimos, tendo, aquando do 1.º nascimento, a idade de 33 anos e três meses. Antónia foi mais apressada, dando à luz o filho Joaquim com menos de 22 anos idade. O segundo filho, também rapaz, foi baptizado 18 meses após o primeiro.

Maria Teresa, apesar de «impaciente», registou apenas uma filha natural, com tão-só 20 anos de idade, mas o início da sua vida procriativa deixa antever que teria saído da paróquia.

A continuidade desta «linhagem» estaria, por certo, assegurada pelas filhas de Teresa e de Maria, mas, se porventura «falharam», elas cairam para além do nosso período em estudo.

Concluimos, assim, da persistência de uma estrutura de «linhagem» de mulheres com filhos naturais, que se vai prolongando ao longo das várias gerações.

Pouco ou nada sabemos da situação sócio-económica destas células familiares ⁽¹⁶³⁾ nem da sua vida religiosa, mas há uma constante que podemos verificar ao longo dos tempos destas gerações: o seu fraco grau de integração social na paróquia. Estas frouxas ligações ficam bem assinaladas, não só pela inexistência de casamentos dentro da freguesia, como também pelos ténues laços de apadrinhamento. Numa sociedade profundamente marcada pela religiosidade, será que os paroquianos desta freguesia levariam à letra a ideia de Santo Tomás de Aquino de «*que só o casamento cria laços de parentesco que permitirão ao filho integrar-se na sociedade, uma vez que os filhos nascidos da fornicação, do adultério ou da concubinação não passam de bastardos sem parentes, desprezados por todos*»?! ⁽¹⁶⁴⁾

Como já confessámos, não pretendemos apançar que estaremos perante uma «*sub-sociedade*» nem que a ilegitimidade seja um fenómeno limitado a um grupo social, mas tão-só trazer a lume mais uma constatação que deverá ser tida em conta na análise da filiação natural.

⁽¹⁶³⁾ Só após 1850, é que nos aparece registado nos assentos de baptismo a profissão da mãe. Das 26 que apontamos, 16 são jornalzeiras; 6 lavradeiras e três foram registadas como viandantes.

⁽¹⁶⁴⁾ Cf. Jean-Louis Plaudrin, *Famílias, Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*, ob. cit. p. 188.

CAPÍTULO V

A Mobilidade

Mostrar a existência da mobilidade das gentes da paróquia, com base nos dados dos registos de baptizados, casamentos e óbitos, torna-se uma tarefa não fácil e não problemática, permitindo-nos tão-só uma aproximação indirecta ao comportamento. As dificuldades advêm da inexistência de registos de mobilidade inferior a 1850, por um lado, e, por outro, pela ausência de fontes secundárias para o estudo desta variável micro-demográfica, tais como os registos de paróquias e atos de notoriedade, que nos possibilitariam o seu cruzamento com o base de dados de reconstrução da paróquia, quer a nível familiar, quer a nível individual, de casamentos ou óbitos.

Verificamos, assim, pela análise do fenómeno que procuramos, uma certa importância da fundação de famílias, com variáveis demográficas influentes e reguladoras nas sociedades rurais. Contudo, chega mesmo a constatar-se que, após se pôr em marcha a migração de jovens do Tâmega para o Sul, se não abandona, ao contrário do que se poderia esperar, a existência de condições locais que levam a uma mobilidade interna e lateral, sobretudo de carácter migratório, optando por uma abordagem com base nos registos de casamento e óbito, e, para uma análise mais detalhada, a existência do fenómeno do casamento de óbito.

1. Caracterização dos Movimentos

Apresentamos os resultados das «*estruturas*» dos movimentos de mobilidade de pessoas, referindo-nos aqui apenas aos casamentos e óbitos, quer sejam de natureza rural, quer de cidade para o Sul, para os dois períodos de 1680 a 1779 e de 1850 a 1870, considerando os quatro «*tipos*» dos casamentos.

Segundo os dados do período, respeitante ao primeiro período de reconstrução da paróquia, a política «*oligarca*» dos casamentos residentes na paróquia, quer se comparem com 250 casais baptizados no seu ciclo vital na paróquia. Mas, sobretudo, a sua existência dentro dos limites da paróquia. A grande

⁽¹⁶⁵⁾ Ver também, para o mesmo período, o estudo de Plaudrin (1987), cit. p. 111.

Abordar o fenómeno da mobilidade das gentes da paróquia, com base somente nos registos de baptizados, casamentos e óbitos, torna-se uma tarefa algo difícil e até problemática, permitindo-nos tão-só uma aproximação indirecta ao comportamento. As dificuldades advêm da inexistência de registos de mortalidade infantil até 1850, por um lado, e, por outro, pela ausência de fontes específicas para o estudo desta variável micro-demográfica, tais como os registos de passaportes e róis de confessados, que nos possibilitariam o seu cruzamento com a base de dados da reconstituição da paróquia, quer a nível familiar, quer a nível individual, de solteiros ou viúvos.

Inclinámo-nos pela análise do problema com os recursos que possuíamos, dada a importância do fenómeno migratório como variável demográfica influente e reguladora nas sociedades do Antigo Regime. Norberta Amorim chega mesmo a afirmar que «*não se pode compreender a evolução demográfica da Europa Ocidental desde a sua abertura ao Mundo sem ter em conta o fenómeno da Mobilidade*»⁽¹⁶⁵⁾. Uma vez atados pela carência de um registo sistemático de mortalidade infantil e pela inexistência de registos de entradas e saídas do movimento migratório, optámos, primeiramente, por uma abordagem com base nas «*entradas*» no momento do enlace matrimonial, e, para uma segunda fase, deixámos a residência do efectivo no momento do óbito.

1. Naturalidade dos Residentes

Agrupámos os resultados das «*entradas*» dos efectivos no momento do seu casamento, celebrado em Calvão, para homens e mulheres, quer fossem da paróquia, quer fossem de «*fora*» dela, para os dois períodos, de 1680 a 1779 e de 1780 a 1865, resultando os quadros «*Origem dos cônjuges*».

Segundo os dados do quadro, respeitante ao primeiro período, e correspondente representação gráfica «*Origem dos cônjuges residentes na paróquia*», nota-se claramente que 310 casais iniciaram o seu ciclo vital na paróquia. Mas nem todos tinham nascido dentro dos limites da mesma. A grossa

⁽¹⁶⁵⁾ Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 171.

fatia de 174 de casais eram constituídos por nubentes dela naturais, equivalendo a

QUADRO LVI
Origem dos Cônjuges
(1680 - 1779)

		Homens		
		Paróquia	de «Fora»	Total
Mulheres	Paróquia	174	110	284
	de «Fora»	22	4	26
	Total	196	114	310

57%. 110 agregados domésticos «mistos», homens de «fora» e as mulheres da paróquia, correspondem a 35% da totalidade. Vinte e dois casais tinham o cônjuge feminino forasteiro sendo o masculino dela natural. Somente quatro famílias foram constituídas por ambos os parceiros «estrangeiros».

Porém, nem todos os cônjuges, que celebraram as suas núpcias na paróquia, desenvolveram nela o seu ciclo vital, tendo optado por sair.

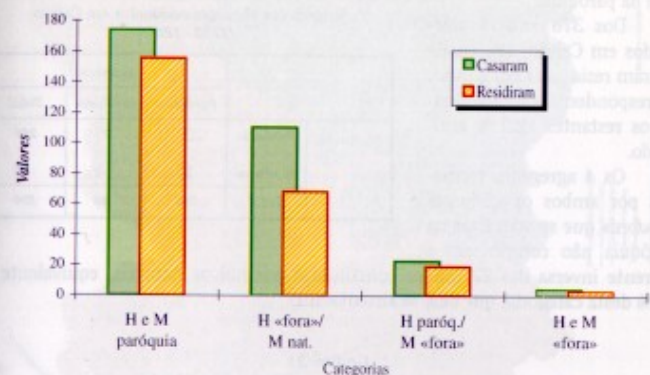
QUADRO LVII
Origem dos cônjuges residentes em Calvão
(1680 - 1779)

		Homens		
		Paróquia	de «Fora»	Total
Mulheres	Paróquia	156	68	224
	de «Fora»	19	3	22
	Total	175	71	246

Em termos globais, só 246 agregados, dos 310 constituídos, durante o primeiro período, ficaram a residir na paróquia, tendo 64 casais emigrado, equivalente a 20,6 % da totalidade.

Uma análise comparativa, através do gráfico «Casais constituídos / casais residentes na paróquia», revela-nos, para este período, que a maioria dos nubentes de «fora» preferiram fixar residência nesta paróquia a regressar à de origem. Todavia, são os casais «mistos», homens de «fora» e mulheres da paróquia que mais engrossam o fluxo de saída, tal situação prende-se com o hábito das cerimónias de casamento se celebrarem na terra da noiva, como anteriormente afirmámos. Sublinhe-se, ainda, a corrente de saída de cônjuges naturais da paróquia não é compensada com outros cônjuges, homens e mulheres de «fora».

Gráfico 20
Casais constituídos / casais residentes na paróquia
(1680 - 1779)



Se nos fixarmos, agora, no quadro «Casamento em Calvão», de 1780 a 1865, verificamos que, dos 378 núcleos familiares, 260 são constituídos por contraentes ambos naturais da freguesia, perfazendo 68% da totalidade. Consolida-se, assim, neste período, a tendência da maioria dos lares a serem constituídos por paroquianos naturais de Calvão.

Repara-se, ainda, na baixa de agregados «mistos», com o cônjuge masculino de «fora» e de suas consortes nascidas em Calvão, em relação ao período anterior, quer em valores absolutos, quer em valores relativos. O grupo de famílias, constituídos por homens naturais

QUADRO LVIII
Origem dos Cônjuges
(1780 - 1865)

		Homens		
		Paróquia	de «Fora»	Total
Mulheres	Paróquia	260	74	334
	de «Fora»	38	6	44
	Total	298	80	378

da paróquia e de esposas «estrangeiras», é de 10% da totalidade, traduzindo um ligeiro aumento face ao período anterior. Tão-só uma magra percentagem de 2%

de uniões foram celebradas por nubentes, ambos estranhos à paróquia, entrando, assim, através deste acto na vida da paróquia.

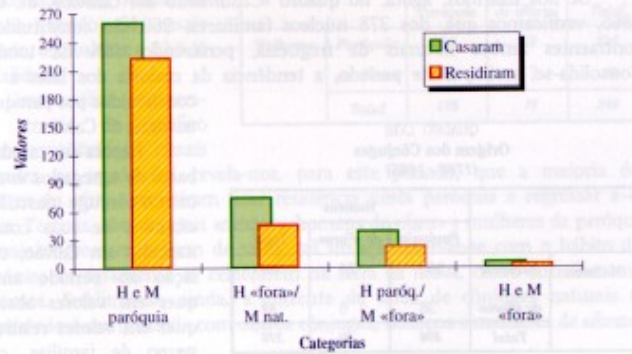
Dos 378 enlaces celebrados em Calvão, 294 casais fixaram residência em Calvão, correspondente a 77,8%, tendo os restantes 22,2 % emigrado.

Os 4 agregados formados por ambos os cônjuges de «fora» que se vêm fixar na paróquia não compensam a corrente inversa das 27 uniões constituídas por noivos naturais, equivalente a 9,6% desta categoria, que dela se ausentaram.

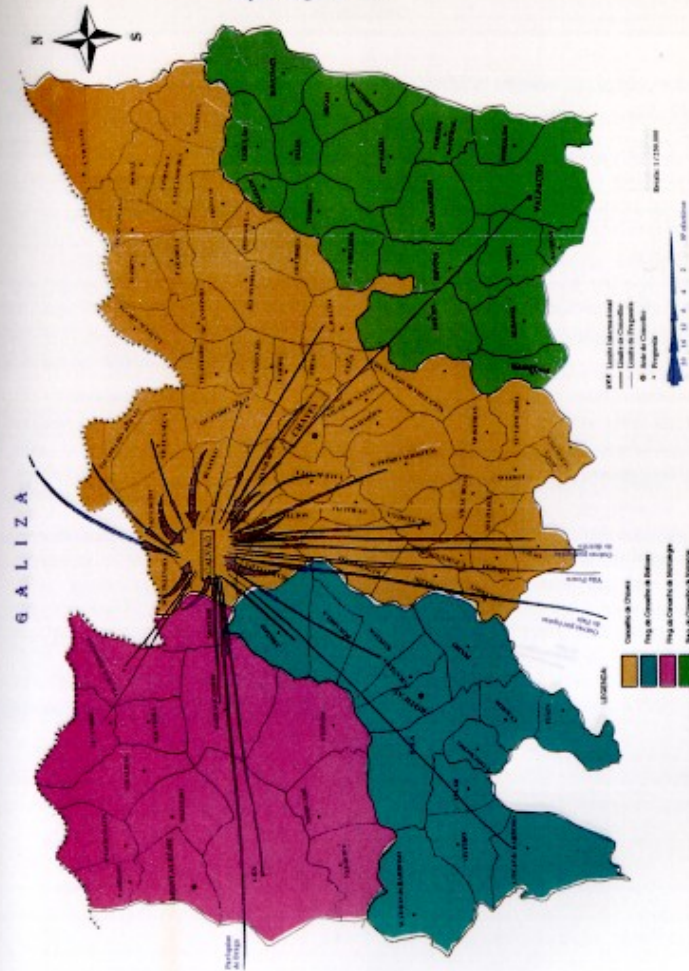
QUADRO LIX
Origem dos cônjuges residentes em Calvão
(1780 - 1865)

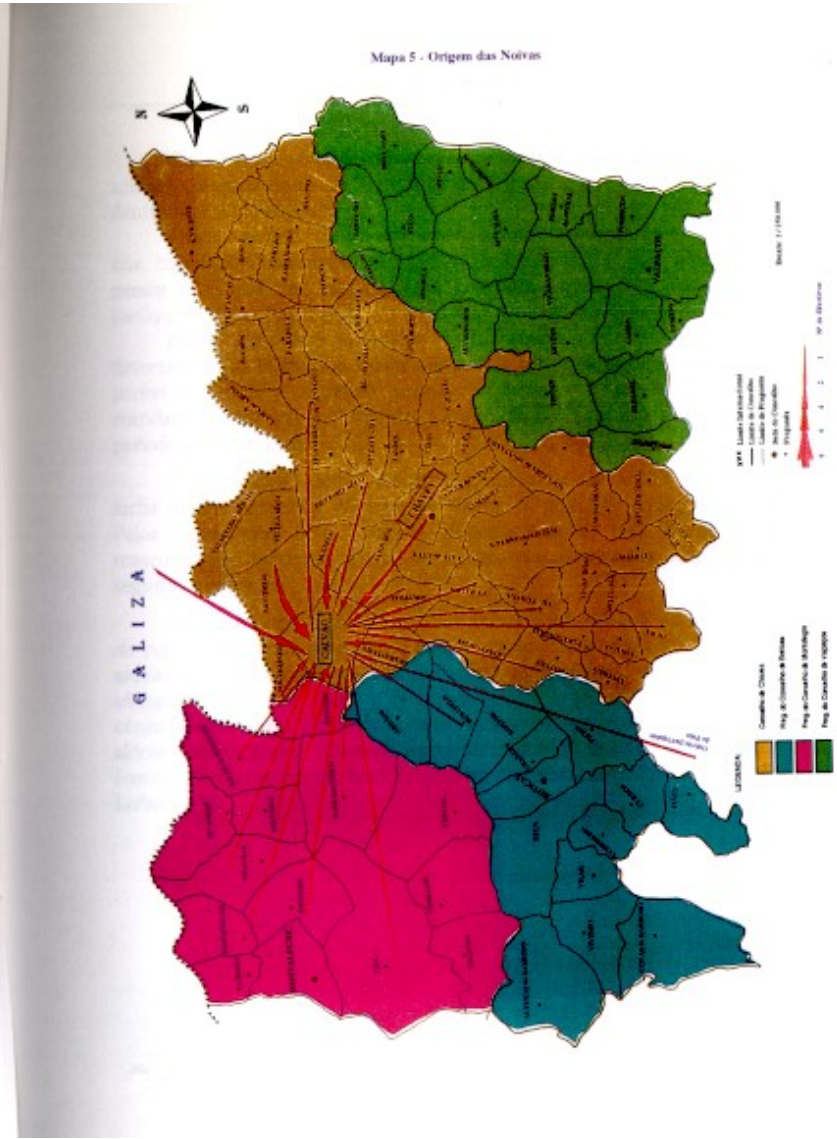
		Homens		
		Paróquia	de «Fora»	Total
Mulheres	Paróquia	223	45	268
	de «Fora»	22	4	26
	Total	245	49	294

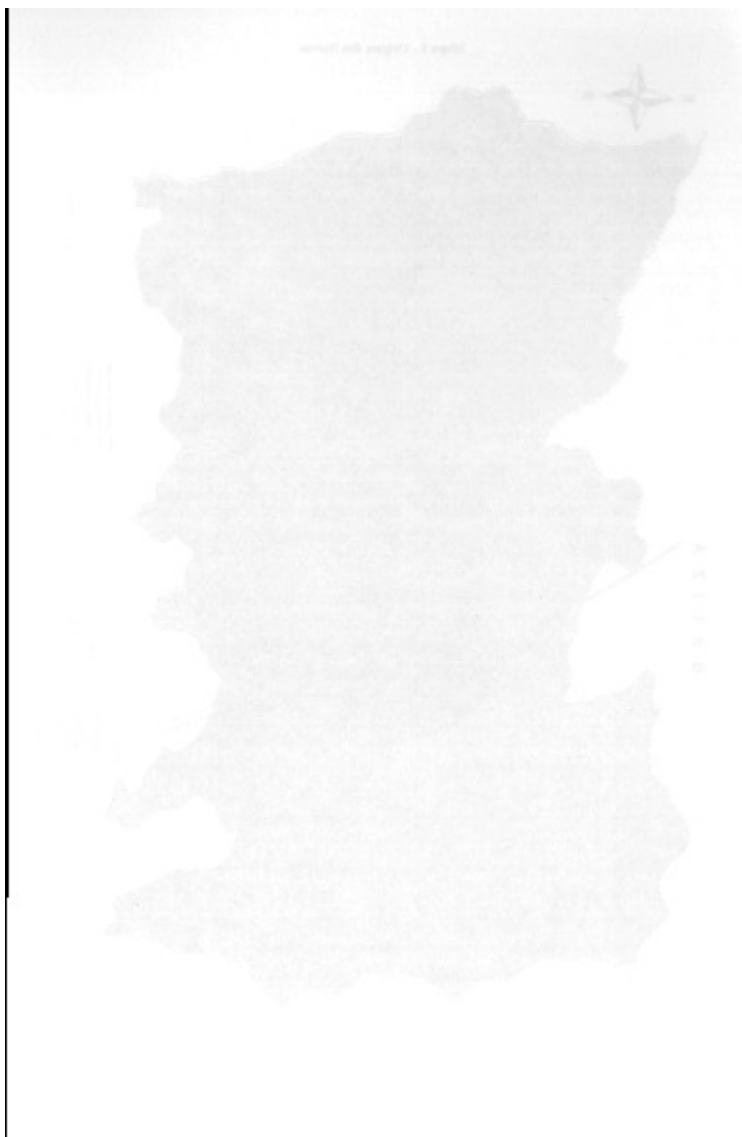
Gráfico 21
Casais constituídos / casais residentes na paróquia
(1780 - 1865)



Mapa 4 - Origem dos Noivos







Não obstante, este desequilíbrio é ressarcido pelo número de casais, com um dos cônjuges de «fora», num total de 112 casos, que desenvolvem a sua vida dentro do espaço da paróquia.

É bem verdade que se escapam da nossa observação os nubentes naturais que celebraram casamento em paróquias «*estranhas*», mas somos levados a pensar que uma vez casados, uma fatia substancial deles terá regressado à paróquia com o seu cônjuge.

Assim, com base na análise dos casamentos constituídos na paróquia, detectámos que houve um maior número de contraentes dela naturais, nos dois períodos, tendo o segundo período suplantado o primeiro, em 11%, e, correlativamente, em contraponto, a realização de casamentos «*mistos*» baixa no período de Oitocentos.

É interessante, ainda, verificar que, durante o século XIX, a comunidade se fecha mais a estranhos, elevando-se, assim, os níveis de endogamia geográfica. Pelos casamentos ditos «*mistos*» notamos, ainda, uma maior mobilidade masculina que feminina, em ambos os períodos observados, com realce para o segundo período.

Se tomarmos em consideração os mapas «*Naturalidade do noivos de "fora" da paróquia*», verificamos que o grande contingente de nubentes era oriundo de aldeias limítrofes, tanto os homens como as mulheres, de um raio que não ultrapassa os 10 Km, como já referimos noutra lugar ⁽¹⁶⁶⁾. Assim, a procura de cônjuge extravasa o quadro paroquial, estendendo-se, com certa preferência, às aldeias circundantes. Havendo nubentes tanto do sexo masculino, como do feminino, cujas raízes são bem longínquas de Calvão, como da Galiza, Porto e até Lisboa.

⁽¹⁶⁶⁾ Ver supra «Origem dos Cônjuges» Capítulo I, Nupcialidade.

2. Mobilidade dos Indivíduos Através dos Registo de Óbito

2.1. As «entradas» de efectivos não naturais da paróquia

Através da exploração dos registos de óbito, tomámos conhecimento da mobilidade individual, quer sejam solteiros, casados ou viúvos. Para este efeito, excluimos os naturais que faleceram fora da paróquia e que o pároco fez constatar em assento, que irão ser objecto de tratamento separado, numa segunda fase. Excluíram-se, também, os que, acidentalmente, faleceram de passa-

QUADRO LX
Registo de efectivos ao óbito
em Calvão
(1680 - 1779)

Estado Civil	Naturais	de «Fora»	Total	% de «fora»
Solteiros	241	18	259	7,0
Casados	252	27	279	9,7
Viúvos	224	28	252	11,1
Totais	717	73	790	9,3

gem e que assim constem do assento de óbito.

De seguida, arrolámos os efectivos registados ao óbito, tendo em conta a sua naturalidade e estado civil, para dois períodos de tendência secular, de 1680 a 1779 e de 1780 a 1865.

Podemos concluir, segundo os valores do quadro, que, para o período de 1680 a 1779, a proporção de indivíduos «estrangeiros», apontados ao óbito, não atinge os 10% de casos. Estes, não naturais, repartiam-se do seguinte modo: 7% solteiros, 9,7% casados e 11,1% viúvos. Se os dois últimos grupos poderiam ter entrado para a paróquia pelo casamento, já os solteiros o fizeram por outras motivações. Quais? Perguntamo-nos. Que ligações teriam à paróquia os cerca de 7% de solteiros nela falecidos? Com que idade teriam entrado e qual seria o seu papel na sociedade?

Com o fim de procurarmos eventuais tendências e ritmos de mudança nas entradas pelo óbito, de «estrangeiros», construímos um segundo quadro para o período que cai no século XIX.

Pelos dados observados verificamos que os valores, quer absolutos quer relativos, são superiores aos do período anterior, sendo a tendência mais notória para os casados e viúvos, com 17,5% e 15,3%, respectivamente, enquanto que os solteiros se quedam pelo mesmo nível de Setecentos.

QUADRO LXI
Registo de efectivos ao óbito
em Calvão
(1780 - 1865)

Estado Civil	Naturais	de «Fora»	Total	% de «fora»
Solteiros	243	19	262	7,3
Casados	287	61	348	17,3
Viúvos	216	39	255	15,3
Totais	746	119	865	13,3

Contrastando com o que concluímos, aquando do estudo das «entradas» pelo casamento, a paróquia não se fecha, bem pelo contrário, regista até um maior volume de efectivos «estrangeiros» ao óbito, durante o segundo período, de 1780-1865, suplantando o primeiro em 4,5%. Como explicar esta variação? Pelos casamentos dos naturais celebrados fora do quadro da paróquia, mas que optaram por fixar-se permanentemente nela?

Se atendermos à sua origem geográfica, contabilizamos 155 efectivos, para 37 lugares, do primeiro período e de 50 no segundo, que agrupámos por 29 freguesias, por 8 concelhos e pela província da Galiza.

Das paróquias vizinhas chegou o maior número de «estrangeiros», como já referimos, tendo falecido, na sua maioria, na condição de casados. Ervededo, Searavelha, Soutelinho e Meixide foram as freguesias que contribuíram com um maior volume de efectivos, com 10, 16, 14 e 13 pessoas, respectivamente. Para este comportamento não será estranho o facto do mercado matrimonial se estender às aldeias mais contíguas.

Do concelho de Chaves contaram-se 105 registos, 10 solteiros, 46 casados e 47 viúvos. De Montalegre, concelho confinante a poente, afluíram 37 indivíduos, cuja repartição, pelo estado civil, ao óbito foi a seguinte: 6 solteiros, 21 casados e 10 viúvos. Das terras limítrofes do actual concelho de Boticas, o fluxo foi muito magro, contando-se, para toda a observação, somente 6 casos, 1 solteiro, dois casados e três viúvos.

QUADRO LXII
Origem dos indivíduos de «fora» falecidos em Calvão
(1680 - 1865)

Locais	Solteiros	Casado	Viúvos	Totais
Concelho de Chaves				
Anelhe	-	-	2	2
Bustelo	1	4	3	8
Chaves	2	1	6	9
Ervededo	-	7	3	10
Oura	-	2	-	2
Outeiro Séco	-	1	2	3
Sanjunge	1	2	4	7
Searavelha	3	5	8	16
S ^o António Monf.	-	-	1	1
Soutelinho	-	8	6	14
Soutelo	1	5	3	9
Redondeio	-	-	1	1
Valdanta	1	2	5	8
Vilela Tâmega	1	8	2	11
Vilarelho	-	1	3	4
Concelho de Boticas				
Ardãos	-	1	1	2
Beça	1	1	1	3
Sapelos	-	-	1	1
Concelho de Montalegre				
Cepeda	-	1	-	1
Codeçoso	-	-	1	1
Grilhas	1	-	-	1
Meixide	1	7	5	13
Montalegre	2	2	1	5
Sarraquinhos	-	3	1	4
S. Vicente do Rio	-	1	1	2
S ^o André	-	2	-	2
Solveira	2	2	-	4
Tourém	-	1	-	1
Vilar de Perdizes	-	2	1	3

(Continua)

(Cont. do quadro LXII)

Concelho de Valpaços	2	1	1	4
Concelho de Vila Pouca	2	2	-	4
Concelho de Vila Real	-	2	-	2
Resto do País				
Amarante	-	-	1	1
Arcos de Valdevez	1	-	1	2
Póvoa de Lanhoso	1	1	-	2
Porto	-	1	-	1
Vieira do Minho	4	5	-	9
Galiza	10	7	2	19
Total	37	88	67	192

A atracção pelos efectivos nascidos em outros concelhos do distrito foi naturalmente fraca, uma vez que a paróquia se situa muito a norte, já perto da Galiza.

Mesmo assim, ainda, se arrolaram 4 solteiros, 5 casados e 1 viúvo, num total de 10 indivíduos naturais de Valpaços, Vila Pouca e Vila Real.

Do resto do país faleceram na freguesia 15 criaturas, 6 solteiros, 7 casados e 2 na condição de viúvos. Destes, 11 eram do Minho, propriamente, de Vieira do Minho, nove e da Póvoa de Lanhoso, dois.

Contingente importante chegou da Galiza, num total de 19 casos, com 10 no estado civil de solteiros, 7 casados e 2 na condição de viúvos.

Pergunta-se quais as razões da permanência destes efectivos na paróquia, mormente dos solteiros? Sabe-se, apenas, que uma das ocupações mais comum aos galegos era a de pedreiro, embora não se descartem outras.

Numa visita pelos «misteres» dos «estrangeiros», encontramos 4 criados de servir, 3 pedreiros, um alfaiate, um albardeiro e um cirurgião.

Manuel António de Sousa, cirurgião, natural de Bustelo, casou com Rosa Martins natural desta paróquia, em 15 de Junho de 1774, do qual nasceram 4 filhos. Após o falecimento da sua primeira esposa, em 19 de Maio de 1804, recasou fora da paróquia, com Maria Navarra, mas fixou residência em Calvão, tendo desta união mais 4 filhos. Continuou a exercer a sua profissão na paróquia, vindo a falecer em 11 de Abril de 1827, na situação de casado.

Francisco Velinhas era natural de Vieira do Minho, veio para Calvão pela mão de seu tio também de nome Francisco, para trabalhar com ele como ajudante de pedreiro. Faleceu somente com 16 anos de idade, em 10 de Janeiro de 1828.

Manuel António tinha chegado também daqueles lados, especificamente de Mosteiro de Vieira, para trabalhar como «oficial» de alfaiate, na aldeia de Castelões. Faleceu solteiro em 23 de Abril de 1804, com testamento, que infelizmente não chegou até nós.

Estes casos, entre outros, elucidam bem acerca da actividade dos naturais da paróquia: a agricultura é o seu principal género de vida, parecendo deixar as «artes» para os estranhos que aqui se acolham temporariamente, ou não.

Será interessante verificar, para os períodos considerados, o modo como se repartiam os efectivos «entrados» ao óbito na paróquia, por sexo e estado civil. Constatamos, com base nos dados relativamente ao primeiro período, que são os homens que mais acorreram à paróquia, concretamente no estado civil de casados e viúvos.

QUADRO LXIII
Efectivos entrados na paróquia
segundo o sexo e estado civil ao óbito
(1680-1779)

Sexo	Estado Civil			Totais	
	Solteiro	Casado	Viúvo	Nº Abs.	%
Masculino	5	20	16	41	56,2
Feminino	13	7	12	32	43,8
Totais	18	27	28	73	100

Segundo os dados observados, estamos convencidos que uma boa parte dos efectivos masculinos teria entrado na condição de solteiros, que viriam a casar na paróquia onde terão desenrolado o seu ciclo vital. Não podemos esquecer que o mercado matrimonial foi sempre desfavorável às mulheres. Pelo que os solteiros masculinos não naturais ao óbito foram, ao longo da observação, um volume reduzido de casos da totalidade observada.

Diferentemente, treze mulheres mantiveram-se no estado de solteiras, 7 no de casadas e 12 no de viuvez. Não será que o número de solteiras não naturais da paróquia ajuda a justificar o desequilíbrio do mercado matrimonial?

Quando passamos ao período seguinte, de 1780 a 1865, constatamos que 119 indivíduos «estrangeiros» foram registados ao óbito na paróquia, sendo 51,3% de homens e 48,7% de mulheres, evidenciando-se uma subida destas em relação ao período anterior.

QUADRO LXIV
Efectivos entrados na paróquia
segundo o sexo e estado civil ao óbito
(1780 - 1865)

Sexo	Estado Civil			Totais	
	Solteiro	Casado	Viúvo	Nº Abs.	%
Masculino	10	34	17	61	51,3
Feminino	9	27	22	58	48,7
Totais	19	61	39	119	100

Se analisarmos por sexo e estado civil, detectamos que o volume de casados e viúvos aumenta face ao período precedente, momento dos primeiros. Os solteiros, de ambos os sexos, não acompanham a tendência de subida, particularmente o sexo feminino.

2.2. As «saídas» dos efectivos naturais da Paróquia

Considerando, agora, os efectivos naturais de Calvão e falecidos fora do quadro da paróquia, através das «notícias de óbito» lavradas pelo pároco nos respectivos livros de assento⁽¹⁶⁷⁾, para os períodos contemplados, notamos claramente uma alteração do fluxo migratório, quando se passa do primeiro para o segundo período.

⁽¹⁶⁷⁾ Tratam-se de indivíduos naturais que não constituíram residência «fora» e continuaram a ter família na paróquia.

Durante o primeiro período, de 1680 a 1779, evidencia-se uma maior mobilidade dos solteiros sobre os demais grupos apreciados, com uma proporção de 24,7% da totalidade dos que morreram no mesmo estado civil. Dos casados e viúvos confirmámos uma maior estabilidade geográfica, registando a magra

QUADRO LXV
Local de óbito e naturalidade de Calvão
(1680 - 1779)

Estado Civil	Paróquia	«Foras»	Total	% falec. «foras»
Solteiros	241	79	320	24,7
Casados	252	11	263	4,2
Viúvos	224	5	229	2,2
Totais	717	95	812	11,7

percentagem de saídas de 4,2 % e de 2,2 %, respectivamente, da totalidade do seu grupo.

Confrontando estes resultados com o nível de entradas na paróquia, verifica-se, para este período, um certo equilíbrio entre os dois movimentos, com uma ligeira superioridade para os que a demandaram.

O segundo período, de 1780 a 1865, é perpassado por uma fraca mobilidade dos naturais, tanto para os solteiros como para casados e viúvos, não se elevando a percentagem do comportamento de «saída» a mais de 1,7 % da totalidade dos falecidos. Ter-se-á de perguntar se terá havido maior negligência dos párocos em registar as «notícias de óbitos», ou se teria caído em desuso a feitura dos «bens d'Alma» dos «ausentes»?

QUADRO LXVI
Local de óbito e naturalidade de Calvão
(1780 - 1865)

Estado Civil	Paróquia	«Foras»	Total	% falec. «foras»
Solteiros	243	8	251	3,2
Casados	287	2	289	0,7
Viúvos	216	3	219	1,4
Totais	746	13	759	1,7

Uma observação atenta do quadro «Repartição dos óbitos segundo o sexo», por períodos, poder-nos-á aportar um melhor esclarecimento sobre o movimento emigratório dos efectivos da paróquia.

Com efeito, para toda a observação contámos, à excepção do primeiro período, mais mulheres que homens no momento do óbito. Este desequilíbrio acentua-se durante o século XVIII, atenuando-se nos inícios de Oitocentos.

Perguntamo-nos se estes índices, verificados durante os períodos de Setecentos, não nos quererão indicar uma maior mobilidade do sexo masculino nesses tempos?

QUADRO LXVII
Repartição dos óbitos segundo o sexo

Períodos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Índice de Masc.
1682-99	70	68	103,0
1700-49	194	279	69,6
1750-99	186	286	65,0
1800-49	230	232	99,1
1850-66	103	118	87,3
Totais	783	983	79,7

Se nos fixarmos, agora, no quadro que nos mostra onde faleceram os naturais, por períodos, detectamos que Lisboa, no Continente, e o Brasil, além-mar, foram as terras que mais os magnetizaram. Pelo que somos levados a pensar que desde muito cedo estas populações foram fascinadas pela emigração transatlântica direccionada para o Brasil, em tempos muito anteriores ao «boom» dos finais de Oitocentos.

As paróquias vizinhas não constituíram solução acalentadora para os naturais da paróquia, tendo aí somente falecido um número muito reduzido de efectivos e porventura na qualidade de casados ou viúvos. Destas, a mais significativa foi a então vila de Chaves, com 5 notícias de óbito.

De Coimbra e da Galiza chegaram notícias de que faleceram os párocos José e André Alves, naturais da paróquia, em 4 de Março de 1715 e 3 de Outubro de 1720, respectivamente. Também do Convento dos meninos de Barcelos chegou a notícia de que faleceu, em 25 de Setembro de 1839, Joana de Jesus, freira nessa instituição, e nascida em Calvão. Assim, a vida religiosa terá sido também um atractivo de saída dos naturais.

O serviço militar ceifou 11 efectivos, 7 no primeiro período e 4 no segundo, designadamente na Guerra Peninsular, de 1762 a 1763, e, mais tarde, aquando das invasões francesas.

Se admitirmos que os párocos redactores mantiveram sempre o mesmo zelo, lavrando todas as «notícias de óbito», o que justifica esta retracção do fluxo migratório, durante o século XIX?

QUADRO LXVIII
Locais onde faleceram os naturais de Calvão
(Por períodos)

Locais	1680-1779	1780-1865	Totais
Concelho de Chaves			
Chaves	5	1	6
Curalha	-	2	2
Ervededo	1	-	1
Searavelha	1	-	1
Soutelinho	1	-	1
Valdanta	1	-	1
Concelho de Botlicas			
Ardãos	2	-	2
Sapeiros	1	-	1
Concelho Montalegre			
Meixide	-	1	1
Mourilhe	1	-	1
Resto do País			
Braga	1	-	1
Barcelos	-	1	1
Coimbra	2	-	2
Lisboa	41	2	43
Porto	1	-	1
No Guerra			
Almeida	1	-	1
Bragança	-	2	2
Índia	1	-	1
Mafra	1	-	1
Santarém	3	-	3
Outros	1	2	3
Brasil	29	2	31
Galiza	1	-	1

Outro indicador importante que nos pode elucidar sobre a mobilidade dos naturais⁽¹⁶⁸⁾, é a sua distribuição por sexo e estado civil. A escassez de valores para o período de 1780 a 1865, num total de 13, levou-nos à apreciação do fenómeno num só período que

⁽¹⁶⁸⁾ Tenha-se em conta, como já se referiu, que estes indicadores são uma aproximação ao fenómeno em estudo, uma vez que não dispomos de fontes apropriadas.

englobasse toda a observação. Como já anteriormente aludimos, confirma-se a tendência de maior estabilidade geográfica dos casados e dos viúvos bem como do sexo feminino.

Se atendermos aos dados do quadro «*Efectivos saídos segundo o sexo e os estado civil ao óbito*», verifica-se claramente que foram os solteiros masculinos que mais peregrinam. Assim, 87 casos, neste estado civil, em 108 da totalidade, equivalem a uma proporção de 80,6%.

QUADRO LXIX
Efectivos saídos da paróquia
segundo o sexo e estado civil ao óbito
(1680-1865)

Sexo	Estado Civil			Totais	
	Solteiro	Casado	Viúvo	N.º Abs.	%
Masculino	81	12	6	99	91,7
Feminino	6	1	2	9	23,1
Totais	87	13	8	108	100,0

Todavia, são os rapazes solteiros que constituem a maior fatia do fluxo migratório, com 81 casos em 108, correspondendo a uma percentagem de 75%. Se passarmos ao sexo feminino, apesar da fraca expressão, a tendência mantém-se: é na qualidade de solteiros os que mais deixam a paróquia.

Daqui podemos deprender, segundo os dados, que o casamento funciona como um garante da estabilidade geográfica dos seus membros, amortecendo os possíveis efeitos de atracção exógena.

... e a ...

... e a ...

1670		1700		1750	
População	Sexo	População	Sexo	População	Sexo
10000	5000	15000	7500	20000	10000
10000	5000	15000	7500	20000	10000

1670		1700		1750	
População	Sexo	População	Sexo	População	Sexo
10000	5000	15000	7500	20000	10000
10000	5000	15000	7500	20000	10000

... e a ...

...

A Mortalidade Econômica

... e a ...

CAPÍTULO VI A Mortalidade

... e a ...

... e a ...

...

1. A Mortalidade Excepcional

Um dos traços demográficos mais característicos do Antigo Regime eram as elevadas taxas de mortalidade, mormente nos primeiros anos de vida, familiarizando as populações com a morte, ideia bem retratada na feliz expressão de André Armengaud «*a morte está no centro da vida, como o campanário no centro da aldeia*». Com efeito, tudo se conjugava para que assim fosse: a volubilidade das condições sócio-económicas, as precárias condições higiénicas, além da incapacidade da medicina perante a maioria das doenças, que degeneravam frequentemente em surtos epidémicos.

O ritmo «*normal*» da mortalidade é surpreendido por flutuações, mais ou menos marcantes, de frequência regular, designadas por crises de mortalidade ou por crises demográficas. Vicente Pérez Moreda, Lourenzo Del Panta e Livi-Bacci, entre outros, consideram a mortalidade como «*o elemento regulador por excelência*», da demografia do Antigo Regime, quando reveste a forma de crise⁽¹⁶⁹⁾. O último é da opinião de que a «*importância das crises de mortalidade não pode ser posta em dúvida. Elas foram o elemento regulador por excelência - melhor dizendo, destruidor - do crescimento demográfico*»⁽¹⁷⁰⁾, acrescentando, ainda, que elas foram as grandes delapidadoras do capital humano acumulado em períodos normais, durante o Antigo Regime, regulando a evolução demográfica ao longo de vários séculos⁽¹⁷¹⁾.

Também Alain Bideau, com base no mesmo autor, nos aconselha «*a não subestimar as consequências das crises epidémicas e seus efeitos reguladores e, por outro, a considerá-los como um traço estrutural do tipo antigo*»⁽¹⁷²⁾. A estas alterações de mortalidade seguiam-se as de nupcialidade e de concepções. Depois da crise, as populações atingidas punham em funcionamento mecanismos de tipo autor-

⁽¹⁶⁹⁾ Cf. V. Pérez de Moreda, por seu lado sustenta que «*la crisis demográfica, en las poblaciones antiguas, era la principal forma de manifestarse el mecanismo del cambio demográfico*». *Las crisis de mortalidade en la España interior Siglos XVI-XIX*. Madrid, Siglo Veintiuno, 1980, pp. 60-61.

⁽¹⁷⁰⁾ «*Crises de Mortalidade: definição, métodos de Cálculo, Análise das Consequências*», in Luíza Marçílio, *População e Sociedade - Evolução das Sociedades Pré-Industriais*, ob. cit., p. 71.

⁽¹⁷¹⁾ Cf. *Idem*, *Ídem*, p. 71.

⁽¹⁷²⁾ Alain Bideau, «*Mecanismos Auto-Reguladores das Populações Tradicionais*», Universidade de Lyon - França, in Luíza Marçílio, *Ídem*, p. 63.

regulador, quer pela utilização do seu potencial procriativo, quer pela modificação das atitudes individuais e colectivas, que iniciam e desenvolvem um processo de reconstrução demográfica, mais ou menos rápido, de acordo com a natureza e duração da crise⁽¹⁷³⁾.

Também não oferece dúvidas a perspectiva de V. Pérez de Moreda, Flinn, Dupâquier e Norberta Amorim. Não obstante, estes últimos, aceitem a importância da nupcialidade como forma de equilíbrio na sucessão das gerações do passado, no entanto, considerem que a mortalidade intervém de forma mais contundente na alteração do movimento da população, já que a nupcialidade e as concepções não o fazem tão decisivamente⁽¹⁷⁴⁾.

A reflexão desloca-se em 1946, num artigo da revista *Population*, quando Jean Meuvret⁽¹⁷⁵⁾, relacionou, pela primeira vez, as crises de mortalidade com as subsistências, durante o Antigo Regime: uma má colheita originaria um aumento dos preços dos cereais, mormente nos últimos meses do «ciclo da colheita», registando-se, em seguida, um período de subnutrição e fome, acompanhado de uma atimia dos casamentos e dos nascimentos. Esta «espada de Dâmocles» leva-nos a pensar que a demografia ficava prisioneira da economia, não permitindo que a população ultrapasse um determinado limiar, bem evidenciada na equação: *subsistências = crises de mortalidade*⁽¹⁷⁶⁾. Esta visão, quase mecanicista, assenta no binómio mortalidade/níveis de nutrição, é posta em causa por Baehrel, Chaunu e mais recentemente por Dupâquier, atribuindo, por seu lado, à epidemia a componente característica de toda a crise⁽¹⁷⁷⁾. Dupâquier, ainda que não enjeite a importância das crises de mortalidade, nega o seu papel como mecanismo auto-regulador das populações do Antigo Regime, atribuindo-o, assim, à nupcialidade, como já referimos⁽¹⁷⁸⁾. Para ele seria um erro acreditar que este fenómeno exógeno, ainda que de incidência destruidora, tivesse um papel regulador, não obstante, desencadear reacções compensatórias de natureza endógena⁽¹⁷⁹⁾, acrescentando que se a mortalidade de

⁽¹⁷³⁾ Idem, *Ibidem*, p. 63-64.

⁽¹⁷⁴⁾ Cf. Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 89.

⁽¹⁷⁵⁾ No que é seguido pelo P. Goubert, em *Beauvais e o Beauvaisis de 1600 a 1730*.

⁽¹⁷⁶⁾ Cf. J. Dupâquier, 1984, *Pour la démographie historique*, Paris, P.U.F., pp. 42-45.

⁽¹⁷⁷⁾ «D'ailleurs, on a observé, que, même lorsqu'elles coïncident avec les crises de subsistances, les grandes mortalités sont précédées d'une montée progressive du nombre des décès, dont l'origine ne peut être qu'épidémique. Il semble donc bien difficile de soutenir que l'épidémie est seulement "file de la disette". En fait, elle la précède et prépare le terrain», J. Dupâquier, *Pour la démographie historique*, ob. cit., pp. 43-45.

⁽¹⁷⁸⁾ Cf. «Los orígenes de la demografía histórica: su situación en Francia», in V. P. Moreda e D.- S. Rher (eds), *Demografía Histórica en España*, ob. cit., p. 38.

⁽¹⁷⁹⁾ Cf. Alain Bidau, «Crises de Mortalidade (...), in Luíza Marcílio, *População e Sociedade (...)*, ob. cit., p. 45.

crise tivesse desempenhado um papel regulador na França no tempo de Luís XIV, elas teriam tocado preferentemente as regiões mais densamente povoadas, o que não terá acontecido. Pelo que, no seu entender, as crises demográficas só indirectamente tinham um papel regulador nos regimes demográficos do Antigo Regime, na medida que estimulavam o dinamismo da população, apressando a substituição dos agregados domésticos através da nupcialidade⁽¹⁸⁰⁾.

Se o exame deste fenómeno, a «morte estatística», nas palavras de Livi-Bacci, é o estudo dos esforços das sociedades para assegurarem os seus níveis de continuidade, num «poderoso esforço auto-regulador», ele é antes de mais uma tentativa de alargar a análise à evolução de outras variáveis demográficas, assim como à vida social e económica⁽¹⁸¹⁾, o que infelizmente nem sempre é possível, mormente quando as fontes são mudas.

Da leitura do gráfico «Movimento de óbitos por anos civis»⁽¹⁸²⁾, distinguimos alterações bruscas do volume de óbitos que regularmente abalam o seu «normal» movimento, designadamente nos anos de 1705, 1714, 1788, 1800 e 1809. Será que estaremos perante crises de mortalidade? Quando podemos falar de crise? Para Pierre Goubert, bastaria que o número de óbitos anual ultrapassasse o dobro da média dos anos normais, sendo tanto mais grave quanto mais elevado fosse o número de mortes, traduzindo-se no triplo, no quádruplo, ou mais, em relação à média anual. Mais tarde, outros métodos foram utilizados por diversos historiadores-demógrafos, para medir as altas súbitas de mortalidade⁽¹⁸³⁾. Assim, uma alta mortalidade pode ser definida como «crise», quando a destabilização demográfica não é recuperada. Mais recentemente, Dupâquier⁽¹⁸⁴⁾ desenvolve um método baseado no volume anual de óbitos e na média aritmética dos dez anos enquadrantes do «accidente» de sobremortalidade. Resulta, assim, a fórmula $I = (D - M) / E$, sendo I a intensidade da crise, D o número anual de óbitos, M a média aritmética de mortes dos dez anos enquadrantes, e E o desvio-padrão do número anual de óbitos, dos dez anos civis enquadrantes. As crises seriam classificadas segundo o valor de I , em magnitudes, assim:

⁽¹⁸⁰⁾ J. Dupâquier, *Pour la démographie historique*, ob. cit., pp. 48-50.

⁽¹⁸¹⁾ Cf. «Crises de Mortalidade (...), in Luíza Marcílio, *População e Sociedade (...)*, ob. cit., pp. 72-76.

⁽¹⁸²⁾ Veja-se o respectivo gráfico no capítulo «Aspectos Globais da Demografia da Paróquia».

⁽¹⁸³⁾ Para Livi-Bacci a gravidade de um «accidente demográfico» depende da capacidade de resposta das populações, reflectido na duração da recuperação, ob. cit., pp. 72-76.

⁽¹⁸⁴⁾ Apud V. Pérez de Moreda, *Las crisis de mortalidade en la España Interior Siglos XVI-XIX*, ob. cit., pp. 103-105.

- Magnitude 1** (*crise menor*): com *Intensidade* entre 1 e 2;
Magnitude 2 (*crise média*): com *Intensidade* superior a 2 até 4;
Magnitude 3 (*crise forte*): com *Intensidade* superior a 4 até 8;
Magnitude 4 (*crise maior*): com *Intensidade* superior a 8 até 16;
Magnitude 5 (*super crise*): com *Intensidade* superior a 16 até 32;
Magnitude 6 (*catástrofe*): com *Intensidade* superiores a 32.

O facto de possuímos um movimento de óbitos para cerca de dois séculos, de forma sistemática, tomaram simples e até assaz rápido os cálculos, através do uso deste instrumento de análise, para classificar os «*acidentes de mortalidade*» ocorridos nesta paróquia. Assim, de acordo com Dupâquier, o fenómeno assumiu uma caracterização de *crise forte* nos anos de 1705 e 1788, com a intensidade de 4,3 e 4,9, respectivamente. A de 1714, com 3,8 de intensidade, foi uma *crise média*, enquanto que a de 1800, com 12,8, e a de 1809, com 10,2, foram *crises maiores*.

1.1. A Natureza das crises em Calvão

«*A fame, peste et bello, libera nos Domine!*», considerados tradicionalmente os três «*Cavaleiros do Apocalipse*», e os três controlos positivos de Malthus, são os grandes responsáveis pelas terríveis mortandades do passado. Não obstante, a origem dos acidentes de mortalidade, foram alvo de controvérsia. Do privilegiar as crises de subsistências à ênfase que se atribui ao papel das epidemias e das guerras, abre-se um leque de posições e perspectivas, extremadas por vezes.

Na verdade, para determinarmos a natureza da crise e à falta de um estudo da sua extensão, não seria de desprezar a sua incidência na estrutura etária e da sua recuperação⁽¹⁸⁵⁾, mas, infelizmente, como já referimos, nem sempre é possível, uma vez que as fontes ou não existem, ou são mudas.

Assim, das várias tipologias conhecidas destacamos a de Dupâquier, que considera os seguintes cenários possíveis⁽¹⁸⁶⁾:

- Primeiro*: Guerra acompanhada de epidemias;
Segundo: Epidemias agravadas por uma crise de subsistências;
Terceiro: Guerra, epidemia e crise de subsistências, devidamente concatenadas.

⁽¹⁸⁵⁾ Cf. Livì-Bacci, «Crises de Mortalidade (...)», in Luiza Marçilo, *População e Sociedade (...)*, ob. cit., pp. 86-92.

⁽¹⁸⁶⁾ J. Dupâquier, 1979, «Commentaire», in AAVV, *Les grandes mortalités: étude méthodologique des crises démographiques du passé*, Liège, pp. 333-336.

Na verdade, ainda que se considere a epidemia como o elemento constitutivo de toda a crise, não podemos menosprezar o papel das guerras, numa paróquia próxima da fronteira galega, não tanto pelos efeitos das tropas, mas como veículo da propagação de doenças, como o tifo⁽¹⁸⁷⁾, a disenteria, etc., por um lado, e pelos desarranjos da vida agro-pastoril, por outro, conduzindo à penúria de subsistências e à miséria. Terão sido estes os cenários em 1705 e 1809, pelo menos? Todavia, somos da opinião de que uma crise de subsistências não convergirá forçosamente para uma crise de sobremortalidade, a não ser que brote um surto epidémico.

À falta de melhores provas, afigura-se-nos que uma análise da distribuição dos «*acidentes demográficos*» pelos meses do ano, poder-nos-á esclarecer sobre o evoluir do fenómeno, assim como da sua incidência estacional, por forma a estabelecermos um possível quadro patológico, sem que, no entanto, sejamos conclusivos. Para determinar a natureza da crise, e à falta de um estudo da sua extensão, não será de desprezar os seus reflexos na estrutura etária e no tecido social⁽¹⁸⁸⁾. Infelizmente, como já referimos, as fontes, ou não existem, ou são silenciosas. Resta-nos a análise da sazonalidade dos «*acidentes demográficos*», que nos poderá esclarecer sobre o evoluir do fenómeno e sua incidência estacional.

A crise de 1705 parece ter sido originada pelas tropas espanholas em consequência da Guerra de Sucessão de Espanha⁽¹⁸⁹⁾. O seu registo, noutras paróquias, mesmo distantes da nossa, como Poiães⁽¹⁹⁰⁾ e Alvito S. Pedro⁽¹⁹¹⁾, leva-nos a pensar que estamos perante uma crise geral, sentida pelo menos nas regiões fronteiriças com Espanha. Norberta Amorim refere, assim, para S. Pedro de Poiães que, «*a partir de Dezembro de 1704 surge a crise mais grave de todo o período estudado - no espaço de 11 meses vai morrer mais gente do que a que tinha morrido nos 5 anos anteriores*»⁽¹⁹²⁾.

⁽¹⁸⁷⁾ Yves-Marie Bercé considera que se podem «denominar justamente "peste de guerra" estas doenças que se associam às desgraças da guerra e cujo contágio provoca uma perda considerável da população». Cf. «Os soldados de Napoleão vencidos pelo tifo», in Jacques Le Goff (org.), 1991, *As doenças têm história*, Lisboa, Terramar (eds), p. 165.

⁽¹⁸⁸⁾ M. Livì-Bacci, «Crises de Mortalidade (...)», in Luiza Marçilo, *População e Sociedade (...)*, ob. cit., pp. 86-92.

⁽¹⁸⁹⁾ No *Cato de Portugal* dedicado a Trás-os-Montes e Alto Douro, Vol. V, página 110, lê-se assim: «No decurso da chamada Guerra de Sucessão de Espanha, Chaves voltou a conhecer as horas fúnebres dos incêndios, das vigílias nocturnas e dos bombardeamentos, como desfecho das episódicas surtidas efectuadas pelas tropas da guarnição em território espanhol».

⁽¹⁹⁰⁾ Cf. Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiães (...)*, ob. cit., p. 195. Também V. Pérez de Morosa, 1980, refere a existência de uma grave epidemia que afectou as regiões fronteiriças de Espanha e Portugal, em consequência da movimentação das tropas, in *Las crises de mortalidade en la España Interior Siglos XVI-XIX*, Madrid, ob. cit., p. 300.

⁽¹⁹¹⁾ Cf. Fernando Miranda, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro (...)*, ob. cit., p. 204.

⁽¹⁹²⁾ Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiães (...)*, ob. cit., p. 195.

Com efeito, uma análise da sua duração, através do gráfico «Mortalidade excepcional em 1705», permite-nos caracterizar melhor este acidente de mortalidade.



A mortalidade ataca em Janeiro de 1705, dando tréguas até Junho, para de novo se elevar no meses seguintes. Os meses de Setembro a Janeiro de 1706 são particularmente difíceis, mormente Novembro, com 4 funerais. Sendo a guerra

um veículo privilegiado para a difusão de doenças, não serão elas as responsáveis pela mortalidade no período Outono-invernal.

Norberta Amorim no seu estudo sobre a população rural de Guimarães notou uma crise grave em 1700, que se repete em 1703, culminando em 1705, possivelmente originada por uma «epidemia maligna», que terá feito grandes estragos na região⁽¹⁹³⁾.

A sobremortalidade do ano de 1714



⁽¹⁹³⁾ Cf. Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico* (...), ob. cit., pp. 296-301.

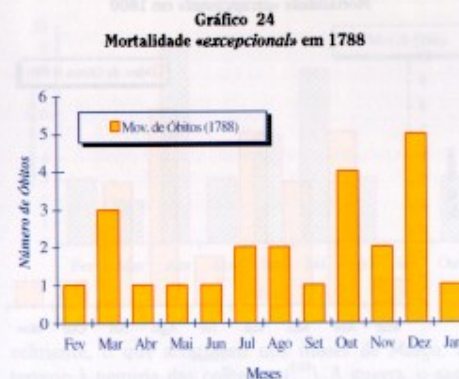
eleva-se, particularmente, nos meses de Primavera, quando os celeiros batem fundo e consequentemente a subnutrição açoita os organismos, sucedendo-se um repique no mês de Novembro, coincidente com os primeiros frios do período Outono-invernal, seguindo, assim, o comportamento sazonal da mortalidade dita «ordinária». Yves-Marie Bercé⁽¹⁹⁴⁾ afirma que as mortalidades nos meses primo-estivais, aquando da movimentação de tropas, são originárias em regra pelo tifo exantemático, embora não se descartem outras razões. Como as febres intestinais e catarrais. Opinião diferente tem José Pérez Garcia, que refere que a sobremortalidade inverno-primaveril de adultos estará antes relacionada com a penúria de subsistências⁽¹⁹⁵⁾.

À entrada de 1788, o número de óbitos mantinham-se à volta de 9 registos, em média, por ano, subindo agora para 22 funerais, a maioria deles no período

Outono-invernal. Uma análise dos óbitos por meses, evidencia um primeiro pico, pouco significativo em Março, empurrando o máximo e o máximo secundário para os meses de Dezembro e Outubro, respectivamente.

Estamos, mais uma vez, perante uma sobremortalidade que segue o esquema Outono-invernal. Qual terá sido a origem destes açoites? Doenças

do aparelho respiratório, como catarros e gripes, que se manifestam nos primeiros frios outonais? Ou seria que, nesta região de forte criação de gado, o carbúnculo andava mais atijado?



⁽¹⁹⁴⁾ «Os soldados de Napoleão vencidos pelo tifo», in Jacques Le Goff (org.) *As doenças têm história*, ob. cit. pp. 161-174.

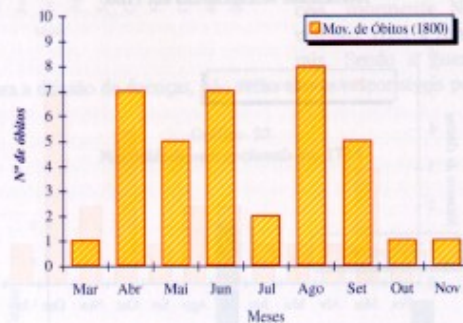
⁽¹⁹⁵⁾ Cf. *Um modelo de Sociedade rural de Antigo Régimen em La Galicia Costera*, ob. cit., pp. 141-144. Somos, no entanto da opinião de que uma crise de subsistências não desemboca forçosamente numa crise de mortalidade, se não despertar um surto epidémico.

Curiosamente, ela incidiu sobretudo sobre o sexo feminino, com dezasseis casos, contra seis do sexo masculino. Mas, se nos ativermos somente à segunda metade do ano, este *ratio* aumenta de 2,7 para 3,7 óbitos femininos por cada masculino. Querirão estes valores indicar-nos a natureza da crise?

O século XIX inicia-se com uma «*crise maior*», de magnitude 4, na tipologia de Dupâquier, a mais mortífera que registámos. Ela abre caminho a um período de particulares apuros para os paroquianos de Calvão. Norberta Amorim tem a mesma opinião sobre esta tendência, para Poiães, bem evidenciada pela seguinte passagem: «1805 e, depois, 1810-11 são os períodos mais difíceis nas primeiras décadas do século XIX»⁽¹⁹⁶⁾.

A média anual de óbitos sobe para 11, durante a primeira década de Oitocentos, e, uma vez que integra dois «*acidentes demográficos*», faz recair sobre ela a média decenal mais elevada de toda a observação. A crise inicia-se em Abril de 1800, com 7 enterros. Maio, acerca-se, com 5 e Junho iguala Abril, com 7 casos. Durante o mês de Julho, a mortalidade quebra para valores que diríamos «*normais*». De novo, no mês de Agosto, a morte «*flameja*» na paróquia, para se extinguir até ao mês de Outubro. Não encontramos repercussão desta crise nas demais paróquias que nos têm servido de comparação. Estaremos perante uma crise endógena, cuja origem deriva de possíveis alterações meteorológicas, ou num surto de disenteria⁽¹⁹⁷⁾?

Gráfico 25
Mortalidade «*excepcional*» em 1800



⁽¹⁹⁶⁾ Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiães (...)*, ob. cit., p. 195.

⁽¹⁹⁷⁾ O facto de se verificar um repique de mortalidade nos meses de Junho a Agosto, pode-nos levar a pensar num surto epidémico de origem gastrointestinal. Cf. Michael Plinn, *El Sistema Demográfico Europeo, 1500*, ob. cit., p. 75.

Em 1809, a 10 de Março, o exército francês, pernoitou, à vista de Chaves, nas proximidades de Bustelo, e no dia seguinte, as tropas portuguesas capitularam. Depois da conquista, o grosso das tropas encaminhou-se para Braga e Porto⁽¹⁹⁸⁾, pelo alto de Sanjurge e de Bustelo, onde teriam deixado um acantonamento de vigia, segundo a memória do povo, no lugar a que vieram chamar *Serra d'Arnada*. As tropas teriam ficado por lá até 19 de Maio para nesta data baterem em retirada, pela raia da serra do Larouco.

Não temos relatos do que terá ocorrido, mas tudo nos leva a crer que os 9 casos de Abril sejam vítimas da invasão, até porque são, na sua totalidade, homens adultos, o que fala *de per se* da natureza das causas, enquanto que o pico de Julho terá sido agravado pela carência alimentar, consequência da guerra, seguida de um surto epidémico estival. Mas qual terá sido a sua natureza? Na verdade, os exércitos em movimento provocam a desorganização da actividade agrícola, a devastação das culturas e o saque ou destruição das colheitas.

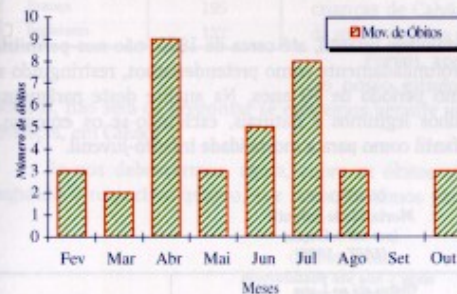
Terá sido isso, possivelmente, o que aconteceu nos meses de Março, Abril e Maio, preparando o terreno à penúria das colheitas⁽¹⁹⁹⁾. A guerra, o saque, a miséria e a fome não teriam conduzido a um surto epidémico, provavelmente de tifo? Pelo que os exércitos, para além de privarem as populações de alimentos, difundiram a doença. Norberta Amorim traça-nos, assim, a situação, para Guimarães: «*juntaram-se os efeitos directos da Guerra Peninsular e o alastramento de uma mortífera epidemia identificada como tifo exantemático*»⁽²⁰⁰⁾.

⁽¹⁹⁸⁾ Cf. Júlio Montalvão Machado, 1994, *Crónica da Vila Velha de Chaves*, Chaves, Ed. da Câmara Municipal de Chaves, pp. 215-228.

⁽¹⁹⁹⁾ Durante estes meses de primavera as populações de Calvão refugiaram-se a noroeste da S.ª da Aparecida.

⁽²⁰⁰⁾ Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819 (...)*, ob. cit., p. 315.

Gráfico 26
Mortalidade «*excepcional*» em 1809



Após o mês de Agosto a crise desapareceu bruscamente e a mortalidade torna-se «ordinária».

Se durante o ano de 1809 as perturbações das invasões francesas justificam em parte a natureza das crises, já as anteriores exigiriam uma análise mais cuidada. Como já referimos, o estudo das crises de mortalidade é uma tarefa complexa e não isenta de escolhos. O exame da sua natureza e o estudo da sua morfologia (sazonalidade e distribuição por sexos) para uma população adulta, só será suficientemente esclarecedora se extravasarmos o quadro paroquial⁽²⁰¹⁾, estudando em paralelo os três principais fenómenos demográficos, na longa duração. Assim, sem o recurso a outras fontes a nossa posição não pode ser conclusiva.

2. Mortalidade Infantil e Infanto-Juvenil

O sub-registo de mortalidade infantil, até cerca de 1850, não nos permitiu estudar o fenómeno tão aprofundadamente como pretenderíamos, restringindo a nossa análise a um pequeno período de 10 anos. Na análise deste parâmetro considerámos apenas os filhos legítimos e naturais, excluindo-se os expostos, tanto para a mortalidade infantil como para a mortalidade infanto-juvenil.

QUADRO LXX
Mortalidade Infantil
(por mil crianças)
(1857 - 1866)

Total de nascidos	Óbitos até ao 1 ano			Quociente de mortalidade
	Masculinos	Femininos	Sexos reunidos	
373	18	23	41	109

Segundo os valores do quadro podemos constatar que, apesar da sua exiguidade, a pernilagem de crianças falecidas durante o primeiro ano de vida é baixa, quedando-se apenas pelos 93 em mil. Sublinhe-se, ainda, que o número de crianças falecidas do sexo

⁽²⁰¹⁾ Segundo M. Flinn, somente alguns estudiosos das crises se preocupam com a dimensão espacial da crise, ainda que tal perspectiva, seja vital. Pois, segundo ele «cada crise se ajusta a um modelo geográfico único», in *El Sistema Demográfico Europeo, 1500-1820*, ob. cit., pp. 76-77.

feminino é ligeiramente superior ao do sexo masculino, contrariando a tendência de que durante o primeiro ano de vida morrem mais rapazes do que raparigas⁽²⁰²⁾.

Se compararmos estes resultados com os encontrados no Sul do Pico⁽²⁰³⁾ e de Alvito S. Pedro⁽²⁰⁴⁾, para períodos semelhantes, verificamos que a morte é mais suave com as crianças de Calvão.

Por fim, se compararmos estes quocientes de mortalidade infantil com os evidenciados em alguns países europeus, indicados no quadro «Mortalidade infantil em diversos países da Europa, por mil nascidos»⁽²⁰⁵⁾, notamos claramente que as crianças de Calvão estavam mais protegidas da morte que nas demais zonas em confronto.

Porém, apesar do rigor que pusemos no nosso estudo e perante os quocientes obtidos, não será de perguntar se estaremos perante um sub-registo de óbitos de crianças, em Calvão?

Se nos debruçarmos, agora, sobre os óbitos até aos sete anos de idade, segundo o respectivo quadro, por sexos, notámos para Calvão uma mortalidade

QUADRO LXXII
Mortalidade até aos 7 anos
(1857 - 1866)

Total de nascidos	Óbitos até aos 7 anos			Quociente de mortalidade
	Masculinos	Femininos	Sexos reunidos	
373	57	76	133	356

⁽²⁰²⁾ Cf. Louis Henry, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, ob. cit., pp. 26-27. Vem a propósito o referido por Fernando Miranda, para Alvito S. Pedro, com a seguinte passagem «Genericamente, a nível global, quer a mortalidade infantil, quer a mortalidade infanto-juvenil, foram mais exigentes com os rapazes do que com as raparigas, notando-se deste modo, quocientes de mortalidade mais elevados para os elementos do sexo masculino», in *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro e Anexo (...)*, ob. cit., p. 212.

⁽²⁰³⁾ N. Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, 1680-1980*, ob. cit., pp. 217-219.

⁽²⁰⁴⁾ Fernando Miranda, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro e Anexo (...)*, ob. cit., pp. 211-213.

⁽²⁰⁵⁾ Michel W. Flinn, *El Sistema Demográfico Europeo (...)*, ob. cit., pp. 182-188.

infanto-juvenil ligeiramente superior a Alvito S. Pedro (314)⁽²⁰⁶⁾, mas mais singela que Poiães (409)⁽²⁰⁷⁾, para períodos relativamente próximos.

Também, à semelhança do verificado para a mortalidade infantil e sendo sempre difícil a identificação dos indivíduos solteiros ao óbito, a opção de uma abordagem do fenómeno para casados, maiores de 25 anos, confere maior fiabilidade ao estudo, uma vez que o casamento dificulta a mobilidade aos indivíduos, evitando-se, assim, o efeito perturbador gerado pela emigração⁽²¹⁰⁾.

3. Níveis de Mortalidade Adulta. Esperança de Vida

Abordaremos o estudo dos níveis de mortalidade adulta, a partir dos registos paroquiais, optando por uma abordagem do fenómeno numa perspectiva longitudinal, para um grupo de gerações nascidas entre 1680 a 1780, de casados ou que vieram a casar, maiores de 25 anos de idade⁽²⁰⁸⁾, excluindo-se, portanto, os solteiros⁽²⁰⁹⁾, e, tomando como fim de observação, o registo de óbito. Para quem não pôde contar com registos de óbito infantil e sendo sempre difícil a identificação dos indivíduos solteiros ao óbito, a opção de uma abordagem do fenómeno para casados, maiores de 25 anos, confere maior fiabilidade ao estudo, uma vez que o casamento dificulta a mobilidade aos indivíduos, evitando-se, assim, o efeito perturbador gerado pela emigração⁽²¹⁰⁾.

O enquadramento temporal prende-se, por um lado, com o início e fim da observação, e, por outro, com a pretensão de acompanharmos o ciclo vital do indivíduo pelo menos durante 85 anos, e não mais porque, além dessa idade, o número de indivíduos sobreviventes é muito reduzido.

A partir dos efectivos iniciais, em cada idade, no momento do óbito e considerando os emigrados e falecidos, pudemos calcular os quocientes de mortalidade e sobrevivência, assim como a esperança de vida, para os indivíduos casados maiores de 25 anos, para ambos os sexos, em cada idade exacta.

⁽²⁰⁶⁾ Fernando Miranda, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro (...)*, ob. cit., pp. 207-208.

⁽²⁰⁷⁾ Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiães (...)*, ob. cit., pp. 209-210.

⁽²⁰⁸⁾ Cf. Norberta Amorim, 1995, «Reconstituição de Paróquias e Análise Demográfica. Estudo Comparativo de Gerações Nascidas em duas Paróquias periféricas de Portugal entre 1680-1850», in *Actas do III Congresso da ADEH*, Edições Afrontamento, Vol. 1, p. 55.

⁽²⁰⁹⁾ Louis Henry refere assim: «uma parte dos adultos, ou seja, dos que pertencem às categorias de pouca mobilidade, para que a proporção dos óbitos que faltam seja fraca (...). Limitar-nos-emos, pois, ao estudo das pessoas casadas ou vivas», in *Técnicas de Análise Demográfica em Demografia Histórica*, ob. cit., p. 175.

⁽²¹⁰⁾ Cf. Norberta Amorim, *Reconstituição de Paróquias e Análise Demográfica. Estudo Comparativo de Gerações Nascidas em duas Paróquias periféricas de Portugal entre 1680-1850*, ob. cit., p. 55.

Quadro LXXVIII
Mortalidade Geral de Indivíduos Casados
(Gerações nascidas de 1680 a 1780)

Idades	Efectivos iniciais			Falecidos			Quociente de Mort. (por mil)			Sobreviventes			Esperança de Vida		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
25	142	178	320	0	0	0	0,00	0,00	0,00	1000	1000	1000	30,00	35,87	37,26
26	142	178	320	0	0	0	0,00	0,00	0,00	1000	1000	1000	36,00	34,87	36,26
27	142	178	320	0	2	2	0,00	11,24	6,26	1000	1000	1000	37,00	33,87	35,26
28	141	176	317	0	1	1	0,00	5,68	3,15	1000	980	994	36,00	33,25	34,48
29	141	175	316	1	2	3	7,09	5,71	6,33	1000	983	991	35,00	32,44	33,59
30	140	174	314	1	0	1	7,14	0,00	3,18	993	978	984	34,25	31,62	32,80
31	139	174	313	1	1	2	7,22	5,76	6,41	986	978	981	33,40	30,62	31,90
32	137	172	309	0	3	3	0,00	17,44	9,71	979	972	975	32,73	29,80	31,10
33	137	169	306	0	2	2	0,00	11,83	6,54	979	955	965	31,73	29,32	30,40
34	137	167	304	3	1	4	21,80	5,99	13,16	979	944	959	30,73	28,66	29,60
35	134	166	300	0	3	3	0,00	18,13	10,02	957	938	947	30,41	27,83	28,99
36	134	162	296	1	1	2	7,46	6,17	6,76	957	921	937	29,41	27,34	28,28
37	133	161	294	2	1	3	15,09	6,23	10,24	950	915	931	28,62	26,51	27,46
38	130	159	289	1	2	3	7,69	12,58	10,38	936	910	921	28,05	25,67	26,74
39	129	157	286	1	3	4	7,75	19,11	13,99	929	898	912	27,27	24,99	26,02
40	128	154	282	0	1	1	0,00	6,49	3,55	921	881	899	26,48	24,47	25,38
41	128	153	281	1	1	2	7,81	6,54	7,12	921	875	896	25,48	23,62	24,47
42	127	152	279	0	1	1	0,00	6,58	3,58	914	870	889	24,67	22,77	23,64
43	127	151	278	0	2	2	0,00	13,25	7,19	914	864	886	23,67	21,92	22,72
44	127	149	276	1	1	2	7,87	6,73	7,26	914	852	880	22,67	21,21	21,89
45	126	147	273	0	1	1	0,00	6,80	3,66	907	847	847	21,85	20,35	21,04
46	126	146	272	3	5	8	23,81	34,25	29,41	907	841	870	20,85	19,40	20,12
47	123	141	264	2	7	9	16,26	49,65	34,09	885	812	845	20,35	19,16	19,71
48	121	134	255	2	4	6	16,53	14,93	15,69	871	772	816	19,67	18,13	19,29
49	119	132	251	3	4	7	25,21	30,30	27,89	857	760	803	19,00	18,42	18,69
50	116	128	244	3	3	6	25,86	23,44	24,59	835	737	781	18,47	17,98	18,21

(Continua)

**Quadro LXXIII (cont.)
Mortalidade Geral de Indivíduos Casados**
(Gerações nascidas de 1680 a 1780)

Idades	Efectivos iniciais			Falecidos			Quociente de Mort. (por mil)			Sobreviventes			Esperança de Vida		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
51	113	125	238	0	2	2	0,00	16,00	8,40	813	720	761	17,95	17,40	17,66
52	113	123	236	1	2	3	8,85	16,26	12,71	813	708	755	16,95	16,67	16,81
53	112	121	233	4	4	8	35,71	33,06	34,33	806	697	745	16,10	15,94	16,02
54	108	117	225	4	5	9	37,04	42,74	40,00	777	674	730	15,68	15,47	15,57
55	104	112	216	3	2	5	28,85	17,86	23,15	749	645	691	15,26	15,13	15,19
56	101	110	211	1	1	2	9,90	9,09	9,48	727	634	675	14,70	14,40	14,54
57	100	109	209	3	3	6	40,00	45,87	43,06	720	628	669	13,84	13,53	13,68
58	96	104	200	3	5	8	23,53	49,02	46,67	691	599	640	13,40	13,15	13,27
59	93	102	195	8	5	13	86,02	49,02	66,67	669	587	624	12,81	12,40	12,60
60	80	89	169	3	3	6	31,25	19,23	25,00	601	522	561	12,40	12,02	12,46
61	83	94	177	3	5	8	36,14	53,19	45,20	598	541	566	12,27	11,58	11,80
62	83	97	182	2	3	5	37,50	22,47	29,59	576	513	541	11,71	10,99	11,33
63	80	87	167	0	0	0	64,94	0,00	30,49	554	501	525	11,15	10,24	10,66
64	72	87	159	1	4	5	13,89	45,38	31,45	518	501	509	10,89	9,24	9,98
65	71	83	154	3	4	7	42,25	48,19	45,45	511	478	493	10,04	8,66	9,29
66	68	79	147	4	3	7	58,82	37,97	47,62	490	455	470	9,46	8,07	8,71
67	64	76	140	4	3	7	62,50	105,26	85,71	461	438	448	9,02	7,37	8,12
68	60	68	128	2	7	9	33,33	102,94	70,31	432	392	410	8,58	7,18	7,84
69	58	61	119	6	5	11	103,45	81,97	92,44	418	351	381	7,86	6,94	7,39
70	52	56	108	2	6	8	38,46	107,14	74,07	374	323	346	7,71	6,52	7,09
71	50	50	100	5	5	10	100,00	100,00	100,00	360	288	288	7,00	6,24	6,62
72	45	45	90	8	8	16	22,22	177,78	100,00	324	259	288	6,72	5,88	6,30
73	44	37	81	2	2	4	113,64	54,05	86,42	317	213	259	5,86	5,04	5,46
74	39	35	74	7	5	12	179,49	142,86	162,16	281	202	237	5,55	5,36	5,46
75	32	30	62	2	8	10	187,50	66,67	129,03	230	173	198	5,66	5,17	5,42

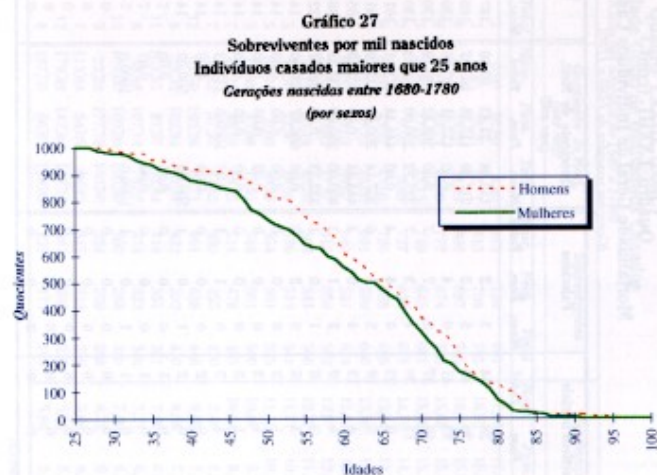
(Continua)

**Quadro LXXIII (cont.)
Mortalidade Geral de Indivíduos Casados**
(Gerações nascidas de 1680 a 1780)

Idades	Efectivos iniciais			Falecidos			Quociente de Mort. (por mil)			Sobreviventes			Esperança de Vida		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
76	25	23	48	3	5	8	115,38	86	117,43	69	69	173	5,83	4,50	5,15
77	23	14	37	5	4	9	217,39	173,51	193,23	187	166	353	5,54	3,81	4,62
78	18	18	36	4	4	8	0,00	173,91	97,96	130	130	260	5,94	3,24	4,43
79	81	81	162	4	4	8	0,00	368,42	186,19	130	109	239	4,94	2,82	3,85
80	81	81	162	4	4	8	222,22	222,22	250,00	130	69	199	3,94	3,17	3,63
81	81	81	162	4	4	8	444,44	444,44	444,44	130	62	192	3,03	3,06	3,50
82	61	61	122	4	4	8	357,14	171,43	200,00	101	101	202	3,03	3,03	3,50
83	61	61	122	4	4	8	444,44	444,44	444,44	95	95	190	3,28	4,00	3,50
84	61	61	122	4	4	8	800,00	250,00	333,33	96	96	192	4,50	3,00	3,83
85	61	61	122	4	4	8	333,33	333,33	333,33	22	22	44	6,17	2,83	4,50
86	61	61	122	4	4	8	696,67	696,67	696,67	41	41	82	8,00	1,83	4,30
87	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	2,00	2,00	2,00
88	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
89	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
90	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
91	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
92	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
93	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
94	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
95	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
96	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
97	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
98	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
99	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0
100	61	61	122	4	4	8	0,00	0,00	0,00	41	41	82	0	0	0

O cálculo dos quocientes permitiu-nos construir a tábua de mortalidade, um instrumento de análise que nos facilita a determinação da probabilidade de um indivíduo, pertencente às gerações em observação, sobreviver ou morrer entre duas idades exactas ⁽²¹¹⁾. A tábua de mortalidade «*abreviada*», que construímos, evidencia a experiência de vida das gerações nascidas entre 1680 e 1780, por mil nascimentos para todos os indivíduos casados que sobreviveram à idade exacta de 25 anos.

Com base na tábua de mortalidade procedemos à representação gráfica «*Sobreviventes por mil nascidos, indivíduos casados maiores que 25 anos*», para ambos os sexos, a qual nos apresenta uma maior sobrevivência das gerações sexo masculino do que das gerações femininas, para todas as idades acima dos 25 anos. Se nos fixarmos no comportamento do sexo feminino, notamos que os níveis de sobrevivência vão diminuindo gradualmente, uma vez completados os 30 anos de idade, até ao octogésimo aniversário.

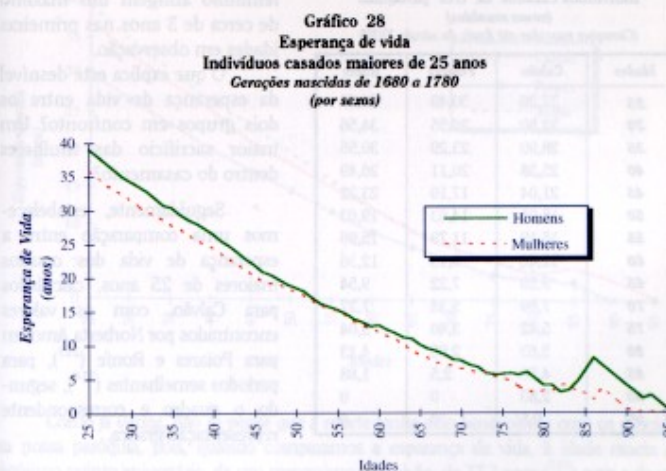


⁽²¹¹⁾ J. M. Nazareth, *Princípios e métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, ob. cit., pp. 209-215.

Se o afastamento feminino, em relação à curva delineada pela sobrevivência masculina nas idades procriativas, se justifica, em parte, pelos acidentes de parto, mais difícil se nos apresenta a explicação para as idades seguintes. Com efeito, são as mulheres as que se extinguem mais precocemente que os homens! Na verdade, é interessante verificar que os homens estiveram mais protegidos da morte, dentro do casamento, que as mulheres. Querera isto dizer que o homem beneficiou de melhores condições de vida que a mulher, sobrevivendo mais à morte?

Se compararmos esta tendência com a verificada nas paróquias de Poiaras, em Trás-os-Montes, e S. João, nos Açores ⁽²¹²⁾, detectamos uma perspectiva diferente de sobrevivência das mulheres casadas, nessas paróquias, com uma vida média acima da dos homens.

Observando, agora, a representação gráfica «*Esperança de vida, indivíduos casados maiores de 25 anos de idade*», verificamos que o número de anos que



⁽²¹²⁾ Norberta Amorim, *Reconstituição de Paróquias e Análise Demográfica. Estudo Comparativo de Gerações Nascidas em duas Paróquias perifericas de Portugal entre 1680-1850*, ob. cit., pp. 55-57.

esperavam viver as gerações nascidas entre 1680 e 1780, à idade exacta de 25 anos, era, ainda de 39 anos, para os homens, e de 35,9, para as mulheres.

Da sua leitura fica bem clara a desigualdade entre os comportamentos dos homens e das mulheres, com nítida superioridade para os primeiros. De facto, os homens capitalizavam uma maior esperança de vida do que as suas companheiras em quase todas as idades da sua trajectória de vida, pois, as mulheres evidenciam uma perspectiva de sobrevivência menos optimista que os seus cônjuges até por volta dos 45 anos. Nas idades seguintes, homens e mulheres, passam a contar com quocientes de sobrevivência sensivelmente semelhantes até cerca dos 60 anos. Nas idades mais idosas há mais homens que mulheres à espera da morte. Mas a esperança de vida nas idades mais avançadas é distorcida pelo reduzido

QUADRO LXXIV
Esperança de vida comparada
Indivíduos casados de três paróquias
(semos reunidos)
(Gerações nascidas até finais do século XVIII)

Idades	Calvão	Poiães	Ronfe
25	37,26	30,49	39,28
30	32,80	26,55	34,56
35	28,99	23,29	30,56
40	25,38	20,11	26,49
45	21,04	17,10	23,32
50	18,21	14,63	19,63
55	15,19	11,79	15,96
60	12,46	9,13	12,36
65	9,29	7,22	9,54
70	7,09	5,34	7,27
75	5,42	3,40	5,04
80	3,63	2,95	4,13
85	4,50	2,5	1,88
90	2,83	0	0
95	0,5	0	0

número de efectivos considerados nessas idades. As desigualdades entre o sexo masculino e feminino atingem um máximo de cerca de 3 anos nas primeiras idades em observação.

O que explica este desnível da esperança de vida entre os dois grupos em confronto? Um maior sacrifício das mulheres dentro do casamento?

Seguidamente, estabelecemos uma comparação entre a esperança de vida dos casados maiores de 25 anos, calculados para Calvão, com os valores encontrados por Norberta Amorim para Poiães e Ronfe ⁽²¹³⁾, para períodos semelhantes ⁽²¹⁴⁾, segundo o quadro e correspondente representação gráfica.

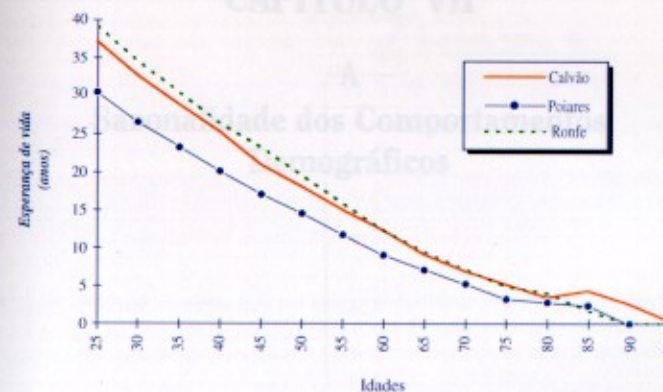
⁽²¹³⁾ Norberta Amorim, 1993, «As diferenças de comportamento demográfico no Antigo Regime - o caso de Ronfe (Guimarães) e Poiães (Freixo)», in *Revista de Guimarães*, Publicação da Sociedade Martins Sarmento, Vol. 103, pp. 45-63.

⁽²¹⁴⁾ No período de 1680-1780, para Calvão, e de 1700 a 1789, para Poiães e Ronfe.

Através da leitura do gráfico comparativo, sexos reunidos, notamos que a trajectória delineada pela esperança de vida dos casados ou viúvos de Calvão evoluiu aproximando-se da paróquia minhota e superiorizando-se à de Poiães.

O desnível mais pronunciado entre as trajectórias da esperança de vida verifica-se nas primeiras idades observadas, sendo inferior em cerca de 2 anos em relação a Ronfe e superior em 6,8 anos face a Poiães, diminuindo progressivamente até às idades mais avançadas. Sublinhe-se, no entanto, que nas idades mais idosas os residentes de Calvão têm uma perspectiva de vida mais favorável.

Gráfico 29
Esperança de vida comparada
Indivíduos casados de três paróquias
(semos reunidos)
(Gerações nascidas até finais do século XVIII)



Como já vimos, não se pense que a morte tenha sido benevolente com os nascidos na nossa paróquia, pois, quando comparamos a esperança de vida, à idade exacta do vigésimo quinto aniversário, de um paroquiano de Calvão, de 37,3 anos ⁽²¹⁵⁾ com a de um

⁽²¹⁵⁾ Valor correspondente aos «sexos reunidos», para as gerações nascidas entre 1680-1780.

insular de S. João ⁽²¹⁶⁾, do Sul do Pico, que podia esperar viver 43,2 anos, verificámos uma perspectiva de sobrevivência bem menos optimista, em cerca de 5,9 anos.

Como explicar uma esperança de vida mais desfavorável nas paróquias transmontanas? Não será de admitir que estes resultados poderão ser consequência das condições de vida e de uma alimentação pouco diversificada, bem como da rigorosidade do clima durante o Inverno, como antes já afirmámos?

Na esperança de vida nas aldeias transmontanas, a esperança de vida é sempre mais baixa do que na ilha de S. João. Mas a esperança de vida nas aldeias transmontanas é sempre mais baixa do que na ilha de S. João.

Exatidão: a esperança de vida é sempre mais baixa do que na ilha de S. João. Exatidão: a esperança de vida é sempre mais baixa do que na ilha de S. João.

Idade	Calvão	Póvoa	Roça
25	27,25	20,49	19,19
30	25,00	18,75	17,50
35	22,50	17,25	16,00
40	20,00	15,75	14,50
45	17,50	14,25	13,00
50	15,00	12,75	11,50
55	12,50	11,25	10,00
60	10,00	9,75	8,50
65	7,50	8,25	7,00
70	5,00	6,75	5,50
75	2,50	5,25	4,00
80	1,00	3,75	2,50
85	0,50	2,25	1,50
90	0,25	0,75	0,75

Exatidão: a esperança de vida é sempre mais baixa do que na ilha de S. João.

⁽²¹⁶⁾ Norberta Amorim, «Reconstituição de Paróquias e Análise Demográfica. Estudo Comparativo de Gerações Nascidas em duas Paróquias Periféricas de Portugal entre 1680-1850», ob. cit., pp. 56-58.

1. Repartição dos Nascimento Segundo os Meses

Tem particular interesse o estudo da repartição dos nascimentos pelos meses do ano, demonstrando nos as influências do clima, das feiras agrícolas ou das práticas religiosas.

Quadro 100
Repartição dos nascimentos segundo os meses

Ano	Mês do Nascimento												Total																																																																																																																																																																																																		
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.																																																																																																																																																																																																			
1770	10	12	15	18	20	22	25	28	30	32	35	38	40	42	45	48	50	55	60	65	70	75	80	85	90	95	100	105	110	115	120	125	130	135	140	145	150	155	160	165	170	175	180	185	190	195	200	205	210	215	220	225	230	235	240	245	250	255	260	265	270	275	280	285	290	295	300	305	310	315	320	325	330	335	340	345	350	355	360	365	370	375	380	385	390	395	400	405	410	415	420	425	430	435	440	445	450	455	460	465	470	475	480	485	490	495	500	505	510	515	520	525	530	535	540	545	550	555	560	565	570	575	580	585	590	595	600	605	610	615	620	625	630	635	640	645	650	655	660	665	670	675	680	685	690	695	700	705	710	715	720	725	730	735	740	745	750	755	760	765	770	775	780	785	790	795	800	805	810	815	820	825	830	835	840	845	850	855	860	865	870	875	880	885	890	895	900	905	910	915	920	925	930	935	940	945	950	955	960	965	970	975	980	985	990	995	1000

Na observação deste fenómeno tiveram em conta todos os nascimentos, que fazem legítimos os estatísticos, com excepção dos filhos baptizados, que agnoscem pelos meses do ano, por dois períodos com uma duração periódica de centenas de anos, resultando o quadro estatístico dos nascimentos segundo os meses, cuja evolução representamos no gráfico estatístico anexo do quadro seguinte.

Para a elaboração do respectivo quadro seguimos a metodologia proposta por Louis Henry, expressa no seu livro *Tratado de Análise em Demografia Histórica*, que tem a vantagem de permitir a comparação de meses de igual duração, de que se reporta ao número médio de nascimentos por dia.

⁽²¹⁷⁾ *Tratado de Análise em Demografia Histórica*, de Louis Henry, pp. 10-11. Tradução de António de Almeida, pp. 10-11.

... que cada mulher tem de viver 40,2 anos, verificamos que a expectativa de vida ao nascer é de 33,9 anos. ...

CAPÍTULO VII

A Sazonalidade dos Comportamentos Demográficos

1. Repartição dos Nascimentos Segundo os Meses

Tem particular interesse o estudo da repartição dos nascimentos pelos meses do ano, demonstrando-nos as influências do clima, das fainas agrícolas ou das prescrições religiosas.

QUADRO LXXV
Repartição dos nascimentos segundo os meses

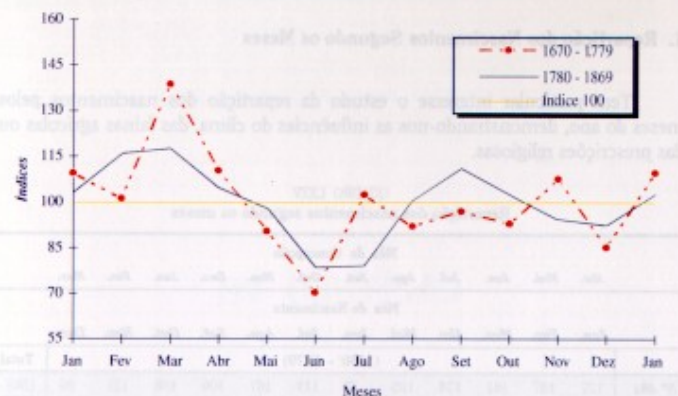
	Mês de Concepção												Total
	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	
	Mês de Nascimento												
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
	(1680 - 1779)												
Nº Abs	127	107	161	124	105	79	119	107	109	108	121	99	1366
Nº dia	4,10	3,79	5,19	4,13	3,39	2,63	3,84	3,45	3,63	3,48	4,03	3,19	44,87
Nº Prop.	110	101	139	111	91	70	103	92	97	93	108	85	1200
	(1780 - 1869)												
Nº Abs	191	196	218	188	182	141	147	187	200	190	170	172	2182
Nº dia	6,16	6,94	7,03	6,27	5,87	4,70	4,74	6,03	6,67	6,13	5,67	5,55	71,75
Nº Prop.	103	116	118	105	98	79	79	101	111	103	95	93	1200

Na observação deste fenómeno tivemos em conta todos os nascimentos, quer fossem legítimos ou naturais, com excepção dos filhos enjeitados, que agrupámos pelos meses do ano, por dois períodos com uma duração próxima da centena de anos, resultando o quadro «Repartição dos nascimentos segundo os meses», cuja evolução representamos no gráfico «Movimento sazonal dos nascimentos».

Para a elaboração do respectivo quadro seguimos a metodologia proposta por Louis Henry, expressa no seu livro *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, que tem a vantagem de permitir a comparação de meses de desigual duração, já que se reporta ao número médio de casamentos por dia ⁽²¹⁷⁾.

⁽²¹⁷⁾ Usou-se como divisor o número de dias do mês, mas no caso de Fevereiro, que tem 29 dias no ano bissexto, fixou-se em 28,25. Cf. *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, ob. cit., pp. 68-69.

Gráfico 30
Movimento Sazonal dos Nascimentos



De acordo com os dados do quadro e pela representação gráfica, notámos que o volume de nascimentos se adensa mais nos primeiros meses do ano, mormente no primeiro trimestre, correspondendo às concepções dos meses de Primavera: Abril, Maio e Junho. O mês em que se regista um volume mais reduzido de nascimentos é Junho, correspondendo às concepções de Setembro, tempo de colheitas. Nota-se, ainda, que, no segundo semestre do ano, as variações são menores, havendo, por conseguinte, uma maior regularidade dos índices de nascimentos.

Toma-se, ainda, possível distinguir claramente, através da leitura dos dados, uma maior oscilação do ritmo de nascimentos à medida que nos afastamos no tempo, o que nos poderá querer demonstrar a força dos laços que ligam o homem à natureza. Com efeito, presenciámos uma maior oscilação do fenómeno, no período de 1680 a 1779, em contraste com uma maior regularidade no de 1780 a 1869.

Comparando com maior atenção a evolução do fenómeno nos dois períodos, verificamos:

a) que as curvas do movimento sazonal não são concordantes, revelando-nos dissimilaridades de comportamentos entre os dois períodos;

b) que o mês modal de Março, no primeiro período, cede lugar ao mês de Setembro, no período dos séculos XVIII e XIX, ainda que com pouca vantagem, correspondendo às concepções de Dezembro, pese, no entanto, as prescrições religiosas do Advento, que parecem não ser muito respeitadas em Calvão;

c) no primeiro período verificamos uma quebra acentuada de nascimentos nos meses de Junho e Dezembro, correspondentes às concepções dos meses de Setembro, tempo de fainas agrícolas, e de Março, ocasião de penitência Quaresmal;

d) que, para o segundo período, é nos meses de Junho e Julho, seguidos de Dezembro, onde se registam os menores índices de nascimentos, levando-nos a concluir que o mês de Setembro, época de colheitas, e, por isso mesmo, de baixa concepção, no primeiro período, deu lugar, no segundo, a Outubro, outro mês também de fainas agrícolas;

e) finalmente, que as «sestas» do mês de Junho e as noites frias e longas de Dezembro proporcionaram maior convívio íntimo aos casais, dando os seus frutos em Março e Setembro, respectivamente, ao invés, dos meses de Agosto a Novembro que provocam uma atimia de nascimentos no Verão.

Em síntese, Julho, Agosto, Setembro e até Outubro eram meses fracos para a vida procriativa, dado os trabalhos agrícolas, a fadiga e a falta de tempo se sobreporem às necessidades mais íntimas dos casais. O mês de Março coincide com o «tempo proibido» e respectivas prescrições religiosas, o que poderá explicar a baixa de nascimentos em Dezembro. Contudo, ficam-nos por explicar os magros índices de nascimentos no mês de Agosto, especificamente no primeiro período, equivalentes às concepções de Novembro. Perante a baixa de nascimentos nos meses de Julho e Agosto, apesar de estarmos perante uma comunidade rural com um comportamento reprodutivo de «fecundidade natural», temos de perguntar: será que estas populações, porque cónscias de que estes dois meses são os de maiores trabalhos, não os teriam evitado como meses de nascimento? Não será de admitir uma certa abstinência sexual nos meses de Outubro e Novembro? Ou haverá outras razões como as fortes ligações do homem à natureza?

Fazendo uma comparação dos resultados encontrados com os obtidos por Norberta Amorim para as paróquias rurais de Póiares de 1701 a 1830⁽²¹⁸⁾, e de Guimarães, de 1650 a 1819⁽²¹⁹⁾, deparamos com uma notável semelhança, mormente com a primeira.

⁽²¹⁸⁾ S. Pedro de Póiares (...), ob. cit., pp. 380-381.

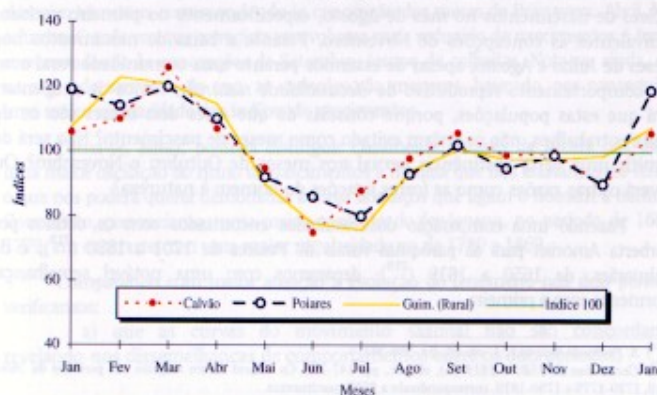
⁽²¹⁹⁾ Guimarães de 1650 a 1819 (...), ob. cit., pp. 147-155. Os valores dizem respeito aos períodos de 1650-1719, 1720-1779 e 1780-1819, correspondendo a 8210 nascimentos.

QUADRO LXXVI
A Sazonalidade dos Nascimentos
(em diversas paróquias rurais)

Paróquias	Meses do Ano											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Calvão	106	110	126	107	95	75	88	98	106	99	100	90
Poiães	119	114	120	110	92	86	80	93	102	95	99	90
Guim. (rural)	108	123	121	115	90	78	76	94	101	98	98	99

Da análise, verificamos um máximo nos primeiros meses do ano correspondentes à fogueira primaveril, e uma atimia de nascimentos nos meses do miolo do ano, Junho, Julho e Agosto, relativos às concepções de Setembro, Outubro e Novembro. Setembro é ainda um mês de grandes fainas agrícolas, em Trás-os-Montes. Em Outubro e Novembro, os trabalhos já «folgam» as costas destes aldeãos, e, por isso, a mãe natureza ter-se-á encarregado, a nosso ver, de adormecer o vigor procriativo destas populações.

Gráfico 31
A Sazonalidade dos Nascimentos
(em diversas paróquias rurais)



Constata-se, ainda, que os preceitos religiosos da Quaresma, influenciaram a baixa de nascimentos em Dezembro, mais marcada, todavia, nas paróquias transmontanas de Calvão e Poiães do que em Guimarães. As pequenas variações sazonais que possam existir dentro deste quadro, prendem-se essencialmente com a variação do ciclo das culturas agrícolas praticadas em cada região.

Com efeito, as prescrições religiosas, as fainas agrícolas e o meio físico são condicionantes a ter em conta na análise dos ritmos procriativos das sociedades do Antigo Regime.

2. Repartição dos Casamentos Segundo os Meses

A cerimónia do casamento, como rito de passagem do indivíduo, é concomitantemente um importante sacramento da igreja e também um relevante acontecimento social, nas comunidades rurais do Antigo Regime. Por isso, a sua marcação dependia, a nosso ver, da maior ou menor sujeição às prescrições religiosas, dos hábitos sociais e das exigências das fainas agrícolas de cada paróquia ou região ⁽²²⁰⁾.

A fim de analisarmos este comportamento, na paróquia de Calvão, ou seja, a realização dos casamentos ao longo dos meses do ano, seus ritmos e suas mudanças, calculámos, primeiramente, os valores proporcionais por quatro períodos, utilizando uma periodização próxima dos 50 anos, porém, a regularidade do fenómeno, nas suas linhas gerais, por um lado, e o reduzido movimento de enlances, por outro, aconselhou-nos a sua representação gráfica numa escala próxima da secular, de que resulta, também, uma melhor leitura.

Da análise comparativa ressalta, numa primeira leitura, que não houve grandes divergências entre os comportamentos de ambos os períodos, especialmente no primeiro semestre do ano. Contudo, em detalhe, podemos constatar que:

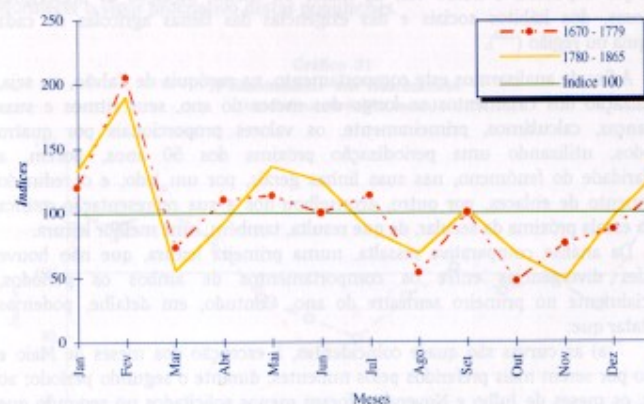
a) as curvas são quase coincidentes, à excepção dos meses de Maio e Junho por serem mais preferidos pelos nubentes, durante o segundo período; ao invés, os meses de Julho e Novembro foram menos solicitados no segundo que no primeiro;

⁽²²⁰⁾ Cf. Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico*, ob. cit., p. 81.

QUADRO LXXVII
 Repartição dos casamentos segundo os meses

	Meses do Ano												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
	(1680 - 1779)												
Nº Abs	36	56	22	32	34	29	34	16	29	14	22	26	350
Nº dia	1,16	1,98	0,71	1,07	1,10	0,97	1,10	0,52	0,97	0,45	0,73	0,84	11,59
Nº Prop.	120	205	73	110	114	100	114	53	100	47	76	87	1200
	(1780 - 1865)												
Nº Abs	43	56	18	29	44	39	28	22	32	22	15	31	379
Nº dia	1,39	1,98	0,58	0,97	1,42	1,30	0,90	0,71	1,07	0,71	0,59	1,09	12,53
Nº Prop.	133	190	56	93	136	125	87	68	102	68	48	96	1200

Gráfico 32
 Movimento sazonal dos casamentos



b) os meses de Janeiro e Fevereiro, acompanhados, no segundo período, pelos de Maio e Junho, foram aqueles em que se verificou um maior movimento de enlances, com realce para o mês de Fevereiro;

c) os valores mínimos da distribuição coincidem com o mês de Outubro, seguidos pelos de Agosto e Março, no primeiro período, e com os meses de Novembro e Março no segundo;

d) apesar do mês de Março corresponder a uma tradição de respeitar as prescrições do «tempo sagrado», que se prolonga por cerca de 47 dias, mesmo assim não acusa, o menor volume de enlances, cedendo-o a Outubro, no primeiro período, e a Novembro no segundo;

e) Dezembro, mês do Advento, também não foi para os noivos um período de penitência e espera, uma vez que se posiciona na subida, iniciada em Outubro ou Novembro, prosseguindo por Janeiro e Fevereiro.

Por conseguinte, constatamos que as prescrições religiosas, quer da Quaresma, quer do Advento, períodos em que os noivos não recebem na ocasião do enlace as bênçãos nupciais, não são as maiores condicionantes na escolha da data da cerimónia do casamento, tanto para o primeiro como para o segundo períodos, sendo preteridas pelo calendário dos trabalhos agrícolas.

Se distinguirmos o primeiro semestre do segundo, notamos que a distribuição se avoluma mais nos primeiros meses do ano do que durante os meses Julho a Dezembro, preferências que poderão estar relacionadas com as fainas agrícolas do Verão-Outono.

Sob a mesma perspectiva, é bem possível que a antecipação do casamento para Maio e Junho em detrimento de Julho, durante o século XIX, esteja relacionada com a alteração do calendário agrícola, principal actividade económica destas populações rurais. Ou encontraremos a explicação no esvaziamento dos celeiros? É que a «boda» deveria ser «rijas» e farta, tanto quanto o prestígio das famílias dos noivos o permitisse.

A preferência pelo mês de Fevereiro é muito marcada, e compreende-se pela aproximação da Quaresma, realizando-se neste mês cerca de três vezes mais enlances que em Março, Agosto, Outubro ou Novembro.

Assim, a relação entre o mês mais preferido, Fevereiro, e o menos escolhido, que é Outubro, durante o primeiro período, é de 4,4, enquanto que para o período que integra o século XIX, esta relação se situa nos 3,9, entre os valores observados em Fevereiro e Novembro.

Se compararmos este comportamento sazonal com os observados nas paróquias rurais do nordeste transmontano⁽²²¹⁾ de Alvito S. Pedro e Anexa⁽²²²⁾ e

⁽²²¹⁾ Os valores utilizados correspondem à média dos índices sazonais encontrados para as paróquias do nordeste transmontano: Cardanha, Rehordãos e S. Pedro de Poiares, «para os dois séculos que antecedem 1820», calculada por N. Amorim. Cf. *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico*, ob. cit., pp. 81-82.

de Guimarães (zona rural) ⁽²²³⁾, com base no quadro e na respectiva representação gráfica, ressalta, primeiramente, uma similitude na evolução do fenómeno, especificamente durante o primeiro semestre do ano, e uma maior variação de Julho a Dezembro.

QUADRO LXXVIII
A sazonalidade dos casamentos
(em diversas paróquias rurais)

Paróquias	Meses do Ano											
	Jan.	Feb.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Calvão	127	197	64	101	125	113	100	61	101	58	61	92
Transmontanas	126	172	91	111	131	98	64	68	83	75	78	104
Guim. (rural)	117	160	64	118	127	111	64	78	78	96	110	94
Alvito S. Pedro	137	168	69	126	161	90	51	93	68	54	95	90

Verificamos, no geral, uma atimia dos meses de Março e Agosto, em todas as paróquias, quer por antecipação para o mês de Julho, quer por adiamento para Setembro, como se observa nas paróquias do Nordeste Transmontano e também nas paróquias minhotas. Em contraponto, Calvão *«aguenta-se»* bem em Julho e sobe em Setembro. Por outro lado, afunda-se nos meses de Outubro e Novembro, tendência seguida pelas paróquias transmontanas, não obstante, estas manifestarem um menor abatimento.

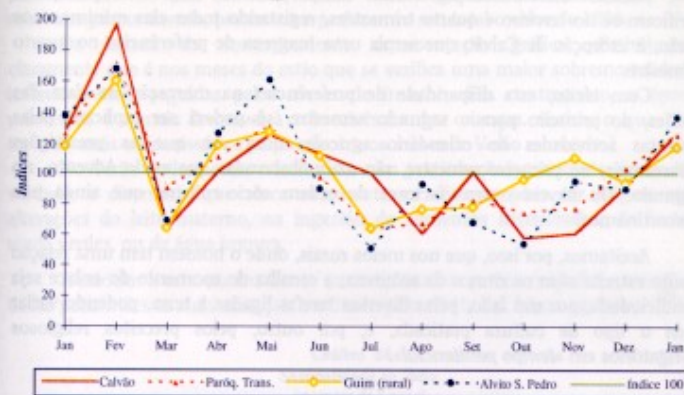
Por sua vez, as paróquias rurais do Baixo Minho iniciam em Setembro uma subida dos índices de matrimónios que vai até Novembro, preparando-se, desta feita, para respeitar as prescrições do Advento, em Dezembro, tendência não observada nas paróquias transmontanas e em Alvito S. Pedro e Anexa.

Assim, a questão que se nos coloca é de saber se o acatamento das práticas religiosas, variável mais universal, terá maior ou menor influência na volubilidade dos comportamentos que a diversidade das tarefas rurais (variável mais dinâmica e mais dependente da natureza).

⁽²²³⁾ Fernando Miranda, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa 1567-1989*, ob. cit., pp. 69-70. Os valores a comparar dizem respeito somente ao período de 1567-1849.

⁽²²³⁾ Índices trabalhados por Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819 - Estudo Demográfico*, ob. cit., p. 68.

Gráfico 33
A sazonalidade dos casamentos
(em diversas paróquias)



Em Calvão preferia-se notoriamente antecipar os casamentos para Fevereiro, a fim de fugir às interdições da Quaresma, enquanto que em Guimarães (zona rural), além de também seguirem essa tendência guardavam um valor considerável de matrimónios para o mês de Abril ou mesmo Maio, como se descobre em Alvito S. Pedro (Maio regista nesta última paróquia o segundo valor modal do ano). Nas paróquias do Nordeste Transmontano, a observância dos preceitos religiosos terá sido menos respeitada, dado que foram menos significativas as quebras dos meses de Março e de Dezembro.

Por isso as divergências dos comportamentos foram mais significativas nos meses de Verão e Outono, reflectindo possivelmente a prática de culturas agrícolas diferenciadas. Saliente-se, ainda, uma maior aproximação de comportamentos nos meses de Inverno e Primavera, sobretudo nos meses de Fevereiro, Janeiro e Maio, respectivamente, alargada ou não ao mês de Abril ou Junho.

Uma análise, ainda mais pormenorizada, por trimestres, permite-nos reforçar a mesma linha de pensamento, uma vez que se observa um maior peso dos índices de matrimónios nos dois primeiros trimestres do ano, não obstante,

serem perpassados pelas penitências do «tempus feriarum» da Quaresma, que empurrou os casamentos para Abril e Maio nas paróquias minhotas.

Maiores dissimilaridades destes comportamentos entre as paróquias, verificam-se no terceiro e quarto trimestres, registando todas elas mínimos nos Verão, à excepção de Calvão que arrola uma magreza de preferências no quarto trimestre.

Com efeito, esta disparidade de preferências na marcação da data das uniões, do primeiro para o segundo semestre, só poderá ser explicada pelas distintas actividades do calendário agrícola, uma vez que as prescrições Quaresmais, no primeiro semestre, são mais observadas que as do Advento, no segundo. Ou haverá outros factores de ordem sócio-cultural que ainda não descortinámos?

Aceitamos, por isso, que nos meios rurais, onde o homem tem uma relação muito estreita com os ritmos da natureza, a escolha do momento do enlace seja condicionada, por um lado, pelas diversas tarefas ligadas à terra, podendo variar com o tipo de cultura praticada, e, por outro, pelos preceitos religiosos obrigatórios em «tempo penitencial».

3. Sazonalidade dos Óbitos

3.1. - Sazonalidade ao Óbito dos Menores de Sete Anos

Para o estudo da sazonalidade dos menores de sete anos optámos, à semelhança do que fizemos para a outra análise do movimento menores de sete anos, por englobar todos os efectivos registados entre 1857 e 1866.

QUADRO LXXXIX
Sazonalidade ao óbito
(menores de 7 anos)

	Meses do Ano												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Nº Abs	9	14	4	5	3	3	15	23	25	13	15	13	142
Nº dia	0,29	0,50	0,13	0,17	0,10	0,10	0,48	0,74	0,83	0,42	0,50	0,42	4,68
Nº Prop.	74,5	127,2	33,1	42,8	24,8	25,7	124,2	190,4	213,8	107,6	128,3	107,6	1200

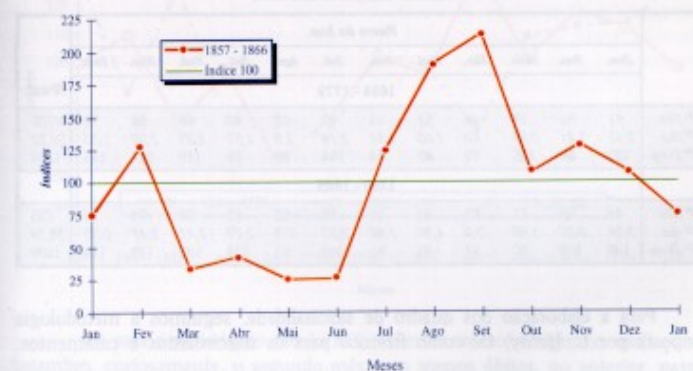
Para a elaboração do quadro seguimos também a metodologia que temos vindo a seguir, proposta por Louis Henry, dividindo-se os números observados pelo número de dias do mês, sendo estes seguidamente substituídos por números proporcionais, por forma a perfazer no seu total o valor de 1200.

Da leitura da correspondente representação gráfica, distingue-se claramente que é nos meses do estio que se verifica uma maior sobremortalidade infanto-juvenil, seguidas pelos meses de Inverno. Em contraponto, a época primaveril é a mais favorável à sobrevivência das crianças. Assim, o que terá tornado mais vulneráveis os pequeninos, nos meses de Verão e Inverno?

No Verão poderá estar relacionada com perturbações gastrointestinais. Na verdade, a disenteria que ataca mormente as crianças pode ter origem nas alterações do leite materno, na ingestão de alimentos deteriorados, de frutos ainda verdes, ou de água impura.

A associar a este quadro temos que adicionar os parcos cuidados e atenções dadas pelas mães às suas crianças, motivado pelo zénite das fainas agrícolas⁽²²⁴⁾.

Gráfico 34
Sazonalidade ao óbito
(menores de 7 anos)



(224) Cf. François Lebrun, *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, ob. cit., pp. 133-134.

Durante o Inverno a mortalidade infanto-juvenil terá mais a ver com as doenças do aparelho respiratório, associadas ou não a outros quadros patológicos, fruto da rigurosidade do clima e da fraca protecção contra o frio, como destaca Norberta Amorim ⁽²²⁵⁾ do modo seguinte: «os efeitos do clima, desfavorável são ampliados por uma série de factores intermédios tais como a habitação, o aquecimento, a maneira de proteger o recém-nascido e, em geral, os cuidados dados às crianças».

3.2. Sazonalidade ao Óbito dos Maiores de Sete Anos

Na certeza, porém, de que a morte não tem o mesmo ritmo de ataque, durante o ano, e que varia ao longo dos tempos, procedemos, no sentido de esclarecer melhor as nossas inquietações, à repartição dos óbitos pelos meses do ano, e por dois períodos de tendência secular ⁽²²⁶⁾, resultando o quadro «Repartição dos óbitos segundo os meses do ano».

QUADRO LXXX
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(Mortalidade maiores de sete anos)

	Meses do Ano												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
1684 - 1779													
Nº Abs	81	51	79	48	51	45	65	62	47	69	69	72	739
Nº dia	2,61	1,81	2,55	1,60	1,65	1,50	2,10	2,0	1,57	2,23	2,30	2,32	24,22
Nº Prop.	129	89	126	79	82	74	104	99	78	110	114	115	1200
1780 - 1865													
Nº Abs	64	64	51	60	42	50	66	62	83	66	74	73	755
Nº dia	2,06	2,27	1,65	2,0	1,35	1,67	2,13	2,0	2,77	2,13	2,47	2,35	19,39
Nº Prop.	100	109	90	97	65	81	103	97	134	103	119	114	1200

Para a elaboração dos quadro de sazonalidade, seguimos a metodologia proposta por L. Henry, tal como fizemos para os nascimentos e casamentos.

⁽²²⁵⁾ N. Amorim, *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 211.

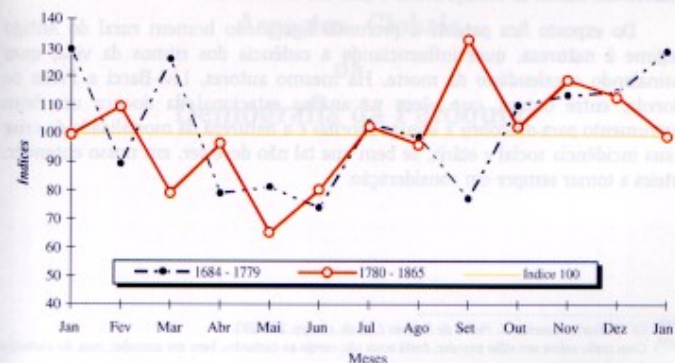
⁽²²⁶⁾ A partilha equilibrada do número de ocorrências, deste fenómeno biológico, aconselhou-nos ao seu tratamento, numa escala próxima da secular, dividindo-se a observação em dois períodos: de 1684 a 1779 e de 1780 a 1865.

Tivemos, ainda, em conta os anos de mortalidade anormal ou «*excepcionais*», excluindo-os desta contagem, dado que nos podiam alterar a análise ⁽²²⁷⁾. Procedemos, seguidamente, à representação gráfica dos valores proporcionais, pelos respectivos meses, tendo resultado o gráfico «*Movimento sazonal da mortalidade adulta*». Da sua análise ressalta que:

a) os meses de maior mortalidade, durante o primeiro período, são os de Janeiro e Março, logo seguidos pelos da estação do Outono, acompanhados à distancia pelo mês de Julho; porquanto esta repartição indica-nos, assim, uma mortalidade mais penalizadora no período Outono/Inverno, mormente no segundo período, com um pico modal logo em Setembro;

b) ao invés, os meses de menos mortalidade são os coincidentes com a Primavera, em ambos os períodos, quando o clima é mais temperado;

Gráfico 35
Movimento sazonal da mortalidade adulta



c) para o período do século XIX, o fenómeno sofre algumas oscilações: Setembro, curiosamente, o segundo mês com menos óbitos, no anterior, passa agora a ter a «*pole position*», com o maior volume de óbitos, à semelhança do que

⁽²²⁷⁾ Por essa razão não integramos os volume de óbitos atingidos nos anos, 1705, 1714, 1788, 1800 e 1809.

aconteceu nas paróquias transmontanas de Poiães, Cardanha e Rebordãos, sendo acompanhado por Outubro, Dezembro e Abril, ficando para trás os restantes meses de Inverno⁽²²⁸⁾.

Podemos concluir que a mortalidade normal é maior nos meses de Outono/Inverno, período frio e húmido, particularmente difícil para estas populações, frequentemente «achacadas» por infecções bronco-pulmonares.

A elevação dos valores da mortalidade em Abril e Setembro, coincidentes com o «reberntar e cair da folha», verificada no século XIX, encurtam o tempo favorável à vida no exterior⁽²²⁹⁾, que normalmente se estendia de Março a Outubro. Não nos deixamos de questionar sobre este prolongamento dos meses de Inverno, durante o primeiro período, mas não vislumbramos explicação alguma.

Comparando o comportamento sazonal de Calvão com Guimarães (zona rural)⁽²³⁰⁾, Alvito S. Pedro⁽²³¹⁾, ou com as outras paróquias transmontanas estudadas, verificamos que na generalidade existe entre elas um certo paralelismo, com máximos no Outono/Inverno e com uma baixa em Maio/Junho, embora em Calvão as variações não sejam tão acentuadas.

Do exposto fica patente a profunda ligação do homem rural do Antigo Regime à natureza, quer influenciando a cadência dos ritmos da vida, quer assinalando o calendário da morte. Há mesmo autores, Livi-Bacci e Pérez de Moreda, entre outros, que vêem na análise estacional da doença um bom instrumento para descobrir a «causa-mortis» e a natureza da mortalidade de crise e sua incidência social e etária, se bem que tal não deve ser, em nosso entender, esteira a tomar sempre em consideração.

⁽²²⁸⁾ Cf. Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiães* (...), ob. cit., pp. 202-203.

⁽²²⁹⁾ Com razão refere um rifeiro popular, desta zona «do cerejo ao castanho, bem me amanho; mas, do castanho ao cerejo mal me vejo».

⁽²³⁰⁾ Cf. Norberta Amorim, *Guimarães de 1580 a 1819* (...), ob. cit., pp. 318-324.

⁽²³¹⁾ Fernando Miranda, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro* (...), ob. cit., pp. 199-200.

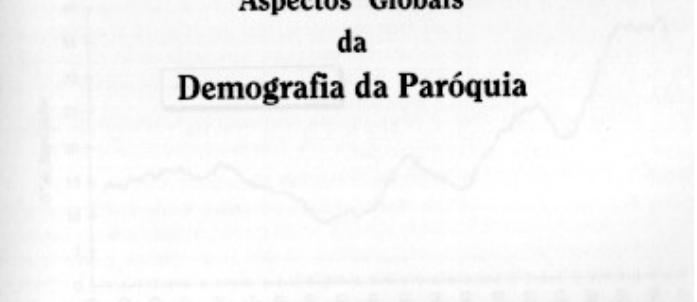
CAPÍTULO VIII

Aspectos Globais da

Demografia da Paróquia

1. Registos de Mortalidade

Este capítulo da sua evolução analisa sistematicamente o ritmo e a incidência da mortalidade por ano civil, como está representado no gráfico (Anexo 1) de 1670 a 1870. A linha resultante, para o conhecimento da mortalidade, como se de esperar, brota-se a uma nível relativamente estável, com um ligeiro aumento, por distúrbios sazonais, entre 1680 e 1700, de modo a atingir, durante, um período, que coincide com o...



a) uma linha estável de mortalidade até 1700 e um período de instabilidade de transição;
b) uma variação de 1670 a 1710 maior do que a de 1710 a 1870.

analisar os registos paroquiais de Pedro, António e Inácio, sendo acompanhado por António, Domingos e Abel. Depois para ir às pastas do Livro 1^o).

Preferiu explicar que a estabilidade normal é maior nos meses de Junho/Julho, quando há a maior participação dos pais, para estas paróquias, de preferência, que se vão ao baptismo.

A chegada dos filhos de baptizar nos Altos e Baixos, explicou-me que a maioria vai de Junho, quando se celebra a festa de Pedro e António, até ao mês de Maio, quando se celebra a festa de Inácio. Não me detive de analisar as variações de baptizados nos meses de Junho, Julho e Agosto, porque já não há mais registos para estes meses.

Comparando a evolução do número de Calvão com Calvão, foram registados 170, 160, 150, 140, 130, 120, 110, 100, 90, 80, 70, 60, 50, 40, 30, 20, 10, 0, 10, 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, 90, 100, 110, 120, 130, 140, 150, 160, 170, 180, 190, 200, 210, 220, 230, 240, 250, 260, 270, 280, 290, 300, 310, 320, 330, 340, 350, 360, 370, 380, 390, 400, 410, 420, 430, 440, 450, 460, 470, 480, 490, 500, 510, 520, 530, 540, 550, 560, 570, 580, 590, 600, 610, 620, 630, 640, 650, 660, 670, 680, 690, 700, 710, 720, 730, 740, 750, 760, 770, 780, 790, 800, 810, 820, 830, 840, 850, 860, 870, 880, 890, 900, 910, 920, 930, 940, 950, 960, 970, 980, 990, 1000.

Aspectos Globais da Demografia da Paróquia

[1] Cf. *Revista de História da Universidade Nova de Lisboa*, vol. 10, pp. 205-210.
 [2] *Os registos paroquiais de Calvão: um estudo de história local*, pp. 10-11.
 [3] *Revista de História da Universidade Nova de Lisboa*, vol. 10, pp. 205-210.
 [4] *Revista de História da Universidade Nova de Lisboa*, vol. 10, pp. 205-210.

1. Baptizados Registados

Para o estudo da sua evolução arrolamos primeiramente o número de baptizados da paróquia por ano civil, como está representado no gráfico «*Movimento de baptizados de 1680 a 1869*». A linha resultante, porque extremamente oscilante, como era de esperar, levou-nos a uma outra representação gráfica «*Movimento de baptizados, por décadas*» médias móveis de 9 anos, a qual nos permite uma melhor leitura das suas tendências evolutivas entre 1680 e 1869, de que se destacam, claramente, três períodos, que convém distinguir:

Gráfico 36
 Movimento de Baptizados
 (Médias móveis de 9 anos)



Fonte: *Livros de Baptismo de Calvão*

- a) uma ligeira subida de baptizados até 1710; é um período curto, mas de estabilidade do fenómeno;
- b) uma tendência de descida até meados do século XVIII;

c) esta tendência inverte-se após 1760, iniciando-se um longo período de crescimento paulatino, avolumando-se o número de baptizados, à medida que o fenómeno se aproxima do final da observação, entrecortado pelas hesitações dos finais do século XVIII e princípios do século XIX;

d) após uma quebra nos meados do segundo quartel de Oitocentos, o volume de baptizados eleva-se apressadamente até à última década observada.

Embora não estejamos suficientemente autorizados para interpretar e explicar a curva de baptizados, dado que não podemos relacionar esta variável demográfica com a mortalidade infantil, naturalmente importante⁽²³²⁾ para abalizar a sua evolução. Todavia, constatámos que o crescimento do número de baptizados, no primeiro período, é acompanhado pela tendência crescente no movimento de casamentos, ao passo que a tendência do movimento da mortalidade adulta se mantém de certo modo distanciada.

Ao longo dos 50 anos seguintes há um abatimento do movimento dos baptismos, no que é acompanhado pela tendência dos casamentos. A curva da mortalidade adulta quase se sobrepõe à dos baptismos. A partir do último quartel do século XVIII, a mortalidade adulta acalma-se, sinal de melhores tempos, sobressaindo, não obstante, e até com certa virulência em 1799-1800 e 1810, ao passo que os baptismos apresentam certa fogueira, a partir de então. O que terá estimulado esta vivacidade de nascimentos, após estas crises? Uma substituição e rejuvenescimento das estruturas populacionais?

1.1. Repartição dos baptizados segundo o sexo

Com base na repartição dos baptizados pelos sexos, chegámos ao índice de masculinidade ou relação de masculinidade. Segundo Louis Henry, o índice de masculinidade «é o número de homens por cada 100 mulheres»⁽²³³⁾. Embora este índice só seja aplicado, regra geral, a populações mais numerosas, para medir a qualidade dos dados, ele poderá também aplicar-se a uma paróquia rural transmontana, como esta de Calvão, numa época em que a mobilidade era mais reduzida.

⁽²³²⁾ Temos pena de não poder contar com os dados da mortalidade infantil até 1857, por falta de fontes, como já aludimos.

⁽²³³⁾ In, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, ob. cit., p. 21. Obtem-se dividindo, em cada idade, ou grupo de idades, os efectivos masculinos pelos femininos, multiplicando-se os resultados por 100.

Calculámos a relação de masculinidade ao baptismo, para períodos de 50 anos, à excepção do primeiro e do último que têm somente 20; se, no primeiro, o número de nascimentos é escasso, no último, o volume anual de baptizados não justificaria a sua integração no anterior. Chegámos assim ao quadro «Repartição dos baptizados segundo o sexo».

Considerando os dados do respectivo quadro é-nos possível constatar o seguinte:

a) que o valor médio do índice de masculinidade é de 103,5 para a totalidade do período considerado, traduzindo como nota dominante a já natural superioridade numérica ao nascer de rapazes sobre as raparigas;

b) que em período algum a relação de masculinidade é inferior a 100, e que só uma vez há uma igualdade entre o número de mulheres e homens;

c) que os valores máximos se encontram no último e no primeiro período respectivamente, empurrando o valor extremo inferior para a segunda metade do século XVIII.

Na verdade, a segunda metade do século XVIII demonstra bem a questão, pela qual se justifica a atenção dada à Relação de Masculinidade na compreensão de outros fenómenos demográficos. Por conseguinte, durante este período temos em média, ao baptismo, 100 rapazes para 100 meninas. Porém, esta igualdade depressa vira em desigualdade, agravando-se paulatinamente pela mortalidade infantil, mais penosa para o sexo masculino. Mais tarde acentua-se pela maior mobilidade dos homens, por questões de sobrevivência ou outras, tendo implicações no celibato definitivo do sexo feminino e, por consequência, no número de nascimentos.

A variação do fenómeno, com um abatimento no século XVIII, leva-nos à sua representação gráfica, por períodos decenais, permitindo-nos a sua leitura observar o ponto de partida de cada geração. Com efeito, este gráfico «Evolução

QUADRO LXXXI
Repartição dos baptizados segundo o sexo

Períodos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Índice Masc.
1680-1799	149	140	106,4
1700-1749	379	365	103,8
1750-1799	310	309	100,3
1800-1849	572	562	101,8
1850-1869	380	353	107,6
Totais	1790	1729	103,5

das relações de masculinidade» evidencia-nos, claramente, desvios importantes face à designada «*assimetria natural*» entre os sexos.

Gráfico 37
Evolução das Relações de Masculinidade
(1680 - 1869)



De facto, ressalta uma grande atimia no terceiro quartel de Setecentos. Refira-se, no entanto, que o índice de masculinidade, neste período, em Calvão, é fruto de uma forte quebra de baptismos masculinos, de 1750 a 1779, em que por 100 meninas baptizadas há apenas 70 rapazes. Esta quebra dos valores indiciários é escoltada pelas baixas da segunda década do século XVIII e da primeira de Oitocentos.

Se adicionarmos a este desequilíbrio, a mortalidade infantil e a emigração diferencial, resta-nos perguntar como se correlacionaram estas perturbações do fenómeno no evoluir das demais variáveis demográficas, mormente na segunda metade do século XVIII? Por conseguinte, e à semelhança do que acontece em Cardanha e Póiares⁽²³⁴⁾, Calvão acusa uma quebra do índice de masculinidade na segunda metade do século XVIII, mas não tão acentuada, recuperando nos períodos seguintes, até atingir o valor de 107,6, nas duas últimas décadas.

⁽²³⁴⁾ S. Pedro de Póiares e Sua População, ob. cit., p. 378.

2. O Movimento dos Casamentos

A celebração do casamento é um acto social de aceitação de um vínculo institucional, por um lado, e, também, por outro, um sacramento indissolúvel, para os católicos. Todavia, ele é, sem dúvida, ao abrir caminho à formação de um novo lar, o fundamento de um processo de reprodução das estruturas sociais, tendo em conta que é dentro da vida conjugal que se verifica a quase totalidade da vida reprodutiva. Se J. Meuvret, P. Chaunu e Le Roy Ladurie, entre outros, atribuem à mortalidade o factor decisivo do sistema demográfico das populações tradicionais, após os estudos de Hajnal e Dupâquier tal papel é atribuído à nupcialidade⁽²³⁵⁾. Por isso, se justifica, a nosso ver, a relevância dada à análise da evolução deste fenómeno, na longa duração.

2.1. Casamentos registados

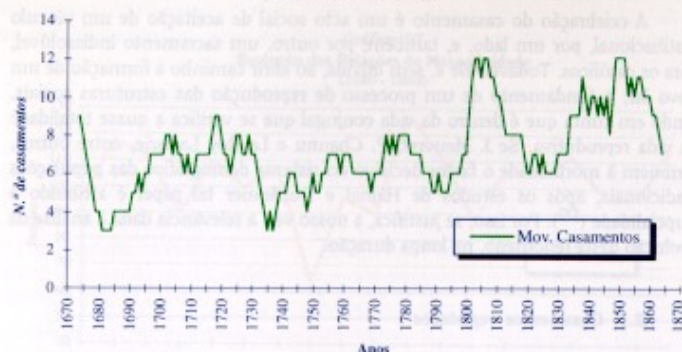
Como se pode observar a partir do gráfico «*Movimento de casamento de 1670-1865, média móvel de 9 anos*», o volume de casamentos foi pouco abundante ao longo deste longo período de cerca de 200 anos, como se observa pelo gráfico, atingindo um máximo anual de 11 actos, uma só vez. Ao invés, não são raros os anos em que não houve celebrações de matrimónios, ou em que se ficou tão-só por um. Sublinhe-se, porém, o hiato de 1735 a 1737, por não chegarem até nós os respectivos assentos de casamento. Todavia, o número de enlaces por nós apurados não corresponde, de facto, às uniões que nela desenvolveram o seu ciclo da vida procriativa, referindo-se tão somente aos matrimónios registados na freguesia.

Da análise da curva de casamentos, por médias móveis de 9 anos, detectam-se, para todo o período observado, diferentes ritmos de evolução que convém distinguir:

- um pequeno período marcado pelo crescimento do fenómeno, até finais do primeiro quartel de Setecentos;
- um período até finais do século XVIII, caracterizado por um abatimento estabilizado de uniões, com um afundamento na quarta década deste século;

⁽²³⁵⁾ Cf. Mário Leston Baraleta, *Demografia e Modernidade. Família e Transição em Portugal*, ob. cit., pp. 94-100.

Gráfico 38
Movimento de Casamentos
(Médias móveis de 9 anos)



Fonte: Livros de Baptismo de Calvão

c) ao invés, os casamentos aumentam a partir do início do século XIX, até final da observação, salvo as hesitações dos anos 20 e 30.

Analisando mais detalhadamente este comportamento, verificámos, que, na década de 80 e até finais de Seiscentos, houve uma quebra das uniões matrimoniais a contrapor-se aos valores registados no período seguinte, de cerca de vinte anos; finalizados estes, e até meados do século, nota-se uma tendência de baixa do volume de casamentos, com uma quebra mais acentuada por volta de 1750, que dura, pelo menos, um quarteirão de anos. Segue-se um tempo de viragem, onde termina um longo período de fraca expressividade do fenómeno, para dar lugar a uma tendência de crescimento que se vai acentuando à medida que nos aproximámos do fim da observação. É durante esta última tendência que notámos um sub-período de 1800 a 1819, de certa vigorosidade do fenómeno. Estas oscilações podem ser apreendidas numa outra perspectiva, se comparadas com a variável demográfica da mortalidade, durante os mesmos momentos. Assim, localizámos nos anos 1800 e 1809, duas crises de mortalidade, de certa brusquidão e intensidade. Com este aumento de mortalidade findaram, certamente, algumas uniões, lançando para o «mercado» matrimonial um importante número de viúvos e viúvas, prontos a refazerem novos lares e novas

famílias. Este fenómeno acarreta que a estrutura celibatária entre nesta dinâmica e se esvazie. Foram muitos os solteiros que vieram a casar, quando, em tempo normal, não encontrariam cônjuge. Também os jovens casais são arrastados por este movimento, acabando por casar mais cedo, por terem acesso à administração dos bens económicos, deixados pelas gerações mais velhas, possibilidade que não teriam em tempo normal. Com efeito, estas crises de mortalidade parecem ter apressado a substituição dos agregados domésticos, gerando não só um maior número de casamentos, como também um rejuvenescimento dessas células reprodutivas, aumentando, por conseguinte, a fecundidade dos casais.

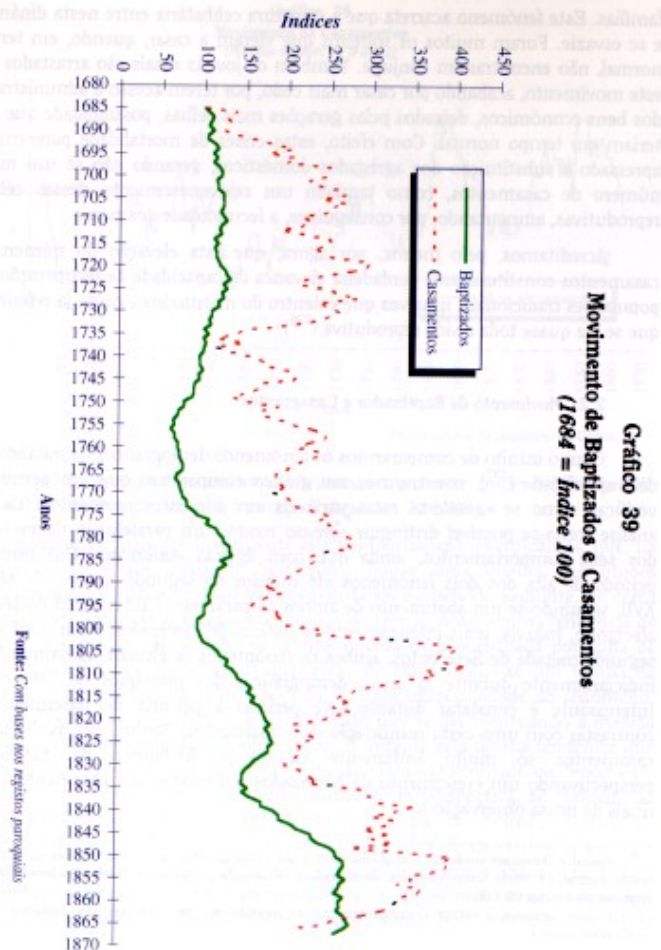
Acreditamos, pelo menos, por agora, que esta elevação do número de casamentos constituiu uma verdadeira alavanca da capacidade de recuperação das populações tradicionais, uma vez que é dentro do matrimónio, como já referimos, que se faz quase toda a vida reprodutiva⁽²³⁶⁾.

2.2. Movimento de Baptizados e Casamentos

Com o intuito de compararmos os fenómenos demográficos da natalidade e da nupcialidade⁽²³⁷⁾, construímos um gráfico comparativo que nos permitisse verificar como se «ajustam» estas variáveis em diferentes momentos. Da sua análise torna-se possível distinguir «*grasso modo*» um paralelismo na evolução dos seus comportamentos, ainda que com ligeiras «*nuances*». Um primeiro período de alta dos dois fenómenos até meados do segundo quartel do século XVII, seguindo-se um abatimento de ambos os parâmetros até meados do século, afectando, todavia, mais intensamente os índices de baptizados. Com o início da segunda metade de Setecentos, ambos os fenómenos se elevam, aproximando-se indiciariamente durante as crises demográficas dos princípios de Oitocentos. Interessante é constatar durante este período a penúria de nascimentos a contrastar com uma certa reanimação dos casamentos. Porém, este avolumar de casamentos só muito lentamente relança o fenómeno da natalidade, perspectivando um crescimento de baptizados em relação aos casamentos, para finais da nossa observação.

⁽²³⁶⁾ Hajnal e Dupâquier conferem à nupcialidade o papel auto-regulador das populações nas sociedades do Antigo Regime. Cf. Mário Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, ob. cit., pp. 91-107.

⁽²³⁷⁾ Fomos obrigados a excluir o comportamento da mortalidade, uma vez que não contamos com a mortalidade infantil.



Na primeira metade do século XVIII, a idade média ao primeiro casamento dos nubentes foi elevada, para ambos os sexos, sendo de 28,9 para os homens e de 28,2 anos para as mulheres. Se adicionarmos a este atraso à primonupcialidade a persistência de um elevado celibato definitivo, perspectiva-se um afrouxamento da fecundidade, durante o referido período.

Também a segunda metade de Setecentos se caracteriza, ainda, por um lento crescimento dos fenómenos, pois, não obstante a idade média ao casamento das gerações femininas, nascidas entre 1730 e finais do século, ter baixado para valores próximos dos 25 anos, só lentamente se relançou o volume de baptizados.

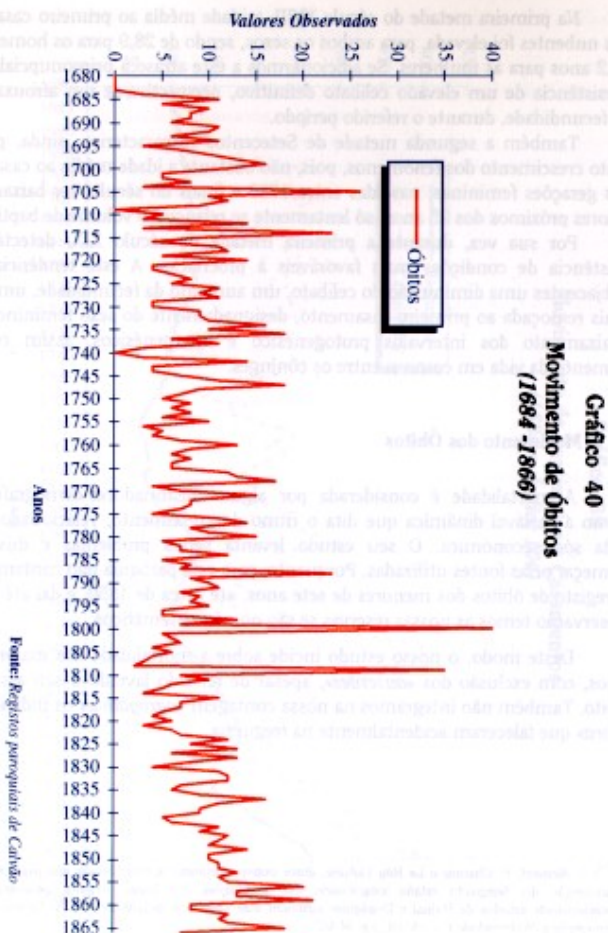
Por sua vez, durante a primeira metade do século XIX, detectámos a existência de condições mais favoráveis à procriação. A esta tendência estão subjacentes uma diminuição do celibato, um aumento da fecundidade, uma idade mais remochada ao primeiro casamento, designadamente do sexo feminino, e um abaixamento dos intervalos protogenésico e intergenésicos, assim como o aumento da vida em comum entre os cônjuges.

3. O Movimento dos Óbitos

A mortalidade é considerada por alguns historiadores-demógrafos⁽²³⁸⁾ como a variável dinâmica que dita o ritmo de crescimento, relacionado com a vida sócio-económica. O seu estudo levanta sérios problemas e dúvidas, a começar pelas fontes utilizadas. Porquanto, para esta paróquia não contámos com o registo de óbitos dos menores de sete anos, até cerca de 1850, e daí até final da observação temos as nossas reservas se são ou não sistemáticos.

Deste modo, o nosso estudo incide sobre a mortalidade dos maiores de 7 anos, com exclusão dos «ausentes», apesar de ter sido lavrado o seu assento de óbito. Também não integrámos na nossa contagem «agregativa» os indivíduos de «fora» que faleceram acidentalmente na freguesia.

⁽²³⁸⁾ J. Meuret, P. Chaurin e Le Roy Ladurie, entre outros, atribuem à mortalidade um papel reguladora manutenção do designado estado estacionário das populações do Antigo Regime Demográfico (...), posteriormente estudos de Hajnal e Dupâquier atribuem esse papel à nupcialidade. Cf. M. Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade (...)*, ob. cit., pp. 94-95.



Fonte: Registos paroquiais de Calvão

Porque o estudo deste tipo de fenómenos só tem sentido se forem analisados por períodos longos, detenhamo-nos, por isso, numa breve análise sobre a curva do movimento de óbitos, representada no gráfico «Evolução da mortalidade por anos civis, de 1680 a 1866». Desta feita, notámos um movimento de tendência regular, de que destacámos 5 períodos curtos, inferiores a meio século:

- a) o primeiro, do início de observação até meados da segunda década do século XVIII, caracteriza-se por uma tendência de ligeira subida;
- b) um segundo período de descida pouco acentuada até meados de Setecentos;
- c) de novo uma suave subida da mortalidade, até fins do século;
- d) o início do século XIX é marcado, desde logo, por um ano de crise demográfica, com um repique em 1809, apesar da tendência, de descida, por uma vintena de anos;



Fonte: Livros de óbito de Calvão

- e) após 1820, a mortalidade descreve uma trajetória ascendente, com um pico até final da observação.

Verificámos, deste modo, que estamos perante uma certa regularidade do comportamento da mortalidade, à excepção do início do século XIX e da última década da observação.

3.1. Mortalidade Segundo o Sexo

Com base numa contagem simples, apresentamos a evolução da Relação de Masculinidade no momento do óbito, por períodos decenais.

Como se constata pela análise evolutiva da mortalidade por sexos, verificamos que no conjunto morreram, na paróquia, 80 homens por cada 100 mulheres.

QUADRO LXXXII
Repartição dos óbitos segundo o sexo

Períodos	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Índice de Masc.
1682-89	22	22	100,0
1690-99	48	46	104,3
1700-09	37	61	60,7
1710-19	49	56	87,5
1720-29	47	44	106,8
1730-39	38	63	60,3
1740-49	23	55	41,8
1750-59	32	35	91,4
1760-69	45	62	72,6
1770-79	33	70	47,1
1780-89	40	62	64,5
1790-99	36	57	63,2
1800-09	65	49	132,7
1820-29	37	31	119,4
1820-29	32	53	60,4
1830-39	55	41	134,1
1840-49	41	58	70,7
1850-59	64	77	83,1
1860-66	39	41	95,1
Totais	783	983	79,7

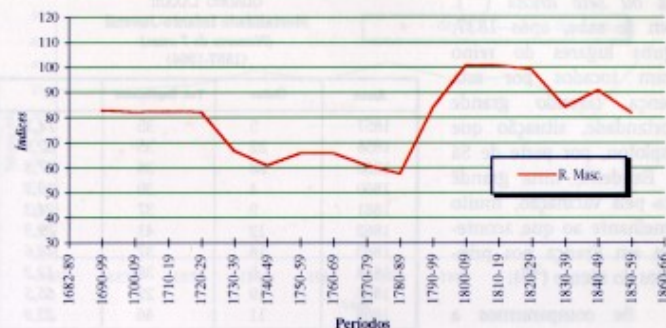
Se considerarmos a representação gráfica, que fizemos, notamos, em todos os períodos, uma sobremortalidade feminina, embora mais suavizada nos últimos períodos.

Perguntamo-nos o que estará na origem desta diferença? Pois, se por um lado o sexo masculino paga mais tributo à morte durante os primeiros de vida, muitas mulheres perdem a vida na hora do parto, contanto, sem fazer equilibrar «o rácio» entre os sexos. Será a mobilidade

o factor predominante deste desequilíbrio? Então, como se justifica que o índice de masculinidade aumente durante o século XIX, período de grandes «partidas»? Mas, como vimos, aquando da análise da mobilidade, o período de Oitocentos foi fraco para a emigração na nossa paróquia.

Se compararmos os índices de masculinidade ao óbito com a paróquia de Poiães, constatamos que tal comportamento não se assemelha, pelo menos para

Gráfico 42
Índice de masculinidade ao óbito
(médias móveis de 3 períodos)



Fonte: Livros de óbito de Calvão

o século XVIII, ao passo que se aproxima dos comportamentos das paróquias de Guimarães (zona rural) e de Alvito S. Pedro.

3.2. Mortalidade Infanto-Juvenil

Para o estudo da mortalidade Infanto-Juvenil, isto é, até aos sete anos de idade, possuímos somente um apertado volume de dados, atinentes a um curto período, de 1857 a 1866.

Com base nos dados arrolados, para o período considerado, construímos o quadro «Mortalidade infanto-juvenil», segundo o qual constatámos que a mortalidade, até aos 7 anos, se eleva particularmente nos anos seguintes, mormente nos anos de 1858, 1859, 1863 e 1865, estes dois com menor intensidade. O que estará na origem do castigo destas crianças, nestes anos?

Não era usual os párocos informarem da causa de morte das crianças, mas é de admitir que o desfalque tenha raiz num surto de varíola, ou doença das

bexigas, muito habituais na altura ⁽²³⁹⁾, podendo existir «no estado endêmico com brutais epidemias de seis ou sete anos» ⁽²⁴⁰⁾. Com se sabe, após 1837, alguns lugares do reino foram tocados por esta doença fazendo grande mortandade, situação que desplotou, por parte de Sá da Bandeira, uma grande luta pela vacinação, muito semelhante ao que acontecera em França nos princípios do século ⁽²⁴¹⁾.

Se compararmos a grandeza destes dados com o volume de baptizados observados para o período apreciado, como se apresenta no gráfico comparativo «Mortalidade infanto-juvenil e movimento de baptizados», notamos que à regularidade dos baptismos se contrapõe um movimento vacilante da mortalidade infanto-juvenil, aproximando-se em dois momentos pontuais, nos anos de 1859 e de 1865. Estaremos perante crises de mortalidade de menores de sete anos?

Se passarmos à mortalidade infanto-juvenil por sexos, segundo o respectivo quadro, observamos que ela fez mais «stragos» nas crianças do sexo feminino do que nas crianças do sexo masculino, ceifando 57 meninas e 76 rapazes.

Se nos fixarmos no índice de masculinidade ao óbito, para as gerações nascidas entre 1844 e 1866, verificamos que esta se situa abaixo da relação de masculinidade à nascença, de 105, para o período referido, quedando-se tão somente pelo índice de 75. O que explica esta tendência, se o normal é morrerem mais rapazes que raparigas, nos

QUADRO LXXXIII
Mortalidade Infanto-Juvenil
(Menores de 7 anos)
(1857-1866)

Anos	Óbitos	Tot. Baptizados	%
1857	5	35	14,3
1858	22	35	62,9
1859	28	36	77,8
1860	4	39	10,3
1861	9	37	24,3
1862	12	41	29,3
1863	18	37	48,6
1864	5	38	13,2
1865	19	29	65,5
1866	11	46	23,9
Totais	133	373	35,7

⁽²³⁹⁾ Cf. J. Veríssimo Serrão, 1978-90, *História de Portugal*, Editorial Verbo, Lisboa, Volume VIII, p. 337.

⁽²⁴⁰⁾ François Lebrun, *A vida Conyugal no Antigo Regime*, ob. cit., p. 134. Veja-se também Jean-Noël Biraben, «Epidemias na História da População», in Luíza Marçílio, *População e Sociedade. Evolução das Sociedades Pré-Industriais*, ob. cit., pp. 128-133.

⁽²⁴¹⁾ Cf. J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, ob. cit., Volume VIII, p. 337. Veja-se Também Maximiano de Lemos, 1992, *História da Medicina em Portugal*, reedição da Ordem dos Médicos / Publicações D. Quixote, Vol. II, 149.

Gráfico 43
Mortalidade Infanto-Juvenil e Movimento de Baptizados
(1857-1866)



primeiros anos de vida? Em Alvíto S. Pedro «os elementos do sexo masculino dos zero aos 7 anos, foram os mais visados pela morte» ⁽²⁴²⁾.

A queda do índice de masculinidade também é visível, entre 1845 e 1884, na paróquia açoriana de S. João ⁽²⁴³⁾, como reflexo de uma maior sobremortalidade masculina. Para S. Pedro de Poiães, Norberta Amorim refere: «Sabemos que a população masculina paga mais tributo à morte na primeira infância e, se os índices de masculinidade se abaixam, numa povoação de fraca mobilidade feminina, isso terá como consequência uma desproporção mais notória entre os óbitos masculinos femininos em indivíduos adultos» ⁽²⁴⁴⁾. Se o fenómeno, em Calvão, não é concordante na base, ele ajusta-se, pelo menos, no miolo e no topo dos grupos etários.

QUADRO LXXXIV
Mortalidade Infanto-Juvenil segundo o sexo

Período	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Índice de Masc.
1857-1866	57	76	75

⁽²⁴²⁾ Fernando Miranda, *Estudo Demográfico (...)*, ob. cit., p. 215.

⁽²⁴³⁾ Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (...)*, ob. cit., p. 267.

⁽²⁴⁴⁾ Norberta Amorim, *S. Pedro de Poiães e a sua População (...)*, ob. cit., p. 201.

Capítulo I - Estatísticas demográficas (1990-1992)

População residente habitando em áreas urbanizadas em 1990, segundo sexo e grau de escolaridade

Sexo	População residente habitando em áreas urbanizadas em 1990			
	Total		Grupos de Escolaridade	
	1990	1992	1990	1992
Homens	1.000	1.000	1.000	1.000
Mulheres	1.000	1.000	1.000	1.000
Total	2.000	2.000	2.000	2.000
Grupos de Escolaridade				
Alfabetado	1.000	1.000	1.000	1.000
Alfabetado e com escolaridade	1.000	1.000	1.000	1.000
Total	2.000	2.000	2.000	2.000

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico de 1990 e 1992.

Este capítulo apresenta as estatísticas demográficas de acordo com o sexo e o grau de escolaridade da população residente habitando em áreas urbanizadas em 1990 e 1992. Os dados são apresentados em tabelas e gráficos. O primeiro gráfico mostra a evolução da população residente habitando em áreas urbanizadas em 1990 e 1992, segundo o sexo. O segundo gráfico mostra a evolução da população residente habitando em áreas urbanizadas em 1990 e 1992, segundo o grau de escolaridade. Os dados são apresentados em tabelas e gráficos.

CAPÍTULO I

PARTE III

Atos dos Registros de Óbito
e
dos Testamentos

III PARTE III

CAPÍTULO I

Atitudes Perante a Morte

Através dos Registos de Óbito e dos Testamentos

Exemplos paradigmáticos no levantamento demográfico de Lisboa, através dos registos paroquiais, aproximadamente da existência de um ficheiro de testes de voluntários, de particular, um bom estado de conservação. Sencilhosos para a utilização deste tipo de fontes, para o estudo de vida socio-económica e das mentalidades das sociedades de antigo regime, abrangiam muitas e importantes as tarefas de sua cidade.

Os primeiros passos foram realizados, nos países de língua portuguesa, através da elaboração, não é de menor importância, a elaboração de um ficheiro de testes de voluntários, com o intuito de estabelecer um tipo de novo perfil.

Inicialmente, a parcerias com o Instituto de Estatística de Lisboa, através da elaboração de um ficheiro de testes de voluntários, com o intuito de estabelecer um tipo de novo perfil.

Este trabalho foi desenvolvido através da elaboração de um ficheiro de testes de voluntários, com o intuito de estabelecer um tipo de novo perfil.

A política de testar em Portugal, como refere Margarida Duarte, é muito antiga, não sendo a primeira de Lisboa, mas sim de Coimbra. Por conseguinte, encontramos aqui uma tradição muito antiga, que se prolonga até aos registos de óbito de 1864, no âmbito de uma observação.

A atitude de fazer testamentos, por parte das populações lusitanas, está ligada à ideia de que é necessário preparar-se para a morte. A ideia de testar ao longo da vida, é consequência de que a herança não era apenas, mas como se viu, era transmitida através de testamentos e, portanto, para se garantir a paz da família, evitar conflitos, pois não havia uma lei específica a reger. Não que não houvesse leis, mas sim, a ideia de que a herança não era apenas, mas como se viu, era transmitida através de testamentos e, portanto, para se garantir a paz da família, evitar conflitos, pois não havia uma lei específica a reger.

Enquanto procedíamos ao levantamento demográfico de Calvão, através dos registos paroquiais, apercebemo-nos da existência de um livro de cópias de testamentos, da paróquia, em bom estado de conservação. Sensibilizados para a importância deste tipo de fontes, para o estudo do vida sócio-económica e das mentalidades das sociedades do Antigo Regime, arregaçámos mangas e lançámo-nos na tarefa do seu estudo.

Os primeiros passos foram titubeantes, mas porque desistir às primeiras dificuldades, não é do nosso timbre, prosseguimos elaborando uma ficha de recolha de elementos (ver em apêndice), que fomos reformulando sempre que algo de novo surgia.

Inclinámo-nos, primeiramente, por analisar a atitude de testar, através dos registos de óbito, trabalho simples mas muito moroso. Depois, numa segunda etapa e após levantarmos 173 fichas de testamentos, assumimos a aproximação numa perspectiva de estudo dos comportamentos e da mentalidade religiosa das gentes de Calvão, no seu passado.

Esta abordagem representa tão-só a vontade de querer trazer à luz algumas das particularidades do código de valores e do sentimento espiritual destas populações, numa intenção de descobrirmos métodos e procedimentos que nos permitam formular novas hipóteses e novos problemas, sem a preocupação de tirar conclusões ou generalizações apressadas, porque cónscios de que estamos, ainda, no trilho de um processo de maturação científica que o tempo haverá de aperfeiçoar.

A prática de testar em Portugal, como refere Margarida Durães, é muito antiga, não sendo a freguesia de Calvão uma excepção. Por conseguinte, conhecemos logo essa intenção quando começámos a analisar os primeiros assentos de óbito de 1684, no início da nossa observação.

A atitude de fazer testamento, por parte das populações tradicionais, está ligada à ideia de que é necessário preparar «uma boa morte». A Igreja vai difundido no espírito dos seus fiéis o conceito de que o horrível não era morrer, mas como se morria. Era necessário morrer-se arrependido e preparado, para se ganhar o paraíso. Assim, «saber morrer» podia ilibar uma vida mundana e indigna. Pelo que cabia aos clérigos ensinar os seus fregueses a preparar uma

«boa morte», por meio de uma acção pastoral persistente e actuante, através da oratória, da criação de confrarias e irmandades, etc.. Devendo por todos os «meios» salvar a Alma dos seus fregueses, administrando-lhes os últimos sacramentos e «aconselhando-os» a fazerem os «bens d'Alma». Mas, se por quaisquer motivos, a família se esquecia de solicitar a presença do pároco, junto do moribundo, este fazia constar no assento de óbito, as razões por que não administrou os sacramentos, como a que transcrevemos, a título de exemplo: «Faleceu sem sacramentos por não terem chamado a tempo (...) e por esta omissão de não chamarem para se lhe administrarem os sacramentos condenei os herdeiros em quinhentos reis»⁽²⁴⁵⁾.

Na verdade, os testamentos são um bom testemunho da preocupação destas populações para aliviar as suas penas eternas, através dos seus bens materiais, após a sua morte. Nesse momento eram os clérigos a pedirem aos seus herdeiros a apresentação do documento testamentário, caso o houvesse, para o trasladarem fielmente e por inteiro⁽²⁴⁶⁾, em alguns casos, e, noutros, apenas no tocante ao «legado pio».

Contudo, alguns fregueses iam adiando a expressão das suas «últimas vontades» para os derradeiros momentos da sua vida, restando-lhe fazê-lo verbalmente «in extremis». Nestas situações, não era precisa a presença do tabelião, bastavam cinco testemunhas que transmitiam ao pároco o desejo do testador, que o mesmo sacerdote transcrevia, logo após o seu falecimento, no livro paroquial de testamentos.

Destas duas situações resultou um abundante volume de documentos testamentários, no fundo paroquial, semelhante aos que, seguidamente, pretendemos analisar, na segunda parte deste capítulo.

⁽²⁴⁵⁾ Assento de óbito de 16 de Julho de 1802, Livro n.º 9, fl. 47 v.

⁽²⁴⁶⁾ «Fez testamento o qual copiei verbum ad verbum em livro de testamentos», refere-se nos assentos de óbito dos finais do século XVIII e princípios do séc. XIX.

1. Testadores e Ab Intestados, pelos Registo de Óbito

«O único método válido para apreciar a representatividade real do acto de testar, é sem dúvida a confrontação com o fluxo da mortalidade»⁽²⁴⁷⁾.

(Michel Vovelle)

Começámos por levantar todos os assentos de óbito entre 1682 e 1866, num total de 1766 óbitos, dos quais 798 faleceram com testamento. Por conseguinte, 45,2% da população adulta desta freguesia preocupou-se em preparar uma «boa morte», segundo as novas orientações tridentinas.

Com base nos dados colhidos, elaborámos o gráfico comparativo «Óbitos e testadores, por anos civis, segundo os livros de óbito», onde se mostra a evolução dos comportamentos da mortalidade⁽²⁴⁸⁾ e do fluxo de testamentos, registados na paróquia⁽²⁴⁹⁾, evidenciando-se, ao longo da observação, uma tendência concordante entre si, que subdividimos «grosso modo» em dois períodos bem definidos:

- o primeiro até meados do século XVIII, em que se manifesta um crescimento paulatino de testadores;
- o segundo período, daqui até final da observação, em que os testamentos, segundo os assentos de óbito, acompanham numa proporção mais elevada o fenómeno da mortalidade, à excepção do período de 1800 a 1819, em que se regista uma quebra deste comportamento para valores muito próximos dos registados no primeiro período.

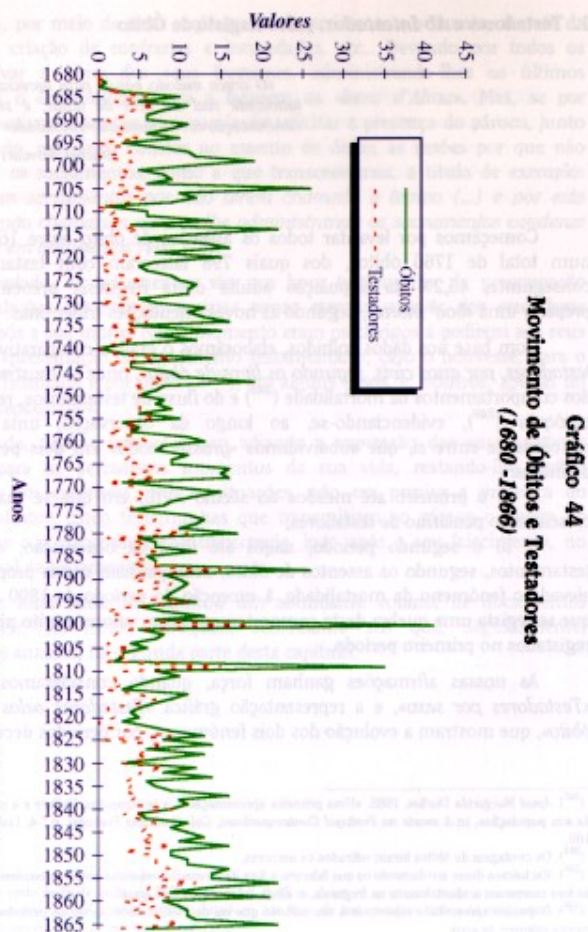
As nossas afirmações ganham força, quando consideramos o quadro «Testadores por sexo», e a representação gráfica «Testadores pelos registo de óbito», que mostram a evolução dos dois fenómenos, por períodos decenais⁽²⁵⁰⁾,

⁽²⁴⁷⁾ Apud Margarida Durães, 1985, «Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população», in *A morte no Portugal Contemporâneo*, Col. Conhecer Portugal, n.º 4, Lisboa, Quercos, p. 169.

⁽²⁴⁸⁾ Da contagem de óbitos foram retirados os menores.

⁽²⁴⁹⁾ Excluímos desse arrolamento os que faleceram fora da povoação, referidos como «ausentes», os que sendo de fora morreram acidentalmente na freguesia, e, ainda, os menores de 7 anos.

⁽²⁵⁰⁾ O quadro apresentado reporta-se a um período que vai de 1682 a 1866, tendo os períodos extremos um menor número de anos.



ressaltando a evolução dos seus comportamentos, bem como o perfil demográfico do testador.

Como se pode verificar, numa primeira exploração, o período modal de testadores situa-se na última década de observação, com 79 registos, correspondentes tão-só a 56% dos falecidos, ao passo que a maior percentagem obtida, de 67%, se localiza nos meados do século XVIII, apenas com 45 casos.

Em contraponto, as décadas que registam menor número de falecidos com testamento são as primeiras da série até finais do primeiro quartel de Setecentos, à excepção das décadas de 1700-09 e de 1810-19, com 32 e 31 casos, equivalentes a 33% e a 46%, respectivamente.

Todavia, registre-se que, dos dezanove períodos estudados, só num período a percentagem dos que fizeram testamento ultrapassa os 65%, e mais dois se posicionam na casa dos 60. Somente em oito casos se ultrapassa a percentagem de 50%, e os restantes valores percentuais distribuem-se pelas dezenas dos 40 (6) e dos 30 (3); um registo pela casa dos 20 e outro pela dos 10. Daqui se pode concluir que à variabilidade da atitude de testar se contrapõe uma certa regularidade dos óbitos.

Se nos fixarmos atentamente no gráfico «Testadores pelos registos de óbito, médias móveis de 3 períodos», distinguimos claramente duas tendências bem definidas:

QUADRO LXXXV
Testadores segundo o sexo
(Por Períodos)

Períodos	Sexos			Totais	
	Masculino	Feminino	Testadores	Óbitos	% Testad.
1682-89	13	12	25	44	57
1690-99	8	16	24	94	26
1700-09	13	19	32	98	33
1710-19	7	12	19	105	18
1720-29	12	15	27	91	30
1730-39	9	26	35	101	35
1740-49	15	29	44	78	56
1750-59	21	24	45	67	67
1760-69	15	33	48	116	41
1770-79	14	31	45	94	48
1780-89	25	37	62	102	61
1790-99	15	33	48	93	52
1800-09	28	22	50	114	44
1810-19	14	17	31	68	46
1820-29	11	29	40	85	47
1830-39	24	20	44	96	46
1840-49	22	37	59	99	60
1850-59	30	49	79	141	56
1860-66	16	25	41	80	51
Totais Obs	312	486	798	1766	45

a) uma, de abatimento profundo, que se prolonga até meados do segundo quartel do século XVIII;

b) a segunda, de alta continua, oscilando à volta do índice de 50, com quebras nas décadas de 1770 e de 1800 a 1820.



Questionamo-nos sobre a quebra do número de testadores nos últimos períodos mencionados, de 1800 a 1809 e de 1820 a 1829, coincidentes com uma alta do fluxo de mortalidade. O primeiro período integra duas crises demográficas, nos seus anos extremos: uma em 1800, provocada, certamente, por uma epidemia; e uma segunda, motivada pelas invasões francesas. No tocante à segunda década de 1810-19, as incertezas ainda são maiores, podendo-se, talvez, atribuir à fragilidade económica em que possivelmente viviam estas populações.

Na verdade, a atitude de testar não acompanha directamente o número de óbitos em períodos de crise demográfica⁽²⁵¹⁾. Desacelera pelo contrário, tal

⁽²⁵¹⁾ Michel Vovelle defende «que em tempo de crise há uma maior solicitação do testamentos», apud Margarida Durães, ob. cit., p. 171.

comportamento. Assunto que mereceria melhor atenção caso houvesse outros dados disponíveis no quadro da região transmontana.

Se confrontarmos, em termos globais, os valores de óbitos com o testamento, da paróquia de Calvão, com os encontrados por Norberta Amorim, para Poiães, povoação transmontana⁽²⁵²⁾ e Margarida Durães para Venade⁽²⁵³⁾, no Alto Minho, verificamos que a nossa paróquia apresenta percentagens que se situam muito aquém das atingidas por estas duas paróquias. Refira-se, no entanto, que Venade, até 1780, apresenta valores semelhantes ou até inferiores a estes de Calvão. Cabe, ainda, perguntar quem é mais sensível à feitura de testamento, como meio de ter «uma boa morte»? Os homens ou as mulheres? Os solteiros, os casados ou os viúvos?

Se regressarmos à análise do quadro «Testadores por sexo», verificamos que em 798 testadores, 312 são do sexo masculino e 486 são do feminino, equivalendo às percentagens de 39,1 e a 60,9%, respectivamente.

Da leitura da representação gráfica seguinte «Evolução da repartição dos testadores por sexo», constata-se facilmente uma maior percentagem de efectivos do sexo feminino que do masculino, em todos os períodos apresentados.

A que se deverá esta desigualdade de atitudes perante a morte? Se bem que a relação de masculinidade ao longo de toda a observação⁽²⁵⁴⁾ atinja o índice de 79,7, só parcialmente se poderá, a nosso ver, explicar a dualidade de comportamentos dos homens e das mulheres perante a atitude de testar. Porém, as explicações terão de ser também encontradas no campo do social e das mentalidades.

No tocante à repartição dos testadores, segundo o estado civil, constatamos, pelo pelo gráfico seguinte «Evolução da repartição dos testadores por estado civil», que é o grupo dos casados que se sobrepõe quase sempre aos outros dois: solteiros e viúvos.

⁽²⁵²⁾ Norberta Amorim refere para Poiães que «a percentagem de testadores se manteve próximo dos 80% até finais do século XVIII», valores nunca verificados em Calvão, in *Os Homens e a Morte na freguesia da Oliveira em Guimarães através dos seus Registos de Óbito (Séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, 1982, ob. cit., p. 10.

⁽²⁵³⁾ Margarida Durães refere para Venade que «a partir anos 80 [1780] as percentagens dos testamentos sobem, chegando mesmo a atingir os 87%, continuando o seu elevado índice durante os primeiros anos do século XIX», ob. cit., p. 10.

⁽²⁵⁴⁾ Calculámos a R.M. dos testadores para o período de 1782 a 1866; definida como número de óbitos masculinos por 100 óbitos femininos, ou seja, neste caso: $783 / 983 \times 100 = 79,7$.

Gráfico 46
Evolução da repartição dos testadores por sexo
(Médias móveis de 3 períodos)
(em percentagens)

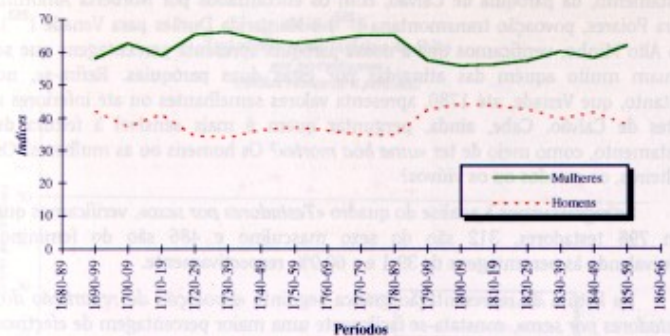
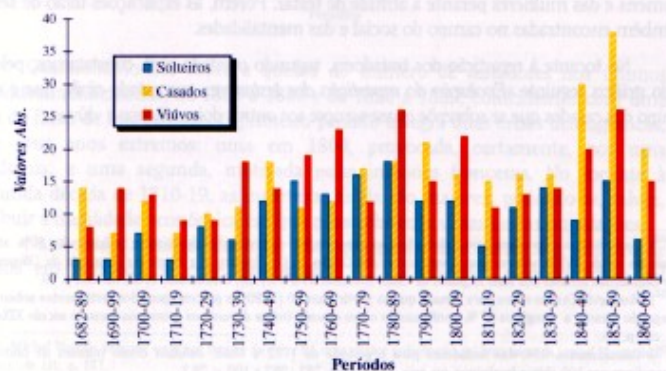


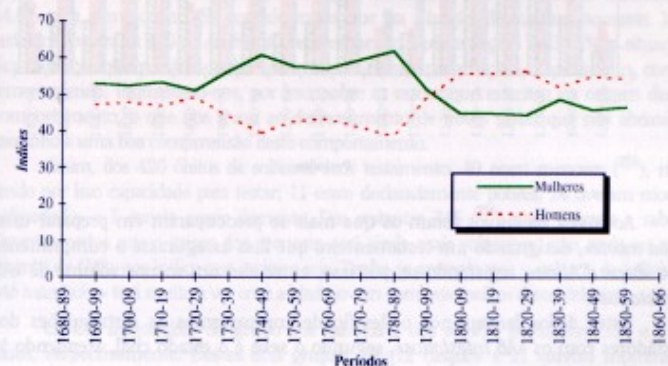
Gráfico 47
Evolução da repartição dos testadores por estado civil
(1682-1866)



Não são raras as vezes em que vemos os viúvos a ultrapassar o grupo dos casados, mormente até ao terceiro quartel de Setecentos, apesar de arrebatarem uma proporção semelhante de casos. Os que morreram na situação de solteiros são os que menos pensaram nestes «meios» de salvação, registando sempre valores inferiores aos demais grupos, à excepção das décadas dos meados do século XVIII, em que se eleva ao segundo lugar.

Aquando do levantamento dos assentos de óbito, para o período em observação, fomos comprovando que muitas pessoas tinham falecido sem terem feito testamento, morrendo «*Ab intestados*». Do agrupamento destes dados resultou a representação gráfica «*Ab intestados segundo o sexo*», de 1682 a 1866.

Gráfico 48
Evolução dos *Ab Intestados* segundo o sexo
(Médias móveis de 3 períodos)
(em percentagens)

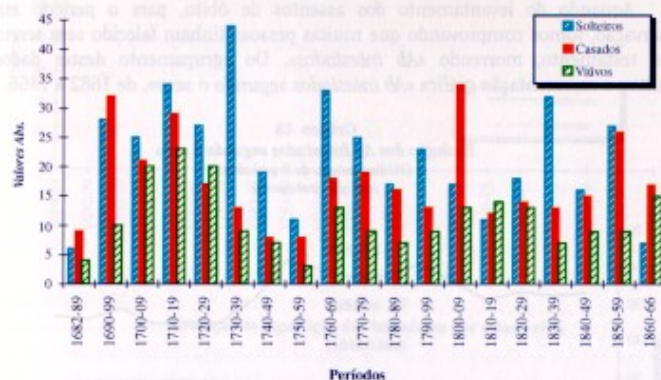


Constata-se, *grosso modo*, que até meados do século XVIII a percentagem dos «*Ab intestados*» é superior à dos períodos seguintes, descendo para valores próximos do 50 %, ou até inferiores.

Segundo a leitura do mesmo, ressalta, ainda, a tendência do sexo feminino em se sobrepor ao masculino, ainda que com menores diferenças e só até finais do século XVIII, a partir do qual é ultrapassada pela trajectória do «*Ab intestados*» masculinos.

Se nos fixarmos, agora, na representação gráfica «Evolução dos *Ab intestados segundo o estado civil*», sobressai o grupo dos solteiros, absorvendo a maior fatia, equivalente a 47,5% da totalidade dos que não fizeram testamento.

Gráfico 49
Evolução dos *Ab Intestados* segundo o estado civil



Ao invés, os viúvos foram os que mais se preocuparam em preparar uma «boa morte», designando um testamenteiro que lhes assegurasse o cumprimento dos «bens d'Alma», registando-se, por isso, entre eles um menor volume de «*Ab intestados*».

Estes dados lançam-nos o desafio de compararmos as distribuições dos testadores com os «*Ab intestados*», segundo o sexo e o estado civil, atendendo às respectivas estruturas populacionais.

Cotejando, pois, os resultados com o seu respectivo peso na estrutura populacional, para toda a análise, com base no quadro comparativo «*Testadores e Ab intestados segundo o sexo e o estado civil*», notamos claramente que é o sexo feminino e os casados que colhem uma maior proporção de casos nas respectivas estruturas, com 55,7% e 35,7%, respectivamente. Seguem-se os solteiros, com 34,4%, e os viúvos, com 29%, da totalidade.

QUADRO LXXXVI
Testadores e *Ab intestados*, segundo o sexo e estado civil
(1682-1866)

Situação	Sexo Masculino				Sexo Feminino				Total
	Solt	Cas.	Viu.	Total	Solt	Cas.	Viu.	Total	
Testadores	45	153	114	312	143	146	187	476	798
<i>Ab intestados</i>	213	165	93	471	207	169	121	497	968
Totais Obs	258	318	207	783	350	315	308	973	1766
%	14,6	18,0	11,7	44,3	19,8	17,8	18,0	55,7	100

Estamos, portanto, perante uma ligeira superioridade dos casados sobre as demais estruturas populacionais, na qualidade de «*Ab intestados*».

Também o grupo dos solteiros tem um peso muito relevante na distribuição populacional, obtendo, até, a maior percentagem de casos, de 19,8% para o sexo feminino e 14,6% para o masculino. Se considerarmos que na situação de solteiros somente 188 testaram, contra os 420 de «*Ab intestados*», perfazendo a percentagem de 30,1%, a situação fica clara: os solteiros são aqueles que menos se preocuparam com o testamento, como temos referido. Inquietamo-nos, por isso, sobre as razões que estariam na origem deste comportamento, o que nos levou ao desbravamento de novas pistas que nos abrissem caminho a uma boa compreensão deste comportamento.

Assim, dos 420 óbitos de solteiros sem testamento, 49 eram menores⁽²⁵⁵⁾, não tendo por isso capacidade para testar; 11 eram declaradamente pobres; 14 tiveram morte «*abreviada*» e 1 consta como demente. Dos restantes 345⁽²⁵⁶⁾ nada ficamos a saber. Estamos certos que o grupo dos menores será ainda mais volumoso, mas nada no seu assento de óbito nos indica que assim o seja. Tenha-se presente que o volume de solteiros «*Ab intestados*» terá muito a ver com a idade jovem com que muitos destes faleciam.

Os «*Ab intestados*» do grupo dos casados e dos viúvos, perfizeram 334 e 214 casos, respectivamente. Destes dois grupos, 23 (12 casados e 11 viúvos) morreram repentinamente; 11 (4 casados e 7 viúvos) não testaram «*por não ter bens suficientes para o bem de alma*» ou «*por ser pobre e não ter nada de seu*»⁽²⁵⁷⁾. Dos 514

⁽²⁵⁵⁾ Segundo as ordenações menores são «os impúberes, e todos púberes até aos 25 anos, mas também certos maiores, como os furiosos, mentecaptos, encarcerados, as viúvas e outras pessoas miseráveis, etc., que gozam do direito dos menores», Ord. liv. 3. tit. 11, cit. por Pascoal José Melo Freire, Sd, *Instituições de Direito Civil Português*, p. 139.

⁽²⁵⁶⁾ «Os aserentes», como já referimos foram excluídos da observação.

⁽²⁵⁷⁾ Expressões tiradas dos assentos de óbito que analisamos.

restantes, sabemos, graças às anotações dos párocos, ao lado do corpo dos assentos de óbito, que foram «*Satisfeitos os dois officios*» ou «*fescelhe os bens d'Alma conforme o uzo desta freguezia*», revelando outros registos que um bom número dos que não tinham o seu «*bem d'Alma*» assegurado pelos seus familiares, dispensando-se, assim, de fazerem testamento e de nomearem testamentário. De tal modo que, no início do século XVIII, aparece-nos ao lado do corpo dos assentos, incluindo nos dos «*Ab intestados*», anotações dos párocos, que referem: «*Estão consentados com pão e cera do ofertório de todo o ano e da oferta de 9 tostões*»⁽²⁵⁸⁾. Foi o caso, entre vários, de António Alves, viúvo de Cipriana Alves, falecido, sem testamento, em 12 de Agosto de 1803, «*com officio de catorze padres*», mandado fazer pelos seus filhos, Manuel e José.

As visitasões de 2 de Janeiro de 1726 e de 29 de Agosto do mesmo ano, reforçam a nossa opinião, na forma seguinte: «*o reverendo pároco (...) diga quem ficou herdeiro, tanto nos Ab intestados e nos com testamento*»⁽²⁵⁹⁾. Reiterando a mesma postura, o Visitador Sousa refere: «*não declarou nos assentos os herdeiros dos Ab intestados (...) que se lhe mandou*»⁽²⁶⁰⁾, recomendando-lhe que o fizesse. «*As visitasões*» eram feitas com certa regularidade e velavam pelo controlo e eficiência de tal prática, ficando bem clara esta orientação, pela seguinte passagem: «*Visto em visitaçom, o R.º Paracho escreva as formas dos testamentos e todos os legados pios para a todo tempo constar, no caso que se perda o testamento ou peressa por culpa dos erdeiros, Calvão 23 de Outubro de 1715*», assinada pelo visitador Moura.

Por conseguinte, «*a acção testamentária passou a ser feita com tanto zelo e cuidado que, já no início do século XVIII, o rei teve de intervir, mandando uma carta a todas as autoridades Eclesiásticas do Reino para que se pusesse fim às demasiadas exigências*»⁽²⁶¹⁾. Também o Marquês de Pombal pretendeu por cobro ao enriquecimento do Clero, com a lei de 3 de Setembro de 1769 que rezava assim: «*que ninguém possa dispor a título de legado pios, (...) de mais do que da terça parte da terça dos seus bens*»⁽²⁶²⁾ para obstar «*serem as almas do outro mundo senhoras de todos os prédios d'este reino*».

⁽²⁵⁸⁾ Os chamados direitos de Cabeceira, segundo informação colhida dos assentos de óbito, impunham que a família desse de «oferta» ao pároco, por ocasião do óbito de um familiar, 12 alqueires de centeio, «ceras do ano» e dinheiro. Se atendermos que tal quantidade de pão daria para alimentar uma família de 5 pessoas, durante dois meses, poderemos fazer uma ideia dos encargos que um agregado familiar tinha com um falecimento de um seu membro.

⁽²⁵⁹⁾ Livro de óbitos 13, fl. 46v (Visitador Bento). Arq. Distrital de Vila Real.

⁽²⁶⁰⁾ Idem, fls 47 e 47v.

⁽²⁶¹⁾ Apud Margarida Durães, ob. cit., p. 166.

⁽²⁶²⁾ Apud Margarida Durães e Ana Maria Rodrigues, *Família Igreja e Estado*, AE, p. 824.

2. A Importância dos Testamentos como Fonte Histórica

«*Cada época fabrica mentalmente o seu universo. Fabrica-o não apenas com todos os materiais de que dispõe, todos os factos (verdadeiros ou falsos) de que é herdeira ou que adquiriu. Fabrica-os com os seus próprios meios, o seu engenho específico, as suas qualidades, os seus dotes e interrogações, tudo o que a distingue das épocas precedentes. Paralelamente, cada época fabrica, mentalmente, a sua representação do passado histórico*»⁽²⁶³⁾.

(Lucien Febvre)

A História Nova, com efeito, alargou o campo do documento histórico, permitindo-lhe renovar e dilatar os limites do seu objecto de estudo, situando-o, como refere Philippe Ariès, nas fronteiras do biológico e do mental, da natureza e da cultura, o que suscitou um interesse pelas investigações de temas como a família, a educação, o sexo e a morte.

Se os testamentos têm um lugar invejável no domínio da história social de longa duração, como refere Michel Vovelle, «*hoje já ninguém contesta o seu valor e a sua importância para a história das mentalidades e para a história social*»⁽²⁶⁴⁾. Os testamentos poderão, ainda, dar-nos dados económicos e demográficos de extrema valia, como, por exemplo, acerca da mobilidade, da emigração, do casamento, do celibato definitivo, do grupo doméstico, da estrutura da propriedade, etc.

A família eximia-se, por vezes, de apresentar o testamento para não ficar sujeita ao pagamento dos «*bens d'Alma*» do seu parente. É o que parece dizer o assento de óbito de António Pires, de 5 de Outubro de 1767, onde consta o seguinte: «*há dúvida se les testamento por hora não aparece pellas diligencias que se tem feito*»⁽²⁶⁵⁾. Como não consta copiado, parece-nos que não apareceu mesmo!

Apesar desta presumível prática, os clérigos não deixavam cair em «*saco roto*» as promessas feitas pelos seus fregueses, já defuntos, a deprender da actuação do pároco Gregório Domingues, em 5 termos datados de Abril de 1736,

⁽²⁶³⁾ Lucien Febvre, 1979, *Le problème de l'incorpore au XVII siècle, la religion de Robalais*, Paris, Albin Michel, pp. 1-2.

⁽²⁶⁴⁾ Margarida Durães, «Uma primeira aproximação aos testamentos: Verade e a prática de testar da sua população», in *A Morte no Portugal Contemporâneo*, ob. cit., p. 163.

⁽²⁶⁵⁾ Livro de óbitos, nº 19, fl. 29v.

onde se lê: «Por me constar não terem feito os bens da Alma de (...) do lugar de Castelões desta freguesia de Santa M^ã de Calvão e ter fallecido já passados vinte annos, obriguei seus herdeiros a que lhe fizessem os uzos e costumes desta igreja, o que fizeram e para constar (...)»⁽²⁶⁶⁾.

Tomámos um conjunto de cópias de testamentos, no tocante às «disposições pias»⁽²⁶⁷⁾, de cento e setenta e três traslados, repartidos por dois períodos: um primeiro, o mais importante e mais lato, de 1747 a 1784, onde se situa o grosso da nossa análise; e um segundo período subsidiário, de apenas dez anos, com apenas 24 transcrições, menos elaboradas que as anteriores, mas que nos poderão dar indicadores comparativos, uma vez que se situam já no período da *Regeneração*. Serviu-nos de base um questionário⁽²⁶⁸⁾, previamente elaborado, que fomos preenchendo, socorrendo-nos, seguidamente, dos meios informáticos, a fim de tratarmos a informação com o recurso aos métodos estatísticos, dado que, só no conjunto o número nos pode falar, visto que *«um só não nos diz nada»*.

Dentro do grupo dos que morreram com testamento, no primeiro período de 1747 a 1784, num total de 174 referenciados nos assentos de óbito, apenas conhecemos a transcrição de 149, embora o pároco tenha referido que «fez testamento». Todavia não conseguimos identificar o óbito correspondente a 8 testamentos, não obstante toda a nossa atenção. No tocante ao segundo período, de 1849 a 1859, dos 79 óbitos com testamento, tão-só 22 foram reproduzidos no respectivo livro. Também não encontramos os óbitos correspondentes a 2 testadores; todos os restantes têm as disposições do «Pto» escritas no assento de óbito⁽²⁶⁹⁾.

Começámos o nosso trabalho de análise sistemática pela frequência no momento em que foi realizada a «marada», por anos civis, para o primeiro período, em confrontação com o fluxo de mortalidade ocorrida nesse período, a fim de melhor podermos «agarrar» as circunstâncias e os sentimentos que envolveram o testador.

Da leitura do gráfico, verificamos que o comportamento não é regular, havendo anos especiais em que o fenómeno se eleva, podendo variar com consequência directa dos óbitos, por um lado, e, com os períodos de crise social, económica e espiritual, por outro.

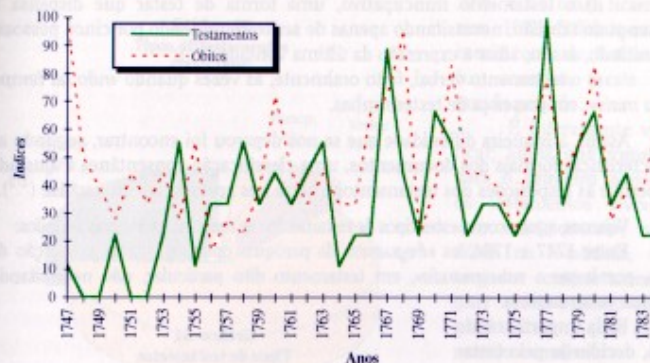
⁽²⁶⁶⁾ Livro de óbitos, nº 13, fls 63 e 63v.

⁽²⁶⁷⁾ Vinte e três são transcrições de testamentos verbais.

⁽²⁶⁸⁾ Ver apêndice.

⁽²⁶⁹⁾ O Pároco Encomendado José António Barros e o Reitor José Lopes de Feitas recuperaram o uso de lavrar as disposições do legado pio conjuntamente com o assento de óbito, prática, já nossa conhecida durante no primeiro quartel do século XVIII.

Gráfico 50
Relação indiciaria dos testamentos e dos óbitos
(1747-1784)



Este período, em análise, não integra crise alguma de mortalidade, ou considerada como tal, ainda que a atitude de testar pareça acompanhar o fenómeno, designadamente na sua última fase. Confirmar-se-á a tendência descrita por Michel Vovelle, de que em tempo de crise há uma maior corrida ao testamento⁽²⁷⁰⁾?

Quando comparamos a proporção de testamentos com o volume de óbitos, para o segundo período, constatamos que esta se queda a 17%, face ao primeiro período, com tão-só 19,3%! Consequências, provavelmente, do liberalismo. Desta panóplia de testamentos, encontramos cinco tipos de «últimas vontades», que estavam classificadas da seguinte forma:

a) o testamento «fichados», quando o outorgante lavra pelo seu punho, ou dita a sua última vontade a um familiar, ou vizinho, entregando, posteriormente, ao tabelião, com o expresso desejo de que não seja publicado até ao dia da sua morte. O tabelião abre e cerra o documento utilizando muitas vezes o lacre;

b) o testamento público, feito pelo tabelião, normalmente no seu cartório, perante testemunhas;

⁽²⁷⁰⁾ Cf. Margarida Durães, *Uma aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população*, ob. cit., p. 171.

c) o testamento particular, lavrado por um particular ou pelo tabelião, em casa do interessado ou de vizinhos, na presença de testemunhas;

d) o testamento nuncupativo, uma forma de testar que dispensa a presença do tabelião, necessitando apenas de ser testemunhado por cinco pessoas, permitindo, assim, adiar a expressão da última vontade ⁽²⁷¹⁾;

e) o testamento verbal, feito oralmente, às vezes quando «*não há tempo para mais*», em presença de testemunhas.

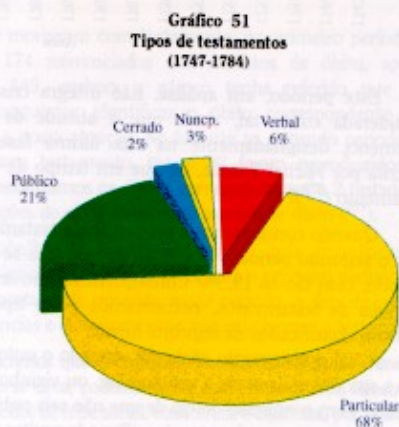
Assim, a primeira dificuldade que se nos deparou foi encontrar, segundo as características formais dos documentos, uma classificação consentânea e ajustada ao perfil e às disposições dos testamentos que se nos apresentam em análise ⁽²⁷²⁾.

Vejamos, agora, como estes tipos de testamentos se repartem pelos dois períodos:

Entre 1747 e 1784, os «*fregueses*» da paróquia optaram, numa proporção de 68%, por lavrar a sua «*manda*», em testamento dito particular, não necessitando deslocar-se ao cartório.

Fatia importante, de 21%, decidiu-se pelo testamento público. Uma pequena percentagem de 2% refere que «*fêz testamento fichado*», embora, pela sua análise, se nos afigure que não possuam as «*solemnidades*» a que deveriam obedecer. Somente 9% da totalidade fizeram as suas últimas vontades vocalmente, sob a forma nuncupativa e verbal.

Se nos fixarmos no período de 1850 a 1859, verificamos que as tendências se mantêm, com



⁽²⁷¹⁾ Cf. Margarida Durães e Ana Maria Rodrigues, *Família, Igreja e Estado*, ob. cit., p. 827, em nota de rodapé, nº 37.

⁽²⁷²⁾ Cf. M. Durães, *Uma aproximação aos testamentos: Versado e a prática de testar da sua população*, ob. cit., p. 164.

ligeiras *nuances*, pese, no entanto, o menor volume de documentos.

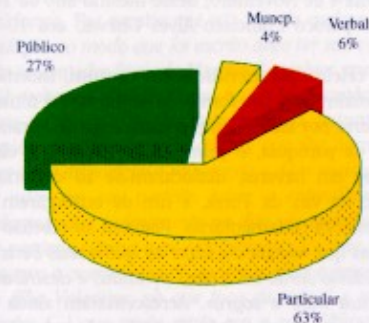
Os *instrumentos* ditos particulares somam 63%, os testamentos públicos 27%, e os orais ficam-se nos 10%. Saliente-se, a inexistência de testamentos cerrados, neste segundo período.

É interessante verificar, ainda que somente para o primeiro período, os testamentos lavrados «*em mão comum*», uma dúzia na totalidade, outorgados conjuntamente, quer entre irmãos, regra geral solteiros, quer entre marido e mulher.

Assim, no dia 9 de Março de 1754, deslocaram-se ao cartório de José Caetano Rodrigues, sito

na então vila da Torre de Ervededo, as três irmãs, Antónia, Ana e Catarina Teixeira, nascidas na aldeia de Calvão, filhas solteiras que ficaram de Luzia Alves e António Teixeira, este falecido recentemente em 12 de Novembro de 1751. Antónia Teixeira, a mais velha, foi a primeira a falecer, em 9 de Setembro de 1756. Pelo que o testamento foi apresentado pelas duas irmãs testamenteiras, a fim de ser trasladado para o respectivo livro, e cumprida a sua última vontade, no tocante ao «*Pio*»: um ofício de corpo presente e 127 missas, por várias intenções, pela esmola de 100 *rs*, cada uma. Passados alguns anos o testamento foi alterado, concretamente a 19 de Abril de 1762, no cartório, já delas conhecido, do tabelião José Caetano Rodrigues, na vila da Torre. Por esta nova escritura pública «*de mão comum*» fica disposto e de forma bem declarada que deixavam por universal herdeiro e testamenteiro o seu sobrinho, João Alves Teixeira, filho do seu irmão João Teixeira, a quem deixavam «*as suas casas de morada com tudo o que dentro delas se encontrar (...) e isto depois do falecimento da última que ficar por quanto dissera que enquanto não falecera a última de huma delas testadoras,*

Gráfico 52
Tipos de testamentos
(1850-1859)



não terá efeito esta disposição»⁽²⁷³⁾. Ana Teixeira finou-se a 7 de Junho de 1766, quando tinha celebrado os 61 anos de idade. A sua irmã Catarina, uma vez sozinha, decidiu aumentar o legado a seu sobrinho, numa visita que fez ao cartório de José Caetano Rodrigues, em 27 de Janeiro de 1779, deixando-lhe «*huã adega, o palheiro, huã eira de malhar e outra eira vizinho, (...) e disse que deixava o seu nabal com todas as árvores de fruto e também a cortinha ...*»⁽²⁷⁴⁾. Catarina Teixeira veio a falecer no dia 4 de Novembro, desse mesmo ano de 1779, e o testamento foi trasladado pelo pároco Francisco Alves Chaves, aos 10 dias desse mês.

Também entre cônjuges se celebraram escrituras em comum, momento quando estes não têm herdeiros próximos, como forma de «*amarrar*» o último a falecer, a fazer o que o primeiro «*faria por eles*». Assim, o casal João de Miranda e Bernarda do Vale, ambos de fora da paróquia, o primeiro de Espinho e ela de Outeiro Sêco, sem filhos e parcos em haveres, deslocaram-se ao cartório do tabelião Manuel Pires de Miranda, na vila da Torre, a fim de outorgarem em *instrumento* público, as suas disposições testamentárias. Pediram ao tabelião que lhes escrevesse no seu livro de notas que «*deixarão, hum ao outro seus bens por vida e morte e que por morte do último serão seus bens vendidos e distribuídos em missas pelas almas deles e sua mãe e sogra*». Acrescentaram ainda que instituíam por seu testamenteiro o seu vizinho João Gonçalves Liandro, «*para que lhe faça pellas suas almas como elles lhe farião pela delle se atras ficassem*». João de Miranda acaba por falecer primeiro, em 25 de Dezembro de 1783, e a viúva, a 3 de Fevereiro de 1789.

Testadores houve que acrescentaram ao seu testamento uma escritura breve, o *Codicilo*, que modifica ou completa uma ou várias disposições do testamento já outorgado. Assim, quatro testadores, tendo-se arrependido das disposições testamentárias outorgadas, procuraram emendar a sua «*manda*» fazendo um *Codicilo*: um para mudar de testamenteiro e os restantes para alterar as disposições materiais em benefício de outros herdeiros.

Assim, seguimos Marcela Gonçalves, viúva de Simão Domingues, de Calvão, quando esta se dirigiu, no dia 28 de Agosto de 1758, ao cartório do tabelião José Caetano Rodrigues, na Torre de Ervededo. Estivemos atentos às disposições ditas pela testadora, que estava «*em seu juízo e entendimento*». Depois de outorgar as

⁽²⁷³⁾ Livro de testamentos, nº 19, fls 103v e 104.

⁽²⁷⁴⁾ *Ibidem*, fols 151v a 152v.

disposições «*pias*», disse que deixava equitativamente, pelas suas cinco filhas, que lhe restavam dos 13 filhos que tivera: Caetana, Maria, Ana, Valentina e Joana «*todo o seu movel que lhe pertence e se achar de portas adentro com a mesma parte das duas casas e bacas e pão do agro*». Disse, ainda, que deixava «*às mesmas suas filhas a sua metade*» de um souto, de uma vinha, de uma leira, no outeiro, de uma cortinha, na costa, e a sua metade do naval e da vinha, no lugar da portalinha. Instituiu, assim, por seus universais herdeiros e testamenteiros as suas cinco filhas, repartindo todas de igual forma. Faz constar que esta manda «*valese e lhe dessem inteiro credito, e plena satisfação no modo que foi escrito deva ter sua validade*»⁽²⁷⁵⁾. Tudo levava a crer que eram as vontades finais de Marcela Gonçalves, mas não foi assim. No dia 25 de Maio de 1762, voltou à vila da Torre, ao mesmo cartório de José Caetano Rodrigues, para alterar as disposições do testamento já outorgado. Afirma que tinha disposto na anterior manda «*algumas couzas que lhe agravão a sua consciencia delas queria fazer nova disposição e revogação e ditar mais que sua mesma consciencia lhe ditase por estar em seu perfeito juízo, e entendimento de que dou lè*». Começa por confirmar «*que tudo quanto no dito seu testamento se achara escrito e disposto era sua vontade última e se cumprisse (...) e que tão somente no mesmo testamento revogava e queria fosse de nenhum valor a esmolla que no dito testamento deixava à sua filha Valentina no que toca de movel e mais couzas que se achar de portas adentro (...) que nesta parte era a sua última vontade não entrasse nem erdasse cousa alguma e que tudo referido se repartiria pelas suas quatro filhas Maria, Caetana, Anna e Joarva*»⁽²⁷⁶⁾. Marcela Gonçalves faleceu pouco tempo depois, a 6 de Junho de 1762, sem oportunidade de se arrepender desta segunda «*manda*».

Identificámos, seguidamente, Clara Domingues, solteira, natural de Calvão, filha mais velha do segundo casamento de José Domingues com Ana Rodrigues, quando fazia o seu testamento público, a 14 de Maio de 1769, no cartório de Manuel Barroso, na vila da Torre, tendo instituído por seu herdeiro e testamenteiro o seu único «*irmão Gonçalo Rodrigues e que no caso morra antes da testadora deixava os seus sobrinhos partes testamenteiros e erdeiros*». Em 22 de Fevereiro de 1777, acompanhámos o tabelião Manuel Rodrigues Pelouro, que ela mandara chamar a sua casa, em Calvão, onde estava doente, para refazer a sua «*manda*», aumentando o «*legado pio*» e a herança ao seu herdeiro e testamenteiro Gonçalo Rodrigues, seu irmão, e a seus sobrinhos Domingos e Maria, não contemplada anteriormente. Veio a falecer a 18 de Março, desse ano.

⁽²⁷⁵⁾ Livro de testamentos, nº 19, fls 90 e 90v.

⁽²⁷⁶⁾ *Ibidem*, fls 91 e 91v.

Finalmente, é com certa estranheza que verificamos que, numa comunidade rural, de Setecentos e até de Oitocentos, onde a alfabetização estava longe de ser dominada, cerca de 90% das «últimas vontades», foram reduzidas a escrito.

Não foram, porém, nem as mulheres, nem os homens da paróquia que lavraram os seus testamentos, mesmo que soubessem fazê-lo, mesmo quando se tratava de clérigos.

Os 136 testamentos escritos, no primeiro período, de 1747 a 1784, foram lavrados por 30 escrivães diferentes, sendo 14 tabeliães, que escreveram na totalidade 115 testamentos: 11 com cartório na vila da Torre de Ervededo; 2 na vila de Chaves e 1 fê-lo em Lisboa. Encontramos um escrito pelo cirurgião e da profissão dos restantes nada sabemos, por enquanto. Apenas em 9 testamentos não foi indicado o nome do escrivão.

Durante este primeiro período, os tabeliães José Caetano Rodrigues, mais velho, e Manuel Rodrigues Pelouro, foram aqueles que se nos tornaram mais familiares, tendo ambos cartório na então vila da Torre. O primeiro redactou 38 testamentos e o segundo 33, equivalendo a 53% da totalidade. José Caetano Rodrigues era natural do Couto de Ervededo e casou, em Calvão, com Faustina Martins

a 16 de Julho de 1746. A convivência do casal não foi muito duradoira nem reprodutiva. Faustina faleceu, passado pouco tempo, em 20 de Março de 1752, sem lhe dar filho algum. Recasou com Francisca Martins, também da paróquia, a 7 de Janeiro de 1754. Desta relação nasceram quatro raparigas e um rapaz. Este não seguiu a carreira de seu pai, dedicando-se à vida agrícola. O tabelião morreu em 2 de Maio de 1771, e, a fazer fé no seu testamento, com poucos haveres.

Quanto a Manuel Rodrigues Pelouro, não o conhecemos como paroquiano, mas teria certamente laços familiares em Calvão, pois, o seu apelido estava difundido na freguesia e ainda perdura actualmente.

No segundo período, 10 testamentos foram «mandas» verbais, e dos restantes 14 encarregaram-se sete escrivães de os elaborarem. Destes, dois eram

QUADRO LXXXVII
Local de Redacção dos Testamentos

Períodos	Local			Totais
	Leito	Casa	Cartório	
1º Período	9	103	37	149
2º Período	3	18	3	24
Totais	12	121	40	173
%	6,9	70,0	23,1	100,0

tabeliães, um na vila da Torre e o outro na vila de Chaves, tendo ambos lavrado 6 escrituras, na totalidade. Sobre os restantes desconhecem-se os seus redactores.

A casa do testador foi o lugar preferido para fazer as últimas vontades, com 133 registos, correspondendo a 76,9%. Destes, 12 foram realizados com o doente já no leito, certamente de forma verbal.

A feita de 40 outros testamentos exigiu uma deslocação ao cartório do tabelião: 35 à vila da Torre; 4 a Chaves e 1 a Lisboa.

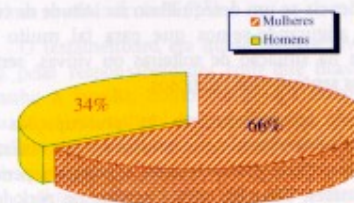
Perguntamo-nos, agora, quem era mais sensível à preparação de uma «boa morte»? Os homens ou as mulheres? Os solteiros, os casados, ou os viúvos?

Se considerarmos o quadro «Repartição dos testamentos segundo o sexo e estado civil», para ambos os períodos, e respectivas representações gráficas, podemos verificar claramente que é na qualidade de mulher e na situação de viuvez que mais ocorre a atitude de testar.

QUADRO LXXXVIII
Repartição dos testamentos segundo o sexo e estado civil

Sexos	Estado Civil			Totais
	Solteiros	Casados	Viúvos	
Homens	9	25	25	59
Mulheres	38	36	40	114
Totais	47	61	65	173

Gráfico 53
Testadores segundo o sexo
(para ambos os períodos)



À luz destes dados, somos levados a questionarmo-nos do porquê desta supremacia feminina, com 114 casos contra os 59 registos do sexo masculino, equivalentes a 66% e a 34%, respectivamente, tal como ocorreu na paróquia minhota de Venade⁽²⁷⁷⁾.

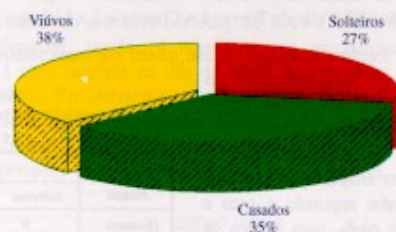
⁽²⁷⁷⁾ Cf. Margarida Durkes, *Uma aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população*, ob. cit., p. 171.

Se nos fixarmos, ainda, no quadro «*Testadores segundo o sexo e o estado civil*», detectámos, numa primeira observação, que é após a morte do cônjuge que se sucede a feitura da maior fatia de testamentos, numa grandeza de 65 casos, equivalentes a uma proporção de 38%. Destes, 40 foram outorgados por mulheres, correspondentes a 61,5% do total que o fizeram no mesmo estado civil. Os homens solteiros são um pequeno contingente de testadores, em número de nove, que perfazem uma percentagem de 19,1%, dentro do seu grupo, e uns magros 5,2%, em relação à totalidade de testadores. As mulheres solteiras constituíram uma porção razoável de testadoras, com 38 ocorrências, atingindo a percentagem de 23,1%. Por sua vez, o comportamento do grupo dos casados aproxima-se da tendência seguida pelos viúvos, tanto da parte dos homens, como das mulheres.

De acordo com os dados, evidencia-se um desequilíbrio na atitude de testar entre os sexos e o estado civil, afigurando-se-nos que para tal muito terá contribuído o número de efectivos na situação de solteiras ou viúvas, sempre muito mais generosas aos apelos dos sentimentos religiosos.

Outro indicador interessante, na aproximação às preocupações dos fregueses em preparar a sua «*Salvação*», é o tempo que medeia entre a realização do testamento e a morte do testador. Com efeito, durante o primeiro período, essa média rondou os 2 anos e 5 meses, baixando para 7 meses, no período de 1850 a 1859, parecendo, assim, traduzir uma certa «*des cristianização*», provocada certamente por um maior afrouxamento do controlo religioso, ou por uma menor penalização do fenómeno da mortalidade.

Gráfico 54
Testadores segundo o estado civil
(para ambos os períodos)



Se nos fixarmos no tempo que medeia entre a realização do testamento e o momento do óbito do testador, pelo sexo e estado civil, verificamos que os homens se antecipam, em média, cerca de 4 meses às mulheres, com 2 anos e 9 meses. Também os viúvos se apressaram em relação aos casados, em cerca de um mês, e em 10 meses frente aos solteiros, com 2,8 anos.

Com excepção para Manuel Carneiro, lavrador, natural da Girona, reino da Galiza, casado com Maria Gonçalves, natural de Castelões, o qual contrariamente a outros que testaram já agonizantes, num total de 9, fez testamento público, na então vila de Chaves, no cartório de João da Costa, em 5 de Novembro de 1760, quando lhe restava, ainda, de vida, cerca 23 anos e 11 meses, vindo a falecer a 8 de Agosto de 1784.

O testamento era a forma do moribundo garantir que os seus herdeiros «*trabalhariam*», para a sua salvação, após a sua morte, cumprindo «*ad pias causas*». Logo, o testador escolhia uma pessoa de sua confiança, o testamenteiro, que zelaria pelo cumprimento das disposições testamentárias a favor da sua alma.

Na paróquia de Calvão, o testamenteiro era, regra geral, um familiar do testador, podendo ser do sexo masculino ou feminino, como: um filho (37,9%), um irmão (15%), um cônjuge (17,9%) «*que faça por mim o que eu faria se fosse atrás*», e os sobrinhos (17,9%). Em 4% das vezes recorre aos vizinhos, e em 2,8% aos clérigos.

Em 1781, o tabelião José Caetano Rodrigues, já nosso conhecido, não obstante ter esposa e filhas ainda vivas, «*deixou por seu testamenteiro Domingos de Pinho do Couto de Ervededo que espera que lhe fizesse pela alma o que faria pela sua se atrás ficasse*»⁽²⁷⁸⁾.

O testamenteiro era quase sempre favorecido, em bens materiais, como paga pelas responsabilidades com que ficava, quer fosse herdeiro directo, ou estranho à família, como consta no testamento de Luzia Afonso, viúva de Sebastião Alves, natural de Castelões que, não tendo herdeiros, mandou dispor, a propósito, na forma seguinte: «*para satisfação destes legados e bens de alma disse que deixava o seu lameiro [e outras leiras], as quais leiras se venderam para satisfação dos legados referidos e disse que seu testamenteiro querendo pegar nestas fazendas o podera fazer primeiramente*» acrescentando mais adiante «*e disse deixava por seu testamenteiro Ventura Martins de Calvão, a*

⁽²⁷⁸⁾ Livro de testamentos, nº 19, fl. 124.

este pelo seu trabalho disse deixava huma vinha com seus carvalhos à laborada» ⁽²⁷⁹⁾.

Quando se trata de testadores mais abastados, o pedido pode indicar prazos, ou outras condições a cumprir, como no testamento de José Branco, viúvo de Isabel Domingues, que tendo instituído seu herdeiro e testamenteiro Manuel Alves, seu sobrinho, outorgou na forma seguinte: «*que todos estes legados encarrega as consciências de seus erdeiros para que dem cumprimento a este seu testamento por lhe parecer que tem por onde (...) a cumprir até três meses ...»* ⁽²⁸⁰⁾.

Procurámos seguidamente explorar a estrutura interna dos testamentos da paróquia, para os períodos considerados. Podendo comprovar que esta se manteve quase invariável, entre 1747 a 1784, e com ligeiras *nuances* em relação a 1850-59, donde foram excluídos os bens patrimoniais. A realização do testamento obedecia ao trajeamento que sintetizamos:

1) Prólogo, ou fórmula introdutória, começa por invocar «*em nome de D.s amen saybam coantos este instrumento de manda e testamento virem ...»*, ou «*em nome da Santíssima Trindade padre filho espírito Santo saybam ...»*. Segue-se a identificação do outorgante e o seu estado civil, fazendo-se referência ao nome do seu cônjuge, quando casado ou viúvo.

Podemos, ainda, incluir, neste formulário introdutório, o estado de saúde do testador, logo a seguir à identificação do escrivão, assim: Domingas Rodrigues, natural de Vilarelho, viúva que ficou de Simão da Cunha, moradora em Calvão, mandou chamar o tabelião José Caetano Rodrigues, a 2 de Maio de 1763, para fazer o seu testamento, por «*se achar gravemente molesta de enfermidade que D.s lhe dera (...) porem em seu perfeito juizo e entendimento que D.s lhe deu ...»* ⁽²⁸¹⁾.

Seguimos, em 16 de Dezembro de 1781, António Lousado, de Castelões, a casa de Benta Rodrigues, mulher de José Alves, da mesma aldeia, onde foi chamado para lhe escrever o testamento, por esta estar «*doente na sua cama de hua doença porem nos seus cinco sentidos do que eu dou fe ...»* ⁽²⁸²⁾. A testadora faleceu dias depois, a 24 de Dezembro, desse ano.

⁽²⁷⁹⁾ *Ibidem*, fl. 77v.

⁽²⁸⁰⁾ *Ibidem*, fl. 129.

⁽²⁸¹⁾ *Ibidem*, fl. 94.

⁽²⁸²⁾ *Ibidem*, fl. 129.

Nem sempre, porém, o testador se encontrava doente, mesmo que mandasse chamar o tabelião a sua casa, como é o caso que mencionou o tabelião António Ferreira, de Chaves, convidado, em 22 de Abril de 1773, a lavrar o testamento do P.e António Alves, natural de Calvão, filho de Brás Alves e Isabel Fernandes, e que nessa altura se achava «*com boa saúde e seu perfeito juizo e entendimento»*. O pároco faleceu no ano seguinte, a 27 de Janeiro de 1774, com 72 anos de idade.

2) Preâmbulo religioso, vem a seguir ao estado de saúde do testador, nele cabe a profissão de fé e o pedido de intercessão do outorgante. Pelo primeiro, o indivíduo confessa-se como cristão e crente nos mistérios da Santíssima Trindade e nos sacramentos da St.^a Madre Igreja Católica Romana, saída do Concílio de Trento. Pela segunda, o testador pede a intercessão da Virgem Maria e dos Santos junto de Jesus Cristo, para obter a remissibilidade dos seus pecados. Esta «*encenação de que o testador tentava rodear-se tinha por finalidade obter uma boa morte e conseguir que a viagem que iria iniciar se fizesse sem grande sofrimento»* ⁽²⁸³⁾, bem a jeito da Reforma Tridentina.

Assim, ouvimos Ana Martins, casada com Ventura Martins, de Calvão, «*confidenciar*», no primeiro dia de Janeiro do ano de 1772, a Manuel Rodrigues Pelouro, tabelião, que «*ella testadora era christã e que cria em todos os misterios da nosa Santa Fé e por testava acabar a vida nella, e que encomendava sua alma a D.s e sua May Maria Santissima e toda Santissima Trindade, e todos os Santos e Santas da corte do Ceo ...»* ⁽²⁸⁴⁾. Quase um século depois, a 10 de Março de 1856, Maria Alves Guerreira, casada com Francisco Rodrigues, natural e residente na paróquia, declarou a Brás Joaquim da Costa, tabelião da vila de Chaves, que «*ella testadora que era crhistã, que cria em todos os Misterios da nosa Santa fe Catholica Romana em cuja fe queria morrer e viver e salvar sua alma como fiel crhistão ...»* ⁽²⁸⁵⁾. A outorgante morreu a 11 de Novembro de 1859, sem solicitar a intercessão da Virgem Maria e dos Santos, para advogar pela sua salvação, à semelhança do que verificámos nas mandas deste segundo período. Terá ocorrido uma mudança de mentalidade, ou simplesmente uma simplificação do formulário?

⁽²⁸³⁾ Margarida Durães, *Uma aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população*, ob. cit., p. 173.

⁽²⁸⁴⁾ *Livro de testamentos*, nº 19, fl. 127.

⁽²⁸⁵⁾ *Ibidem*, fl. 184.

3) *Disposições Espirituais*, esta rubrica suporta todos os chamados «bens d'Alma», tais como, a mortalha, o acompanhamento, as cerimónias (ofícios e missas), a sepultura, e os outros legados pios:

a) A mortalha, depois do testador encomendar a sua alma aos Santos, à Virgem, ou à «*Santíssima Trindade*», começa por fazer os seus pedidos, ou disposições espirituais, assim: «*primeiramente disse que sendo Deus servido levalo desta vida presente seu corpo fosse sepultado dentro da igreja Matriz (...) embolto em hum lençol de linho*»⁽²⁸⁶⁾, como vemos na quase totalidade dos testamentos, do primeiro período, enquanto que no segundo as solicitações são mais variadas.

A mortalha em que o corpo era envolvido, parece não ter constituído, durante o primeiro período, uma das preocupações das populações desta paróquia. Na verdade, dos 149 testamentos, o lençol de linho foi solicitado em 139, somente oito pediram o hábito de S. Francisco e dois clérigos desejaram levar as suas vestes sacerdotais.

Após 1849, os pedidos já são mais diversificados, embora o lençol seja o mais pretendido, estampa-se já uma certa diferenciação social, solicitando-se os hábitos da Sr.^a do Carmo, da Sr.^a da Conceição e da Sr.^a das Dores, o que marcará provavelmente uma nova orientação no culto religioso.

b) O acompanhamento, este rito funerário vinha a seguir, podendo marcar a diferenciação social do defunto. O mais comum era «*hum officio de corpo presente sete sacerdotes pago e ofertado na forma dos usos e costumes desta freguesia*»⁽²⁸⁷⁾. Todavia, os pedidos variavam com a condição sócio-económica do indivíduo; na verdade, registamos nesta paróquia pedidos de acompanhamento entre 4 e 15 padres, sendo na sua maioria de 7 sacerdotes (56%). No liberalismo esta orientação mantém-se, oscilando os pedidos entre 6 e 9 clérigos.

Na freguesia de Calvão não existia Irmandade alguma, contudo, 17 testadores pertenciam à irmandade das Almas de Ervededo (6 de Calvão e 11 de Castelões), e, por isso, estes solicitaram em testamento a boa vontade dos seus irmãos. Soubemos que Domingos Gonçalves, natural de Castelões, viúvo de Domingas Gonçalves, mandou dispor em seu testamento, celebrado no cartório de José Caetano Rodrigues, na vila da Torre, que no dia em que fosse sepultado: «*que por sua alma se lhe façam os officios da Irmandade do Couto de Ervededo*

⁽²⁸⁶⁾ *Idem*, fl. 84.

⁽²⁸⁷⁾ *Idem*.

donde he irmão de corpo presente que podendo ser senão vindo a Irmandade por causa grave fasselhos o seu Revd.^o paroco hum officio de seis sacerdotes de corpo presente pago na forma dos uzos da Igreja Matriz»⁽²⁸⁸⁾. A Irmandade deveria assegurar acompanhamento e preces fúnebres ao seu irmão que «*partiu*».

Os testamentos também podiam incluir outras disposições, a ter em conta no dia do funeral. Era habitual os mais abastados repartirem, nesta ocasião, por «*esmola*», alqueires de pão pelos mais pobres, «*pois a esmola livra da morte e limpa todo o pecado*»⁽²⁸⁹⁾.

Na sua visita ao cartório de José Caetano Rodrigues, para fazer seu testamento, Ana Alves, solteira, de Calvão, lembrou-se dos mais pobres da sua aldeia, determinando que deixava por esmola uma certa quantidade de cereais, quando o seu corpo fosse a enterrar, a cumprir na seguinte forma: «*aos filhos de Martinho meyo alqueire de pam, e disse deixava a Maria Bernarda de Calvão hum alquire de pam e Maria Picamilha, viúva, meyo alqueire de pam e a Manuel da Costa meyo alqueire de pam e a Manuel Ferreira hum alqueire de pam, mais disse deixava a Maria Martins hum alqueire de pam, a sua filha Magdalena outro alqueire de pam, mais disse deixava a Custodia de Castellaos um alqueire de pam*»⁽²⁹⁰⁾.

Escutámos Maria Carneiro, mulher de António Alves do Castelo, de Castelões, a ditar ao escrivão, João António Cristino, o seu testamento em que «*Deixa oito alqueires de senteio digo de pão para os pobres, deixa dous alqueires para quem a levar para a igreja e outro para quem a enterrar*»⁽²⁹¹⁾, não indicando os nomes dos beneficiários.

Também, Francisco Velinhas, em 1840, natural de Vieira do Minho e mestre pedreiro, à semelhança de outros, mandou lavar no seu testamento que «*deixava mais dez alqueires de Senteio aos pobres e mais quatro centos reis a quatro homens que o conduzissem p^o Igreja e desta para o cemitério*»⁽²⁹²⁾.

Assim, o funeral manifesta a diferenciação do grupo ou estrato social a que o indivíduo pertencia, tendo cada um o ritual funerário de acordo com as suas possibilidades, embora alguns tenham optado pela simplicidade.

⁽²⁸⁸⁾ *Livro de testamentos*, nº 19, fl. 125v.

⁽²⁸⁹⁾ Tobias, 12, 9.

⁽²⁹⁰⁾ *Livro de testamentos*, nº 19, fl. 121v.

⁽²⁹¹⁾ *Idem*, fls. 174-174v.

⁽²⁹²⁾ *Idem*, fl. 173.

Os testamentos são omissos quanto a outros pormenores funerários, certamente porque o seu ritual, do ponto de vista litúrgico, tal como hoje, estava padronizado, e era o mesmo para todos: ricos e pobres, clérigos ou leigos.

c) **A Sepultura**, não constituiu a grande preocupação dos paroquianos de Calvão. Da análise dos testamentos do século XVIII, depreende-se que o enterramento se fazia dentro da Igreja Matriz, em Calvão, ou na Capela de S. Pedro, em Castelões, mas sem referências ao local privilegiado, salvo num caso, em que o testador José Alves Guerreira, casado com Maria Alves, dispôs em seu testamento, de 4 de Março de 1770, que «quando o seu corpo falecesse fosse embolto em hua tunica e enterrado dentro da igreja matriz da freguesia perto do altar da Senhora do Rosário»⁽²⁹³⁾. Por seu lado, o P.e Gregório Domingues, sétimo filho do casal formado por Francisco Domingues e Domingas Pires, solicitou em testamento, realizado a 1 de Janeiro de 1780, que fosse sepultado na capela de S. José que mandara construir, devendo ser conservada pelos fruidores da terra e do soto confinantes «de ductis expensis», como faz constar na sua manda⁽²⁹⁴⁾. Soubemos, posteriormente, que Domingas de Chaves, filha de Ana de Chaves e de pai incógnito, solteira, natural de Meixide, e «assistente neste lugar de Calvão em casa do Reverendo Padre Gregório Domingues» no seu testamento, feito a 14 de Fevereiro de 1769, determinara também que era sua vontade «quando seu corpo falecesse fosse sepultado no lugar de Calvão dentro da capella de São Joseph que é do Padre Gregorio Domingues»⁽²⁹⁵⁾. Domingas veio a falecer a 30 de Setembro de 1770, sepultando-se «dentro da capela de São Joseph por assim o dispor no seo testamento»⁽²⁹⁶⁾, respeitando-se, assim, a vontade da outorgante.

O habitual era que o enterramento se efectuasse na Igreja ou à sua volta, resultando daí um convívio regular com os mortos, como que a indicar aos vivos que «não é no momento da morte, nem nos momentos próximos que se deve pensar nela. É durante toda a vida», como refere Philippe Ariès⁽²⁹⁷⁾.

A partir dos finais 1835, quase se generalizou a prática de sepultar os defuntos no cemitério, primeiramente dentro da capela «da Senhora do Amparo Simitério desta freguesia», para de seguida se fazerem «no cemitério deste povo».

⁽²⁹³⁾ Livro testamentos, nº 19, fl. 118.

⁽²⁹⁴⁾ *Ibidem*, fls. 158v e 159. Veja-se fotografia supra «Enquadramento Histórico-Geográfico da Paróquia».

⁽²⁹⁵⁾ *Ibidem*, fl. 121.

⁽²⁹⁶⁾ *Ibidem*, fl. 34v.

⁽²⁹⁷⁾ Philippe Ariès, 1977, *L'homme devant la mort*, Seuil, Paris, p. 296.

d) **Os legados pios**, reflectem a religiosidade da comunidade paroquial, assinalando as devoções do testador, que pretende por estes encaminhar a sua alma no rumo da salvação. Para obter uma eficaz purificação da alma, e, assim, o descanso eterno, o freguês desprende-se, generosamente, de uma parte dos seus bens materiais, mandando rezar ofícios e missas.

Assim, vimos Gonçalo Alves Martins, viúvo de Maria Pires Gonçalves, de Castelões, no cartório de José Caetano Rodrigues, determinar em seu testamento que deixava «em seu testamento para seus Bens d'alma metade de sua cortinha que esta a groulada e sua leira que esta no [grou?] e sua parte do moinho declarando se vendese para satisfação de seus Bens d'alma»⁽²⁹⁸⁾.

Também, Maria Alves Bóbeda, viúva de Aniceto de Sousa, dispôs em seu testamento, feito em 7 de Fevereiro de 1852, pelo tabelião Brás Joaquim Costa, que «para o pagamento do seu bem d'alma e de óbito deixava a sua cortinha da portalinha»⁽²⁹⁹⁾, apesar de instituir como testamentários e herdeiros os seus filhos, Manuel e Francisco.

Os ofícios não foram muito referenciados. Normalmente mencionam somente um ofício, ainda que os usos e costumes da freguesia apontassem para dois. São raros, num total de nove, os testamentos que referem «dois officios da igreja na forma dos usos e costumes da freguesia».

O mesmo não se poderá dizer em relação ao volume de missas a sufragar por «esmola»⁽³⁰⁰⁾. Durante o primeiro período, cada testador deixava em média 103 missas em «bens d'Alma», baixando para 93, em meados do século XIX. Estas missas eram dedicadas não só para sufragar a Alma dos testadores, bem como as dos seus familiares, pelos vários Santos, incluindo S. Pedro de Rates, e mais tarde pelas Almas do Purgatório, acabando-se com a dicotomia Céu/Inferno. As missas a S. Pedro de Rates, foram muito solicitadas, numa grandeza de 109, podendo ser ditas no altar de S. Pedro Rates na Sé de Braga, ou em qualquer altar privilegiado; eram mais caras, 20 reis, que as missas ordinárias. Estas, no início da nossa observação, eram a 80 reis de «esmola» e 100 reis, após os meados do século XVIII. Uma esmola de uma missa nos meados do século XIX, ascendia, na paróquia de Calvão, a 120 reis.

⁽²⁹⁸⁾ Livro testamentos, nº 19, fl. 67.

⁽²⁹⁹⁾ *Ibidem*, fl. 181.

⁽³⁰⁰⁾ Não encontramos referências às missas do 7.º dia (que nos parece que ainda não existia), do 1.º mês, nem de ano, não obstante, esta terminar com o período dos serviços religiosos.

Nesta segunda metade do século XIX, as missas privilegiadas a S. Pedro de Rates deixaram de figurar nas disposições piás dos testadores, aparecendo em sua substituição as missas pelas intenções das Almas do Purgatório, que não constavam no século anterior.

Os Santos mais referenciados, nos testamentos, eram quase sempre os que estavam ligados a «*hua boa morte*», como a Sr.^a da Boa Morte, a Sr.^a do Rosário, a Sr.^a do Carmo, a Sr.^a do Amparo, a Sr.^a das Dores, S. Miguel e S. Francisco de Xavier, etc., mas também o Anjo da Guarda, a M.^a Santíssima e as Almas do Purgatório, ou, ainda, os Santos menos relacionados com culto fúnebre, como o «*Santo do Seu Nome*», Santa Ana ou S. Caetano.

Afigura-se-nos que as missas não seriam encaradas pelo testador, como uma forma somente, de sufragar a sua Alma, mas também como o de perpetuar da sua memória entre os vivos, uma vez que estes também participam na sua celebração. Tal postura fica bem evidenciada na seguinte passagem do testamento de Madalena Pires, viúva de Domingos Gonçalves, realizado em 3 de Fevereiro de 1760: «*disse ela testadora que todas estas missas que ficarão fora do trintario lhas dissesse o Cura qual dissesse no dito lugar de Castelões*»⁽²⁶¹⁾.

Eram raros os testamentos que não referissem, nas disposições piás, os trintários (30 missas seguidas), podendo o testador impor a distribuição, pelos sacerdotes, e lugar onde as missas seriam celebradas. Foi o que fez Joana Martins, casada com Agostinho Alves, de Castelões, quando ditou o seu testamento, no cartório de José Caetano Rodrigues, na forma seguinte: «*... e mais quatro trintarios de misas pagas cada misa a cem reis, as quais dira hum o Padre Francisco de Searavelha, outro o Padre Gregório, outro o Padre António Alves outro querendo o Rev. Paroco, e não querendo, o dira o Padre João de Castelaonis*»⁽²⁶²⁾. Desta feita, o outorgante aparece como soberano, não só fruindo parte dos seus haveres para o pagamento do seu «*bem d'Alma*», mas também marcando também o ciclo temporal do cumprimento dessas «*obras piás*», assim como o local de sua execução. Aos vivos restava respeitar e cumprir.

Elaborámos, seguidamente, um quadro e a respectiva representação gráfica, para o período de 1747 a 1784, distribuindo, em primeiro lugar, o volume de missas, por grupos ou categorias, equivalentes às solicitações dos outorgantes, nos seus testamentos, segundo o sexo e o estado civil.

⁽²⁶¹⁾ *Ibidem*, fl. 84v.

⁽²⁶²⁾ *Ibidem*, fl. 63v.

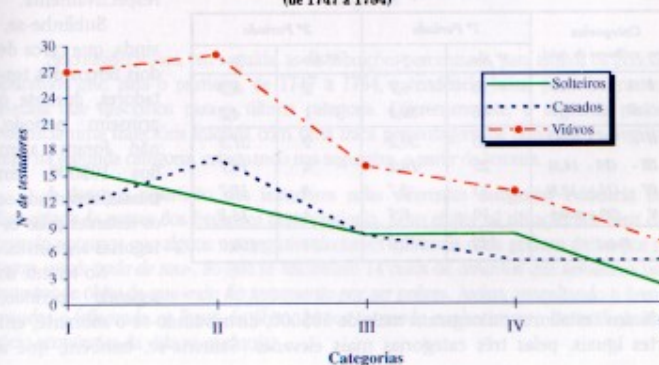
QUADRO IX
Nº de missas pedidas por categorias, sexo e estado civil
(1647 - 1784)

Categorias (Grupos de missas)	Mulheres			Homens			Totais	
	Solt.	Cas.	Viúvas	Solt.	Cas.	Viúvos	Abs.	%
I - (0 - 49)	15	5	14	1	6	9	50	33,6
II - (50 - 99)	9	12	11	3	5	7	47	31,5
III - (00 - 149)	6	4	6	2	4	3	25	16,8
IV - (150 - 199)	8	4	1	0	1	2	16	10,7
V - (200 e mais)	0	1	3	2	4	1	11	7,4
Total	38	26	35	8	20	22	149	100

Os dados confirmam o que atrás tínhamos já referido: as mulheres solteiras e viúvas são os grupos mais magnânimos na hora de pedir os seus «*bens d'Alma*».

Do mesmo modo, são as categorias mais baixas que atraem um maior volume de testadores, com a classe modal, logo, na primeira, com 33,6% da totalidade da distribuição. Sublinhe-se, ainda, que uma razoável proporção de fiéis, de 7,4%, solicitou 200 ou mais missas de sufrágio.

Gráfico 55
Testadores por categorias e estado civil
(de 1747 a 1784)



Comparando a repartição dos testadores por categorias e estado civil, através da respectiva representação gráfica, verificamos que, para o primeiro período, se confirma a tendência já iniciada, ou seja, que os viúvos foram mais generosos no momento de fazer as suas «últimas vontades», que os demais grupos, em todas as categorias. Os solteiros e os casados evidenciam, *grosso modo*, comportamento idêntico, com o zénite de frequências na primeira e segunda categorias, respectivamente. Sublinhe-se de igual modo que, em termos globais, se verifica uma diminuição de efectivos testadores, da segunda para a terceira categorias, evidenciando-se nas seguintes uma similitudes de comportamentos, embora com algumas *nuances*.

Procedemos, igualmente, com base, nos valores das «esmolos» das missas, em reis, à construção de um quadro, onde registámos, por categorias, o volume de testadores, para o primeiro e segundo períodos.

Dividimos a primeira categoria, em duas sub-categorias, A e B, com a finalidade de detectarmos um grupo de testadores que, tendo «pouco de seu», pretendeu «amarrar» os seus familiares ao cumprimento do seu «bem d'Alma», afigurando-se-nos que o seu «legado pio» não atingiria os 2 mil reis. Destes

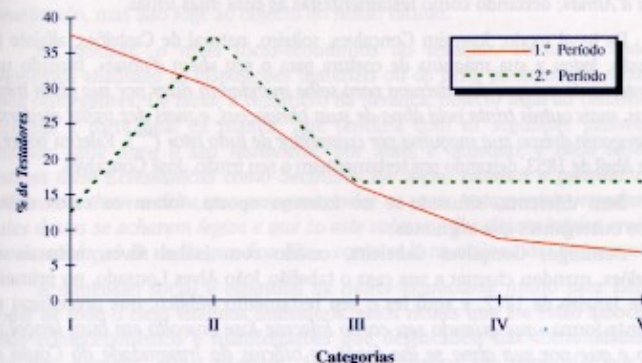
QUADRO XC
Volume de testadores por categorias
segundo os valores em reis
(Para ambos os períodos)

Categorias (em milhares de reis)	1º Período		2º Período	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
I A (0 - 1,9)	10	6,7	2	8,3
B (2 - 4,9)	46	30,9	1	4,2
II - (5 - 9,9)	45	30,2	9	37,5
III - (10 - 14,9)	25	16,2	4	16,7
IV - (15 - 19,9)	13	8,7	4	16,7
V - (20 e mais)	10	6,7	4	16,7
Total	149	100,0	24	100,0

50 % dos testadores outorgaram mais de 10\$000, distribuindo-se o sobranse, em partes iguais, pelas três categorias mais elevadas. Saliente-se, também, que a

proporção de testadores na última categoria, com um dispêndio de 20\$000 e mais, em «esmolos» para missas, regista 6,7% e 16,7%, para o primeiro e segundo períodos, respectivamente, evidenciando, assim, talvez a sua diferente condição social.

Gráfico 56
Porcentagem dos testadores por categorias
segundo os valores em reis
(Para ambos os períodos)



Sublinhe-se, ainda, que cerca de dois terços dos testadores, durante o primeiro período, não foram além dos 10\$000, em missas, repartindo-se os restantes pelas categorias seguintes.

No tocante ao segundo período,

Se considerarmos, em seguida, as distribuições percentuais, para ambos os períodos, apuramos que, para o primeiro, de 1747 a 1784, a tendência baixa, paulatinamente, à medida que descemos para a última categoria. Diferentemente, o segundo período, evidencia uma trajetória iniciada com uma fraca percentagem de outorgantes, regista o auge na segunda categoria, estagnando nas seguintes, a partir da terceira.

A desigual repartição dos testadores pelas diferentes categorias evidencia uma disparidade de posses dos fregueses desta paróquia. Com efeito, tal situação fica bem clara quando notamos que alguns outorgantes declaram que mais nada podiam deixar por não terem «mais nada de seu», ao que se adicionam 14 casos de defuntos que arrolamos pelos assentos de óbito de que «não fez testamento por ser pobre». Assim, auscultando o livro de mandas e folheando os livros de óbito, fomos tomando conhecimento desta diversidade sócio-económica da vida na paróquia.

Ouvimos Inácia Gonçalves, solteira, natural de Castelões, dispor em testamento verbal, no primeiro de Maio de 1762, perante testemunhas, em sua casa, «*que queria que por sua alma se lhe disese hum trintario de missas rezadas e pagas cada hua a cem reis, por hua so vez e que instituia suas universais erdeiras suas irmãs Maria e Ana alguma couza que lhe ficase por seu falecimento, e que fisesem por sua alma o que ella faria pellas suas se atras ficase, assim que não tinha mais que dispor pois se achava pobre*»⁽²⁰³⁾. Inácia, que veio a falecer a 22 de Maio de 1762, não tendo recursos materiais, pretendeu assegurar o seu «*bem d'Alma*», deixando como testamenteiras as suas duas irmãs.

De igual modo, Joaquim Gonçalves, solteiro, natural de Castelões, alfaiate de profissão, legou a sua máquina de costura para o seu «*bem d'Alma*», fazendo um «*apontamento em que disse deixava para selhe mandarem dizer por sua alma trinta missas, mais outras trinta pela alma de suas obrigações, e mais dez missas conforme sua tenção deixou sua maquina por cumpridor de tudo isto*»⁽²⁰⁴⁾. Faleceu pobre, a 23 de Abril de 1853, deixando por testamenteiro o seu irmão, José Gonçalves.

Bem diferente, situando-se no extremo oposto, foram os casos destes outros outorgantes que seguimos:

Domingos Gonçalves Cabeleira, casado com Isabel Alves, naturais de Castelões, mandou chamar a sua casa o tabelião João Alves Lousado, no primeiro dia de Janeiro de 1772, e aqui fez o seu testamento público, que preceituou na seguinte forma «*que quando seu corpo falecese fosse emvolto em hum lençol de linho e que por sua alma se lhe fação os officios da Irmamidade do Couto de Ervededo donde he Irmão de corpo presente (...) mais disse se lhe dirão por sua alma tres trintarios de missas pagas a cem reis cada missa, disse que deixava um trintario pelas almas do purgatório pagas a cem reis, por hua so vez, mais hum trintário (...)*». E determinou, ainda, no final da sua manda, que deixava uma esmola em pão aos pobres da sua terra a repartir no dia do seu funeral, o qual se veio a realizar a 3 de Janeiro de 1772.

Igualmente, Francisca Teresa, casada com José Martins Duque, de Calvão, deslocou-se ao cartório de Francisco Flambot, na vila da Torre, mandando escrever a sua distinta vontade: «*que quando seu corpo morrese seu corpo fosse embolto num habito da Senhora do Carmo e metido em um caixao e se fassa um officio de corpo presente dos padres que apparecerem atte vinte, que por sua alma se lhe diga trinta trintarios de missas e (...) e quem vem ser todas mil quinhetas e doze todas de*

⁽²⁰³⁾ Livro de testamentos, nº 19, fl. 89v.

⁽²⁰⁴⁾ *Ibidem*, fl. 179.

esmolla decento e vinte reis e que para pagamento de tudo o seu testamenteiro vendesse o que lhe parecer»⁽²⁰⁵⁾. No final da sua manda não se esqueceu dos pobres mais miseráveis da sua freguesia, deixando-lhe doze alqueires de centejo.

Com base no arrolamento e avaliação dos «*bens d'Alma*» destinados a missas, pelos testadores, que distribuimos por categorias, quisemos tão-só mostrar a existência de uma diferenciação social nesta paróquia, sem pretendermos tirar conclusões apressadas. Tal constatação bem merecia uma reflexão mais aprofundada, quer dentro, quer fora do quadro paroquial considerado, mas isso foge ao objecto do nosso estudo.

Na verdade, o nível sócio-económico do testador, ser-nos-ia dado se tivéssemos analisado as disposições materiais ou os bens patrimoniais, deixados pelos outorgantes. De facto, a repartição da herança, objecto legal do testamento, antecede a parte final da manda, que termina com as seguintes palavras do testador: «*que dava o seu testamento por feito, e acabado, e pede todos as justças assim Ecclesiasticas como Seculares lhe fação cumprir e goardar como nelle se conthem e disse que revogava todas os mais testamentos, mandas que antes destes se acharem feytos e que so este valesse e lhe dessem inteiro credito e plena satisfação de modo que fica dito*», como se lê na maioria dos testamentos.

A dimensão social e espiritual da morte expressa-se muito para além do findar de todo o ciclo vital dos indivíduos, pelos rituais que lhe estão associados, pelos comportamentos e manifestações que desencadeia nas comunidades em que eles, homens, estão inseridos. As nossas palavras são reforçadas por Ruiz Molina: «*la muerte en la Edad Moderna adquiere una dimensión social que va más alla de los propios conceptos individuales de cada testador. El entierro será una manifestación diferenciadora de cada grupo o estrato social. Cada individuo ha de tener el entierro acorde con su papel en la vida*»⁽²⁰⁶⁾.

Quando se diz que a diferenciação social é mais nítida na hora da morte, a nosso ver, esta só acentua os reflexos da vida quotidiana das sociedades. Numa paróquia onde a vida económica gravita à volta da terra e do gado bovino, sendo a sua posse uma forma de aceder à riqueza e ao prestígio social, marca essa diferenciação, pelo menos, em relação àqueles que não tinham «*nada de seus*».

⁽²⁰⁵⁾ Livro de testamentos, nº 19, fl. 179 v.

⁽²⁰⁶⁾ Liborio Ruiz Molina, 1995, *Testamento, Muerte Y Religiosidad en la Yecla del Siglo XVI*, Ed. Da Real Academia Alfonso X el Sabio e Ayuntamiento de Yecla, p. 48.

Assim sendo, a morte não atenuava as diferenças existentes em vida. Ela não só mantinha como acentuava essas diferenças.

Por conseguinte, o tipo de mortalha, o número de padres no ofício de corpo presente e no acompanhamento, o local de sepultura, bem como a oferta aos pobres e o número de missas pedidas em testamento, são um bom indicador do nível de riqueza das famílias, que tomadas como objecto de análise nos fornecem preciosos elementos tanto para o estudo das relações da vida sócio-económica como da vida espiritual.

Pelo testamento, o indivíduo tem oportunidade de marcar a sua última relação com o mundo, tentando, por um lado, atenuar as suas penas eternas, e, por outro, gozar a última oportunidade de se perpetuar entre os vivos.

Colocado perante a coexistência de interesses de três pólos, Família, Estado e Igreja, o testador acaba por privilegiar este último, legando às instituições religiosas parte do seu património, em detrimento da sua família. Como é sabido, leis várias tentaram por cobro a esta situação, mas nem sempre com muito êxito. Só com o liberalismo e, muito especialmente, com as leis de Mouzinho da Silveira é que «verdadeiramente acaba o velho Portugal e de onde começa o novo», como refere Alexandre Herculano.

A dado momento colocou-se-nos a questão do volume de testadores «em confrontação com o fluxo da mortalidade», como refere Vovelle. Consultámos os registos de óbito para cerca de cento e sessenta anos e verificámos que cerca de 45% agiram em consonância, neste âmbito, com o zelo da Igreja. Ao passo que a outra metade dos fregueses resistiram à feitura de testamento. Como explicar este comportamento? Como justificar estes «ouvidos moucos»? A pobreza, a morte abreviada, ou será que alguns tinham os «bens d'Alma» assegurados? Estas poderão ser explicações razoáveis, contudo, ela terá de ser encontrada num quadro mais vasto das vidas destas populações, o que pretendemos fazer noutra altura. Pois, como refere Margarida Durães, «cada concepção de vida corresponde uma concepção da Morte. A vida e a morte são pois duas realidades indissociáveis que juntas dão significado ao evoluir da humanidade»⁽³⁰⁷⁾.

⁽³⁰⁷⁾ Família, Igreja e Estado (...), ob. cit., p. 826.

O presente estudo sobre a população e a sociedade de Calvão, entre 1670 e 1870, é fruto de um trabalho metódico, árduo e sério, cujos fundamentos encontram-se nos muitos arquivos de Inquisição, de natureza jurídica, que se encontram no Arquivo Histórico de Vila Real.

O recurso à metodologia de reconstrução de paróquias, desenvolvida por António Aguiar, como forma viável e acessível, permitiu-nos seguir a trajetória de vida de cada indivíduo, as histórias reprodutivas dos casais, assim como a evolução da sociedade paroquial⁽³⁰⁸⁾. Desta feita, esta abordagem, para além de nos possibilitar a análise das variáveis demográficas da fecundidade, mortalidade, nupcialidade e imortalidade, ao regular a informação pelo indivíduo, família e sociedade, possibilitou-nos, quando a suportámos, na base de dados, lá construída com dados, a serem elucidativos.

No que concerne à operacionalidade, de lá desenvolvida por Miguel e Cristina Torres e actualizada por outros investigadores, os seus métodos demográficos, metodológicos e de interpretação.

CONCLUSÃO

Nesta paróquia, a vida, a morte e o casamento dos cidadãos foi elevada, entre outros os pontos, de 26,2 para os homens e de 28,2 para as mulheres, aumentando uma grande dificuldade de acesso ao matrimónio, o que nos leva a considerar a obra de Dupuyroux de que se retiraram depois de um longo desenvolvimento «verdadeiramente eficaz a ideia de estado no casamento»⁽³⁰⁹⁾. É interessante verificar que os testamentos realizados em Calvão cessam, em média, com 60% de idade de quem os fez, uma situação que se mantinha até meados do século XVIII. Esta permanência de idade e permanência de fecundidade, foram naturalmente importantes implicações nos níveis de fecundidade e na distribuição da mortalidade paroquial. Em Portugal, entre 1600 e 1700, a idade média ao primeiro casamento era de 23 anos para os homens e de 25 para as mulheres. O que possibilita uma dificuldade no acesso ao matrimónio por parte da maioria da população. Esta situação diferenciada que varia entre os homens e uma mortalidade elevada, sendo produzida de uma sociedade e cultura de tradição.

Uma segunda constatação é que, para os primeiros casamentos realizados entre 1700 e os finais do século, a idade média ao casamento tinha para valores próximos dos 25 anos, situação que a dos homens subiu para a volta dos 28 anos, depois

⁽³⁰⁸⁾ António Aguiar, Evolução Demográfica de Vila Real (1700-1800), p. 140.

⁽³⁰⁹⁾ Jacques Dupuyroux, Le Travail et l'Épargne, L'évolution démographique des populations rurales de France, Paris, Le Livre de Poche, n.º 40, p. 130.

contrariamente às gerações anteriores, os homens passam a casar mais tarde e as mulheres mais cedo.

Considerando agora os comportamentos verificados para Poiares, «vemos reduzir a idade média ao primeiro casamento dos homens e subir a das mulheres, passando respectivamente para 26,4 e para 25,6»⁽³¹⁰⁾. Pode-nos parecer, pelo exame deste parâmetro, que estamos perante dois quadros demográficos distintos, caracterizando-se o «sistema» demográfico de Calvão por uma maior redução do período fecundo das mulheres, contudo, a análise de outros indicadores evidencia-nos uma maior afinidade de comportamentos demográficos em relação às paróquias de Trás-os-Montes do que em relação às paróquias minhotas.

O celibato definitivo é outro agente delapidador do potencial reprodutivo da paróquia, assumindo valores relevantes, de 26,7%, para toda a observação, podendo atingir os 42,1%, nas gerações nascidas entre 1680 e 1709. Se tivermos em atenção o celibato por sexos, concluímos que as mulheres foram mais afectadas, em 33,5%, contra os 17% do sexo masculino.

Em Poiares, o celibato definitivo oscilou entre os 10% e os 13 %, enquanto que em Guimarães, zona rural, capitalizou 7%, no século XVIII, e 5%, no início de Oitocentos.

Mediante estes valores, podemos depreender que o celibato definitivo se apresentou como um factor fortemente condicionante da evolução demográfica da paróquia, designadamente nos finais do século XVII e durante o século XVIII. A redução do celibato definitivo, no século seguinte, acompanhou a diminuição da idade média à primonupcialidade, indiciando um incremento da capacidade reprodutiva nos princípios do século XIX.

Para compreendermos a evolução da capacidade reprodutiva da paróquia, começámos por estudar a fecundidade legítima, por grupos de idades, para todas as idades fecundas ao casamento, nos dois períodos considerados. Constatámos que as primeiras concepções se anteciparam para os primeiros grupos de idade, quando passamos do século XVIII para o XIX, aumentando o potencial reprodutivo nos grupos de idades até aos 30 anos, mas declinando ligeiramente nos seguintes, traduzindo uma «maturidade reprodutiva» mais precoce.

Quando comparámos a fecundidade legítima com Poiares e Guimarães rural, verificámos que os resultados são muito próximos da primeira e demarcam-se nitidamente em relação à segunda, com vantagens para esta. Norberta Amorim já nos

⁽³¹⁰⁾ Norberta Amorim, «As diferenças de comportamento demográfico no Antigo Regime - o caso de Ronfe (Guimarães) e Poiares (Preixo)», in *Revista de Guimarães*, ob. cit., pp. 45-64.

tinha alertado para uma fecundidade mais forte nas paróquias do Baixo Minho. O que estará por trás destes valores? Uma alimentação menos diversificada nas paróquias transmontanas? Uma mortalidade infantil menos forte? Ou razões biológicas?⁽³¹¹⁾

Se usarmos outro indicador da fecundidade legítima, «Descendência teórica», ou seja, o número médio de filhos que essas gerações femininas teriam se vissem em unidade conjugal entre os 20 e os 49 anos de idade, verificamos uma aproximação a Poiares e um afastamento em relação a Guimarães rural, obtendo 7,95 filhos em Calvão, 7,93 filhos em Poiares e 9,32 em Guimarães.

As taxas de fecundidade podem reflectir já os níveis de fecundidade legítima na paróquia em estudo, mas o quadro do potencial reprodutivo deve ser completado pelos indicadores, «número de filhos nascidos por união» e «espaçamento dos nascimentos». Estes correspondem a um tempo morto, entre dois nascimentos, cuja duração depende da influência dos factores fisiológicos e dos hábitos culturais da sociedade⁽³¹²⁾. É neles que Dupâquier encontra a chave-mestra da chamada fecundidade natural, que marca os ritmos de reprodução legítima⁽³¹³⁾. Em Calvão e Poiares, encontramos intervalos intergenésicos na ordem dos 27,5 meses, enquanto que em Guimarães se situam em torno dos 25,9 meses.

Se tomarmos, agora, o indicador de fecundidade «número de filhos nascido por união», arrolamos, em média, cinco filhos para Calvão e Poiares e seis para Guimarães, por família fecunda, para o período do Antigo Regime⁽³¹⁴⁾.

O número de filhos que uma mulher poderia dar à luz, dentro do casamento, estava dependente da sua idade ao casamento, e da duração da vida conjugal. Só a primeira dependia da sua vontade, condicionada, é certo, pela comunidade onde se insere. Quanto à convivência conjugal, ela podia ser interrompida pela crueldade da morte⁽³¹⁵⁾. Assim, as diferenças evidenciadas quanto ao número médio de filhos nascidos, por família fecunda, pode indiciar diferentes durações das uniões, nas paróquias em confronto. Enquanto em Calvão a duração média da convivência conjugal se detinha nos 23 anos, em Poiares elevava-se aos 27 e em S. Pedro de Alvito, no Minho, estava acima dos 26 anos.

Nem toda a procriação, porém, se fez dentro do casamento, onde normalmente as crianças são concebidas e nascem, como refere François Lebrun, tendo circunstâncias várias influído para que tal não ocorresse. Alguns autores vêm, na

⁽³¹¹⁾ Cf. Norberta Amorim, As diferenças de comportamento demográfico no Antigo Regime - o caso de Ronfe (Guimarães) e Poiares (Preixo), in *Revista de Guimarães*, ob. cit., p. 54.

⁽³¹²⁾ E. A. Wrigley, *Historia e Población. Introducción a la Demografía Histórica*, ob. cit., p. 93.

⁽³¹³⁾ Cf. Jacques Dupâquier, *Por la Démographie Historique*, Paris, ob. cit., pp. 166-168.

⁽³¹⁴⁾ Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico (...)*, ob. cit., pp. 196-197.

⁽³¹⁵⁾ Cf. *Ibidem*, p. 156.

expressão do fenómeno da ilegitimidade, a influência da religiosidade e do ascetismo nas sociedades do Antigo Regime. Assim sendo, ela funciona como um escape à repressão sexual resultante das restrições matrimoniais. Opinião diferente tem Brian O'Neil, que, com base em estudos realizados numa aldeia de Bragança⁽²¹⁶⁾, afirma que essas restrições conduziram os excluídos do casamento a praticar uma sexualidade «ilícita» e extraconjugal com mulheres dos grupos sociais mais baixos, as jornaleiras, que pode levar, no decorrer das gerações, ao aparecimento uma linhagem de mães de filhos ilegítimos.

Na paróquia de Calvão, não se detecta qualquer subsociedade, nem o fenómeno se restringe a um determinado grupo social, devendo, no entanto, mencionar-se que a ilegitimidade converge com maior intensidade para as mulheres de fraco grau de integração social na paróquia.

Em Calvão, as taxas de ilegitimidade passam de 2,8%, quase insignificante e próxima da europeia, nos finais do século XVII e princípios da seguinte, para 14,5% nos meados de Oitocentos, aproximando-se dos valores alcançados pelas paróquias minhotas.

Assim, para o Norte do nosso país, desenham-se duas realidades bem diferenciadas: o Baixo Minho, com altas taxas de filiação natural, onde «mais de 12 % dos nascidos podia não o ser em família legítima, chegando a atingir-se pontualmente percentagens superiores a 30%»⁽²¹⁷⁾; e a transmontana, com taxas menos fortes, ainda que estas possam subir no séc. XIX.

Também a mobilidade não foi um fenómeno fácil de analisar, apesar de influente e reguladora nas sociedades do Antigo Regime, tanto mais que não possuíamos fontes apropriadas ao seu estudo, tais como os registos de passaportes, róis de confessados ou outros. Não obstante utilizarmos a metodologia de «reconstituição de paróquias» que nos permite, pelo cruzamento de fontes, isolar o indivíduo do seu agregado familiar, temos como óbice a inexistência, como já referimos, de mortalidade infantil.

Para além de registarmos as «saídas» pelas «notícias» de óbito e fixarmos as «entradas» no momento do matrimónio e do óbito, quisemos, ainda, tratar a perspectiva dos casais que desenvolveram o seu ciclo procriativo na paróquia.

Se as «entradas» pelo casamento ocorreram, na sua maioria, das aldeias mais próximas, já uma parte significativa das «saídas», pelas «notícias» de óbito do século

⁽²¹⁶⁾ Brian Juan O'Neill, 1984, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana 1870-1978*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, col. «Portugal de Pert».

⁽²¹⁷⁾ Norberta Anorim, *História da família em Portugal: uma história em marcha*, ob. cit., p. 10.

XVIII, verificaram-se para o Brasil, muito antes das «grandes partidas» dos finais de Oitocentos.

Não contando com os registos de mortalidade até aos sete anos de idade, e sendo sempre difícil a identificação ao óbito dos indivíduos solteiros, fomos levados a abordar os indicadores, «níveis de mortalidade» e «esperança de vida», somente para os casados maiores de 25 anos a fim de se evitar o efeito perturbador da emigração. Desta feita, os cônjuges de Calvão apresentam, aos 25 anos, uma esperança de vida de 37,1 anos, superior, na mesma situação, aos 30,5 anos de um paroquiano de Poiares, mas menos favorável ao de um freguês de Ronfe (39,3), ou do Sul do Pico (43,2).

As crises de mortalidade, reguladoras do crescimento demográfico, na opinião de Livi-Baci⁽²¹⁸⁾, ou somente estimuladoras da renovação das estruturas da população, no dizer de Dupâquier⁽²¹⁹⁾, também afectaram as gentes da paróquia. Na verdade, a mortalidade foi particularmente intensa no início e no final da primeira década do século XIX. Se a segunda teve origem nas invasões francesas, da primeira desconhecemos as causas que a terão favorecido.

Optámos por integrar os comportamentos sazonais das variáveis num capítulo à parte, a fim de estabelecermos um nível de afinidade comparativa mais próximo. É interessante verificar que, nos primeiros meses do ano, ocorrem, preferentemente, nascimentos e casamentos, enquanto a mortalidade surge, com maior intensidade, nos meses de Outono.

Particular interesse revestiu, para nós, a exploração dos testamentos, tendo constituído uma experiência apaixonante e profícua. Uma vez mantido aberto o ficheiro de indivíduos, pudemos cruzá-lo com as informações nominais recolhidas nos documentos em análise. Começámos por confrontar a evolução dos comportamentos da mortalidade com a evolução do fluxo de testamentos, evidenciando, na longa duração, uma tendência concordante, situando-se a um nível superior aos 50%, após meados de Setecentos, é que, como refere M. Vovelle, «o único método válido para apreciar a representatividade real do acto de testar, é sem dúvida a confrontação com o fluxo da mortalidade».

A atitude de fazer testamento, numa sociedade *post Tridentina*, está ligada à ideia de que é necessário preparar «uma boa morte». A Igreja difundia o conceito de que o horrível não era morrer, mas como se morria. Daí as numerosas obras «Ars

⁽²¹⁸⁾ Massimo Livi-Baci «Crises de Mortalidade: definição, métodos de Cálculo, Análise das Consequências», in Luiza Marçilo, *População e Sociedade - Evolução das Sociedades Pré-Industrias*, ob. cit., p. 71.

⁽²¹⁹⁾ Jacques Dupâquier, *De l'animal à l'homme: le mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles*, ob. cit., p. 202.

Moriendi que ensinavam os crentes a morrer, pois, «saber morrer» podia libar uma vida mundana e indigna.

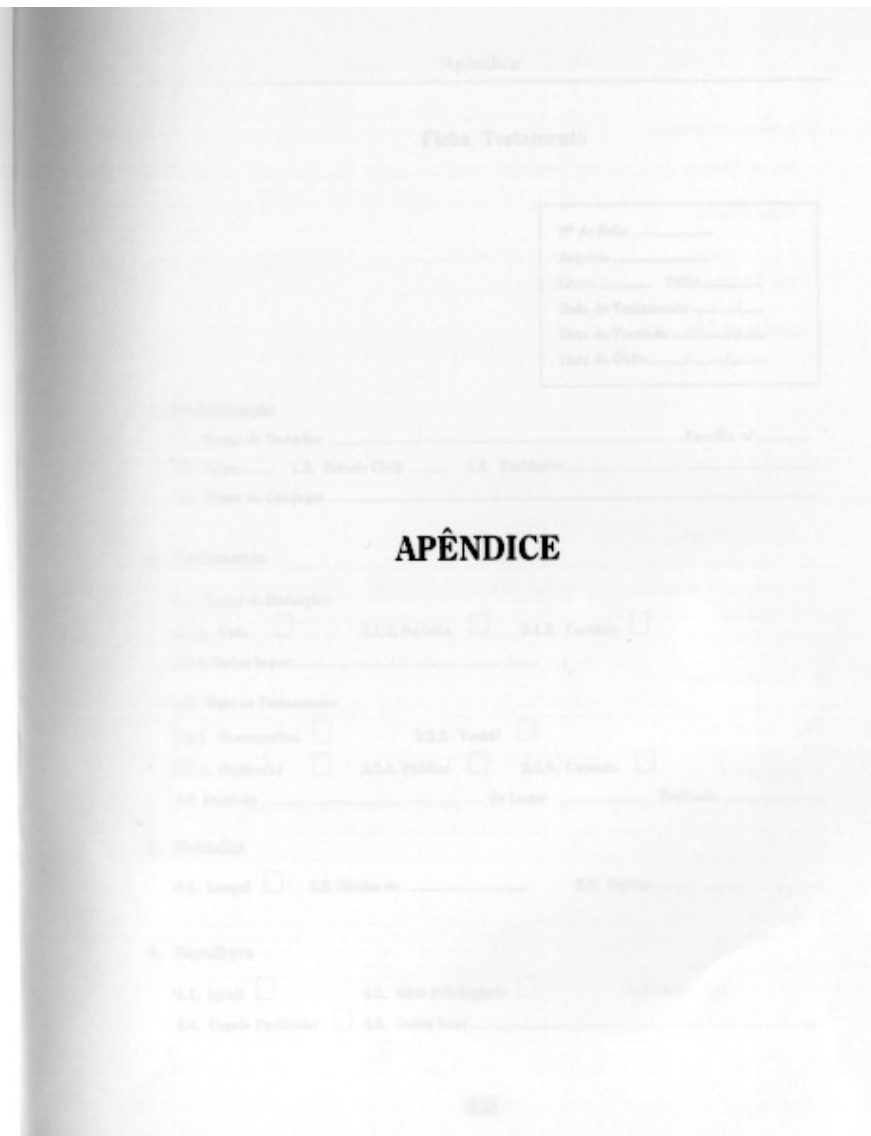
O trabalho desenvolvido na exploração dos testamentos permitiu-nos uma aproximação à religiosidade de uma época, reflectida no quadro de uma sociedade rural. O indivíduo exteriorizava, no momento de preparar a sua morte, os mecanismos mentais que o moviam, em ritos e símbolos que o identificavam na estrutura social da comunidade do seu tempo. Pelo que o testamento era a última oportunidade do moribundo marcar a sua relação com o mundo, tentando, por um lado, aliviar as suas penas eternas, e, por outro, gozar da oportunidade de se perpetuar entre os vivos.

À medida que a nossa pesquisa ia avançando, tivemos oportunidade de encontrar as especificidades e as formas diferenciadas das sucessivas gerações da paróquia se relacionarem com o seu espaço. As práticas culturais, os diferentes ritmos de crescimento e a dinâmica das variáveis micro-demográficas são o reflexo desse movimento de equilíbrio/desequilíbrio em que evolui o «sistema» demográfico da paróquia.

Se os finais do século XVII e princípios de XVIII se caracterizaram por um equilíbrio das variáveis em índices mais elevados, eles tendem a decair gradualmente até meados de Setecentos. A tendência é de recomposição, após a viragem dos meados deste século, seguida de expansão. Esta situação seria interrompida, na primeira década de Oitocentos, por duas crises demográficas, uma em 1800 e outra em 1809. Evidenciando-se, a partir de então e até finais da nossa análise, uma tendência de crescimento populacional nítido.

Em síntese, estamos perante um «sistema» demográfico que se caracteriza por uma idade tardia ao primeiro casamento, um persistente celibato definitivo, elevados intervalos intergenésicos, baixas taxas de fecundidade legítima e ilegítima, com uma suavidade de mortalidade dos maiores de 25 anos de idade, que se conjugavam para equilibrar a população no quadro geográfico da paróquia. Embora este quadro se aproxime do «sistema» demográfico das paróquias transmontanas de Poiães, Rebordãos e Cardanha, alguns mecanismos apontam, com certas cautelas, para uma sub-região transmontana, com particularidades nos comportamentos demográficos, pelo que só um trabalho de «reconstituição» alargado às paróquias circundantes darão consistência às nossas constatações.

Deste modo, o nosso trabalho monográfico de síntese não é um estudo acabado, mas um ponto de partida para futuras investigações que o tempo haverá de apurar.



Normalmente que existiram de crenças a serem, pois, estas ideias podem estar em
 as crenças e ideologias.

O trabalho desenvolvido na exploração dos testamentos permitiu-nos uma
 identificação e caracterização de uma época, reflectida no quadro de uma sociedade
 rural e tradicional, sobretudo, no momento de prosperidade e nos períodos de crise.
 Assim, que o trabalho, que trata a realidade que se identificamos na estrutura social de
 continuidade do seu tempo. Pelo que o testamento era a última oportunidade de
 se assumir a realidade que se viveu com a família, testada, por sua falta, deixar as suas
 ideias e, por isso, uma oportunidade de se perpetuar estas ideias.

A realidade que a família passava e a oportunidade de assumir a oportunidade de
 assumir a realidade e a forma diferenciada das sociedades rurais de
 origem se reflectiram nestas ideias. As ideias culturais, os valores éticos
 e morais e a dimensão das ideias socio-demográficas que se reflectem numa
 sociedade de equilíbrio demográfico, em que havia o equilíbrio demográfico de
 família.

Na primeira metade do século XVII e princípios do XVIII se caracterizam por um
 equilíbrio demográfico em termos de população, com a maior produtividade
 do trabalho de família. A realidade é de um equilíbrio, não a realidade do século
 XIX, em que se assiste ao crescimento da população, com a consequente
 crise de 1845-1850, por duas crises demográficas, uma em 1845 e outra em 1850.
 Posteriormente, a partir de 1850 e até finais do século XVIII, com a realização de
 um equilíbrio demográfico.

Um sistema, embora tenha um equilíbrio demográfico que se caracteriza por
 um equilíbrio de população, não apresenta equilíbrio, mas apresenta equilíbrio de
 população, embora haja a possibilidade legal e legítima, com uma
 grande possibilidade de trabalhar de 25 anos de idade, que se caracterizam por
 uma grande possibilidade de participar. Embora esta questão se
 refira ao sistema demográfico das paróquias insulares de Póvoa
 do Varzim e Lousada, segue-se a mesma estrutura, com cerca de 25 anos
 de idade, com a possibilidade de participar nos acontecimentos demográficos,
 de modo que haja um equilíbrio demográfico na população insular de
 Póvoa do Varzim e Lousada.

Uma vez que o sistema demográfico de Póvoa do Varzim e Lousada é um sistema
 de equilíbrio demográfico, com a possibilidade de trabalhar de 25 anos de idade,
 com a possibilidade de participar nos acontecimentos demográficos, com o tempo de
 trabalho de 25 anos de idade, com a possibilidade de trabalhar de 25 anos de idade.

Ficha Testamento

Nº de ficha
Arquivo
Livro Fólio
Data do Testamento
Data do Traslado
Data do Óbito.....

1. Identificação

1.1. Nome do Testador Família nº.....
 1.2. Sexo: 1.3. Estado Civil: 1.4. Residente:.....
 1.5. Nome do Cônjuge:

2. Testamento

2.1. Lugar de Redacção:
 2.1.1. Casa 2.1.2. No leito 2.1.3. Cartório
 2.1.4. Outro lugar:

2.2. Tipo de Testamento:
 2.2.1. Nuncupativo 2.2.2. Verbal
 2.2.3. Particular 2.2.4. Público 2.2.5. Cerrado
 2.3. Escrivão do Lugar Profissão

3. Mortalha

3.1. Lençol 3.2. Hábito de 3.3. Outros

4. Sepultura

4.1. Igreja 4.2. Altar Privilegiado 4.3. Adro
 4.4. Capela Particular 4.5. Outro local

5. Acompanhamento

5.1. N.º Clérigos 5.2. Irmandade

6. Bens d'Alma

6.1. N.º Ofícios 6.2. N.º Trintários 6.2.1. Esmola

6.2. N.º Missas 6.3.1. Esmola

7. Missas de Intenção

7.1. Aos Santos

.....
.....
.....
.....

7.1. Pelos Familiares

.....
.....
.....

8. Testamenteiro

8.1. Nome 8.2. Parentesco

9. Herdeiros

.....
.....
.....

Observações:

.....
.....
.....

FONTES MANUSCRITAS

Registo (Quantidade de 1500 Anos)

Livros de registo de casamentos de Calvão:

- 1660-64: 04-01-1660 a 18-11-1700
- 1665-70: 20-05-1700 a 25-07-1740, 1 volume
- 1670-75: 24-08-1740 a 25-03-1800
- 1675-80: 25-03-1800 a 05-09-1830
- 1680-85: 11-05-1830 a 20-04-1850
- 1685-90: 02-02-1850 a 14-07-1870

Livros de registo de óbitos

- 1665-70: 20-02-1700 a 18-11-1700
- 1670-75: 14-07-1700 a 25-03-1800
- 1675-80: 25-03-1800 a 05-09-1830
- 1680-85: 02-02-1850 a 14-07-1870

**FONTES
e
BIBLIOGRAFIA**

Livros de registo de missas de Calvão:

- 1660-64: 17-08-1664 a 05-01-1700
- 1665-70: 16-01-1700 a 20-08-1740
- 1670-75: 02-08-1740 a 06-09-1800, 1 volume
- 1675-80: 06-09-1800 a 22-11-1850

Livros de testamenteiros de Calvão:

- 1660-64: 18-1740 a 20-05-1870, 1 volume

5. Acompanhamento

5.1. N.º de ... 5.2. ...

6. ...

6.1. N.º de ... 6.2. N.º de ... 6.3. ...

6.4. N.º de ... 6.5. ...

7. ...

7.1. ...

FONTES

BIBLIOGRAFIA

8. ...

8.1. ... 8.2. ...

9. ...

10. ...

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Vila Real:

Livros de registo de nascimentos de Calvão:

- Livro 04: 04-01-1681 a 18-11-1708;
- Livro 18: 06-05-1709 a 25-07-1745, (misto);
- Livro 05: 16-09-1745 a 22-03-1802;
- Livro 06: 28-02-1802 a 05-05-1830;
- Livro 01: 11-05-1830 a 26-04-1858;
- Livro 02: 02-05-1858 a 10-07-1870.

Livros de registo de casamentos de Calvão:

- Livro 17: 20-02-1670 a 13-06-1709, (misto);
- Livro 18: 14-07-1709 a 20-02-1734, (misto);
- Livro 08: 13-02-1737 a 27-04-1801;
- Livro 07: 02-09-1801 a 26-06-1865.

Livros de registo de óbitos de Calvão:

- Livro 12: 17-02-1684 a 03-01-1700;
- Livro 13: 19-01-1700 a 20-08-1745;
- Livro 19: 01-09-1745 a 08-08-1784, (misto);
- Livro 09: 06-10-1784 a 22-11-1866;

Livro de testamentos de Calvão:

- Livro 19: 1745 a 26-05-1873, (misto).

FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, M.ª Norberta (1973), *Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- IDEM, M.ª Norberta (1982), *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e sua População de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do I.N.E.
- IDEM, M.ª Norberta (1982), *Os Homens e a Morte na Freguesia da Oliveira em Guimarães através dos Registos de Óbitos, Séculos XVII e XVIII*, ed. Autor, Guimarães.
- IDEM, M.ª Norberta (1983 e 1984), *S. Pedro de Poiares e a Sua População de 1561 a 1830*, in Revista Brigantia.
- IDEM, M.ª Norberta (1984), *Comportamentos Demográficos do Norte de Portugal durante o Antigo Regime*, in Boletim de la ADEH, Julho de 1984.
- IDEM, M.ª Norberta e LIMA, Luís (1986), *Estratégias de Sobrevivência em uma paróquia açoriana. Perspectiva Demográfica*. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLIV, Angra do Heroísmo.
- IDEM, M.ª Norberta (1987), *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C.
- IDEM, M.ª Norberta (1990), *Perspectivas da aplicação da metodologia da Demografia Histórica no estudo das Populações*, Cadernos do Noroeste, Vol. 3, números 1 e 2, Universidade do Minho, Braga.
- IDEM, M.ª Norberta (1992), *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico, de 1680 a 1980*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- IDEM, M.ª Norberta (1993), «As Diferenças de Comportamento Demográfico no Antigo Regime - O Caso de Ronfe (Guimarães) e Poiares (Freixo)», in *Revista de Guimarães* - Sociedade Martins Sarmento, Vol. 103, Guimarães, pp. 45-64.
- IDEM, M.ª Norberta (1993), «Reconstituição de paróquia e análise demográfica. Estudo comparado de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 e 1850» *comunicação apresentada ao III Congresso da A.D.E.H.*, Braga.
- IDEM, M.ª Norberta (1995), *Demografia Histórica. Um programa de docência*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- IDEM, M.ª Norberta (1995), «História da Família em Portugal: Uma história em marcha», in *Ler História*, nº 29, pp. 5-17.

- ANDERSON, Michael (1984), *Elementos para a História da família Ocidental (1500-1914)*, Lisboa, Editorial Quercus.
- ARIÈS, Philippe (1988), *A História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, tradução portuguesa de Pedro Jordão, Lisboa, Teorema.
- IDEM, Philippe (1977), *L'homme devant la mort*, Paris, Seuil.
- ARMENGALD, A. REINHARD, M e DUPÂQUIER, J., (1968), *Histoire générale de la population mondiale*, Paris, P.U.F.
- ARROTEIA, J. C. (1983), *A emigração portuguesa - Suas origens e distribuição*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- IDEM, J. C. (1984), *A evolução demográfica portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- IDEM, J. C. (1985), *Atlas da emigração portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- BIDEAU, A. (1984), «Os mecanismos auto-reguladores das populações tradicionais», in M. L. MARCÍLIO (org.) *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petropolis, Vozes, pp. 47-68.
- IDEM, A. (1984), «Epidemias na História da População», in M. L. MARCÍLIO (org.) *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petropolis, Vozes, pp. 110-136.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé (1990), *As Escolas Históricas*, tradução portuguesa de Ana Rabaça, Publicações Europa-América.
- BOUGÉOL, Pichat (1970), *A Demografia*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- CHAUNU, P. (1978), *Histoire quantitative. Histoire Sérielle*, Paris, Liv. Armand Colin.
- IDEM, P. (1985), *A Civilização da Europa da Luzes*, tradução portuguesa de Manuel João Gomes, 2 vols, Lisboa, Estampa.
- CARDOSO, P.e Luiz, *Memórias paroquiais*, Dicionário Geográfico, Vol. VIII, fls. 193-300, A.N.T.T.
- DEL PLANTA, Lorenzo (1991), *Modelos de desarrollo demográfico en Italia entre los siglos XVII y XIX: Problemas e hipótesis de investigación*, Boletim de la A.D.E.H., 3.
- DUBY, Georges (introd.) (1992), *Amor e Sexualidade*, tradução portuguesa de Ana Paula Faria, Lisboa, Terramar.

- DUPÂQUIER, J. (1979), *La population rural du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris, E.H.E.S.S.
- IDEM, J. (1984), «Demografia Histórica e História Social», in M^a. L. MARCÍLIO (org.), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais* Vozes, Petrópolis, pp. 25-46.
- IDEM, J. (1988), «Los orígenes de la demografía histórica: su situación en Francia», in Vicente PÉREZ MOREDA e David-Sven REHER (eds.), *Demografía Histórica en España*, Madrid, Ediciones el Arquero, pp. 29-38.
- IDEM, J. (1984), *Pour la démographie historique*, Paris, P.U.F.
- DURÃES, Margarida e RODRIGUES, Ana Maria, (S/d) *Família, Igreja e Estado*, Arqueologia do Estado, pp. 817-835.
- IDEM, Margarida (1985), «Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população», in *A morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Col. Conhecer Portugal, nº 4, Quercus, pp. 163-174.
- IDEM, Margarida (1986), *Condição Feminina e repartição do Património: a camponesa minhota (Séculos XVIII-XIX)*, in Actas do Colóquio a Mulher na Sociedade Portuguesa (Separata), Coimbra.
- IDEM, Margarida (1988), *Herdeiros e não herdeiros: nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfeiteuta*, in Separata da Revista de História Económica e Social, nº 21, Lisboa.
- FERRO, João Pedro (1995), *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença.
- FERREIRA, Conceição C. e SIMÕES, Natércia Neves (1987), *Tratamento Estatístico e Gráfico em Geografia*, Lisboa, Gradiva.
- FERREIRA, Maria E. Cordeiro (1981), «Epidemias», in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 406-407.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1991), *Famílias, Parentes, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*, tradução portuguesa de M. F. Gonçalves Azevedo, Lisboa, Editorial Estampa, Coleção Nova História.
- FLEURY, M. e HENRY, L. (1965), *Nouveau Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, INED.
- FLINN, Michael W. (1989), *El Sistema Demográfico Europeo, 1500-1820*, Barcelona, Ed. Crítica.
- GASPAR, J. (1981), (Introdução e direcção), *Portugal em mapas e em números*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte.

- IDEM, J. (1987), *Ocupação e Organização do Espaço: retrospectiva e tendências*, Col. Portugal - Os próximos 20 anos. Vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOUBERT, P. (1960), *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730: contribution à l'Histoire sociale de la France au XVII^{ème} Siècle*, Paris, SEVPEN.
- GUILLAUME, P e Poussou, J.P. (1970), *Démographie Historique*, Paris, A. Colin.
- HANAL, J. (1965), «European marriage patterns in perspectives», in D. V. CLASS e EVERSLEY D. E. C. (eds.), *Population in History*, Londres.
- HENRY, Louis (1976), *Demografia*, Barcelona, Labor Universitaria.
- IDEM, Louis (1988), *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, tradução portuguesa de J. Manuel Nazareth, Lisboa, Gradiva.
- ITURRA, Raúl, *A Reprodução no Celibato*, in *Ler História*, nº 11.
- LASLETT, P. (1975), *O mundo que nós perdemos*, Lisboa, Cosmos.
- IDEM, P. (1984), «Família e Domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre áreas da Europa Ocidental», in M^a. L. MARCÍLIO (org.), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, pp. 137-170.
- LEBRUN, François (1983), *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, tradução portuguesa de M. Carolina Queiroga Ramos, Lisboa, Edições Rolim, Coleção Prisma.
- IDEM, François (1984), «Atitudes diante do Amor e do casamento em sociedades tradicionais», in M^a. L. MARCÍLIO (org.), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, pp. 171-192.
- LEMONS, Maximiano de (1991), *História da Medicina em Portugal*, vol. II, 2ª edição, Lisboa, D. Quixote-Ordem dos Médicos.
- LE GOFF, Jacques (Apres.) (1991), *As doenças têm história*, tradução portuguesa de Laurinda Bom, Lisboa, Terramar.
- LIVI-BACCI, Massimo (1984), «Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise de consequências», in M^a. L. MARCÍLIO (org.), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, pp. 69-109.
- IDEM, Massimo (1988), «La Península Ibérica e Itália en Visperas de la transición demográfica», in Vicente PÉREZ MOREDA e David-Sven REHER (eds.), *Demografía histórica en España*, Madrid, Ediciones el Arquero, pp. 138-178.
- IDEM, Massimo (1990), *História Mínima de la Población Mundial*, Barcelona, Ariel.
- LOBO, Maria Marta (1992), *O Pico de Regalados e a sua População 1554-1979*. Dissertação de Mestrado, Policopiada, Universidade do Minho.

- MACHADO, Maria Arminda (1995), *S. Miguel da Facha (1710-1989)*, Dissertação de Mestrado, Policopiada, Universidade do Minho.
- MALTHUS, Thomas (S/d) *Ensaio sobre o Princípio da População*, tradução portuguesa de Eduardo Saló, Publicações Europa América.
- MARCILJO, M. L. (org.) (1984), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes.
- IDEM, M. L. (org.), (1977), *Demografia Histórica: orientações técnicas e metodológicas*, S. Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- MARTINEZ MARTIN, M. (1995), *Mancha Real: um modelo de crescimento agrário y campestre (1752-1875)*, Ayuntamiento de Mancha Real e Universidad de Jaén.
- MATEO RIVAS, M^a José (1992), *Estadística en Investigación Social*, Madrid, Editorial Paraninfo.
- MENDES, J. Amado (1981), *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII*, Coimbra, I.N.I.C.
- MIRANDA, Fernando da Silva (1993), *Estudo Demográfico de Alvaro S. Pedro e Anexa. 1567-1989*, Barcelos, Edição da Junta de Freguesia.
- MOREIRA, M^a João G. (1994), *Vida e Morte no Concelho de Idanha-a-Nova. Estudo Demográfico - Século XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte.
- NAZARETH, J. M. (1982), *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar*, Porto, Editorial Presença.
- IDEM, J. M. (1988), *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença.
- IDEM, J. M. (1988), *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Séc. XX*, Col. Portugal Os próximos 20 anos, Vol. III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- NETO, M. L. A. (1959), *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1.º quartel do Séc. XVIII (Ensaio de Demografia Histórica)*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos.
- O'NEILL, Brian Juan (1981), *Proprietários, Jornaleiros e criados numa aldeia Transmontana desde 1886*, in Estudos Contemporâneos, nº 2/3, Porto.
- PÉREZ GARCIA, J. M. (1979), *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia Costera*, Universidad de Santiago.
- IDEM, J. M. (1988), «Estado de la demografía histórica en Galicia (siglos XVI-XVIII)» in Vicente PÉREZ MOREDA e David-Sven REHER (eds.), *Demografía histórica en España*, Madrid, Ediciones el Arquero, pp. 297-304.

- PÉREZ MOREDA, V e REHER, David-Seven (eds.) (1988), *Demografía Histórica en España*, Ediciones el Arquero.
- IDEM, V. (1980), *Las crisis de mortalidad en la España interior. Siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo Veintiuno.
- PINA CABRAL, J. (1984), «As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho», in Revista Análise Social, Vol. XX, pp. 97-112.
- PRESSAT, Roland (1973), *El Análisis Demográfico, métodos, resultados e aplicaciones*, México, Fondo de Cultura Económica.
- IDEM, Roland (1985), *Introducción a la Demografía*, Barcelona, Ariel.
- REIS, Elizabeth (1991), *Estatística Descritiva*, Lisboa, Edições Sílabo.
- RIBEIRO, Manuela (1991), «Ter, Ser e Morrer no Barroso - A Morte Como Meio de Abordagem aos Sistemas de Estratificação Social», in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 10/11, pp. 101-122.
- RODRIGUES, Teresa (1990), *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte.
- ROWLAND, Robert (1984), «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal», in *Ler História*, nº 3.
- IDEM, Robert (1988), «Mortalid, movimientos migratorios y edad de acceso al matrimonio en la Península Iberica», in *Boletín de la ADEH*, Vol. 5.
- IDEM, Robert (1988), «Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional», in Vicente PÉREZ MOREDA e David-Sven REHER (eds.), *Demografía histórica en España*, Madrid, Ediciones el Arquero, pp. 72-137.
- RUIZ MOLINA, Liborio (1995), *Testamento, Muerte y Religiosidad en la Yecla del Siglo XVI*, Ed. da Real Academia Alfonso X el Sabio e Ayuntamiento de Yecla.
- SÁ, Isabel Guimarães e CORTES, Nuno Osório (1992), «A assistência à Infância no Porto do século XIX: Expostos e Lactados», *Cadernos do Noroeste*, Vol. 5.
- IDEM, Isabel Guimarães (1993), «Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas», *comunicação apresentada ao III Congresso da ADEH*, Braga.
- SÁ, Maria de Fátima (1986), «A Morte que nós perdemos», in *Revista Ler História*, nº 9, pp. 115-121.
- SAUVY, Alfred (1965), *Malthus e os dois Marx*, Lisboa, Estúdios Cor.

- SCOTT, Ana Sílvia (1995), «Reconstituição de famílias e reconstituição de paróquias: uma comparação metodológica», in David REHER (coord.) *Actas do III Congresso da ADEH, Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações. Estado actual e perspectiva para o futuro*, Edições Afrontamento, Vol. I, pp. 89-100.
- SERRÃO, Joel (1974), *Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SOARES, Franquelim Neiva (1981), *Visitações e Inquéritos Paroquiais da Comarca da Torre de Moncorvo de 1775-1845*, ed. autor, Braga.
- IDEM, Franquelim Neiva (1990), *Visitações e Itinerários Pastorais de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*, Braga, Separata da «Bracara Augusta», Vol. XLII.
- SOUSA, Fernando de Sousa e SILVA, Gonçalves (1987), *Memórias de Vila Real*.
- SOUSA, Fernando de Sousa (1995), «A População Portuguesa em Finais do Século XVIII», in *Revista de População e Sociedade*, nº 1, C.E.P.F.A.M., Porto, pp. 41-55.
- TORRES, Rui Abreu (1981), «Galegos em Portugal», in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 96-97.
- VERRIÈRE, Jacques (1980), *As Políticas de População*, tradução portuguesa de Elzon Lenardon, S. Paulo, Difel.
- VEYNE, Paul (1983), *Como se Escreve a História*, tradução de António J. S. Moreira, Lisboa, Edições 70.
- WRIGLEY, E. A. (1985), *Historia y Población. Introducción a la demografía histórica*, Barcelona, Crítica.

Índice de FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	- Vista geral das aldeias de Calvão e Carvalhos	25
Fotografia 2	- Ponte romana do ribeiro, Calvão	28
Fotografia 3	- Igreja castro romanizada	28
Fotografia 4	- Igreja matriz, Calvão	30
Fotografia 5	- Rua do Assado da povo. Calvão	31
Fotografia 6	- Casa rural, Calvão	32
Fotografia 7	- Casa rural romanizada, Calvão	33
Fotografia 8	- Sede da Junta de Freguesia de A. C. D., Calvão	34
Fotografia 9	- 24 ^o de Agosto, Calvão	35
Fotografia 10	- 24 ^o das Serranilhas, Calvão	36
Fotografia 11	- Castelo das Serranilhas	37
Fotografia 12	- Paredes das Serranilhas	38
Fotografia 13	- Torre do Povo, Carvalhos	39

ÍNDICES

Índice de MAPAS

Mapa 1	- Localização da freguesia de Calvão no Alto Tâmega	25
Mapa 2	- A freguesia de Calvão	28
Mapa 3	- Origem das terras aráveis do ribeiro	33
Mapa 4	- Origem das terras	35
Mapa 5	- Origem das terras	35

Scott, Ann Stora (1995). «Reconstrução de famílias e reconstrução de paróquias: uma metodologia metodológica», in David Reilly (coord.) *Actas do III Congresso de ADEH, Reconstrução de famílias e outras metodologias reconstrutivas sobre a história da população. Estado actual e perspectivas para o futuro*. Edições Almedinha, Vol. I, pp. 99-104.

Seixas, José (1974). *Diáspora Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte.

Seixas, Francisco José (1981). *Historical e Arquitectural Perspectives of Commerce in Towns of Northern Portugal (1770-1840)*. ed. autor. Braga.

Silva, Francisco José (1986). *Castelos e Aldeias Rurais de D. Pó. Paróquia das Necessidades, Braga*. *Revista de História da Universidade de Coimbra*, Vol. XII.

Silva, Fernando de Sousa e Silva, Gonçalo (1987). *Aldeias de Vila Real*.

Silva, Fernando de Sousa (1988). «A Paróquia Investigada em Vila de Vila Real». *Revista de História da Universidade de Coimbra*, n.º 1, CIEH/FAH, Porto, pp. 41-46.

Silva, José Maria (1981). *Calvão no Território da Diocese de Vila Real de Portugal*. *Diário de José Serra*, vol. 25, Porto, Livros Horizonte, pp. 26-27.

Silva, António (1995). *As Paróquias de Vila Real*. Vila Real, A. P. de Vila Real.

Silva, José (1988). *Uma Vila Real e o seu território*. Vila Real, A. P. de Vila Real.

Silva, António (1988). *Uma Vila Real e o seu território*. Vila Real, A. P. de Vila Real.

Silva, António (1988). *Uma Vila Real e o seu território*. Vila Real, A. P. de Vila Real.

Silva, António (1988). *Uma Vila Real e o seu território*. Vila Real, A. P. de Vila Real.

Silva, António (1988). *Uma Vila Real e o seu território*. Vila Real, A. P. de Vila Real.

Silva, António (1988). *Uma Vila Real e o seu território*. Vila Real, A. P. de Vila Real.

Silva, António (1988). *Uma Vila Real e o seu território*. Vila Real, A. P. de Vila Real.

Silva, António (1988). *Uma Vila Real e o seu território*. Vila Real, A. P. de Vila Real.

Silva, António (1988). *Uma Vila Real e o seu território*. Vila Real, A. P. de Vila Real.

Silva, António (1988). *Uma Vila Real e o seu território*. Vila Real, A. P. de Vila Real.

ÍNDICE de FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	- Vista geral das aldeias de Calvão e Castelões	21
Fotografia 2	- Ponte romana da ribeira, Calvão	24
Fotografia 3	- Antigo castro amuralhado	28
Fotografia 4	- Igreja Matriz, Calvão	30
Fotografia 5	- Rua do fundo do povo, Calvão	31
Fotografia 6	- Casa rural, Calvão	32
Fotografia 7	- Casa rural reconstruída, Calvão	33
Fotografia 8	- Sede da Junta de Freguesia e da A. C. D. , Calvão	34
Fotografia 9	- Sr.ª da Aparecida, Calvão	35
Fotografia 10	- Sr.ª das Necessidades, Castelões	36
Fotografia 11	- Outeiro dos Mouros, Calvão	37
Fotografia 12	- Penedo dos mortos, Calvão	38
Fotografia 13	- Forno do Povo, Castelões	39

ÍNDICE de MAPAS

Mapa 1	- Localização da freguesia de Calvão na Região Norte	23
Mapa 2	- A freguesia de Calvão	29
Mapa 3	- Origem das mães solteiras de «fora»	163
Mapa 4	- Origem dos noivos	183
Mapa 5	- Origem das noivas	185

ÍNDICE de GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população da paróquia de Calvão de 1864 a 1891	46
Gráfico 2 - Evolução das taxas de crescimento (1864-1991)	47
Gráfico 3 - Evolução das relações de masculinidade da população da freguesia de 1864 a 1991	49
Gráfico 4 - Evolução da população por fogos de 1864 a 1991	50
Gráfico 5 - Pirâmide etária de Calvão, em 1864	52
Gráfico 6 - Pirâmide etária de Calvão, em 1991	54
Gráfico 7 - Pirâmide etária do concelho de Chaves, em 1991	54
Gráfico 8 - Índices de masculinidade na freguesia, em 1991, por grupos de idades	55
Gráfico 9 - Idade média ao primeiro casamento, análise transversal, de 1730 a 1859 (médias móveis de 3 décadas)	88
Gráfico 10 - Idade média ao primeiro casamento, gerações nascidas, de 1680 a 1859 (médias móveis de 3 décadas)	90
Gráfico 11 - Distribuição proporcional por grupo de idades ao primeiro casamento (mulheres)	93
Gráfico 12 - Distribuição proporcional por grupo de idades ao primeiro casamento (homens)	95
Gráfico 13 - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades, todas as idades por mil mulheres	119
Gráfico 14 - Taxas de fecundidade legítima em várias paróquias rurais, mil mulheres....	123
Gráfico 15 - Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento de 1670 a 1865 (mil mulheres)	125
Gráfico 16 - Intervalo protogenésico (índices)	130
Gráfico 17 - Anos vividos pelos casais de Calvão	139
Gráfico 18 - Filiação ilegítima em diversas paróquias (médias móveis de três períodos)	158
Gráfico 19 - Mães e filhos que se registaram na paróquia	166
Gráfico 20 - Casais constituídos e casais residentes na paróquia (1680 - 1779)	181
Gráfico 21 - Casais constituídos e casais residentes na paróquia (1680 a 1779)	182
Gráfico 22 - Mortalidade « <i>excepcional</i> » em 1705	206

Gráfico 23 - Mortalidade « <i>excepcional</i> » em 1714	206
Gráfico 24 - Mortalidade « <i>excepcional</i> » em 1788	207
Gráfico 25 - Mortalidade « <i>excepcional</i> » em 1800	208
Gráfico 26 - Mortalidade « <i>excepcional</i> » em 1809	209
Gráfico 27 - Sobreviventes por mil nascidos, dos indivíduos casados maiores de 25 anos. Gerações nascidas entre 1680 e 1780, por sexos	216
Gráfico 28 - Esperança de vida, indivíduos casados maiores de 25 anos. Gerações nascidas entre 1680 e 1780, por sexos	217
Gráfico 29 - Esperança de vida comparada, indivíduos casados de três paróquias, sexos reunidos. Gerações nascidas até finais do século XVIII	219
Gráfico 30 - Movimento sazonal dos nascimentos	224
Gráfico 31 - A sazonalidade dos nascimentos em diversas paróquias rurais	226
Gráfico 32 - Movimento sazonal dos casamentos	228
Gráfico 33 - A sazonalidade dos casamentos em diversas paróquias rurais	231
Gráfico 34 - Sazonalidade ao óbito dos menores de 7 anos	233
Gráfico 35 - Movimento sazonal da mortalidade adulta	235
Gráfico 36 - Movimento de baptismos, médias móveis de 9 anos	239
Gráfico 37 - Evolução das relações de masculinidade	242
Gráfico 38 - Movimento de casamentos, médias móveis de 9 anos	244
Gráfico 39 - Movimento de baptizados e casamentos	246
Gráfico 40 - Movimento anual de óbitos	248
Gráfico 41 - Movimento de óbitos, médias móveis de 9 anos	249
Gráfico 42 - Índice de masculinidade ao óbito	251
Gráfico 43 - Mortalidade infante-juvenil e movimento de baptizados	253
Gráfico 44 - Movimento de óbitos e testadores	262
Gráfico 45 - Testadores pelos registos de óbito, em percentagens.....	264
Gráfico 46 - Evolução da repartição dos testadores por sexo, médias móveis de três períodos, em percentagens	266
Gráfico 47 - Evolução dos testadores por estado civil de 1682 a 1866	266
Gráfico 48 - Evolução dos « <i>ab intestados</i> » segundo o sexo, em percentagens	267
Gráfico 49 - Evolução dos « <i>ab intestados</i> » segundo o estado civil	268
Gráfico 50 - Relação indiciária dos testamentos e dos óbitos	273
Gráfico 51 - Tipos de testamentos de 1747 a 1784	274

Gráfico 52 - Tipos de testamentos de 1850 - 1859	275
Gráfico 53 - Testadores segundo o sexo, para os dois períodos	279
Gráfico 54 - Testadores segundo o estado civil, para os dois períodos	280
Gráfico 55 - Testadores por categorias e estado civil de 1747 a 1784	289
Gráfico 56 - Percentagem de testadores por categorias, segundo os valores em reis, para ambos os períodos	291

ÍNDICE de QUADROS

Quadro I - Evolução da população da freguesia de Calvão e ritmos de crescimento anual médio	45
Quadro II - Evolução da população por sexos de 1864 a 1991	48
Quadro III - Evolução da população por fogos de 1864 a 1991	49
Quadro IV - População de Calvão por grupos de idades e sexos separados em 1864.	51
Quadro V - População de Calvão por grupos de idades e sexos separados em 1991 .	53
Quadro VI - As «Visitações» entre 1670 e 1870	69
Quadro VII - Os párcos de Calvão de 1670 a 1870	75
Quadro VIII - Idade média ao primeiro casamento (períodos decenais)	87
Quadro IX - Distribuição proporcional por grupos de idades ao primeiro casamento, por períodos	92
Quadro X - Idade combinada dos cônjuges, por grupos de idades, em percentagens	97
Quadro XI - Posição relativa dos nubentes, por grupos de idades, em percentagens.....	98
Quadro XII - Origem dos nubentes, em percentagens	99
Quadro XIII - Naturalidade dos noivos	100
Quadro XIV - Naturalidade das noivas	101
Quadro XV - Estado civil anterior dos nubentes	105
Quadro XVI - Contraentes segundo o estado civil combinado	106
Quadro XVII - Frequência do casamento segundo a idade à viuvez	108
Quadro XVIII - Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento	110
Quadro XIX - Celibato definitivo por sexos (observação transversal)	111
Quadro XX - Celibato definitivo por sexos (observação longitudinal)	112
Quadro XXI - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica ..	118

Quadro XXII - Idade da mãe ao nascimento do último filho	120
Quadro XXIII - Taxas de fecundidade legítima em várias paróquias, mil mulheres..	122
Quadro XXIV - Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento, mil mulheres (1670-1865)	124
Quadro XXV - Idade da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento, mil mulheres (1670-1865)	126
Quadro XXVI - Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho	127
Quadro XXVII - Intervalo protogenésico por períodos, valores absolutos	129
Quadro XXVIII - Intervalo protogenésico inferior a um ano, em percentagens	131
Quadro XXIX - Intervalo protogenésico médio	132
Quadro XXX - Intervalo protogenésico, para todas as mulheres com data de casamento conhecido	133
Quadro XXXI - Primeiro intervalo intergenésico médio	134
Quadro XXXII - Primeiro intervalo intergenésico médio, em diversas paróquias	135
Quadro XXXIII - Intervalos intergenésicos médios	137
Quadro XXXIV - Duração das uniões	138
Quadro XXXV - Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos ...	141
Quadro XXXVI - Distribuição das famílias segundo o número de filhos	141
Quadro XXXVII - Comparação entre o número médio de filhos por famílias completas segundo a idade ao casamento da mulher	142
Quadro XXXVIII - Ausência de filhos segundo a idade ao casamento	143
Quadro XXXIX - Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos ...	144
Quadro XL - Intervalos protogenésicos igual ou inferiores a oito meses	149
Quadro XLI - Intervalos protogenésicos igual ou inferiores a três meses	149
Quadro XLII - Concepções pré-nupciais segundo a idade ao casamento da mulher ...	150
Quadro XLIII - Evolução da ilegitimidade por décadas	153
Quadro XLIV - Origem da filiação natural identificada	156
Quadro XLV - Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos	160
Quadro XLVI - Naturalidade das mães de «fora»	162
Quadro XLVII - As mães e os filhos ilegítimos que se registaram na paróquia	165
Quadro XLVIII - Estado civil das mães dos filhos naturais	167
Quadro IL - Idades da mãe ao nascimento do primeiro filho natural (reprodução por grupos de idades)	168

Quadro L	- Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho natural, do primonato legítimo e idade ao primeiro casamento	169
Quadro LI	- Casamento posterior das mães de filhos ilegítimos	170
Quadro LII	- Tempo que medeia o nascimento do primeiro filho e o ulterior casamento	171
Quadro LIII	- Casamento dos filhos ilegítimos das mães da paróquia	172
Quadro LIV	- Ascendentes das mães dos filhos ilegítimos registados	173
Quadro LV	- Sucessivas gerações de mães de filhos naturais	174
Quadro LVI	- Origem dos cônjuges (1680 - 1779).....	180
Quadro LVII	- Origem dos cônjuges residentes em Calvão (1680 - 1779).....	180
Quadro LVIII	- Origem dos cônjuges (1780 - 1865).....	181
Quadro LIX	- Origem dos cônjuges residentes em Calvão (1780 - 1865).....	182
Quadro LX	- Registo de efectivos ao óbito em Calvão (1680 - 1779).....	188
Quadro LXI	- Registo de efectivos ao óbito em Calvão (1780 - 1865)	189
Quadro LXII	- Origem dos indivíduos de «fora» falecidos em Calvão (1680 - 1865).....	190
Quadro LXIII	- Efectivos entrados na paróquia segundo o sexo e estado civil ao óbito (1680 - 1779).....	192
Quadro LXIV	- Efectivos entrados na paróquia segundo o sexo e estado civil ao óbito (1780 - 1865).....	193
Quadro LXV	- Local de óbito e naturalidade de Calvão de 1680 a 1779.....	194
Quadro LXVI	- Local de óbito e naturalidade de Calvão de 1780 a 1865	194
Quadro LXVII	- Relações de masculinidade ao óbito, por períodos	195
Quadro LXVIII	- Locais onde faleceram os naturais de Calvão, por períodos	196
Quadro LXIX	- Efectivos saídos da paróquia segundo o sexo e o estado civil ao óbito (1680-1865)	197
Quadro LXX	- Mortalidade infantil (1857-1866)	210
Quadro LXXI	- Mortalidade Infantil em diversos países da Europa, por mil nascidos (1780-1820)	211
Quadro LXXII	- Mortalidade até aos 7 anos de idade (1850-1866)	212
Quadro LXXIII	- Tábua de mortalidade de indivíduos casados (1680-1780)	213
Quadro LXXIV	- Esperança de vida comparada, indivíduos casados de três paróquias (sexos reunidos). Gerações nascidas até finais do século XVIII.....	218
Quadro LXXV	- Repartição dos nascimentos segundo os meses	223
Quadro LXXVI	- A sazonalidade dos nascimentos em diversas paróquias rurais	226

Quadro LXXVII	- Repartição dos casamentos segundo os meses	228
Quadro LXXVIII	- A sazonalidade dos casamentos em diversas paróquias rurais	230
Quadro LXXIX	- Sazonalidade ao óbito (menores de 7 anos)	232
Quadro LXXX	- Repartição dos óbitos segundo os meses	234
Quadro LXXXI	- Repartição dos baptizados segundo o sexo	241
Quadro LXXXII	- Repartição dos óbitos segundo o sexo	252
Quadro LXXXIII	- Mortalidade Infante-Juvenil, menores de 7 anos (1850-1866)	252
Quadro LXXXIV	- Mortalidade Infante-Juvenil segundo o sexo	253
Quadro LXXXV	- Testadores segundo o sexo e estado civil	263
Quadro LXXXVI	- Testadores e «Ab intestados» segundo o sexo e o estado civil de 1682 a 1866	269
Quadro LXXXVII	- Local da redacção dos testamentos	278
Quadro LXXXVIII	- Repartição dos testamentos segundo o sexo e estado civil.....	279
Quadro LXC	- Número de missas pedidas por categorias, sexo e estado civil	289
Quadro XC	- Volume de testadores por categorias segundo os valores em reis (para ambos os períodos)	290

Quadro LXXII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 102

Quadro LXXIII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 103

Quadro LXXIV - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 104

Quadro LXXV - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 105

Quadro LXXVI - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 106

Quadro LXXVII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 107

Quadro LXXVIII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 108

Quadro LXXIX - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 109

Quadro LXXX - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 110

Quadro LXXXI - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 111

Quadro LXXXII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 112

Quadro LXXXIII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 113

Quadro LXXXIV - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 114

Quadro LXXXV - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 115

Quadro LXXXVI - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 116

Quadro LXXXVII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 117

Quadro LXXXVIII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 118

Quadro LXXXIX - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 119

Quadro LXXXX - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 120

Quadro LXXXXI - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 121

Quadro LXXXXII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 122

Quadro LXXXXIII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 123

Quadro LXXXXIV - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 124

Quadro LXXXXV - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 125

Quadro LXXXXVI - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 126

Quadro LXXXXVII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 127

Quadro LXXXXVIII - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 128

Quadro LXXXXIX - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 129

Quadro LXXXXX - Evolução da população residente em Calvão de 1776 a 1876 130

ÍNDICE GERAL

Nota Prévia, do Dr. Alexandre Chaves, Presidente da Câmara Municipal de Chaves.. 5

PREFÁCIO, pelo Prof. Doutor Franquelim S. Neiva 7

AGRADECIMENTOS 9

INTRODUÇÃO 11

PARTE I

CAPÍTULO I - Enquadramento Histórico-Geográfico da Paróquia..... 19

CAPÍTULO II - Evolução da Paróquia através das Estatísticas disponíveis..... 41

1. Notícias sobre a população de Calvão 43

2. Recenseamentos gerais da população 45

3. Estrutura da população por sexo e grupos de idade 51

PARTE II

CAPÍTULO I - Fontes Demográficas e Metodologia 59

1. As Fontes 61

1.1. Os Livros 61

1.2. As «Visitações» 68

1.3. Os Párocos 74

2. A Metodologia..... 78

CAPÍTULO II - A Nupcialidade..... 83

1. A idade média ao primeiro casamento 84

2. Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento 92

3. Idade combinada dos cônjuges 96

4. Origem dos cônjuges 99

5. Estado civil anterior dos contraentes 104

6. O Celibato definitivo 111

CAPÍTULO III - A Fecundidade Legítima	115
1. Taxas de fecundidade	118
2. Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima	124
3. Espaçamento dos nascimentos	127
3.1. Intervalo protogenésico	128
3.2. Intervalos intergenésicos médios	133
4. Durações das uniões	137
5. Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos ...	140
CAPÍTULO IV - A Ilegitimidade	147
1. As concepções pré-nupciais.....	149
2. Filiação natural	151
3. Os enjeitados	154
4. Filiação natural identificada de «fora» da paróquia	156
5. Comparação da ilegitimidade com outras paróquias rurais	157
6. Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos	160
6.1. Naturalidade das mães de «fora» da paróquia	161
7. Mães e filhos ilegítimos que se registaram em Calvão	165
8. Estado civil das mães dos filhos ilegítimos	167
9. Idade da mãe dos filhos ilegítimos	168
10. Ulterior casamento das mães de filhos ilegítimos	170
11. Ascendente das mães de filhos ilegítimos	172
CAPÍTULO V - A Mobilidade	177
1. Naturalidade dos residentes.....	179
2. Mobilidade dos indivíduos através dos registos de óbito	188
2.1. As « <i>entradas</i> » de efectivos não naturais da paróquia	188
2.2. As « <i>saidas</i> » de efectivos naturais da paróquia	193
CAPÍTULO VI - A Mortalidade	199
1. A mortalidade excepcional	201
1.1. A natureza das crises em Calvão	204
2. Mortalidade Infantil e Infante-Juvenil	210
3. Níveis de mortalidade adulta. Esperança de vida	212

CAPÍTULO VII - A Sazonalidade dos comportamentos	221
1. Repartição dos nascimentos segundo os meses	223
2. Repartição dos casamentos segundo os meses.....	227
3. Sazonalidade dos óbitos	232
3.1. Sazonalidade ao óbito dos menores de sete anos	232
3.2. Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos	234
CAPÍTULO VIII - Aspectos Globais da Demografia da Paróquia	237
1. Baptizados registados	239
1.2. Repartição dos baptizados segundo o sexo	240
2. O movimento dos casamentos	243
2.1. Casamentos registados	243
2.2. Movimento de baptizados e casamentos	245
3. Movimento dos óbitos.....	247
3.1. Mortalidade segundo o sexo	250
3.2. Mortalidade Infante-Juvenil	251
PARTE II	
CAPÍTULO I - Atitudes perante a morte	257
1. Testadores e « <i>Ab intestados</i> » pelos registos de óbito.....	261
2. A importância dos testamentos como fonte histórica	271
CONCLUSÃO	295
APÊNDICE	303
FONTES E BIBLIOGRAFIA	307
1. Fontes Manuscritas	309
2. Fontes Impresas e Bibliografia	310
ÍNDICES:	317
Índice de Fotografias	319
Índice de Mapas	319
Índice de Gráficos	320
Índice de Quadros	322
Índice Geral	327

